

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS  
PROGRAMA DE LÍNGUA E LITERATURA FRANCESA

MONICA SETUYO OKAMOTO

**O discurso brasileiro sobre o Japão via França.  
Imigração, identidade e preconceito racial (1860-1945)**

**São Paulo  
2010**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS  
PROGRAMA DE LÍNGUA E LITERATURA FRANCESA

**O discurso brasileiro sobre o Japão via França  
Imigração, identidade e preconceito racial (1860-1945)**

Monica Setuyo Okamoto

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos em Francês, do Departamento de Letras Modernas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regina Maria Salgado Campos

São Paulo 2010

*Dedico à memória de meu pai, Minolu Okamoto.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente à Professora Doutora Regina Maria Salgado Campos que acreditou, desde o início, em meu projeto e me deu a oportunidade e a orientação necessárias para desenvolvê-lo.

Não poderia também me esquecer da generosidade e amizade de muitas pessoas que leram o meu trabalho e me forneceram idéias, críticas, observações e estímulos acadêmicos. Assim, agradeço pelo trabalho e apoio: Brigitte Monique Hervot, Fernando Antonio Cazarini e Janete Leiko Tanno.

Meus agradecimentos também aos funcionários da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro que prontamente enviaram todos os materiais por mim requisitados; aos funcionários do CEDAP (Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa) da UNESP de Assis e, por último, ao funcionário da Biblioteca Acácio José Santa Rosa, da UNESP de Assis, Auro Mitsuyoshi Sakuraba, pelo valioso auxílio e atendimento.

Finalmente, sou muito grata pelo apoio moral de familiares e amigos, especialmente, Maria Fusako Tomimatsu e Ronald James Shaddick.

## **Resumo**

Dentro dos debates historiográficos os Estados Unidos e a China são apontados como os principais responsáveis pela gênese do discurso brasileiro sobre o Japão. Entretanto, este trabalho tem como objetivo central mostrar que a França também foi uma referência importante, sobretudo entre 1860 e 1945, na construção da imagem dos japoneses em terras brasileiras e dos próprios brasileiros envolvendo questões raciais, imigratórias e de identidade nacional. Em outras palavras, a elite brasileira se apropriou do discurso francês sobre o Japão e o adaptou às conveniências locais com o intuito de criar um discurso favorável do Brasil tanto no cenário nacional, quanto internacional.

## **Palavras-chave**

Discurso francês; Discurso brasileiro; Japão; Identidade; Imigração.

## **Abstract**

Within historiographical debates the United States and China are seen as primarily responsible for the genesis of the Brazilian discourse on Japan, however, this work is mainly aimed to show that France was also an important reference, especially between 1860 and 1945, construction image of Japanese in Brazil and of Brazilians themselves involving racial issues, immigration and national identity. In other words, the Brazilian elite appropriated the French discourse on Japan and adapted to local conveniences in order to create a discourse in favor of Brazil both in the national, and international levels.

## **Keyword**

French discourse; Brazilian discourse; Japan; Identity; Immigration.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>CAPÍTULO 1 – O discurso francês sobre o Japão (1858-1930).....</b>	<b>21</b>
1.1. Os primeiros contatos.....	21
1.2. Período de resistência à entrada de estrangeiros no Japão.....	26
1.3. A ocidentalização do Japão.....	32
1.4. A arte, os costumes e a religião japonesa.....	37
1.5. Viagem ao interior do Japão.....	42
1.6. A visão de Pierre Loti.....	54
1.7. O retrato etnográfico dos japoneses.....	65
1.8. A condição social da mulher japonesa.....	79
1.9. O imperialismo japonês.....	85
1.10. A questão imigratória.....	88
<b>CAPÍTULO 2 – O discurso brasileiro sobre o Japão via França. Identidade, imigração e preconceito racial (1860-1945).....</b>	<b>92</b>
2.1. Primeira fase do discurso brasileiro (1860-1908).....	93
2.1.1. Tavares Bastos e a imigração asiática.....	98
2.1.2. As primeiras narrativas de viagem.....	104
2.1.3. As representações dos japoneses na Revista <i>Kosmos</i> (1904-1909).....	118

<b>2.2. Breve história do pensamento racial francês (1860-1930) e sua releitura no Brasil.....</b>	<b>140</b>
<b>2.3. Segunda fase do discurso brasileiro (1908-1945).....</b>	<b>150</b>
<b>2.3.1. A campanha antinipônica.....</b>	<b>151</b>
<b>2.3.2. Em defesa dos japoneses.....</b>	<b>155</b>
<b>2.3.3. O surgimento de um novo nacionalismo no Brasil.....</b>	<b>159</b>
<b>2.3.4. O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia.....</b>	<b>166</b>
<b>2.3.5. Os debates na Assembleia Nacional Constituinte.....</b>	<b>172</b>
<b>2.3.6. As narrativas de viagem.....</b>	<b>189</b>
<b>2.3.7. A presença francesa na imagem bélica do Japão.....</b>	<b>211</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>219</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>227</b>
<b>FONTE BRASILEIRA.....</b>	<b>232</b>
<b>FONTE FRANCESA.....</b>	<b>235</b>
<b>ÍNDICE DE AUTORES FRANCESES.....</b>	<b>242</b>
<b>ÍNDICE DE AUTORES BRASILEIROS.....</b>	<b>243</b>

## Introdução

Durante os primeiros tempos da República Velha (1889-1930), os políticos brasileiros realizaram inúmeros esforços para melhorar a imagem do Brasil no contexto internacional (SKIDMORE, 1989). Mas foi a partir da década de 1920, após o Brasil delimitar as suas fronteiras e alinhar-se economicamente aos Estados Unidos, que essa inquietação de se mostrar civilizado e cosmopolita ganha dimensão, sobretudo na chancelaria brasileira que coloca, inclusive, questões econômicas e políticas em segundo plano (JAGUARIBE, 1958).

Internamente, a elite brasileira, segundo Nicolau Sevcenko, tomou medidas drásticas como: romper com todos os elementos populares de nossa cultura e com velhos hábitos e costumes da sociedade tradicional; efetuar uma segregação territorial praticada pela burguesia nos centros da capital brasileira e, finalmente, iniciar um “cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense” (SEVCENKO, 1983, p. 43). Cabe lembrar que a França — modelo de civilização para o Brasil — costumava chamar de “evoluídos” os países atrasados que rompiam com o seu passado tradicional e incorporavam os benefícios e a cultura europeia, tida como “superior” (HOBSBAWN, 2003).

No entanto, todos esses esforços não foram suficientes para fortalecer a auto-estima de nossa nação que sofria, já de longa data, de complexo de inferioridade por estar longe dos padrões de modernidade das potências ocidentais (JAGUARIBE, 1958). Que importava se os brasileiros andavam pela elegante Avenida Central<sup>1</sup>, se lá fora, aos

---

<sup>1</sup>A Avenida Central fez parte do programa de reurbanização e saneamento dos, então, Presidente da República Rodrigues Alves e Prefeito da capital Pereira Passos. A reforma, que teve início em 1904 e levou quase um ano para ficar pronta, remodelou o centro da cidade, da Praça Mauá até a Avenida Beira Mar, com 33 metros de largura e 1.800 metros de comprimento. Foram demolidas centenas de casas e, em

olhos do Velho Continente, o Brasil continuava sendo um país degenerado pela mestiçagem, atrasado e agrícola? (SKIDMORE, 1989).

A importação de ideias, sobretudo da França, era uma prática comum no Brasil da época, contudo, ao inserir o pensamento francês, a elite brasileira tomou consciência das limitações econômicas e sociais de nossa nação, ocasionando, assim, o sentimento de inferioridade e frustração. O brasileiro passa, a partir do final do século XIX, a desprezar o próprio país e a inclinar-se aos ideais cosmopolitas e de civilização do Ocidente, como forma de compensação (JAGUARIBE, 1958).

Mas, o que era ser um país desenvolvido e “civilizado” no final do século XIX? Difícil estabelecer ao certo os critérios, no entanto, basicamente as condições eram: ser industrializado e ocidentalizado, ter mulheres emancipadas, bem como uma identidade nacional definida, além de forças políticas e militares (BRUIT, 1988). Outro fator que indicava o desenvolvimento de uma nação era o seu alto índice de alfabetização em massa, como observa Hobsbawn (2003, p. 44): “No final de 1870, qualquer país ou região da Europa que contasse com uma maioria de analfabetos quase certamente podia ser classificada como não-desenvolvida ou atrasada [...]”.

Ainda segundo Hobsbawn (Ibid., p. 54), havia também mais um item para se alcançar o *status* de país desenvolvido, agora de ordem biológica: a sua etnia. Ou seja, dentro da classificação humana “a raça branca” era considerada superior a todas as outras, o que promoveu, nos países da América Latina, a ideia de “branqueamento” progressivo por meio de casamentos inter-raciais ou de “repopoamento” com a entrada de populações europeias.

Em meio a esse contexto histórico específico, teve início na década de 1860 uma discussão a respeito da entrada de imigrantes asiáticos no Brasil. Por um lado,

---

seu lugar, foram construídos o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Palácio Monroe, entre outros (LESSA, 2001).

pressões internacionais para a abolição da escravidão e fazendeiros que temiam a falta de mão-de-obra em suas lavouras exigindo a introdução de imigrantes chineses e indianos no país. Por outro, defensores da integridade racial que, preocupados com a questão da formação da identidade nacional, mostravam-se contra a entrada de mais uma “raça inferior” ao país, ocasionando o enfraquecimento de uma população já degenerada pelo cruzamento com o africano e o indígena.

A ideia de introduzir asiáticos no Brasil já existia, timidamente, desde o reinado de D. João VI (1808-1921), ressurgindo em 1860, mas tomando fôlego somente na década de 1880. Nessa época, houve vários debates políticos em torno da entrada da raça amarela e suas implicações com questões raciais e de formação da identidade nacional (LESSER, 2001). Essas discussões acabaram se estendendo ao longo da primeira metade do século XX e o mais curioso foi que, como observou Jeffrey Lesser (Ibid., p. 37): “A presença física dos asiáticos nunca foi necessária para que a imagem dos chineses pairasse como um espectro onipresente por sobre as discussões brasileiras sobre a etnicidade”.

Realmente, durante muito tempo, estadistas brasileiros discutiram sobre a entrada de asiáticos no Brasil, antes mesmo de sua vinda efetiva, rendendo, inclusive, extensos relatórios nos quais discorriam sobre os caracteres étnicos e culturais da raça mongólica. Ao que parece, a imagem criada pelos brasileiros sobre os asiáticos, havia vindo de fora, pois foi somente em 1879 que se teve a publicação da primeira narrativa de viagem de um brasileiro no Oriente, de autoria do ex-adido militar Francisco Antônio de Almeida. O lançamento seguinte ocorreu somente em 1896 com a publicação da obra do oficial naval Custódio de Mello. Cabe ressaltar que os autores, como todos os escritores-viajantes brasileiros que produziram obras sobre o Extremo Oriente nesse período, não tinham o conhecimento da língua oriental e estiveram, nos

países asiáticos, por um período bem curto. Tal evidência nos leva a deduzir que as observações feitas por esses viajantes foram, em grande parte, baseadas em obras estrangeiras. De fato, muito antes de Francisco de Almeida (1879) lançar sua obra sobre o Japão, inúmeros artigos e narrativas de viagem sobre os países do Oriente, sobretudo o Japão e a China, já haviam sido lançados por estudiosos, jornalistas, diplomatas e militares europeus. No caso dos trabalhos franceses, grande parte deles havia sido publicada nos periódicos: *La Revue des deux mondes*, *La Revue Linguistique des Deux Mondes*, *Actes de La Société D’Ethnographie Américane et Orientale*, *Journal Asiatique*, *Mémoires de L’Académie de Stanil*, *La Revue de Géographie Humaine et D’Ethnologie e Le Temps*<sup>2</sup>.

É relevante destacar que a *Revue des deux mondes*<sup>3</sup>, que ao longo da metade do século XIX publicou vários trabalhos a respeito do Japão, possuía enorme respeitabilidade no Brasil nessa época. Segundo Ana Luiza Martins (1997), a *revue* foi o paradigma de revista cultural elitizada e fonte de informação e saber em terras brasileiras. Dentre seus ilustres leitores estavam o Imperador D. Pedro II e Machado de Assis. Além disso, a *Revue des deux mondes* foi extensamente lida entre estadistas do Império e um dos periódicos estrangeiros mais consultados nas principais instituições culturais públicas do Rio de Janeiro (CAMARGO, 2008); fato que comprova que a

---

<sup>2</sup> A maioria desses periódicos encontra-se disponível no website [www.books.google.com.br](http://www.books.google.com.br). Alguns artigos virtuais possuem visualização completa.

<sup>3</sup> Em 1829 teve-se a publicação da primeira edição da *Revue des deux mondes*, porém foi a partir de 1831, sob a administração de François Buloz, considerado seu grande fundador, que a *revue* passa a competir em interesse e variedade com os periódicos ingleses. Representante da elite burguesa, a *Revue des deux mondes* em meados da década de 1880 alcança auge econômico e respeitabilidade. A tônica da *revue* foi dar ênfase às distinções entre os “dois mundos”: o Velho e o Novo; o civilizado e o selvagem. Dividida em seções – viagens, história-filosofia, literatura, ciências e variedades – o periódico francês era composto de artigos curtos e longos, além de uma crônica e alguns suplementos. Essa revista quinzenal possuía um aspecto conservador em seu estilo; tanto que as ideias ousadas ou estéticas inovadoras costumavam ser banidas para não correrem o risco de desagradar o leitor burguês. (CAMARGO, 2008). Em nosso trabalho foi feito um extenso levantamento de artigos sobre o Japão publicados na *Revue des deux mondes*, de 1858 a 1929. Os exemplares da *revue* se encontram disponíveis, em forma digitalizada, no website <http://gallica.bnf.fr/ark>. O limite temporal de nossa investigação foi determinado pela concentração, dentro da revista, de publicações de artigos relacionados ao Japão entre a segunda metade do século XIX e começo do século XX.

*Revue des deux mondes* foi um dos importantes meios de difusão das ideias francesas no Brasil e, conseqüentemente, fonte de informação sobre o Japão e os japoneses. Várias citações de políticos brasileiros que discutiam a entrada de asiáticos no Brasil vinham da referida revista francesa. Ela foi, muitas vezes, o aval das argumentações inseridas nos debates raciais e de imigração em nosso país, como atesta Lesser (2001).

Outro periódico de variedades, desta vez brasileiro, que contribuiu com a divulgação da imagem do Japão e dos japoneses no Brasil no começo do século XX, foi a Revista *Kosmos*.<sup>4</sup> Essa revista carioca teve 64 números entre janeiro de 1904 e abril de 1909; e contava com distribuidores por todo o país. Voltada, sobretudo para a burguesia carioca que tomava os periódicos franceses como referência, *Kosmos* teve como contexto histórico a “euforia urbanizadora” da cidade do Rio de Janeiro<sup>5</sup> que representava “o esforço brasileiro de europeizar-se, de promover uma imagem favorável e “vendável” do país” (DIMAS, 1983). A partir dessa perspectiva as descrições sobre o aspecto pitoresco das cidades japonesas e a cultura “bizarra” dos nipônicos ganharam destaque nos artigos da Revista *Kosmos*, cujos leitores, sobretudo cariocas, não podiam deixar de contrapor a bizarrice das cidades e da população japonesa ao processo de modernização e urbanização da capital federal brasileira. Esses contrastes com países exóticos e longínquos, num momento de afirmação do orgulho nacional, foram bastante convenientes a uma sociedade que se pretendia culta e refinada, como foi o caso da burguesia brasileira.

Portanto, diante deste panorama histórico específico e de uma documentação interessante ainda não trabalhada no Brasil, que vai desde artigos acadêmicos a

---

<sup>4</sup> Foram consultados os 64 exemplares da Revista *Kosmos* (1904-1909). Acervo da Biblioteca Acácio José Santa Rosa, UNESP – Assis e acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> *Rio civiliza-se* ou *O Rio de Janeiro do Bota-Abaixo* eram os *slogans* referentes às mudanças urbanísticas de modernização que o governo brasileiro desejava promover na capital federal. A intenção era transformar a cidade do Rio de Janeiro em cartão-postal brasileiro no cenário internacional e acabar com a sensação de inferioridade que a capital argentina, com a construção de sua Avenida Trece de Mayo, causava à elite carioca (LESSA, 2001).

impressões de viagem ao Japão de autores franceses, objetivou-se realizar, primeiramente, uma análise das narrativas de viagem francesas ao Japão. Em segundo lugar, mostrar como esse discurso francês foi apropriado pelos intelectuais brasileiros e utilizado para a construção da representação social dos imigrantes japoneses e também da própria nação brasileira, envolvendo reflexões e discussões acerca dos problemas raciais e de formação de identidade no Brasil. O objetivo primordial aqui não é apontar as marcas francesas no discurso brasileiro sobre o Japão, mas apresentar como os autores brasileiros se apropriaram das ideias francesas sobre os nipônicos para seu próprio benefício, selecionando temas e ângulos favoráveis e descartando ou minimizando o que era problemático para a constituição da representação do Brasil diante do Velho Mundo e dos Estados Unidos. Enfim, salientar que todo esse esforço foi para provar que a nossa nação, apesar de não fazer parte do círculo de países desenvolvidos, ao menos, em comparação ao Japão, era cosmopolita, civilizada e moderna e estava preocupada em solucionar o seu problema de identidade nacional na medida em que proibia a entrada de imigrantes da raça negra e restringia a da raça amarela.

É preciso frisar também que nesse estudo das práticas de apropriação, seguiremos a linha de estudos da Nova História Cultural, conduzida por Roger Chartier (1988, p. 16-17) que busca “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

Assim, partindo desse pressuposto, notamos que o Brasil não poderia se apropriar integralmente do discurso francês sobre o Japão, pois cada grupo ocupava uma posição diferente, senão oposta no seio internacional. A França discursava no papel de país desenvolvido, colonialista e branco, ao passo que o Brasil era “atrasado”, ex-colônia e uma economia complementar da Europa, além de ser visto como degenerado

pela miscigenação. Diante do exposto, verificamos que cada grupo forjou o seu discurso, e que as suas percepções do social produziram representações carregadas de subjetivismo, nas quais estratégias e práticas sociais e políticas foram produzidas para legitimarem ou justificarem suas escolhas e condutas. Nesse processo o mais interessante é verificar como certos temas foram tratados tanto no discurso francês, quanto no brasileiro, para, então, compreender como cada grupo tentou impor a sua concepção de mundo social e seus valores.

Um exemplo concreto disso pode ser constatado nos debates da Assembleia Nacional Constituinte de 1933, nos quais os discursos racistas dos franceses sobre os japoneses, elaborados no século XIX e começo do século XX, ressurgiram nos palcos brasileiros com uma nova leitura e em conjunção com as ideias e as opiniões norte-americanas.

Mas como se deu, efetivamente, esse processo de apropriação do discurso francês sobre o Japão e a elaboração de um discurso brasileiro cosmopolita, civilizado, não-comunista e racista (apesar de os intelectuais brasileiros da época afirmarem que no Brasil não havia preconceito de raça)? Ao que parece, os brasileiros ao apontarem o “exotismo” do povo japonês sentiam-se, culturalmente, alinhados à França.<sup>6</sup> Fato que pode ser traduzido como: nós, brasileiros, somos mais “civilizados” do que os japoneses em termos culturais, morais e religiosos.<sup>7</sup> No entanto, nos “bastidores”, o modelo japonês de industrialização e ocidentalização, o seu alto índice de alfabetização em massa, a sua potência militar e o seu orgulho nacional pairavam como uma nuvem negra

---

<sup>6</sup>Desde o período das grandes descobertas marítimas, o homem ocidental procurou, em povos e culturas longínquas, o ideal exótico. Entretanto, ao contrário do que Segalen propôs (o autor condenou a visão racial, imperialista e superficial propagada por viajantes e exploradores europeus no século XIX, os quais não respeitavam a cultura e os valores do Outro), a maioria dos viajantes procurava no exotismo uma forma de valorizar sua própria cultura, expondo assim um tipo de nacionalismo (SEGALEN, 1986).

<sup>7</sup> Para Todorov, exotismo e nacionalismo são termos relativos, ou seja, dependem dos valores dos observadores, pois nada mais é do que um julgamento de valor (TODOROV, 1989).

sobre o complexo de inferioridade de cada cidadão da elite burguesa brasileira. Era notório que por trás dessa pretensa superioridade, desse discurso cosmopolita e cristão, que aumentava a nossa auto-estima e amenizava o nosso complexo de inferioridade diante da pobreza e do atraso do Brasil, os autores brasileiros invejavam o progresso nipônico. A pose aristocrática de muitos diplomatas brasileiros que visitaram o Japão era uma forma de compensação, diante da façanha japonesa, tão desejada por muitos países de Terceiro Mundo da época: alcançar o progresso sem perder a identidade nacional. No caso do Brasil, não se tinha nem o progresso, tampouco a definição de sua identidade. Era natural, portanto, que a elite brasileira, ao produzir discursos sobre o Japão, se utilizasse de estratégias e práticas políticas a fim de inserir percepções sociais não só do “Outro”, mas também de si mesma no imaginário da sociedade brasileira.

É relevante comentar que a concepção francesa do termo “civilização”, segundo Norbert Elias (1994, p. 23), expressava: “[...] a consciência que o Ocidente tinha de si mesmo [...]”. Norbert (Ibid., p. 24) explica ainda que na acepção francesa, em particular, o termo civilização “[...] representava o orgulho pela importância de sua nação para o progresso Ocidental e da humanidade, [...] e poderia se referir a fatos políticos ou econômicos, religiosos, técnicos, morais ou sociais”. Estavam também implícitas as ideias de refinamento e suavização das maneiras, bem como o de urbanidade. Assim, podemos concluir que o Brasil, que na época não gozava de prestígio internacional nos campos político, econômico e social, ao menos, sob o ponto de vista cultural, moral e religioso desejava mostrar-se próximo ao modelo francês. A incorporação das maneiras refinadas da etiqueta francesa por parte da elite brasileira é ressaltada por nossos estadistas em seus discursos “[...] procurando compensar-se de sua latino-americanidade”, na expressão de Antônio Dimas (1983, p. 5) usada em outro contexto.

No tocante à influência francesa é preciso esclarecer que ela sofreu uma transformação no início do século XX, quando o Brasil passa a se afastar, sobretudo economicamente da Europa e se alinhar com os Estados Unidos. Mesmo assim, segundo Mário de Andrade (1993) “espiritualmente” a nação brasileira continuou ligada às ideias e ao pensamento francês, até o final da década de 1940. Ainda na visão deste autor (Ibid., p. 5), que em 1935 escreveu sobre esse assunto, não houve propriamente “[...] diminuição de influência francesa, e sim engrandecimento do Brasil [...]”, e que devido ao novo contexto mundial, não era mais possível o brasileiro manter-se fiel e exclusivo ao seu “amor” (a França). Por outro lado, Mário mostra-se preocupado com o avanço cultural agressivo dos Estados Unidos sobre o Brasil, cuja distância tanto econômica, quanto psicológica entre os dois países poderia tornar a influência dominação. Ao passo que a influência francesa no Brasil é a que mais trazia equilíbrio e a que, nas palavras do autor (Ibid., p. 5): “[...] mais nos permite o exercício de nossa verdade psicológica nacional, a que menos exige de nós a desistência de nós mesmos.”

Se a influência norte-americana, nas manifestações brasileiras de preconceito e discriminação racial e étnica contra imigrantes japoneses ao longo das décadas de 1920 e 1930, é tida como certa por muitos pesquisadores (Luizetto, 1975; Carneiro Leão, 1990; Lesser, 2001), a referência francesa, por sua vez, não entra no rol das discussões. Traçando um panorama da produção de pesquisadores que trataram de alguma forma a representação do japonês no Brasil, constatamos que as pesquisas nesse campo ainda são reduzidas. Até há pouco tempo a historiografia privilegiava temas ligados aos aspectos sociais e econômicos dos imigrantes japoneses no Brasil como: o processo histórico da imigração japonesa no Brasil (Nogueira, 1973), as questões de assimilação e integração dos japoneses no Brasil (Saito, 1973), as dificuldades de adaptação dos imigrantes japoneses nas lavouras de café (Handa, 1980). Dentro do conjunto desses

estudos nenhum deles, no entanto, menciona a relevância da influência francesa no discurso brasileiro sobre o Japão.

Mesmo nas pesquisas mais recentes, não encontramos tal abordagem, como é o caso da historiadora Celina Kuniyoshi, autora da obra *Imagens do Japão* (1998), que apresenta em seu livro uma análise das narrativas de viagem ao Japão escritas por brasileiros dentro da perspectiva do exótico. A conclusão da autora é de que a imagem do Japão de país de samurais, geishas e cerejeiras não veio só do convívio com imigrantes japoneses e seus descendentes, mas das narrativas de viagem, tanto de brasileiros como de franceses e portugueses. Por conseguinte, seu trabalho se delimita em demonstrar a importância dessa literatura de viagem produzida por brasileiros e alguns estrangeiros para a construção da representatividade dos japoneses no Brasil, mostrando que seu estudo manteve-se distante da ideia de apropriação e adaptação do discurso francês.

Outra historiadora que trabalhou com a questão imigratória foi Célia Sakurai (2000) que defendeu em sua obra a importância das companhias colonizadoras japonesas na construção da imagem do imigrante japonês no Brasil. Para essa autora, a própria ascensão social e econômica dos imigrantes japoneses na década de 1930 auxiliou também na construção positiva da imagem dos japoneses, e afirma que a ideia de “perigo amarelo” foi introduzida no Brasil na década de 1910 pelo Uruguai e Argentina. Portanto, o foco da autora foi demonstrar a eficiência do esquema da imigração tutelada que, segundo Sakurai, se desmantelou com a eclosão da II Guerra Mundial.

Além das pesquisas nacionais, convém ressaltar o estudo do brasilianista norte-americano Jeffrey Lesser (2001) que publicou no Brasil a obra *A negociação da identidade nacional*, que se tornou, provavelmente, o mais conhecido trabalho nesse

campo de pesquisa. Seu foco foi discutir o significado de brasilidade para os imigrantes não-europeus, ou seja, como eles “negociaram” a identidade deles e as reações a essas tentativas. Lesser faz uma vasta investigação de seu tema com a utilização vigorosa de documentos oficiais do governo brasileiro e da imprensa escrita da época. Entretanto, as narrativas de viagem também fizeram parte de suas fontes. Para o historiador americano, os viajantes brasileiros se basearam nas obras do diplomata português Wenceslau Moraes para relatarem o Oriente, em especial o Japão, e criarem uma imagem do Japão e de sua gente. Contudo, o autor não deixou de ressaltar a influência norte-americana nas questões imigratórias no Brasil, em particular, dos imigrantes japoneses. Um ponto de destaque está na distinção que Lesser faz entre os artigos e livros escritos por viajantes “ocidentais” e brasileiros; pois, para ele (Ibid., p. 266-267), enquanto “[...] os imperialistas europeus e norte-americanos, cheios de autoconfiança, retratavam a Ásia como um lugar a ser ocupado, possuído e talvez redimido”, os brasileiros, por sua vez, “[...] tendiam mais à emulação (da modernização do Japão) que à posse”. Portanto, fica claro, nessa passagem, que o autor não faz nenhuma correlação entre o discurso francês e o brasileiro, tampouco menciona a hipótese de apropriação e adaptação. Os dois discursos (brasileiro e estrangeiro) são vistos como distintos e independentes.

Outro exemplo contemporâneo é a obra *Matizes do “Amarelo”*, de Rogério Dezem (2005) que busca no período anterior à entrada dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil aquilo que ele (Ibid., p. 32) chama de “[...] a gênese dos elementos formadores do pensamento filo e antinipônico”. Dezem reconstitui o processo histórico da imigração asiática no Brasil e seus debates contra e a favor da entrada de asiáticos no país, os quais tomavam como base as impressões de norte-americanos, e conclui que o

discurso brasileiro sobre os chineses perpetuou-se e influenciou na imagem dos japoneses, pelo menos, sob o ponto de vista etnológico.

Diante desse quadro, pareceu-nos inovadora, pelos motivos expostos, fazer uma reflexão sobre a representação social do Japão no Brasil, via França. Além de investigar a apropriação do discurso francês, efetuada pela elite brasileira, será analisado também o esforço dos brasileiros em selecionar e adaptar modelos, elaborar discursos e legitimar pensamentos e condutas com relação às pautas: imigração, identidade e preconceito racial no período de 1860 e 1945.

A delimitação temporal de nossos estudos teve três motivos principais: o primeiro foi a concentração de publicações de obras francesas sobre o Japão na segunda metade do século XIX, e de obras brasileiras entre o final do século XIX e primeira metade do século XX; o segundo foi por conta das discussões em torno da entrada de asiáticos no Brasil terem início a partir da década de 1860 e se estenderem até o final da Segunda Guerra Mundial em 1945, por fim, o terceiro motivo foi a forte presença francesa no pensamento brasileiro durante esse período.

Para finalizar, o trabalho proposto desenvolve-se em dois grandes capítulos. No primeiro – “O discurso francês sobre o Japão” – procuramos apresentar e analisar a produção de artigos e narrativas de viagem sobre o Japão e os japoneses escrita pelos franceses e publicada, em sua maioria, na *Revue des deux mondes* entre a segunda metade do século XIX e início do século XX. Esse capítulo é fundamental para, posteriormente, compreendermos o processo de apropriação e adaptação do pensamento francês realizado pelos viajantes e estadistas brasileiros na produção de seus discursos sobre sua própria representação social e a do japonês. No capítulo seguinte – “O discurso brasileiro sobre o Japão” – foram analisados narrativas de viagem e artigos de jornais e revistas brasileiros, com destaque à Revista *Kosmos* que durante sua circulação

entre 1904 e 1909 publicou diversos artigos que remetiam à cultura e à sociedade japonesa da época. Interessou-nos, nesse capítulo, apontar as releituras feitas pelos brasileiros dos discursos franceses sobre o Japão, ou seja, analisar a apropriação e adaptação das ideias francesas sobre os japoneses feitas pelos viajantes e estadistas brasileiros e suas implicações com as questões de identidade, imigração e preconceito racial.

# 1. O discurso francês sobre o Japão (1858-1930)

## 1.1. Os primeiros contatos

Em meados de 1850, a França, como todos os países do mundo, tinha poucas informações a respeito do Japão. Sabia-se apenas que era um país feudal e que estava isolado há quase duzentos e cinquenta anos<sup>8</sup>. Entretanto, com a assinatura do primeiro Tratado de Paz, Amizade e de Comércio com o Japão em 1858, a França conseguia, finalmente, uma aproximação concreta com o governo de Edo. Neste período de redescoberta, foram os viajantes, oficiais da marinha e diplomatas que mais se sentiram aptos para escrever sobre o Japão e a sua gente<sup>9</sup>.

Alfred de Moges (1860 apud BEILLEVAIRE, 2001)<sup>10</sup>, secretário da Embaixada Francesa em Edo, ao participar das negociações da assinatura do Tratado, dá as primeiras impressões francesas sobre a terra e o povo japonês.

Moges parece ter ficado impressionado e bastante satisfeito ao ver a receptividade dos nipônicos às abordagens dos estrangeiros. Sua impressão de povo feliz era resultado dos sorrisos fáceis que encontrava pelas ruas japonesas, ao contrário

---

<sup>8</sup> A primeira tentativa de reaproximação ocidental foi feita pela esquadra norte-americana do comandante Matthew Perry (1794-1858), que atracou em Uruga, na baía de Tóquio, no ano de 1853. Apesar das resistências iniciais, o governo japonês acabou cedendo às forças americanas e, no ano seguinte, em 1854, assinou o primeiro Tratado de Amizade e Comércio com um país ocidental, desde o fechamento dos portos japoneses em 1603. Posteriormente, outros países também realizaram acordos com o Japão, como foi o caso da Inglaterra, França e Rússia. (YAMASHIRO, 1978).

<sup>9</sup> Patrick Beillevaire reúne em sua obra *Le Voyage au Japon. Anthologie de textes Français. 1858-1908* vários artigos sobre o Japão e os japoneses que foram publicados nas revistas francesas, especialmente, a *Revue des deux mondes* e também capítulos de livros.

<sup>10</sup> MOGES, Alfred. L'Ambassade Du Baron Gros et Le Premier Traité Entre La France et Le Japon. Comparaison entre Japonais et Chinois. In : **Souvenirs d'une Ambassade en Chine et au Japon en 1857 et 1858 par le Mis de Moges**. Paris : L. Hachette, 1860, 350 p. Texto originalmente publicado na **Revue des deux mondes**. Annuaire des deux mondes. Histoire générale des divers états. (1858-1859). Paris : Volume IX. mai, 1860.

do que acontecia, segundo o autor, com os chineses. Mas as comparações<sup>11</sup> não pararam por aí. Na visão desse francês o maior triunfo dos japoneses sobre os *chins* estava na grande disposição dos nipônicos em assimilarem a cultura europeia, enquanto que os chineses desprezavam tudo o que não fazia parte da “raça dos cabelos negros”. O autor tenta, inclusive, justificar a diferença étnica entre chineses e japoneses, em que, estes últimos entram na classificação de “brancos”. Essa aprovação de Moges, em ver os povos de “países pitorescos” assimilarem a cultura e a civilização ocidental, revela bem o pensamento colonialista francês da época, em que, no caso do Japão, os franceses estimularam o rompimento com o passado feudal e a sua cultura popular (primeiro passo para dominação e submissão) (PRATT, 1999, p. 31). Por outro lado, a valorização da natureza e da paisagem selvagem do Oriente, dada pelos europeus, acentuou o caráter primitivo dos asiáticos frente às inovações tecnológicas do Ocidente. O autor faz questão de descrever a natureza selvagem e a paisagem pitoresca do porto de Shimoda de forma quase onírica, ressaltando, assim, a sua impressão de lugar exótico, o que pode ser traduzido como diferente da Europa.

O encantamento pelo Japão estava longe da “paisagem pitoresca” mencionada pelo autor. Na verdade, como oficial do governo francês, seu maior interesse estava na concretização do Tratado Comercial e nos benefícios econômicos desse acordo. A disposição dos japoneses em assimilarem a cultura ocidental era vista por Moges como possibilidade real de maior abertura política e comercial do Japão aos produtos e ao imperialismo francês. Moges tinha uma ideia de relação ativa e passiva entre as culturas, em outras palavras, a cultura superior seria o agente ativo do processo, enquanto que a cultura inferior seria a passiva, que receberia os conhecimentos das

---

<sup>11</sup> Na época, os ocidentais não faziam muitas distinções entre japoneses e chineses.

civilizações adiantadas, sem resistência, assimilando-os, o que, conseqüentemente, coloca os europeus em uma posição de domínio, e os japoneses, de subordinação.

Já Charles de Chassiron (1861 apud BEILLEVAIRE, 2001)<sup>12</sup> que, como Moges, também acompanhou o barão Gros na assinatura do Tratado franco-japonês, tinha uma opinião mais cautelosa que seu companheiro com relação aos japoneses. Para ele, o Japão, dentro das condições atuais de seu temperamento social, de suas ideias religiosas e de seus costumes em:

[...]ses futurs contacts avec des civilisations plus avancées que la sienne, et, peut-être, à ce titre, pour lui, plus dangereuses, le peuple japonais n'éprouve, dans le présent, aucune tendance aux nouveautés, qu'elles s'appellent politique ou qu'elles s'appellent religion (Ibid., p.33).

Chassiron parece ter tido dificuldade de se adaptar aos costumes japoneses e suas reclamações foram constantes, especialmente sobre a bebida e a comida locais, descritas como intragáveis. Apesar da recepção calorosa em Shimoda, Chassiron é tomado por um sentimento de tristeza quando pensa em seu país. Ele discorreu, com melancolia, sobre suas tristes horas pensando na distância enorme que o separava de seu país e de seus hábitos, confessando sentir um isolamento moral em meio a tantos estrangeiros.

Chassiron permanece ambíguo em sua avaliação sobre os japoneses. Durante sua visita a Nagasaki em outubro de 1858, o barão francês prefere não fazer considerações definitivas e afirma que somente o tempo poderá revelar ao certo os defeitos e as verdadeiras qualidades dessa sociedade tão estranha e ainda tão inexplicável que, ao lado da espionagem e da prostituição não somente toleradas, mas aceitas, também mantinha instituições públicas que abrigavam gente inválida e pobre. Em visão quase que profética Chassiron também se dizia temeroso com a forma de governo e a falta de

---

<sup>12</sup> CHASSIRON, Charles de. Une invitation à déjeuner chez le gouverneur de Shimoda. In: **Notes sur le Japon, la Chine et l'Inde**. (1858-1859-1860). Paris: Dentu, 1861, 23-26 p.

crença religiosa dos japoneses, as quais levariam o Japão a ser um país agressivo e militarista no futuro.

Nesses primeiros tempos de contato entre franceses e japoneses, alguns acadêmicos também se dedicaram aos estudos japoneses como foi o caso de Leon de Rosny (CHAILLEU, 1990) <sup>13</sup> que foi um profundo estudioso da língua e cultura japonesa. Internacionalmente respeitado, Rosny (1862) foi colaborador da *Revue de l'Orient* em 1854 e em 1856, publicou *Introduction à l'étude de la langue japonaise*<sup>14</sup>, considerado o primeiro estudo sistemático da língua japonesa na França. Rosny acreditava que o conhecimento da língua era algo indispensável em qualquer estudo etnográfico, pois é ele que irá fornecer meios para a compreensão do país. Por acreditar que a etnografia era um estudo físico, moral e intelectual da humanidade, em seu significado mais profundo e complexo, Rosny questionou a legitimidade dos discursos sobre o Japão publicados, sobretudo, na *Revue des deux mondes*, e criticou as observações, em sua opinião, superficiais feitas pelos autores dos artigos da *revue*, os quais foram chamados, por Rosny, de amadores (CHAILLEU, 1990). Sua grande contribuição à divulgação dos estudos japoneses foi a realização, em 1873, do Primeiro Congresso Internacional de Orientalistas que permitiu a circulação de informações entre outros acadêmicos. Como homem de seu tempo, não resta dúvidas de que Rosny manteve um olhar determinista sobre a questão étnica, o que não invalidou o seu trabalho, especialmente, no campo lingüístico.

---

<sup>13</sup> Leon de Rosny (1837-1914) iniciou os estudos de língua japonesa na França na década de 1850, período em que os conhecimentos sobre o Japão eram escassos. Foi etnógrafo, orientalista e fundador da *Société d'Ethnographie Orientale et Américaine* em 1859, além de organizador do Primeiro Congresso Internacional de Orientalistas (1873) e primeiro professor de japonês na França.

<sup>14</sup>Esse trabalho foi publicado e comentado em vários periódicos franceses dentre eles: *Journal Asiatique*. Tome XX, julho de 1862 e *L'Ethnographie*, 1860.

Em um dos seus primeiros artigos sobre o Japão, Rosny (1862) também faz comparações entre japoneses e chineses, tomando como base a comitiva da Embaixada Japonesa, composta de trinta e sete pessoas, que esteve na Europa em 1862.

Rosny inicia o seu texto falando dos tipos orientais e da tendência das pessoas, numa primeira abordagem, de encontrar semelhanças entre os tipos japoneses e chineses; porém, para ele, um exame mais minucioso prova que há diferenças bem distinta entre os dois. Baseando-se em algumas informações sobre os orientais enviadas pelo barão van der Capellen, antigo governador das Índias holandesas<sup>15</sup>, ao senhor Jomard, Rosny afirma que a visão do barão era mais uma prova da superioridade do povo japonês em relação a todas as nações asiáticas, por conta de seu interesse pelo progresso das ciências do Ocidente, bem como os movimentos políticos. Podemos concluir que Rosny, da mesma forma que Alfred de Moges, acreditava na “evolução” de povos “indígenas” (como eram chamados os japoneses) em contato com uma civilização adiantada.

---

<sup>15</sup> Na época do isolamento (1603-1853), o Japão manteve contatos apenas com a China e a Holanda.

## 1.2. Período de resistência à entrada de estrangeiros no Japão

A imagem positiva do Japão, de país pitoresco, autoridades cordiais e povo interessado pela cultura ocidental, aos poucos, foi sendo maculada pelas inúmeras revoltas internas que estouraram em meados da década de 1860 vitimando, principalmente, estrangeiros residentes no Japão. Começava um período de hostilidade aos ocidentais e de resistência dos japoneses contrários à reabertura ao Ocidente. A situação piorou quando em 1863, o Shogun Iemochi Tokugawa ordenou que todos os estrangeiros deixassem o Japão. Alfred Roussin<sup>16</sup> (1866 apud BEILLEVAIRE, 2001), secretário do almirante Charles Jaurès e comandante da frota francesa ao Extremo Oriente, fica indignado com a expulsão de estrangeiros expressa pelo Imperador japonês. Segundo ele, as autoridades japonesas não estavam reconhecendo os perigos de uma política agressiva como aquela. Para Roussin, os japoneses eram selvagens preocupados com a invasão estrangeira, e o governo nipônico não tinha autoridade para conter as constantes chacinas de ocidentais e os atos de selvageria.

No decorrer dos anos seguintes, outros relatos de violência foram sendo publicados sobre o Japão. Rodolphe Lindau (1863), secretário do ministro francês de negócios exteriores, foi ao Japão pela primeira vez em 1860, quando aprendeu a língua japonesa em seus dois anos de estada e publicou o artigo “Un voyageur autour du Japon” na *Revue des deux mondes* em 1863. Lindau fez um relato preciso da situação dos residentes estrangeiros no Japão, num período conturbado de transição política japonesa.

A crise estava centrada na resistência da classe dos samurais às mudanças do sistema político e à ocidentalização do Japão, conseqüentemente, à entrada de

---

<sup>16</sup> ROUSSIN, Alfred. **Une campagne sur les côtes du Japon**. Paris: Hachette, 1866. 285 p.

ocidentais. Para piorar a situação, o governo japonês adotou medidas contra os estrangeiros, restringindo a circulação deles por todo o território nipônico. A lista de vítimas do fanatismo japonês crescia a cada dia. Os ataques hostis contra os estrangeiros pelas ruas de Yokohama criaram uma imagem negativa do povo japonês. Lindau descreve com muito dramatismo toda aquela situação vivida pelos ocidentais e conclui que a fúnebre história das relações franco-japonesas havia sido escrita em letras de sangue.

Durante uma viagem que Lindau faz a Kamakura e a Enoshita, o autor ressentia-se da limitação imposta aos estrangeiros pelo governo japonês, mas alega que essa postura de ostracismo parte somente da aristocracia feudal, pois o povo japonês amava os estrangeiros.

O depoimento de Lindau é um exemplo de prática discursiva sentimental que, ao lado dos textos informativos e científicos, também era utilizada pelos europeus para criar a imagem de um Ocidente vítima das barbáries de povos primitivos (PRATT, 1999), em outras palavras, os homens brancos eram figuras inocentes e benignas, verdadeiros “heróis” que resistiam aos perigos em prol de uma missão civilizadora. Os estrangeiros mortos pelo fanatismo japonês reforçam essa inversão de papéis passivo e ativo, na qual, dessa vez, são os europeus que recebem a ação dos “primitivos”.

A palavra “pitoresco”, utilizada para qualificar o Japão nos primeiros relatos de franceses, é substituída por outras bem menos simpáticas como: “selvagem”, “bárbaro”, “estranho” e “bizarro”. Apesar do discurso de superioridade da raça branca, Lindau admite levemente que, após certo tempo de convívio com os japoneses, os ocidentais acabavam assimilando alguns modos de pensar e certos costumes da cultura japonesa.

O autor toma como exemplo um fato bastante curioso que ocorre em meio àquela agitação toda na cidade de Yokohama: a construção de uma casa de chá, a

*Yankiro*, fundada para servir os estrangeiros. Durante a sua inauguração, Lindau percebe que ele e outros estrangeiros residentes no Japão estavam, aos poucos, sendo influenciados pelos costumes nipônicos, ao sentirem uma imensa satisfação em freqüentar uma casa de chá, em vez de um *café* – que tinha uma identidade mais próxima com a França. Apesar do breve momento “estranho”, Lindau, rapidamente, retoma a sua posição dominante de agente ativo na subordinação de culturas inferiores.

Os ataques xenófobos continuam ao longo da década de 1860, o que faz os europeus repensarem a ocidentalização dos japoneses e a vontade dos nipônicos em assimilarem a cultura ocidental. A admiração que os primeiros franceses demonstraram pela aptidão japonesa em adotar uma cultura estrangeira havia desaparecido nesse período de conflitos e perseguição. Eles perceberam, posteriormente no final do século XIX, que a disposição de imitar os ocidentais não era sinônima de submissão a uma cultura superior, tampouco de maior abertura comercial; na verdade, os japoneses não estavam sendo subjugados com o contato ocidental, mas, fortalecidos. Os franceses, assim como outros europeus, passam a afirmar que o contato do Japão com o Ocidente não havia trazido a salvação a esse povo feudal e indígena; mas, pelo contrário, que um monstro despótico, autoritário e fanático havia despertado e que se declarava inimigo dos estrangeiros.

Rodolphe Lindau, em outro artigo (1861 apud BEILLEVAIRE, 2001, p. 54)<sup>17</sup>, volta a falar sobre a superioridade ocidental face “àquela gente estranha”, quando os conflitos no Japão haviam cessado e os estrangeiros podiam voltar a circular sem perigo:

---

<sup>17</sup> LINDAU, Rodolphe. Description de Yédo. Lettre d'un voyageur. In : **Revue orientale et américaine**. V, VI, 1861. 5-13 p, 19-27 p.

Aujourd'hui nous sommes libres et passons fièrement au milieu de cette population étrange, curieuse et en partie hostile ; et tant est grand l'ascendant qu'exerce la réputation de la force, du courage et de la supériorité incontestable des hommes de l'Occident que partout on se range sur notre passage, soit respectueusement, soit timidement.

Para Lindau, a hostilidade dos samurais, que ameaçava os estrangeiros, não foi páreo para a força e a coragem dos homens ocidentais, os quais eram respeitados e temidos pelos nativos. Assim, na visão do autor, os europeus foram forçados a se imporem diante das barbáries dos indígenas e abrirem o caminho para o pensamento ocidental.

Com os sucessos militares dos representantes dos países ocidentais contra as hostilidades dos samurais, os franceses voltam a acreditar nos benefícios e nas vantagens dos tratados comerciais assinados pelos países estrangeiros com o Japão. Alfred Roussin (1866 apud BELLEIVAIRE, 2001)<sup>18</sup> é um dos que crê que o Japão irá progredir, muito vagarosamente, na medida em que os contatos com a civilização<sup>19</sup> europeia se tornem crescentes e ininterruptos, e que a classe alta do povo japonês está certa ao afirmar que o problema está nas “ideias igualitárias”, as quais eram vistas como uma ameaça aos seus privilégios.

Para esses viajantes franceses, toda aquela demonstração de hostilidade e violência dos japoneses contra a entrada dos ocidentais e suas ideias reformistas era interpretada como reação típica de um povo atrasado que desconhecia o significado do termo “civilização”, o qual, na França, estava ligado às ideias fisiocratas que repugnavam um governo arbitrário e irracional (NORBERT, 1994). Para os franceses, o governo japonês ainda precisava, para se tornar uma nação “civilizada”, pacificar aquele povo turbulento, dar maior abertura comercial ao Ocidente e abolir a restrição aos estrangeiros. Utilizando esses argumentos, os franceses tentaram implantar a ideia de

---

<sup>18</sup> ROUSSIN, Alfred. **Une campagne sur les côtes du Japon**. Paris: Hachette, 1866.

<sup>19</sup> O julgamento dos valores morais dos japoneses foi uma constante na fala dos viajantes franceses, ou melhor, eles consideravam seus valores absolutos e universais e os levaram para além das fronteiras. Esse pensamento, segundo Todorov, faz parte da história do etnocentrismo na França, onde os moralistas do século XVII acreditavam que a teoria deles poderia ser aplicada a todos os homens. TODOROV (1993).

superioridade ocidental na mente dos nipônicos; contudo, o que esses viajantes não esperavam era uma demonstração de autoconfiança do Japão, cujas fronteiras e identidade nacional já haviam sido estabelecidas há séculos.

Foi o que o colaborador sobre assuntos orientais da *Revue des deux mondes*, o almirante Charles Jules Layrle pôde perceber em sua visita ao Extremo Oriente. Em seu artigo “Le Japon en 1867” publicado na *Revue des deux mondes* (1868), o almirante francês, que esteve no Japão de 1863-1865, relatou os acontecimentos políticos do regime feudal, o estabelecimento da Europa no Japão e o papel dos europeus diante do despotismo do governo nipônico. Layrle aconselhou cautela aos ocidentais que pretendiam estabelecer negócios no Japão, devido ao exagerado amor-próprio dos “indígenas”. Para ele, os europeus deviam se preocupar mais com o lado comercial e menos com o lado espiritual dos japoneses. Layrle e outros viajantes franceses interpretam (ou querem interpretar) as restrições aos estrangeiros impostas pelo governo japonês como uma atitude de povo bárbaro que desconhece os princípios de liberdade do Ocidente, e não como meio de proteção à entrada e ocupação de países imperialistas. E parece ter sido justamente com a intenção de proteger o Japão contra a dominação ocidental que o governo japonês autoriza a construção do arsenal de Yokosuka, em 1866. Leon Roches (1809-1901), ministro plenipotenciário, enviado ao Japão em 1864, comanda a construção do arsenal, após convencer as autoridades nipônicas sobre a importância de uma defesa militar. Ironicamente, dois anos mais tarde, em 1868, Roches escreve um relatório sobre o massacre da marinha francesa em Sakai e a sua negociação de indenização junto ao governo japonês (ROCHES, 1869 apud BEILLEVAIRE, 2001)<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> ROCHES, Leon. **Documents diplomatiques**. Paris : Imprimerie impériale, n°XI, janvier 1869.

Enfim, na maioria dos relatos sobre o Japão, produzidos pelos franceses na década de 1860, a imagem era de um país violento, hostil aos estrangeiros, xenófobo e de autoridade despótica. Contudo, a década seguinte foi mais amena para os estrangeiros residentes no Japão. Para alguns europeus, como Théodore Duret<sup>21</sup>, o xogunato, finalmente, havia sido destruído e o Japão deixava seu passado feudal para operar uma transformação profunda em sua civilização. O velho Japão pitoresco, na visão desse francês, entrava em uma nova fase de paradigmas econômicos e culturais, preparando-se para receber “os germes da civilização e desenvolvimento”, trocando o modelo chinês pelo europeu, após os japoneses perceberem a superioridade da Europa sobre a China (DURET, 1874 apud BEILLEVAIRE, 2001, p. 845)<sup>22</sup>. No entanto, Duret, como boa parte dos europeus da época, não havia se dado conta que as mudanças políticas não transformam a consciência humana, os sistemas de significação e as hierarquias de valor (PRATT, 1993); no caso japonês, a ocidentalização e a desfeudalização do Japão não produziram, de um dia para o outro, a desfeudalização dos valores do povo.

---

<sup>21</sup> Seu nome aparece com frequência na *Revue des deux mondes* ao longo da segunda metade do século XIX.

<sup>22</sup> DURET, Théodore. **Voyage en Asie, par Théodore Duret**. Le Japon, la Chine, la Mongolie, Java, Ceylan, l'Indie (1871-1872). Paris : Michel Lévy frères, 1874. IV-367 p.

### 1. 3. A ocidentalização do Japão

George Bousquet (1846-1937), que esteve no Japão entre 1872 e 1876, na qualidade de consultor jurídico e professor de Direito a convite do governo imperial japonês, foi importante fonte de informações sobre o Japão para os escritores-viajantes posteriores. Entre 1874 e 1878, esse jurista francês publicou uma série de artigos sobre o Japão na *Revue des deux mondes* que, mais tarde, foram reunidos em uma obra de dois volumes.

Bousquet procurou analisar os japoneses dentro de um contexto histórico muito peculiar: o de uma nação em processo de democratização, mas que, segundo o autor, ainda desconhecia a liberdade política e que continuava a viver sob despotismo enérgico. Bousquet (1875) tomou como referência para suas análises um dos instrumentos, a seu ver, mais poderosos na formação da educação nacional: a mídia impressa. Contudo, na opinião do autor, “a imprensa indígena”, apesar dos esforços em driblar o rigor excessivo do governo japonês e dar conta da fermentação das ideias, tinha ainda um conhecimento superficial dos meios políticos da Europa e não estava preparada para discutir questões sérias como os direitos civis, a necessidade de uma representação nacional e o acesso das mulheres na vida pública. Em suma, para esse jurista francês, os japoneses estavam diante de uma tarefa extraordinária que consistia em uma mudança radical no regime político, econômico e industrial. A inteligência e a facilidade de imitação não seriam suficientes para alcançar o progresso, pois era necessária também uma mudança na educação, dando concepções menos místicas sobre a vida e desenvolvendo o racionalismo metódico. Dessa forma, conclui Bousquet que os nipônicos estariam prontos para tomar um lugar ao lado da raça branca.

O conceito de ocidentalização ou modernização era quase que sinônimo de europeização naquela época, como prova a inauguração da linha férrea Tóquio–Yokohama em outubro de 1872, narrada por Bousquet (1877 apud BEILLEVAIRE, 2001)<sup>23</sup>. Construída com o auxílio de engenheiros britânicos e empréstimo de Londres, a linha de trem era um símbolo de novos tempos, de modernização tecnológica aos olhos nipônicos e da presença da civilização ocidental para Bousquet.

Responsável em fazer a cobertura daquela festa única, o jurista francês discorre sobre a atmosfera do local e, em tom irônico, comenta com estranheza a pompa oriental, com a presença do Imperador e dos altos funcionários do governo seguindo “rituais místicos”, tendo ao lado o povo “indígena” em seus *kimonos* e *guetas* idolatrando “o descendente dos deuses”, em contraste com o assobio da locomotiva que mudava a paisagem local, de acordo com as exigências do progresso moderno. Para Bousquet, a mentalidade feudal da sociedade japonesa, que mantinha seus costumes, suas crenças, suas vestimentas e suas tradições, parecia estar em descompasso com o progresso tecnológico vindo do Ocidente.

Segundo Bousquet, o Japão permanecia um país quimérico, bizarro e mergulhado na barbárie, na visão de algumas pessoas; já para outras, o progresso nipônico provava a sua capacidade de desenvolvimento no concerto das nações civilizadas. Em outro artigo publicado na *Revue des deux mondes* (1876), Bousquet, no entanto, procura um meio termo e afirma que se o Japão não pode mais ser visto como um país refratário às reformas, também não pode ser encarado como uma nação ocidentalizada, pois ainda precisava percorrer um longo caminho até atingir um grau de civilização idêntica ao do Ocidente.

---

<sup>23</sup> BOUSQUET, Georges. *Le Japon de nos jours et les échelles de l'Extrême-Orient*. Vol. 2, Paris: Hachette, 1877.

Daremos agora um destaque especial ao artigo de Marcel Monnier (1899 apud BEILLEIVARE 2001)<sup>24</sup> (1853-1918) por seu modo diferenciado de ver o Japão, em relação aos seus contemporâneos. Na opinião deste escritor, muitos estrangeiros tinham um olhar superficial do Japão, pois costumavam afirmar que o Império do Sol Levante era um país completamente europeizado. Para Monnier (Ibid., p. 342), o Japão era, na verdade, um país disfarçado de europeu, pois somente as classes dirigentes, ou seja, o Japão oficial copiava a moda ocidental; enquanto a grande maioria da população conservava suas tradições. Esse outro lado é composto pelos trabalhadores do campo que, na visão do autor, trabalham duro e vestem roupas “pitorescas” do passado feudal (Ibid., p. 342).

A imagem dos japoneses, para os franceses daquela época, estava muito associada às xilogravuras japonesas, em voga na Europa<sup>25</sup>. Segundo Monnier, a ocidentalização do Japão era superficial e se restringiu a algumas regras de etiqueta, na constituição de um parlamento e em alguns princípios gerais de direito civil, mas que tirando isso não restava mais nada dessa sociedade antiga que a ocidentalização apenas tocou de leve em suas tradições e costumes. Monnier (Ibid., p. 343) condena também os estereótipos dados ao Japão pelos estrangeiros:

Petit, joli, tels sont en effect les qualificatifs que la plupart des littératures ont appliqués au Japon. ‘le petit Japon’, ‘le coquet Japon’, c’étaient là termes inséparables destinés à éveiller dans l’esprit l’idée d’une exquise miniature, de foules et de paysages considérés par le gros bout de la lorgnette. [...] ces descriptions d’un Japon purement conventionnel, d’un Japon-joujou, s’expliquent par le fait que leurs auteurs sans doute ne l’avaient observé que de façon fort superficielle et n’en connaissaient guère que quelques rivages, les gracieuses échancrures des baies de Tokio et d’Odavara..

<sup>24</sup> Foi repórter de *Temps* e membro da sociedade de geografia. Este francês foi patrocinado pelo Ministério da Educação e das Belas Artes para percorrer o Extremo Oriente entre 1895-1898. Esteve no Japão no verão de 1896, um ano após o término da Guerra sino-japonesa (1894-1895). MONNIER, Marcel. **Le tour d’Asie**. L’Empire du Milieu. Paris : Plon, 1899.

<sup>25</sup> Na década de 1860 surge na França o fenômeno que ficou conhecido como *Japonismo*, expressão que designava a fixação europeia pelos objetos de arte nipônicos. O *Japonismo* também ganhou destaque entre os pintores impressionistas que se interessaram, principalmente, pelas xilografuras japonesas, cujos principais mestres foram: Hokusai (1760-1849) e Utamaro (1753-1806). (OKAMOTO, 2001).

De acordo com Monnier, os japoneses continuavam enraizados em sua imaginação feudal e o Japão, dos álbuns de Hokusai, subsistiam em sua integridade.

Por meio desses relatos, portanto, podemos concluir que os franceses nunca se convenceram totalmente da “ocidentalização” japonesa. Para os franceses, a implementação de estratégias políticas e econômicas do Ocidente, a instalação de indústrias, a urbanização da capital e a inauguração de instituições governamentais estiveram lado a lado com a tradição, os costumes e as crenças dos nipônicos. Por outro lado, para a sociedade japonesa, a ocidentalização era apenas uma ferramenta no intuito de se alcançar o progresso, o conforto e a riqueza, dessa forma, num primeiro momento, nada tinha a ver com a mudança de mentalidade e o rompimento com o passado feudal. Os comentários franceses eram sempre de repugnância e estranheza; e, nas opiniões mais amenas, de exotismo e bizarrice. É certo, porém que o discurso francês era sempre de superioridade em relação à sociedade japonesa, cujo atraso estava presente na maneira rude e simplória da população e em seus costumes, segundo os franceses, bárbaros e selvagens, frente às inovações do mundo moderno, civilizado e refinado. A atitude desses viajantes franceses em relação aos japoneses, considerados “homens simples” representava o comportamento de uma nação de pensamento colonialista e etnocentrista, que se sentia superior e orgulhosa da posição que acreditava ocupar no mundo.

A França costumava postular que o progresso só seria implantado em uma nação atrasada, a partir do instante em que as tradições “primitivas” e os costumes locais dos “indígenas” fossem totalmente dizimados a favor de uma cultura “civilizada”, como a da Europa. Dessa forma, o Japão era até considerado moderno, com suas locomotivas, seus museus e arsenais, porém, como disse Bousquet, estava muito longe de ser

“civilizado” com suas casas de prostituição, suas festas populares, seus rituais místicos. Concluimos assim que, na visão francesa, o Japão não havia “evoluído”, e a ocidentalização dos costumes no País dos Samurais havia sido um fracasso.

Veremos a seguir que não foram poucos os franceses que fizeram julgamentos morais da sociedade japonesa, a partir de seus estudos e observações sobre tradições e crenças populares do Extremo Oriente.

#### 1.4. A arte, os costumes e a religião japonesa

George Bousquet (1876) em seu artigo “La religion au Japon” publicado na *Revue des deux mondes* em 1876, faz uma avaliação dos valores morais do povo japonês por meio da análise dos valores religiosos dessa sociedade. Na realidade, Bousquet acreditava que seria necessário um estudo aprofundado sobre a origem de cada religião (Xintoísmo e Budismo), seus dogmas, seus valores para saber quais seriam os seus efeitos sobre o progresso da nação. Bousquet narrou a origem mitológica, o surgimento do Xintoísmo, o qual ele considerava um culto primitivo que havia nascido do paganismo, a entrada do budismo no século VI e a perseguição aos cristãos em meados do século XVI. Para esse jurista, o Cristianismo foi banido e perseguido no Japão, menos como heresia do que como perigo político, e chega à conclusão de que o que imperava no território japonês era o ceticismo. Bousquet também faz reflexões acerca do assunto em outro artigo da *Revue des deux mondes* “Les moeurs, le droit public et privé du Japon” (Id.,1875), no qual condena o sistema teocrático dos países asiáticos “indolentes” que teimam em misturar tradições populares obscuras e misticismo nos assuntos políticos e legislativos.

No campo artístico e literário, Bousquet não aceitou outras formas de cultura fora dos parâmetros ocidentais. Segundo ele, os japoneses, que costumavam imitar a arte chinesa, após o contato com os primeiros ocidentais, passaram a deixar de lado a imitação pura para desenvolverem sua própria arte, de estilo elegante. No entanto,

L’art japonais comme l’art chinois est un art dépourvu de souffle, d’aspirations élevées, d’élans vers l’absolu. L’idéal ne s’est jamais pour lui dégagé de la chimère ; il prend pour imaginaire ce qui est pour nous la vérité par essence, le beau absolu. Réaliste et prosaïque ou bien fantastique et monstrueux, il ne procède d’aucune conception supérieure et n’en saurait provoquer. [...] La différence entre le monde bouddhiste et le nôtre, entre les races touraniennes et les fils des Aryas, c’est que nous cherchons encore, nous chercherons à

perpétuité le type éternel de la beauté – l'idéal[...] (1877 apud BEILLEVAIRE, 2001, p. 8)<sup>26</sup>

Para o autor, a arte nipônica não eleva a alma, ao contrário da arte ocidental, cheia de emoções. Desconsiderando totalmente o contexto histórico da arte japonesa, Bousquet ignorou o fato de ele não ter vivido ou não ter sido aculturado ao significado histórico e estético japonês. A sua apreciação limitada da arte nipônica, na verdade, revelava a sua limitação no conhecimento sobre história da arte japonesa. Por fim, o autor leva o tema da arte a uma discussão etnológica, com marcas mais de preconceito racial do que artístico, fazendo comparações entre a arte da “raça branca” e a arte da “raça amarela”. De acordo com sua premissa, é por meio da criação artística que se pode estudar a história moral das nações, seus ideais, seus conceitos de beleza, seu olhar sobre a natureza, o homem e Deus, bem como compreender a ordem universal das coisas. Por conseguinte, o autor questiona a existência de um “ideal mongólico” e um “ideal ariano” nesse campo, já que defendia o pensamento de Platão de um belo absoluto e universal. Enfim, Bousquet sintetiza a arte nipônica como “selvagem” ou “indígena”, com conotação de simples e pueril, a qual contrasta com a forma “complexa” da cultura ocidental.

Edgar Meyer (1904 apud BEILLEVAIRE, 2001) <sup>27</sup> também reduz a arte e os costumes japoneses em um único denominador: simplicidade. Para ele, a arte das construções de casas e templos no Japão é infantil, bem como a música e a dança praticadas por pequenas gueixas entre seis e doze anos. A mesma “simplicidade”, na opinião do autor, pode ser encontrada na arte e na literatura que têm ligações com as tradições culturais e os costumes nipônicos.

---

<sup>26</sup> BOUSQUET, op.cit., p.8.

<sup>27</sup> MEYER, Edgar. Le Japon. In : **Autour de monde, par les boursiers du voyage de l'Université de Paris** (Foundation Albert-Kahn). Paris : F. Alcan, 1904.

De maneira geral, os autores franceses criticam a falta de conhecimentos técnicos por parte dos artistas japoneses (a perspectiva, a pintura a óleo, as regras de desenho) e sustentam um julgamento unilateral, no qual defendem a ideia de que as técnicas ocidentais em nada adiantariam aos japoneses, pois estes não possuem capacidade mental, tampouco uma cultura de espírito para compreendê-las<sup>28</sup>.

Ainda na esteira cultural, dentre muitos viajantes homens desse período, Marguerite du Bourg de Bozas (1903 apud BEILLEVAIRE, 2001)<sup>29</sup>, esposa do conde Robert Du Bourg de Bozas, foi uma das poucas mulheres ocidentais a fazer uma visita ao Japão no começo do século XX. Ao travar contato com o teatro japonês, torna-se grande admiradora da atriz japonesa Sada Yacco. Apesar dos elogios ao teatro japonês feitos pela autora, nota-se uma constante comparação com o teatro ocidental:

Ce théâtre est une vaste construction en bois, de forme arrondie; la scène en occupe, **comme en France**, l'extrémité, [...] et comme dans nos mystères du Moyen Âge, avec lesquels le théâtre japonais offre plus d'un point de ressemblance, ces épisodes tragiques sont interrompus par des intermèdes du plus haut comique (Ibid., p. 169, grifo nosso).

Já o que não tinha paralelo com a cultura ocidental não escapou às críticas de Bozas:

Les costumes, la mise en scène, sont du meilleur goût, mais les décors sont peints avec une naïve gaucherie. Comme tous les Orientaux, les peintres japonais ne tiennent aucun compte des lois de la perspective; aussi est-il difficile de comprendre du premier coup d'oeil ce que la scène représente. (Ibid., p. 169).

A falta de compreensão dos viajantes franceses da cultura japonesa foi uma constante. O correspondente do jornal *Le Temps*, Ludovic Naudeau (1909 apud

---

<sup>28</sup> Josef A. Hübner (1871), Raymond de Dalmas (1882) e Arthur de Claparède (1887) compactuaram com opiniões similares ao de Georges Bousquet, quanto às manifestações artísticas japonesas. In: BEILLEVAIRE, op.cit., 813-825 p.

<sup>29</sup> DU BOURG DE BOZAS, Marguerite-Marie Sipièrre. **Mon tour du monde**. Les Indes, la Chine, le Japon, avec 165 gravures d'après les photographies et documents rapportés par l'auteur et une carte. Paris: Librairie Plon-Nourit et Cie, 1903.

BEILLEVAIRE, 2001)<sup>30</sup>, que esteve no Japão durante o período de guerra do Japão contra a Rússia (1904-1905), também se mostrou cético quanto às qualidades das manifestações populares dos nipônicos. Ao comentar sobre uma festa popular dos mercadores em Asakusa e Yoshiwara com a intenção de revelar um pouco sobre os costumes nacionais do Japão, Naudeau, porém, mostra-se indignado frente ao luxo das festas que rogavam por boas colheitas, em contraste com a miséria do povo.

No entanto, nada aguçou mais a curiosidade e a imaginação desses cavalheiros franceses do que Yoshiwara. Bem próximo ao monastério de Asakusa, na capital japonesa, Yoshiwara foi por séculos o quarteirão do prazer, da diversão noturna e do fetiche masculino. Criada em 1617 pelas próprias autoridades para facilitar o controle e a vigilância da prostituição, Yoshiwara abrigava milhares de prostitutas, estabelecimentos e casas de chá. O que mais impressionava os estrangeiros naquele local era o sistema de semicarceragem das prostitutas que eram, inclusive, literalmente enjauladas e exibidas para a escolha do cliente. Vendidas pelos próprios pais ainda muito jovens, entre 7 e 12 anos, as *joros* (como eram conhecidas) dificilmente eram reintegradas ao meio social. A partir da Restauração Meiji em 1868, o governo japonês aumenta a vigilância do local por razões morais, sanitárias e sociais importadas do Ocidente (SEIGLE, 1993)<sup>31</sup> Mesmo assim, durante longo período, os japoneses circulavam pelo quarteirão de Yoshiwara com a maior naturalidade, sem qualquer constrangimento.

Muito foi escrito pelos viajantes ocidentais sobre Yoshiwara. Alguns autores franceses, como Guerville (1904 apud BEILLEVAIRE, 2001)<sup>32</sup> ressaltaram a

---

<sup>30</sup> NAUDEAU, Ludovic. **Le Japon moderne**. Son évolution. Paris: Ernest Flammarion, 1909.

<sup>31</sup> A prática da prostituição era um mal necessário e conveniente em todas as nações do mundo no final do século XIX, porém junto com as novas exigências capitalistas veio o saneamento moral. O Japão tenta acompanhar a mentalidade ocidental nesse campo a fim de exibir uma imagem mais “civilizada” de seu povo, e decreta algumas leis de controle sanitário.

<sup>32</sup> GUERVILLE, Amédée B. **Au Japon**. Paris: Alphonse Lemerre, 1904.

ingenuidade nipônica frente aos pensamentos obscenos dos estrangeiros<sup>33</sup>, outros se mostraram indignados e protestaram contra o “show de horrores” que eram as exposições das “pequenas vítimas trancadas em jaulas” (LOONEN, 1894 apud BEILLEIVARE, 2001)<sup>34</sup>. Mas ninguém foi mais ácido do que Raymond de Dalmas (1885 apud BEILLEVAIRE, 2001)<sup>35</sup> quanto à questão do “gosto pelo prazer” dos japoneses. Munido de visão católica, o autor condenou as diversões do submundo nipônico como prostituição, bebidas e jogos. No entanto, Yoshiwara não era muito diferente dos bordéis franceses. Apesar das mudanças a partir de 1870, por conta das transformações causadas pelo capitalismo, a prostituição francesa continuou existindo, porém de maneira mais “discreta” nas chamadas casas de tolerância (ADLER, 1991). Se Dalmas condenava a sociedade japonesa por conta de sua depressão moral e espiritual, era porque, na verdade, o autor estava julgando a falta de moralidade no mundo de uma maneira geral, pois a França vivia igualmente um período de decadência e degeneração social.<sup>36</sup>

Paralelamente a essas críticas às tradições e aos costumes dos japoneses, surgem na mesma época, narrativas de viagem ao interior do Japão, produzidas por viajantes franceses que desejavam explorar a “natureza selvagem”, ainda não classificada, e estudar a população que vivia longe das grandes capitais e, portanto, apresentava-se imaculada pela ocidentalização.

---

<sup>33</sup> Vários artigos sobre Yoshiwara foram publicados na *Revue des deux mondes*, como os das edições de 1875 e 1906.

<sup>34</sup> LOONEN, Charles. **Le Japon moderne**. Paris: Calmann-Lévy, 1889.

<sup>35</sup> DALMAS, Raymond de. **Les Japonais, leur pays et leurs mœurs**. Voyage autour du monde, préface de Henri Duveyrier. Paris: Plon, Nourrit et Cie, 1885.

<sup>36</sup> As décadas de 1880 e 1890 foram ironicamente chamadas pelos franceses de *fin-de-siècle* por se apresentarem com altos índices de bêbados e viciados – responsáveis pela degradação moral, esterilidade e mortalidade - que infestavam não só as tabernas e cabarés, mas toda a cidade Luz. Era essa a atmosfera de vício sedutor que se impregnava no *fin-de-siècle* e causava preocupação às famílias de “boa índole” no mundo ocidental. Atacar as práticas de prostituição, portanto, era uma ação social a favor da moralidade e da civilidade de seres humanos que, ao contrário dos animais, tinham condições de controlar seus impulsos e instintos mais baixos. Sobre esse assunto ver: Adler, L. (1991)

## 1.5. Viagem ao interior do Japão

Boa parte das narrativas de viagem pelo interior japonês não foi de exploração, mas de experiência pessoal com tom de aventura, nas quais os viajantes figuram-se no papel de “heróis-desbravadores” que enfrentam dificuldades em suas longas viagens no interior de um país hostil, inóspito e cheio de perigos. Os assuntos são análogos: visita aos pagodes e ao palácio imperial de Kyôto, escalada ao Monte Fuji, desconforto das hospedarias, problemas de alimentação, comunicação precária, compra de bibelôs, paisagens deslumbrantes, espetáculos teatrais, hostilidade aos estrangeiros e dificuldades em se adaptar aos costumes japoneses do interior do país.

Outro assunto de interesse desses viajantes foi o passado histórico feudal japonês, o qual, sem dúvida, diferia “eles” de “nós”.<sup>37</sup> Por esse motivo, conhecer o Japão “europeizado” não interessava a alguns franceses, tendo início, dessa forma, as excursões ao interior do país, onde o exotismo ainda permanecia.

Muitas viagens ao interior do Japão foram feitas pelos franceses, apesar das restrições de circulação pelo território japonês impostas pelo governo nipônico aos estrangeiros. Os ataques xenófobos haviam diminuído, contudo as viagens eram ainda arriscadas e de grande desconforto. As principais queixas dos viajantes europeus eram com relação às péssimas instalações dos “indígenas”, além da comida “indigesta dos nativos”, as epidemias de cólera, as hostilidades contra os estrangeiros, a incompreensão da língua, a falta de bons tradutores, entre outros. Porém tudo isso era compensado, segundo os autores, por paisagens deslumbrantes e natureza inigualável.

---

<sup>37</sup> Segundo Pratt, só por meio do conhecimento do “Outro” que os europeus poderiam ter uma nova “consciência planetária” que seria o elemento básico na construção do moderno eurocentrismo, ou seja, a maneira pela qual os ocidentais constroem e compreendem seu lugar no mundo. (PRATT, 1993).

Além dos viajantes à procura de paisagens pitorescas e povos de costumes “bizarros”, preocupados com a “morte do velho Japão” e o fim do exotismo, havia também os viajantes atentos à potencialidade econômica dos locais visitados; esses viajantes costumavam descrever a natureza com muita minúcia de informações técnicas ou científicas, no intuito de descobrirem fontes de matéria-prima, como veremos na descrição abaixo narrada pelo médico e naturalista Jean Vidal (1875 apud BEILLEVAIRE, 2001)<sup>38</sup> que havia sido encarregado pelo governo japonês de instalar um hospital em Niigata, em 1873. Vidal (Ibid., p. 524) relata a sua visita a uma mina de cobre e explora o potencial de recursos naturais do local.

[...] la mine était exploitée depuis bien longtemps, mais plus ou moins activement ; pour l'extraction du minerai, on avait accès par des puits assez profonds, et, de notre place, nous pouvions apercevoir l'orifice de quelques-uns.

Notamos que a descrição do local visitado por Vidal é feita de forma objetiva e atenta aos detalhes técnicos. Já Bousquet (1877 apud BEILLEVAIRE, 2001, p. 302)<sup>39</sup>, em seu artigo “Le volcan Asama, la filature de Tomioka, la rivière Kiso. Détour par Nagoya et la baie d'Owari. Le Tôkaidô de Kuwana à Otsu”, revela seu interesse maior na apreciação da paisagem cercada de montanhas e atmosfera onírica onde tudo parece distante, infinito e inacessível.

Le lendemain, nous quittons Hondjyo au moment où le soleil se levait. Quelle merveille ! pas un nuage au ciel, pas de vapeur sur les montagnes, une atmosphère transparente, et, tandis que le soleil monte peu à peu au-dessus des crêtes orientales, les sommets placés à l'opposé se colorent d'une teinte rose [...] à ces distantes, les lointains semblent inaccessibles. La mer, c'est l'infini qui vous attire ; la montagne, c'est le fini qui vous repousse..

---

<sup>38</sup> VIDAL, Jean. **De Niigata à Yedo (Japon)**, par M. Le docteur J. Vidal, membre correspondant. Toulouse, Imprimerie de Louis et Jean-Mathieu Douladoure, 1875. (Extrait Du *Bulletin de La Société des sciences physiques et naturelles de Toulouse*).

<sup>39</sup> BOUSQUET, Georges. **Le Japon de nos jours et les échelles de l'Extreme-Orient**. Paris: Hachette, 1877.

Foi nesse contexto, de procura pelo exotismo e ambições comerciais, que as viagens francesas ao interior do Japão foram efetuadas. A exploração de locais inóspitos e não trilhados pelos ocidentais dava um tom de aventura e sentimentalismo às narrativas.

Uma das primeiras expedições francesas ao interior do Japão foi realizada por Alfred Houette (1879 apud BEILLEIVARE, 2001) <sup>40</sup> que, juntamente com alguns amigos, resolve escalar o famoso Monte Fuji em setembro de 1874. O grupo era formado por um médico, um engenheiro e um correspondente da Sociedade de Geografia que relata os desconfortos das hospedarias japonesas e as dificuldades de adaptação aos costumes locais.

Georges Bousquet também foi um dos pioneiros em narrar suas experiências de viagem. Seu interesse e curiosidade pelo interior, na verdade, tem início com as restrições criadas pelo governo japonês aos estrangeiros. Foi essa proibição que, segundo o autor, o fez sentir um desejo irresistível de transpor as barreiras e penetrar no mistério do interior do Japão.

Não foi por acaso que o interesse de Bousquet (1874) se concentrou na observação da população “primitiva” que não havia tido contato com o Ocidente. Após viver muito tempo nas grandes cidades japonesas, Bousquet notou que, depois de algum tempo de convivência, o Japão toma uma feição desoladora e de “uniformidade estéril” da raça, dos costumes, da personalidade, e até da natureza. Para Bousquet, a uniformidade do povo japonês era resultado dos reflexos da reabertura dos portos ao Ocidente na década de 1870, quando a população nipônica parecia ter:

perdu, au contact des étrangers, quelque chose de leur originalité, et on voudrait voir de près ces populations primitives que n'a pas encore atteintes le mouvement de réforme qui se prépare autour d'elles [...].(Ibid., p. 278).

---

<sup>40</sup> HOUETTE, Alfred. Une ascension au Fusiyama. **Le tour du monde**. 2<sup>o</sup>sem., 1879. 401-416 p.

Tais considerações sobre o Japão “primitivo”, do interior, sem contato com o ocidental, entram em choque com suas observações sobre a ocidentalização japonesa. Bousquet inicia as suas viagens ao interior do Japão porque lamenta a perda da originalidade da população primitiva em contato com o Ocidente; por outro lado em suas observações sobre a ocidentalização do Japão critica a sociedade nipônica por manter seus laços com as tradições e crenças feudais.

As observações de Bousquet parecem paradoxais, num primeiro momento, pois esse jurista francês, ao realizar uma extensa pesquisa sobre a mitologia, os costumes feudais e o passado japonês em busca de um Japão original, entra em contradição com seus princípios de civilização e ocidentalização, os quais baniam os costumes e hábitos feudais, as crenças populares e os rituais místicos dos japoneses. Mas, na verdade, o autor acreditava que esse Japão feudal que ainda resistia no interior seria a fonte de explicações para o Japão moderno. Um exemplo nesse sentido seria a conclusão que Bousquet chega sobre as hospedarias, descritas por ele como desconfortáveis. Para esse viajante, a precariedade de moradia e transporte dos japoneses está relacionada com a longa história de miséria e privações dos japoneses e

[...] parce que les Japonais, comme tous les Orientaux d'ailleurs, ne se révoltent jamais contre l'inévitable et savent opposer aux petites misères de la vie une patience que nous pouvons leur envier. (1877 apud BELLEIVARE, 2001, p. 322).<sup>41</sup>

ressaltando, dessa forma, o caráter acomodado e submisso dos orientais acostumados às intempéries de uma vida miserável.

Apesar disso, Bousquet, como os outros viajantes estrangeiros, costumava afirmar que a exuberância da natureza compensava o sacrifício. Em sua viagem ao vulcão Asama, em agosto de 1873, Bousquet fica encantado com a paisagem e faz uma descrição poética do local. Esse desejo de penetrar no coração do Japão, a fim de

---

<sup>41</sup> BOUSQUET, Georges, op.cit.

encontrar um espetáculo altamente estranho que pudesse chamar a atenção de um europeu, algo longínquo, pitoresco, exótico, selvagem, pequeno, indígena e curioso; era bem comum entre os viajantes-escritores. Segundo Gerard Siary (1992, p. 143):

[...] European travellers of that time, especially the French, have been profoundly influenced by japonisme in the way they looked at Japan. They knew and appreciated Japanese art (...) before going to Japan. This made them unconsciously perceive Japanese realities through a sort of Claudian glass, as it were: they felt that landscapes were like pictures, that Nature was like Art.

Em abril de 1873, Bousquet faz outra viagem pelo interior do Japão e publica o artigo “L’hiver au Japon, une excursion à Nikko” na *Revue des deux mondes* (1874), novamente, com a intenção de penetrar na vida íntima do povo e encontrar respostas para o comportamento dos nipônicos. Esse jurista francês tenta buscar, nos pequenos fatos que ocorrem durante suas viagens, pistas sobre o caráter japonês, suas atitudes e pensamentos, como, por exemplo, o interrogatório que sofreu do dono de uma pensão. Bousquet lembra que no Japão todos passam seu tempo espionando uns aos outros e os interrogatórios aos estrangeiros, alvos de grande curiosidade desse povo, eram algo comum, daí o comportamento dissimulado do japonês. Faz também algumas considerações acerca da influência budista nas tradições japonesas, a qual, segundo Bousquet, levou à distância social que existe entre os samurais do passado e as pessoas comuns do Japão moderno.

Outro viajante, Hugues Kraft (1885 apud BEILLEVAIRE, 2001) <sup>42</sup>, que desembarcou em Yokohama em agosto de 1882 e fez uma viagem para Kyôto, pela Tôkaidô, apresentou aspectos positivos de sua viagem, no entanto os seus bons comentários eram direcionados àquilo que o Japão tinha de semelhante ou próximo do Ocidente. Como a maioria dos estrangeiros que chega ao Japão via Yokohama (porta de entrada e saída dos ocidentais), Kraft fica hospedado no Grand Hotel. Ele faz elogios

---

<sup>42</sup> KRAFFT, Hugues. *Souvenirs de notre tour du monde*. Paris: Hachette et Cie, 1885.

aos serviços e à estrutura do local, os quais, segundo ele, são “os melhores que existem no Oriente”. Na verdade, o hotel oferecia toda infra-estrutura de um hotel europeu: a cozinha era dirigida por um chefe francês, os quartos decorados com mobília europeia e os empregados usavam uniformes ocidentais. Fica claro o etnocentrismo de seus julgamentos que tinham como referência os padrões de vida e qualidade ocidentais (Ibid., p. 276).

O autor também aponta a dificuldade de se relacionar com os japoneses por conta de suas etiquetas que chegam a ser “ridículas”, e mesmo o europeu mais educado ofenderia a cada instante e inconscientemente “este tipo de culto doméstico dos japoneses” (Ibid., p. 280). Prossegue enumerando aspectos estranhos para a cultura europeia como casas feitas de madeira, sem portas ou janelas; falta de mobílias nas residências; tipo de transporte; peças do vestuário e alguns objetos de decoração. Kraft relata, ainda, hábitos simples do cotidiano japonês como os banhos públicos, os quais ele define como um espetáculo curioso, onde homens e mulheres se banham em conjunto de forma inocente<sup>43</sup>. Sem dúvida, os julgamentos de Kraft refletem a distância que ele coloca entre “eles” e “nós”, e mesmo querendo demonstrar objetividade e imparcialidade, o autor não consegue disfarçar o seu etnocentrismo, elogiando e estimando apenas aquilo que era similar aos valores ocidentais. Por fim, Hugues Kraft (Ibid., p. 280) não resistiu às ideias deterministas de influência do meio sobre as raças:

Si la beauté de la nature environnante influe sur le caractère et la physiologie d'un peuple, les Japonais ont certainement pris à leurs montagnes hardies, comme à leurs riantes allées leurs allures tout à la fois fières et indépendantes, douces et enjouées.

Em todas essas narrativas de viagem observamos que os viajantes deram grande ênfase à natureza em detrimento da descrição dos “nativos” que, em geral, eram

---

<sup>43</sup> Com a restauração Meiji, os banhos mistos não são mais permitidos, na verdade, são proibidas as promiscuidade que choquem as concepções ocidentais.

apresentados sem identificação, apenas como guias, intérpretes, carregadores ou outras funções sem muita importância. Notem a descrição grandiosa feita por Houette (1879 apud BEILLEVAIRE, 2001, p. 262, grifo nosso)<sup>44</sup> do Monte Fuji em comparação ao que ele escreve sobre os nativos:

Magnifique volcan élevant à près de quatre mille mètres sa cime neigeuse, il a cessé depuis de longues années d'ébranler le sol de ses secousses formidables et d'ensevelir en quelques heures les habitants et leurs demeures sous des torrents de feu [...]Nos provisions et notre léger bagage sont placés dans la voiture, le **Japonais** s'installe à côté du **cocher**, nous sur les bancs du véhicule, un coup de fouet, et nous partons.

Os dois únicos nativos que são mencionados no texto e de forma muito breve são o que é chamado apenas por *Japonais* – referindo-se ao intérprete do grupo, e o *cocher*. Em quase todo o restante do texto, o autor (Ibid., p. 265) ressalta a beleza da paisagem com “[...] arbres séculaires, larges [...] la beauté du pays que nous parcourions ne peut se décrire [...] nature variée des contrastes et des surprises de tous les instants”.

Segundo Pratt (1993), os europeus costumavam fazer essa divisão textual, na qual o retrato etnográfico ficava separado do texto central, formando uma espécie de padrão dos relatos de viagem de países não-europeus. Assim, mais à frente, veremos alguns artigos como “Les Japonaises au physique et au moral, Le caractère japonais”, entre outros, que foram produzidos com a finalidade de abordarem exclusivamente o retrato etnográfico dos nipônicos.

Em contraste com as escrituras de viajantes à procura de exotismo, Georges Appert (1889 apud BEILLEVAIRE, 2001)<sup>45</sup> apresenta uma análise econômica do interior do Japão. O autor, ao viajar para a região de Hokkaido<sup>46</sup>, toma conhecimento do

---

<sup>44</sup> HOUETTE, A. op.cit

<sup>45</sup> APPERT, Georges. L'île d'Yeso. Un essai de colonisation japonaise (1887). *Revue de géographie*. XXV, juillet-décember, 1889.

<sup>46</sup> Norte do Japão

fracasso da colonização da Ilha de Yeso<sup>47</sup> e faz um levantamento das causas do insucesso em sua narrativa de viagem.

Appert conta que em 1876 foi criada a escola de agricultura de Sapporo, ao norte do Japão, na qual haviam se formado muitos jovens agrônomos com conhecimento nos novos métodos agrícolas. A escola possuía uma rica coleção de instrumentos agrícolas, porém “[...]le travail de l’homme est encore à si bas prix que toutes ces faucheuses, ces batteuses, ces semeuses, etc., perdent ici beaucoup de leur raison d’être ” (Ibid., p. 624), observou Appert. Posteriormente à fundação da escola, foi instalada uma usina de açúcar em Mombetsu em 1884, também na Ilha de Yeso. Esta usina, responsável pela produção de açúcar de beterraba, foi abandonada em 1888. Assim, o governo japonês foi se desfazendo de boa parte dos estabelecimentos agrícolas e industriais que havia instalado, por não suportar o período de ensaio desses investimentos que, na maioria das vezes, era oneroso. Apenas uma colônia militar criada na região de Sapporo foi mantida, onde era produzida boa parte dos produtos regionais. O governo nipônico continuou incentivando a colonização da Ilha de Yeso sem muito sucesso. Segundo o autor, em uma reportagem publicada no *Japan Mail*, “de 1878 à 1883, o número de emigrantes foi de somente 829 famílias ou 3120 pessoas. O que é insignificante” (Ibid., p. 627). Ou seja, o progresso era lento nessa região, restando apenas a pergunta: por que a colonização e a emigração da Ilha de Yeso não deram certo, se a terra é fértil? Para Appert, havia muitos problemas e o primeiro deles era o custo elevado dos transportes que levava o colono a pagar mais caro pelos produtos de primeira necessidade, como o arroz que era trazido do sul do Japão. O problema dos transportes foi atribuído ao monopólio de uma empresa, a Yuzen Gaisha. Já com relação ao capital estrangeiro, Appert faz a seguinte consideração:

---

<sup>47</sup> Atual Ilha de Hokkaido, ao norte do Japão.

Si le gouvernement japonais, au lieu de fermer ce pays aux étrangers, prenait bravement l'initiative de les attirer par quelques avantages, on peut penser qu'il détournerait sur Yézo un peu de ce courant d'émigrants qui, chaque année, se dirige sur les États-Unis. L'éducation des colons indigènes ne serait pas longue à faire. Intelligent, observateur et surtout imitateur, l'ouvrier japonais, guidé d'ailleurs par son intérêt, aurait vite appris ce qui lui manque. Mais le gouvernement s'est toujours refusé à entrer dans cette voie et l'on ne peut nier que l'opinion publique ne soit avec lui. Le sentiment de prudence qui le guide ici se comprend aisément: il craint l'accaparement du sol par les capitaux étrangers et les incidents qui peuvent survenir avec tout le cortège des réclamations diplomatiques. (Ibid., p. 630).

Em outras palavras, o autor observa a situação delicada do governo japonês que se mostra cauteloso em relação ao capital estrangeiro, por temer possíveis incidentes diplomáticos nessa questão.

Interessante observar as tentativas do governo japonês de criar colônias e incentivar a emigração para o norte do Japão, no final do século XIX. Essas colônias, certamente, foram tentativas do Japão de solucionar os seus problemas de aumento populacional e também de falta de terra para cultivo.

A história da colonização de Yezo teve início após a restauração Meiji em 1868, quando o governo imperial resolve elaborar um plano bem vasto para ocupação da Ilha, que passou a ser chamada de Hokkaido. Foi estabelecida uma comissão de colonização em Tóquio que encorajaria a emigração com concessões territoriais e criaria, sob o nome de *Tonden-hei*, as colônias militares. O general americano Capron foi encarregado de administrar a falta de experiência das novas colônias de Yezo. Na realidade, os japoneses acreditavam que essa região teria um desenvolvimento maravilhoso similar ao de certas regiões dos Estados Unidos. Gastou-se imensamente neste projeto, mas os resultados foram todos seguidamente decepcionantes, e o desânimo veio rapidamente. De 1880 a 1890, as colônias de Yezo foram negligenciadas, pois as autoridades japonesas não acreditavam que a região poderia trazer algum fruto de seus

investimentos. Uma exposição agrícola e industrial aberta em Sapporo em 1892, no entanto, provou o contrário, na opinião de Pimodan (1900 apud BEILLEVAIRE, 2001, p. 632)<sup>48</sup> “[...]elle montra quelles merveilleuses ressources présente Yézo pour l’élevage et les cultures agricoles, maraîchères, frutières de l’Europe centrale, dont plusieurs donnent des résultats médiocres ou mauvais dans le reste du Japon.”

Em suma, para Appert e outros franceses, o fracasso da colonização japonesa, não se deve à falta de habilidade dos trabalhadores japoneses, nem ao problema da terra, como provou a exposição agrícola e industrial de Sapporo de 1892, mas à negligência e à má administração do governo nipônico que não deu a devida atenção para a região. Outro grande equívoco cometido pelos japoneses foi a ideia de achar que, da noite para o dia, teriam colônias bem estruturadas e de grande sucesso. O progresso de um povo é lento e é medido pelo bom senso, diziam os franceses. Outra crítica apontada foi a mania dos japoneses em transformar tudo em campo de arroz. O arroz não é próprio para o clima de Yezo, em compensação é ótimo para o cultivo de cevada, trigo entre outros cereais, segundo Appert. Por fim, na opinião da maioria dos viajantes franceses, é inadmissível conceber uma colônia sem um museu, ou seja, faltam naturalistas e etnógrafos para “classificar a fauna e a flora” da região, como opina Bellesort (1902 apud BEILLEVAIRE, 2001, p. 622)<sup>49</sup>. Na verdade, a ideia de superioridade europeia está embutida nessa classificação, pois, como vimos anteriormente, para a maioria dos ocidentais da época, a ciência colocaria cada um em seu devido lugar na divisão humana, com os japoneses não seria diferente.

Os viajantes franceses ao chegarem ao Japão em meados do século XIX instauraram práticas de observação como se eles fossem a única referência no

---

<sup>48</sup> PIMODAN, Claude-Emmanuel-Henri de. **Promenades en Extrême-Orient** (1895-1898). De Marseille à Yokohama, Japon, Formose, Îles Pescadores, Tonkin, Yézo, Sibérie, Corée, Chine. Paris: Honoré Champion, 1900.

<sup>49</sup> BELLESSERT, André. **Voyage au Japon**. La société japonaise. Paris : Librairie académique Didier Perrin et Cie, 1902.

juízo social, moral e cultural da sociedade nipônica. No papel de detentores dos conceitos de civilização, esses viajantes organizaram, classificaram e enquadraram o Japão dentro de seus padrões de conduta e pensamento. Isolado do mundo por quase duzentos e cinquenta anos, pouco se conhecia sobre o Japão e sua gente na época. Todo esse isolamento criou uma aura de mistério sobre o País dos Samurais que, mesmo depois da reabertura oficial dos portos japoneses ao Ocidente em 1868, se manteve na medida do possível distante do olhar curioso do ocidental. Ataques xenófobos contra os estrangeiros e restrições impostas pelo governo japonês em meados da década de 1860 impediram a livre circulação dos estrangeiros. Entretanto, o fim das revoltas internas no início de 1870 permitiu o início do afluxo de viajantes ocidentais em direção ao interior do Japão, os quais exploraram as potencialidades econômicas e naturais do território japonês, tentaram desvendar os mistérios da “alma japonesa” ou, simplesmente, desfrutaram das percepções sensoriais e estéticas que o exotismo e o folclorismo nipônico ofereciam aos visitantes ocidentais. Assim, não nos espanta que, diante desses objetivos tão variados, a visão dos viajantes franceses resultasse em um discurso contraditório, no qual ao mesmo tempo em que criticavam a dificuldade de ocidentalização dos japoneses, lamentavam também o fim do Velho Japão tradicional e, conseqüentemente, do exotismo.

Como pudemos perceber, o etnocentrismo foi presença constante nesses textos. Podemos afirmar ainda que o discurso francês sobre o Japão foi também universal e utilitarista (TODOROV, 1993, p. 21). Etnocentrista e universalista porque os escritores franceses julgaram o Japão de acordo com os seus valores morais e, tudo que não tinha paralelo com a cultura ocidental, foi criticado.

Podemos notar que, na formação da imagem dos japoneses, os franceses postularam, entre outras coisas, a respeito da “exoticidade” dos japoneses. Sabemos que

a França tem uma longa tradição nos estudos antropológicos de povos não-europeus, ditos “selvagens” ou “bárbaros” que remonta ao século XVII, quando tiveram início as primeiras expedições científicas de interiores. Para Joseph-Marie Dégerando (1969, p. 62-63), por exemplo, a “exoticidade” dos povos selvagens estava ligada ao “primitivismo”, tanto que ele ressaltou a importância da observação de povos selvagens no intuito de “construir uma escala exata dos vários graus de civilização”, segundo a qual, para ele, quanto mais o povo selvagem estivesse afastado do modelo de civilização europeia, mais exótico e primitivo ele seria. Entretanto Dégerando observou que nem sempre as narrativas de viagem escritas pelos viajantes retratavam a “exoticidade” de forma empírica; ele criticou a forma como essas terras exóticas, denominadas por ele de selvagens, foram representadas, sem nenhuma abordagem complexa ou de profundidade. O autor criticou os trabalhos de descrição dos povos selvagens nos relatos dos viajantes exploradores, os quais, em sua opinião, cometeram inúmeras faltas:

[...] their **incompleteness**; it was only to be expected, given the shortness of their stay, the division of their attention, and the absence of any regular tabulation of their findings (...) **study of some isolated individuals** (...) explore have wished to judge a society by a few of its members (...) these observations have been **badly ordered**, and even in many cases quite without order (...) they (explore) habitually **judge the customs of Savages by analogies** drawn from our own customs, when in fact they are so little related to each other (...) a **fault of language** rather than of imperfect observation, namely that the terms used to pass on to us the results of their observations are often in our language of vague and ill-determined meaning (...) **lack of impartiality** in explore, from prejudices imposed by their particular opinions, from the interests of vanity or the impulse of resentment (...) (Ibid., p. 65-67, grifo nosso)

Sem dúvida, muitos dos discursos de viajantes franceses sobre o Japão na metade do século XIX também cometeram “tais falhas”, sendo Pierre Loti o maior exemplo.

## 1.6. A visão de Pierre Loti

O oficial naval Pierre Loti<sup>50</sup> (1850-1923), autor de *Madame Chrysanthème* (1887), um dos romances mais lidos na época sobre o Oriente, narra, em primeira pessoa, em uma mistura de autobiografia e ficção, suas aventuras no Japão. As principais personagens são “Moi, le Japon et l’Effet que ce pays m’a produit” (LOTI, 1990, p. 43). Essas foram as palavras de Loti presentes na dedicatória à duquesa de Richelieu que renderam um livro de impressões, de descrições poéticas, de expressões de tristeza, romantismo, evasão e nostalgia.

O romance narra a história de um oficial naval da França, Loti, e seu casamento temporário com uma japonesa, em Nagasaki. Por trás da trama de um ocidental que compra uma mulher de outra raça em uma terra exótica para ter uma ligação temporária com ela, encontramos um emaranhado de conceitos e preconceitos da época. De fato, Loti está, na opinião de Hsieh (1996, p. 12), “refletindo meramente as teorias raciais formuladas por escritores do século XIX como Ernest Renan, Gobineau, Gustave Le Bon,” os quais afirmam a enorme desigualdade entre as três raças: a branca, a amarela e a negra.

Mas, *Madame Chrysanthème* instigou mesmo o imaginário europeu ao descrever o “exotismo” da mulher japonesa e narrar um romance entre um europeu e uma jovem nativa. Mary Louise Pratt tem uma visão interessante sobre esse assunto. Segundo ela, no século XVII ocorre a profissionalização da escrita, impulsionando, assim, a literatura de viagem que se torna um negócio lucrativo, especialmente os manuscritos transformados em romance, narrando casamentos inter-raciais que, na opinião de Pratt, “é uma transformação romântica de um modo de exploração sexual nas

---

<sup>50</sup> Seu verdadeiro nome é Louis-Marie Julien Viaud.

colônias”; e prossegue afirmando que nas ficções desta época, “os homens europeus compravam as mulheres locais [...] e a figura feminina era a peça chave na versão sentimental da anticonquista” (PRATT, 1993, p.138). As mulheres nativas, na visão de Pratt, são propriedades dos viajantes, e o amor romântico na verdade camufla a intenção de exploração. No final do romance, o casal se separa, e o europeu é reabsorvido pela “civilização”. Todorov (1989) também apresenta uma análise semelhante dessas narrativas românticas. Para ele, o homem europeu é um viajante que ocupa um papel ativo de sedução e dominação, que retorna invariavelmente à “civilização” e aproveita o benefício da experiência exótica (que não tem nenhuma influência sobre a sua própria identidade) ao visitar um país estrangeiro e relacionar-se com uma mulher nativa. Ao passo que a mulher estrangeira é a figura passiva, que tem o seu país visitado e cumpre um papel de subordinação e inferioridade.

Embora *Madame Chrysanthème* apresente o romance de um europeu, em papel ativo, e uma japonesa, na figura passiva, situação típica de uma obra da literatura colonial, não podemos afirmar que a narrativa se trata de uma versão sentimental de anticonquista. O autor, ao retratar esse relacionamento inter-racial em forma autobiográfica, deixa bem claro que procura pura e simplesmente uma experiência exótica e surreal. Com efeito, o casamento de Loti revelou-se apenas um ambiente propício para que o autor pudesse realizar uma fuga do lado prosaico da vida, e um espaço para memórias nostálgicas de sua infância e outras viagens realizadas por ele no passado. O papel de Loti na obra não é exatamente a de um explorador em busca de riquezas naturais que se utiliza do romantismo para criar uma versão mais sentimental da exploração sexual que ocorria nas colônias, mas a de um sonhador etnocêntrico em busca de uma experiência exótica em uma atmosfera bizarra. Podemos constatar isso na passagem em que o protagonista toma a decisão de se casar com uma

nativa, antes mesmo de desembarcar no porto de Nagasaki, motivado por pura curiosidade. Outro trecho da obra que foge do padrão de uma história romântica é o momento da escolha da noiva que ocorre em uma casa de chá, onde Loti assume uma postura bastante fria de negociação, chegando a utilizar como critério a cor da pele das moças, como vemos abaixo:

Elle est bien jeune, dis-je,--et puis trop blanche; elle est comme nos femmes françaises, et **moi j'en désirais une jaune pour changer**.— Mais c'est la peinture qu'on lui a mise, monsieur. En dessous, je vous assure qu'elle est jaune [...] (LOTI, 1990, p. 73, grifo nosso).

Para Loti, Madame Chrysanthème, sua esposa, era como um animalzinho de estimação, que ele comprou para “distraí-lo” em meio ao tédio e à monotonia do Japão, onde tudo era enfadonho e uniforme. O autor não nutre nenhum sentimento de afeição pela moça, tratada como um objeto de decoração, um bibelô; e afirma gostar dela somente quando está dormindo.

Essa estranha união é explicada por Todorov (1989, p. 347) que aponta, dentro do romance de Loti, a relação entre exotismo e erotismo:

[...] un Européen visite un pays non européen; et un homme a une relation érotique avec une femme. Loti a inventé cette formule romanesque, dans laquelle les deux éléments sont à la fois liés par une relation de nécessité.[...] L'invention de Loti consiste à avoir fait coïncider exotisme et érotisme : la femme est exotique, l'étranger est érotique.

Assim, retornamos à ideia de relação de dominação, na qual o homem ocidental representa um elemento ativo e a mulher e o país visitado são passivos. Todorov (Ibid., p. 348) prossegue afirmando que :

[...]la relation est de domination, non de réciprocité. L'autre est désirable parce que féminin; mais si l'autre est un objet, c'est que tel est aussi le destin de la femme. L'homme, lui, jouit de la même supériorité par rapport aux femmes que l'Européen par rapport aux autres peuples.

O sentimento de Loti por Chrysanthème não passa de curiosidade por algo bizarro e exótico, pois, para ele, o charme de sua esposa japonesa estava justamente nessa incompreensão de sua língua, cultura, crença, entre outras coisas; daí a comunicação não ser algo primordial para este oficial francês que fica fascinado com o “som” da palavra *mousmé*, “uma das mais belas”, na opinião do autor-narrador (LOTI, 1990, p. 90-91):

Mousmé est un mot qui signifie jeune fille ou très jeune femme. C'est un des plus jolis de la langue nipponne; il semble qu'il y ait, dans ce mot, de la moue (de la petite moue gentille et drôle comme elles en font) et surtout de la frimousse (de la frimousse chiffonnée comme est la leur). Je l'emploierai souvent, n'en connaissant aucun en français qui le vaille.

Deixamos claro aqui que Loti era contra o que ele chamava de “cruzamento de raças”, pois a mistura diminuía o seu exotismo, o seu mistério. Em *Madame Chrysanthème*, Loti apresenta alguns ocidentais casados com japonesas e os compara a uma peça de teatro de sua infância chamada *Animaux savants*, para ele era cômico ver todos esses “casais incompatíveis” (Ibid., p. 96). A propósito, a utilização de metáforas de animais por parte do autor para descrever o povo japonês é freqüente em sua obra. As mulheres são como “gatinhas” e os homens são “macaquinhos amarelos”. A representação dos japoneses, feita por Loti, criou no imaginário ocidental uma imagem de um Japão fraco, afeminado e ridículo, onde a população era composta de “petits hommes jaunes, tout nus avec de longs cheveux peignés en bandeaux de femme” (Ibid., p. 49), sorridentes, feios, grotescos, humildes, infantis e muito limpos, o que se opunha à realidade de potência econômica e militar.<sup>51</sup>

---

<sup>51</sup> O romance de Loti foi, sem dúvida, muito importante para a construção de uma imagem dócil, primitiva, ingênua e inofensiva do povo nipônico. No entanto, essa representação de povo submisso e fraco acabou se opondo, posteriormente, aos resultados da guerra do Japão contra a Rússia em 1905. O Ocidente fica perplexo em ver a derrota da poderosa Rússia frente ao Império de “macaquinhos amarelos e sorridentes” descrito pelo autor.

Ainda no quesito caráter, este oficial francês ridiculariza os policiais japoneses, que no passado haviam pertencido à classe guerreira dos samurais, como vemos abaixo:

En bas, au milieu d'un de ces quartiers nouveaux, d'aspect cosmopolite, dans une laide bâtisse prétentieuse qui est une espèce de bureau d'état civil, la chose a été signée et contresignée, en lettres étonnantes, sur un registre, en présence d'une réunion de petits êtres ridicules qui étaient jadis des Samourai en robe de soie, et qui sont des policemen aujourd'hui, portant veston étriqué et casquette à la russe (Ibid., p. 78).

Isso revela um discurso ambíguo por parte de Loti. Em seu artigo sobre a lenda dos 47 samurais, Loti (1889 apud BEILLEVAIRE, 2001) <sup>52</sup>elogia os valores morais desses guerreiros. O resgate dos valores tradicionais da Idade Média na Europa ocorrido no século XIX contribuiu para que as histórias da cavalaria medieval fossem valorizadas no período do Romantismo. Daí o interesse de Loti pela história dos samurais e seu código de honra que, de certa forma, se assemelhava ao código da cavalaria medieval europeia, tanto pela sua posição social, quanto pela ética e valores morais. Entretanto, Loti exalta o passado medieval japonês, na intenção de comparar com o presente degenerado pela modernização.

Elle est inexplicable comme une vieille énigme quand on connaît les Japonais mièvres et dégénérés d'aujourd'hui ; elle évoque l'idée d'un grand passé noble et chevaleresque, - et jette même en ce moment pour moi une ombre de respect sur ce Japon moderne que j'ai tant raillé. (Ibid., p. 187)

Portanto, Loti ao elogiar a bravura e a ética desses heróis nipônicos estava, na verdade, elogiando os seus próprios valores, aqueles por ele conhecidos que vinham de sua referência medieval. Já o caso dos ex-samurais, do romance *Madame Chrysanthème*, ao se “descaracterizarem” e entrarem em um outro contexto, o de policiais, toda semelhança com os nobres cavaleiros ocidentais desaparece, ocasionando, assim, a mudança também do julgamento de Loti.

---

<sup>52</sup> LOTI, Pierre. **Japoneries d'automne**. Paris: Calmann-Lévy, 1889.

Por fim, o autor faz questão de frisar a existência de “diferença” entre a raça branca e a amarela, e a impossibilidade de compreensão da cultura nipônica por parte dos ocidentais por ser ela profundamente “tenebrosa”.

Dans les amusements religieux de ce peuple, il ne nous est pas possible, à nous, de pénétrer les \_dessous\_ pleins de mystère que les choses peuvent avoir; nous ne pouvons pas dire où finit la plaisanterie et où la frayeur mystique commence. Ces usages, ces symboles, ces figures, tout ce que la tradition et l'atavisme ont entassé dans les cervelles japonaises, provient d'origines profondément ténébreuses pour nous; même les plus vieux livres ne nous l'expliqueront jamais que d'une manière superficielle et impuissante, **parce que nous ne sommes pas les pareils de ces gens-là**. Nous passons sans bien comprendre au milieu de leur gaîté et de leur rire, qui sont au rebours des nôtres[...] (Ibid., p. 147-148, grifo nosso).

Essa incompreensão da raça e dos costumes japoneses por parte de Loti, na realidade, representa a visão superficial da maioria dos viajantes ocidentais que se considera foco central nas discussões de raça e civilização; na qual existe apenas o olhar unilateral do viajante ocidental e o desaparecimento da participação dos nativos. Podemos observar isso no trecho abaixo, no qual Loti narra a cena de chegada do viajante à terra desconhecida, “uma convenção de quase todos os tipos de relatos de viagem” (PRATTT, 1993, p. 114). A ideia de gênese, Adão no paraíso, no jardim do Éden, em meio a uma natureza exuberante e selvagem, pode ser notada pela inexistência de seres humanos; apenas a natureza e o viajante fazem parte deste momento; observem também o etnocentrismo de Loti na conotação de inferno: “fornalha da China” em contraste com a de paraíso: “céu da França”:

Nous avons fait beaucoup de chemin en latitude, depuis que notre navire était sorti de **cette fournaise chinoise, et les constellations de notre ciel avaient rapidement changé [...] presque aussi haut que dans le ciel de France.**[...]Au bout de cette baie longue et étrange, il devait y avoir Nagasaki qu'on ne voyait pas encore. Tout était admirablement vert. La grande brise du large, brusquement tombée, avait fait place au calme; l'air, devenu très chaud, se remplissait de parfums de fleur. Et, dans cette vallée, il se faisait une étonnante musique de cigales; elles se répondaient d'une rive à l'autre; toutes ces montagnes résonnaient de leurs bruissements innombrables; tout ce pays rendait comme une incessante vibration de cristal. Nous frôlions au passage des peuplades de grandes jonques, qui glissaient tout doucement, poussées par des brises imperceptibles; sur l'eau à peine froissée, on ne les entendait pas marcher; leurs voiles blanches, tendues sur des vergues horizontales, retombaient mollement, drapées à mille plis comme des stores; leurs poupes compliquées se relevaient en château, comme celles des nefes du moyen âge. Au milieu du vert intense de ces murailles de montagnes, elles avaient une blancheur neigeuse. Quel pays de verdure et d'ombre, ce Japon, quel **Eden** inattendu ! (Ibid., p.46, grifo nosso).

Entretanto, essa natureza, por ser extremamente bela, era pouco natural e um tanto artificial, segundo Loti. Como muitos viajantes europeus, Loti também havia sido influenciado pelo japonismo que cultuou as paisagens nipônicas por meio das xilogravuras dos artistas japoneses. Muitas passagens com descrições da natureza em *Madame Chrysanthème* parecem descrever uma pintura japonesa. O próprio autor chega a afirmar que : “toutes les choses qui sont là s’arrangent et grimacent bizarrement comme dans les plus antiques peintures nipponnes ”(Ibid., p. 176).

Relacionar a imagem que Loti havia construído do Japão por meio das pinturas antigas japonesas com a paisagem *in loco* concretizava seu desejo romântico de viver uma experiência exótica. Assim se procederam também suas atividades cotidianas no Japão: compras de bibelô nos bazares japoneses, visitas a templos, festas populares, rituais religiosos, casas de chá, entre outros; onde realidade e fantasia aguçaram os sentimentos de tristeza, tédio, nostalgia, depressão e melancolia do autor. Daí as constantes digressões à sua infância feliz ou viagens passadas; ou, então, as queixas do autor quanto à monotonia do local, onde a única distração era a compra de bibelôs.

Já com relação aos pequenos acontecimentos do cotidiano nipônico, Loti mostra-se moralmente dogmático, sobretudo, no julgamento dos costumes e crenças populares dos japoneses que, para ele, eram grotescos, feios e infantis. Tudo que não era familiar na cultura ocidental foi chamado de estranho ou bizarro por Loti, como na passagem em que uma senhora japonesa lê a sutra sagrada e reverencia a figura do Imperador.

Et c'est bien étrange à entendre; à la fin, on ne dirait plus un chant humain ; c'est comme une série de formules magiques qui s'échapperaient, se dévideraient d'un rouleau inépuisable, pour prendre leur vol dans l'air. Par son étrangeté même et par sa persistance d'incantation, cela arrive à produire, dans ma tête encore endormie, une sorte d'impression religieuse (Ibid., p. 124).

A partir desse trecho, percebemos que Loti, em sua tentativa de observação das práticas sociais dos japoneses, não consegue renunciar aos seus valores sociais. Todorov (1989) demonstra que até os universalistas não etnocêntricos, dispostos a abandonar o que lhes era familiar, na verdade, apresentaram apenas uma “tolerância” com relação aos valores do “Outro”; e que somente no começo do século XX houve uma proposta efetiva de renúncia do julgamento moral, vinda por parte de Lévi-Strauss. Portanto, não nos admira que Loti tenha tratado de temas folclóricos e populares da cultura japonesa de forma superficial, ao mesmo tempo em que engrandeceu sua presença dentro do romance narrando seus sentimentos e juízos de valor ligados a uma mentalidade colonial oitocentista. Sem qualquer identificação cultural, social ou religiosa com o Japão, o autor cultivou uma tendência a romantizar tudo o que para ele era incompreensível ora por meio da melancolia, ora do discurso racista.

A propósito, um dos maiores críticos de Loti foi, sem dúvida, Victor Segalen (1986)<sup>53</sup> que não poupou também: Chateaubriand, Paul Claudel, George Sand, entre outros. Segalen fugiu da ideia de exotismo da tradição literária francesa lançada por Bernardin de Saint-Pierre, Chateaubriand e Loti, na qual esses escritores apresentaram os povos não-europeus como puros, ingênuos, imaculados das ideias da civilização, primitivos ante a superioridade do povo europeu. Segalen fez questão de deixar claro que suas reflexões acerca do conceito de exotismo nada tinham a ver com essas obras literárias, as quais, em sua opinião, eram simples impressões de viagem que se prendiam apenas aos aspectos geográficos e descritivos; e que produziam uma visão unilateral desse encontro de culturas. Segalen defendeu a palavra exotismo com uma face absolutamente nova, desvinculada de suas acepções geográficas e botânicas como: as paisagens, as flores, a fauna, o clima; ou de povos e suas ligações sexuais. Para esse viajante francês, a sensação do exotismo não consiste em rejeitar suas origens ou aspirar a outro universo cultural que nós idealizamos, mas manter certa distância entre mim e o outro do ponto de vista sensorial e intelectual. Enfim, ele propõe uma nova percepção do Outro, o prazer de sentir o Diverso, assimilando nações, costumes, língua, etc., ou seja, de sentir a diferença. Na visão do autor, a palavra exotismo não tem ligação com a ideia de progresso material; um povo não pode ser rotulado como exótico apenas por não estar alinhado aos avanços tecnológicos do mundo ocidental. Segalen critica também a visão, segundo ele, superficial dos artigos da *Revue de deux mondes* que costumava apresentar seções de artigos intitulados *Souvenir de voyage, les impressions de voyage*. Segalen encarava o exotismo como uma estética do diverso ligada ao subjetivismo, à visão de mundo pessoal, algo intransferível e único.

---

<sup>53</sup> Victor Segalen (1878-1919) foi um médico da marinha francesa, além de escritor, etnógrafo, poeta, explorador e lingüista. Em meados de 1904, ele exprime o seu desejo de escrever um livro sobre o Exotismo. Catorze anos mais tarde, um ano antes de sua morte, Segalen havia juntado várias notas e ensaios a respeito, porém essas anotações foram organizadas e publicadas somente em 1955 por Pierre Jean Jouve.

Criticou a postura colonialista e hegemônica da cultura ocidental que impôs suas leis, seus cânones e sua cultura aos ditos povos selvagens; e que costumava “catalogar”, “classificar” o exotismo, além de atribuir valores como superior e inferior de acordo com o seu desenvolvimento tecnológico e/ou econômico. Para o autor de *Essai sur l'exotisme* os maiores inimigos dos “exóticos” são: os etnocentristas, em sua maioria compostos por missionários e administradores coloniais, pois se recusam a perceber o Outro e pretendem homogeneizar os valores e a cultura; os turistas que acumulam apenas impressões superficiais e não se esforçam para compreender o Outro, além de provocarem mudanças deploráveis nos locais visitados; os comerciantes e oficiais do governo que só pensam em seus interesses econômicos e políticos; e, por fim, os escritores “pseudo-exóticos” que narram apenas suas impressões de viagem como Chateaubriand, um “narcisista das letras”, Loti que evoca a arte breve de impressões e Claudel, um vulgarizador, que pretendeu escrever “tudo sobre a China em trezentas páginas”. (TODOROV, 1989).

Voltando à obra de Loti (op.cit., p. 43), *Madame Chrysanthème*, o autor apresenta como os três principais personagens do romance “*Moi, le Japon et l'Effet que ce pays m'a produit*”, em outras palavras, Loti não aprecia o Outro, tampouco se embrenha na atmosfera local; ele se “utiliza” do Japão como forma de exaltar seu próprio eu e os efeitos que este país produz nele<sup>54</sup>. Para Segalen, Loti não passava de um “turista impressionista” que costumava fazer da natureza “o corolário do eu”. Todorov também concorda que o romance de Loti não pretende dizer a verdade do país visitado, mas ele se propõe a descrever os efeitos produzidos pelo país em sua alma. Loti, em *Madame Chrysanthème*, mostra-se sempre muito preso à descrição da paisagem e aos aspectos geográficos do Japão, e ressalta constantemente a exuberância

---

<sup>54</sup> Segalen propõe exatamente o contrário, para ele o objetivo é a restituição de uma visão-de-mundo, e não a narrativa das impressões produzidas pelo local em sua alma. Tanto Segalen, quanto Rousseau costumavam afirmar que os viajantes europeus só conhecem e falam sobre eles próprios.

da fauna e da flora que se reflete em seu estado de espírito. Quanto mais o autor enfatiza a exuberância da natureza, maior também é o seu sentimento de tristeza e melancolia que, ao longo do romance, pode ser traduzido como o tédio sentido pelo viajante em local inóspito, onde a cultura é bizarra e a comunicação escassa; transformando o Japão em um país totalmente monótono<sup>55</sup> ao estrangeiro.

E foi sob esse prisma etnocêntrico que os franceses construíram a representação do povo japonês. Como foi dito anteriormente, os europeus costumavam fazer uma divisão textual, na qual separava o retrato etnográfico dos aspectos geográficos, políticos e econômicos do país visitado e observado.

---

<sup>55</sup> Georges Bousquet também costumava queixar-se da monotonia do Japão, onde, segundo a opinião do autor, a paisagem era a mesma de norte ao sul do país.

## 1.7. O retrato etnográfico dos japoneses

Os viajantes franceses, munidos de teorias raciais e de mentalidade colonialista, elaboraram um verdadeiro estatuto da “raça” amarela, porém com certas distinções entre chineses e japoneses. À medida que criticavam a sociedade nipônica, enobreciam a superioridade da raça branca, seus conceitos morais e de civilização. O choque cultural ocorrido no encontro entre o Extremo Oriente e os países Ocidentais levou os viajantes estrangeiros a formularem algumas teorias absurdas a respeito do caráter japonês e a tudo aquilo que lhes era incompreensível na cultura do Outro. Ao que parece, menosprezar e desvalorizar essa cultura, na tentativa de enfraquecer e dominar a raça “inferior” era uma prática bastante comum utilizada pelos países colonialistas da época.

Nessa linha de pensamento, o Conde Raymond de Dalmas pode ser considerado um dos mais representativos críticos da sociedade japonesa. Em seu artigo “Le Japonais paresseux, jouisseur et malicieux” (1885 apud BEILLEVAIRE, 2001)<sup>56</sup>, Dalmas faz inúmeras generalizações sobre o caráter do povo nipônico, o qual, segundo o autor, tem uma aptidão medíocre de observação. Raymond Dalmas também afirma que é quase impossível definir o espírito desse povo que se faz dissimulado, especialmente, face ao estrangeiro. Os japoneses, ao contrário dos chineses que são econômicos e trabalhadores, diz o autor, são preguiçosos e gostam de diversão, “nunca economizam e vivem o dia-a-dia sem se preocuparem com o futuro, se obtiverem alguma fortuna não têm o costume de guardá-la ou empregá-la de uma maneira útil, gastarão em prazeres e futilidades”(Ibid., p. 797). A indolência, a preguiça, a rejeição ao trabalho e à disciplina são apontadas como as principais características do povo japonês.

---

<sup>56</sup> DALMAS, Raymond, op.cit., p. 797-798.

Não por acaso que Raymond fizesse tais observações sobre os trabalhadores asiáticos, pois o autor tomava como base a condição precária dos operários franceses da época, os quais eram obrigados a trabalhar em média seis dias por semana e doze horas por dia, além de se submeterem às rígidas normas de disciplina e sanções. A subordinação absoluta do operário “indócil” e “preguiçoso” era uma dos discursos dominantes da política industrial francesa em meados do século XIX (PERRAULT, 1992).

Raymond de Dalmas também alegou que o povo japonês era traiçoeiro e tinha dificuldade em se adaptar à cultura da civilização ocidental:

*Sous des apparences douces et polies, il est très haineux et possède la malice du chat. Souvent il flatte et caresse pour mieux frapper ; aimable et patient, il attend longtemps le moment favorable pour assouvir traîtreusement et implacablement une vengeance certaine.[...] Le Japonais n'est pas intelligent ; son esprit est cependant capable de s'assimiler avec une certaine somme de connaissances. [...] mais ils sont incapables d'embrasser aucune étude d'ensemble et s'attacheront forcément aux minuties et aux détails, en se confinant toujours dans un cercle excessivement restreint. (DALMAS, op.cit., p. 798)*

Essa descrição do caráter dos japoneses de Dalmas tenta alertar os ocidentais contra os perigos de uma aproximação com os “não-confiáveis” nipônicos e o estabelecimento de relações comerciais com eles.

A imagem dos japoneses sorridentes, bons e gentis de outrora desaparece, muito em função da nova face imperialista que o Japão assume a partir da década de 1880. Não foi por acaso que em 1884, o Império do Sol Levante entra em conflito com a China, em uma demonstração de força militar e intenção expansionista. Portanto, muitos autores franceses, imbuídos nesse clima de “ameaça” amarela, alertam os ocidentais do perigo de “enxergar” o Japão através das lentes cor-de-rosa, tão comum nas narrativas dos primeiros viajantes.

Já a falta de vontade dos japoneses em assimilar a cultura ocidental é vista como problemática por Raymond (preocupação, aliás, comum aos viajantes estrangeiros), não só porque o fato representava uma espécie de insubordinação nipônica frente ao poder Ocidental, como, pior, representava uma ameaça ao imperialismo dos países desenvolvidos. Os japoneses, ao manterem seus pensamentos e seus costumes, tornavam-se uma incógnita aos olhos ocidentais que não compreendiam os súditos de Mikado.

O poeta, ensaísta e colaborador da *Revue des deux mondes* André Bellessort (1902 apud BEILLEVAIRE, 2001) <sup>57</sup> que passou seis meses no Japão entre 1888-1889, acreditava que os japoneses apresentavam resistência para assimilarem a cultura ocidental, especialmente teorias mais profundas e complexas, porque, na verdade, não estavam prontos para esse processo. Bellessort atribuía também, como causa, uma diferença essencial existente entre ocidentais e japoneses, cuja premissa era que os europeus acreditavam na identidade consciente do ser humano, ao passo que os japoneses, não, pois eles só conseguiam reter as ideias de preexistência e reencarnação.

O conde Claude-Emmanuel-Henri de Pimodan (1900 apud BEILLEVAIRE, 2001) tinha uma teoria parecida para a problemática de assimilação do japonês<sup>58</sup>. Para este autor a ocidentalização do Japão havia sido superficial por conta das diferenças psicológicas que separavam a raça amarela, da branca. Para o autor, apesar de o Japão estar passando por um processo de ocidentalização, as diferenças entre europeus e japoneses continuavam enormes, e não só as ideias comuns eram raras, como também as ideias, quando elas se apresentavam, evoluíam de forma diferente das ocidentais.

---

<sup>57</sup> BELLESSERT, André. op.cit., p. 295-300.

<sup>58</sup> Gustave Gourdaureau, cônsul da França em Yokohama em 1897 que morou por 15 anos no Japão, atribui, igualmente, um caráter fechado à sociedade japonesa, cujo maior defeito, em sua visão, era sua incapacidade de assimilar a cultura ocidental. (GOUDAREAU, Gustave. **Excursions au Japon**, illustré de 42 dessins de notor. Paris : Librairie d'Éducation nationale, 1889).

Pimodan prossegue suas considerações quanto ao caráter do povo japonês afirmando que o nipônico tem dificuldade de analisar, de condensar seus sentimentos e suas ideias, de responder de uma forma clara e precisa. Essa observação revela, na verdade, a dificuldade que os ocidentais tinham em entender as nuances culturais e as práticas sociais dos japoneses. Daí a análise pálida de Pimodan que conseguiu apenas listar, singelamente, o que para ele eram as qualidades dos japoneses: limpeza, amabilidade e senso artístico refinado, e os maiores defeitos: vaidade, falta de aptidão aos negócios e incapacidade de ideias abstratas. No fundo, esse viajante francês reconhecia que o comportamento dos japoneses vinha de um conjunto de fórmulas complicadas apreendidas de seu íntimo e que, portanto, a amabilidade e a polidez dos japoneses, que davam a impressão de civilização refinada, eram parte desse complexo jogo social. Assim Pimodan (Ibid., p. 800-801) fecha seu artigo, questionando como seriam, de fato, os japoneses e quem seriam eles em seu íntimo:

La vanité des Japonais, pour être plus naïve dans ses manifestations, ne surpasse guère celle d'innombrables Européens. Leur apparente inaptitude aux affaires vient de leurs besoins modestes, du facile bien-être auquel la nation, recluse dans un pays riche et fertile, s'était accoutumée pendant son long isolement. [...] J'ajouterai que les Japonais sont dévoués, pitoyables aux malheureux, respectueux de toutes les autorités; susceptibles d'une grande assiduité, mais plus minutieux que précis; très fins, très déliés, très adroits à saisir les détails, mais non les nuances; lents à se décider, mais prompts aux engouements comme aux découragements; très aptes à organiser doucement, posément, sûrement, mais inhabiles à réparer un accroc par un moyen de fortune et enclins à se laisser surprendre et comme désorienter par tout événement imprévu. Sont-ils faux, sont-ils sincères? Je l'ignore; tout ce que je sais, c'est qu'ils restent très maîtres d'eux-mêmes dans les plus graves circonstances et ne manifestent jamais aucun sentiment violent.

Outra interessante colocação sobre o assunto foi dada por Ludovic Naudeau (1909 apud BEILLEVAIRE, 2001, p. 805) <sup>59</sup> que inicia seu artigo sugerindo uma reflexão ao leitor:

Y a-t-il dans la psychologie japonaise des caractéristiques permanentes, raciales, inchangeables, ou bien les insulaires ne diffèrent-ils moralement de nous que par leur organisation sociale et des coutumes qu'une évolution plus ou moins rapide pourra transformer ?

Na opinião de Naudeau, os japoneses são bons observadores e imitadores, mas pouco inventivos e pobres de aprofundamento intelectual. Foi somente após os primeiros contatos com a civilização europeia em meados do século XVI, segundo o autor, que os nipônicos passaram a aprender um pouco sobre processos, maneiras e meios de ação; e que, ao final do século XIX, a elite japonesa havia assimilado em bloco as ciências, os métodos, os sistemas e as ideias do Ocidente. Entretanto, Naudeau (Ibid, p.806) lamenta o atavismo e o ostracismo japonês, para ele “le Japon est ouvert aux produits matériels de l'Europe, mais il reste fermé à ses produits spirituels. Pour résister aux Européens, il adopta les armes des Européens, mais non leurs mœurs. ”

Jean Dhasp, autor da obra *Le Japon contemporain* (1893 apud BEILLEVAIRE, 2001) <sup>60</sup>, foi outro viajante que também não conseguiu penetrar no pensamento hermético dos japoneses. De acordo com Dhasp (Ibid., p. 797-780), os japoneses, por conta de sua obstinação em imitar os outros, tornam-se pouco criativos.

Leur rage d'imitation, qui prend sa source beaucoup plus dans un sentiment de vanité puérile que dans la nécessité d'une rénovation, les conduit insensiblement à la perte de leurs brillantes qualités, de leur originalité si caractéristique, de la méthode sobre et pleine d'élégance, de cette distinction rare de la vieille école dont le peintre Kano, il y a trois siècles, et Hokusai, il y a cinquante ans, étaient les maîtres.

<sup>59</sup> NAUDEAU, Ludovic. **Le Japon moderne**. Son évolution. Paris : Ernest Flammarion, 1909.

<sup>60</sup> DHASP, Jean. **Le Japon contemporain**. (Notes et impressions). Paris: Librairies-imprimeries réunies, 1893

Se os japoneses eram grandes imitadores e não possuíam criatividade, por outro lado, na opinião de Dhasp, os nipônicos também tinham problemas quando tentavam ser originais. No artigo de André Bellessort (1902, op.cit., p. 804), o poeta questiona a originalidade dos japoneses e diz-se espantado com a impessoalidade da imaginação japonesa nos campos artístico e literário, totalmente mergulhados em acepções budistas.

L'individu n'y trahit jamais une vision originale de la nature ou de l'humanité. Tous les Japonais regardent avec les mêmes yeux, reçoivent du monde extérieur les mêmes impressions, nuancent leurs sentiments des mêmes teintes et considèrent la vie du même angle. De l'adolescent qui compose son premier devoir de style à l'écrivain déjà mûr qui se publie dans une grande revue, seule l'élégance des combinaisons diffère, mais ils travaillent tous les deux sur la même réserve de sensations, d'images, d'idées.

Síndrome dos países atrasados, a imitação de modelos europeus era vista como incapacidade social de um povo de raça inferior produzir suas próprias ideias, de serem originais, ou então, como vontade de se alinharem aos padrões de cultura e civilização dos países desenvolvidos<sup>61</sup>. Contudo, para os japoneses, o mecanismo da imitação, prática realizada desde os primórdios da história do Japão, não tinha nenhuma conotação de inferioridade, pelo contrário, a intenção era absorver o que a outra cultura tinha de bom e “adaptá-la” para os padrões japoneses. Imitar o Ocidente, tecnologia, instituições de ensino, áreas legislativa e militar, representava mais uma atitude defensiva dos japoneses contra o imperialismo ocidental e acordos considerados por eles injustos do que admiração por uma cultura “superior”. A imitação, por parte dos japoneses, foi seletiva no intuito de alcançar um rápido desenvolvimento econômico, sem, contudo, perder sua identidade. Por essa razão é que cremos que muitos viajantes estrangeiros costumavam afirmar que a ocidentalização no Japão havia sido superficial.

---

<sup>61</sup> Muitos brasileiros como Alberto Torres, por exemplo, condenaram a imitação, sobretudo do modelo francês que não permitia o florescimento de ideias adequadas à nossa realidade e demonstrava a nossa imaturidade intelectual, tornando-nos vulneráveis às teorias racistas europeias. (SKIDMORE, op.cit..)

Voltando à questão da assimilação, outra explicação dada pelos franceses foi a de que a escrita e a língua japonesa não dão ao falante a capacidade de expressar pensamentos abstratos e lógicos, o que impede a assimilação dos saberes e das doutrinas ocidentais.

Georges Bousquet escreve um artigo intitulado *Une langue impropre à l'abstraction intellectuelle et morale* (1877 apud BEILLEVAIRE, 2001, p. 723-724)<sup>62</sup>, no qual enfatiza essa ideia, da seguinte forma:

La structure de la phrase est très peu propre au raisonnement logique, à la discussion, à l'exposition claire des pensées, par suite de l'absence de relatif, les propositions se suivent émietées, déchiquetées, formant une série de petites phrases hachées menu, sans lien entre elles.[...]De là vient aussi que les Japonais s'assimilent facilement nos connaissances industrielles, apprennent le maniement de nos machines, l'emploi de nos arts mécaniques, mais sont arrêtés par nos sciences de raisonnement, par les hautes mathématiques, le droit, la philosophie, par nos méthodes analytiques, inabordables pour eux tant qu'ils sont réduits à leur langue.

E continua, argumentando que a escrita chinesa, que deu origem à escrita japonesa, tem grande ligação com a moral de uma sociedade, e que:

Comme toutes les langues idéographiques, le chinois est un grand auxiliaire du despotisme et de la théocratie. En faisant de la possession de la langue, et par conséquent de toutes les connaissances, l'apanage d'un petit nombre d'érudits, en reléguant toutes les castes inférieures dans une ignorance infranchissable, il trace une frontière morale entre les petits et les grands, et servait à merveille par là, lors de son introduction, les tendances de domination que montraient alors la noblesse et le clergé (Ibid., p. 726).

Félix Martin (1898 apud BEILLEVAIRE, 2001)<sup>63</sup> também tem uma opinião bastante específica a respeito do assunto. Segundo ele, o povo japonês é um gênio da imitação, por essa razão não possui o espírito de iniciativa e de invenção, ou seja, não tem criatividade. Na opinião de Martin, a língua japonesa, desprovida de todos os

---

<sup>62</sup> BOUSQUET, op.cit., p. 723-7226.

<sup>63</sup> MARTIN, Félix. **Le Japon vrai**. Paris : Bibliothèque-Charpentier, Eugène Fasquelle, 1898.

termos abstratos, não tem a capacidade de expressar ideias gerais, por essa razão não existe uma única obra filosófica no Japão.

C'est un grand obstacle au développement intellectuel de la nation dans le sens des idées correspondant à la civilisation occidentale : le Japon peut emprunter à l'Europe les côtés matériels de cette civilisation, mais les hautes sciences lui échappent en raison de l'infériorité de sa langue et surtout de son écriture (Ibid., p. 730).

A língua, a religião e a escrita são os maiores símbolos nacionais de um povo, e estes se encontram ligados à identidade de uma nação (HOBSBAWN, 1990). A política de colonização lingüística era uma prática bastante comum desde o período da formação das primeiras colônias europeias (MARIANI, 2004). A França, especialmente, praticava a imposição de sua cultura às suas colônias, em uma tentativa de dizimar a tradição local, a língua, a cultura, a religião, as memórias dos nativos. A dominação religiosa e lingüística praticada pelos países desenvolvidos, portanto, implicava muitas vezes em dominação política e econômica dos países “atrasados”. Pela conquista lingüística e espiritual, as nações imperialistas podiam impor suas ideias, desestruturar a identidade nacional e exterminar a cultura local. Embora o Japão não tenha sido colonizado, as convicções políticas e sociais dos europeus e norte-americanos estavam presentes, em forma de críticas e incompreensões, as quais foram interpretadas da maneira mais conveniente e estratégica pelos viajantes estrangeiros. Tudo nos leva a acreditar que o objetivo dos países imperialistas, ao desvalorizar a cultura japonesa e realizar uma análise “antropológica” do tipo mongólico, era de provocar um sentimento de inferioridade no povo japonês ante a suposta superioridade do homem branco. Entretanto, o efeito foi bem diferente do esperado pelos europeus e norte-americanos. O Japão acaba aprendendo a lição e seguindo a “cartilha” ocidental e, posteriormente, usa

os mesmos artifícios dos países imperialistas (impondo sua língua e ideologia)<sup>64</sup> na conquista e dominação da Ásia. Os próprios viajantes ocidentais acabam relatando o caso. Alguns até apoiaram a política japonesa, como foi o caso do francês Robert Chauvelot (1929), na década de 1920, que defendeu o expansionismo japonês e suas práticas políticas e militares na Coreia, Formosa, entre outros países asiáticos, por acreditar que a invasão japonesa levou o progresso e a civilização às nações asiáticas em desagregação.

Porém, nem todos os discursos de viajantes franceses sobre o caráter dos japoneses foram negativos. A célebre história dos 47 *rônin*<sup>65</sup>, ou samurais, colocou em destaque os valores morais e o espírito desses guerreiros japoneses. Várias traduções foram feitas nos idos de 1870 sobre essa trágica história, o que contribuiu para criar uma imagem de bravura dos guerreiros japoneses no mundo ocidental.

Entretanto, André Bellessort (1902 *op.cit.*) fez uma ligação dos samurais com histórias mais recentes, como as dos ataques xenófobos na década de 1860. Para o autor, o espírito desses samurais ainda vivia nos seus descendentes, por essa razão, o futuro do Japão moderno seria, certamente, mórbido.

Comme, à certains moments, sous ce Japon moderne, nous découvrons, à côté des survivances du passé, des symptômes d'avenir morbide! Ces soldats s'érigeant en juges de leurs chefs – et le fait qui m'a été confirmé plus tard serait peut-être moins rare si les officiers ne donnaient presque toujours l'exemple de l'héroïsme –, ces soldats, sortis de la plèbe, agissent naturellement de la même façon et dans le même sens que jadis les samurai condamnant et exécutant leur Daimio. La Révolution japonaise a moins détruit l'esprit samurai que qu'elle ne l'a propagé ; mais, en descendant les étages de la société, il s'est altéré de démagogie. Les subordonnés continuent de s'arroger un droit de contrôle sur leurs supérieurs ; et cette loi, qui naguère tempérait ce que l'état social du Japon avait de tyrannique, envenime aujourd'hui ce qu'il a d'anarchique. Elle se manifeste dans les

<sup>64</sup> O sul da Manchúria acabou sendo reconhecida como colônia japonesa na década de 1930, quando os japoneses implantaram escolas japonesas e enviaram emigrantes para colonizarem o local.

<sup>65</sup> A lenda dos 47 samurais é uma história verdadeira que ocorreu na província de Harima, no Japão, em 1701, e relata um conflito envolvendo intrigas entre os poderes imperial e militar, cujo desfecho acaba no suicídio de 47 samurais como uma demonstração de coragem e honra desses homens que seguiram os valores do *Bushidô* (Código dos samurais).

administrations. Et l'armée elle-même, malgré sa discipline de fer, n'y échappe pas entièrement. Mais là, elle n'offre aucun danger, tant que les Japonais garderont leur notion de l'honneur et leur intransigent patriotisme (Ibid., p. 470).

Como vimos, anteriormente, para os franceses, os rebeldes e violentos samurais das décadas de 1860 e 1870 haviam sido contidos e não representavam mais uma ameaça aos estrangeiros, adquirindo o estatuto de grupo subjugado frente ao poder da civilização ocidental. A imagem dos samurais passou de classe hostil e bárbara para heróica e corajosa, após o resgate da lenda dos 47 samurais. Esse fato marca a maleabilidade do conteúdo dessas narrativas de viagem, e como a representação de um grupo, povo ou país era moldado de acordo com as conveniências e o contexto histórico. Novamente, percebemos a importância para os viajantes franceses de encontrarem semelhanças na cultura do “Outro”, ou seja, a história dos 47 samurais só foi valorizada por conta da semelhança com a cavalaria ocidental.

Todas essas narrativas de viagem produzidas, até o final do século XIX, pelos franceses descrevendo o caráter japonês foram, de modo geral, homogêneas ao criar uma representação dos nipônicos como um povo: de imitadores medíocres, preso ao ostracismo e aos velhos rituais místicos e religiosos, hostil, selvagem, indolente, orgulhoso, sem originalidade e sem capacidade de compreender pensamentos abstratos. Em paralelo a essa imagem negativa dos japoneses, alguns viajantes construíram uma versão mais romantizada e exótica, mas igualmente racista, de um Japão de cerejeiras, bibelôs e natureza exuberante habitado por doces e submissas *mussumês* e “macaquinhos amarelos” sorridentes, de pouca estatura e afeminados.

Mas no ano de 1900, o historiador, socialista militante e redator do *Journal*, Henri Turot (1901 apud BEILLEVAIRE, 2001)<sup>66</sup>, tenta desmistificar essa imagem

---

<sup>66</sup> TUROT, Henri. **D'une gare à autre**. Indo-Chine, Philippines, Chine, Japon. Paris: P.-V. Stock, 1901. 265 p.

romântica do Japão, alertando para o exagero dos poetas e a fantasia de suas observações. Segundo Turot, viajantes e romancistas de todas as nações se rivalizaram para idealizar aos olhos do universo as maravilhas da natureza, a doçura do clima, a beleza das mulheres e a cortesia dos homens japoneses. Turot pretende acabar com as ilusões criadas por Pierre Loti. Para ele, os japoneses são odiosamente artificiais ao tentarem copiar a moda europeia e ostentam um incomensurável orgulho. Turot também narra o desencantamento dos viajantes europeus pelo Japão.

En quittant Yokohama, j'avais quelque inquietude à ce sujet et je me demandais si la nostalgie de la France, après six mois d'absence, ne me rendait pas trop partial ; mais sur le paquebot de retour, tous les touristes étaient unanimes dans leurs appréciations, tous proclamaient que les plus beaux sites du Japon restent très inférieurs à ce qu'ils avaient admiré en Europe. Tous aussi portaient avec une antipathie profonde pour les Japonais (Ibid., p. 801).

O Japão, em meados de 1905, já havia vencido duas guerras, uma contra a China e a outra contra a Rússia. A partir de então as potências ocidentais, com receio dessa crescente força militar japonesa, passaram a prestar atenção, não mais no lado exótico do Oriente, mas em sua faceta bélica e etnológica. Ludovic Naudeau (1909 *op.cit*) é um exemplo nesse sentido, pois narra, indignado, sobre o “controle tirânico” que a própria “sufocante sociedade nipônica” exerce sobre cada um dos cidadãos japoneses, exigindo uma demonstração de conduta de heroísmo e de amor à pátria a todo momento.

Os ocidentais começam a perceber que o sucesso militar japonês estava diretamente ligado a essa disciplina inflexível imposta aos indivíduos nipônicos pela própria comunidade que não permitia nenhum gesto de “covardia” do soldado japonês, o qual tinha por dever não retornar com vida à sua casa. Mas toda essa bravura, de acordo com Naudeau (Ibid., p. 808), é relativa, pois “[...] la plupart des Européens établis depuis longtemps aux îles nippones sont unanimes à dire que l'homme japonais, quand il se trouve isolé, est loin de se montrer plus brave que l'homme blanc.”

Por outro lado, Naudeau admite que essa falta de senso de individualidade dos japoneses, que nega, segundo o autor, o arrivismo egoístico e representa o próprio espírito do nipônico do início do século XX, tem-se mostrado necessário nas organizações contemporâneas do Ocidente.

Como vimos, os discursos franceses acerca do caráter dos nipônicos eram de que os japoneses eram apenas bons imitadores, sem aprofundamento intelectual. Essa visão corresponde mais ou menos à teoria do filósofo francês Joseph Ernest Renan (1823-1892) que conjectura a respeito das funções de cada raça. Para ele, a natureza fez a raça amarela, uma raça de operários, ou seja, de ação; a raça negra, de trabalhadores da terra e a raça branca de senhores que tinham o domínio da inteligência. Por essa razão, a raça amarela, que é de ação, não teria condições de exercer atividades de reflexão e inteligência, conseqüentemente, a assimilação estaria sempre em um nível inferior de simples emulação da raça branca (TODOROV, 1989). Seguindo essa linha de raciocínio, é possível imaginar por que grande parte dos franceses afirmou que a língua e a escrita japonesa não tinham condições de expressar pensamentos abstratos e lógicos, impedindo assim a assimilação dos saberes e das doutrinas ocidentais. A raça amarela, designada de intermediária por Renan, era física, ao passo que a raça branca era lingüística (Ibid., p. 155); e prossegue seu raciocínio afirmando que a língua, para uma raça, era a própria forma de pensamento de uma nação, o seu espírito, por isso a propagação da língua francesa seria importante para a ordem geral da civilização, e finaliza declarando que “[...] nada tem de chocante a conquista de um país de raça inferior por uma raça superior [...]” (Ibid., p.156). Concluímos que o determinismo de Renan com relação à análise da linguagem de povos “selvagens” ou “bárbaros” era a expressão clara de seu etnocentrismo. Essa visão de povos “selvagens” e incapacidade de ideias abstratas e reflexão já existia no começo do século XIX. Joseph-Marie

Dégerando (1969, p.73-74) também costumava afirmar que os “selvagens” possuíam idiomas muito pobres e não eram capazes de realizarem reflexões ou de terem ideias abstratas.

No doubt the Savages cannot have a large number of abstract ideas, since they have not had the opportunity to carry out systematic comparisons. But the need to simplify leads men so naturally to abstraction, even unknowingly, and to forming ideas of genus and species, that the Savages cannot be completely without them. (...) the ideas with which the Savages would be least occupied are those belonging to reflection and in the province of moral psychology and logic, like thought, judgment, will, sorrow and so on.

Em meio a todas essas teorias não fica difícil entender a crítica à língua e à escrita japonesa nos discursos franceses na segunda metade do século XIX. Em suma, a linguagem era um dos critérios na distinção entre povos “civilizados” e “bárbaros”.

Cabe explicar aqui que as palavras “bárbaro”, bem como “selvagem”, são freqüentes nos relatos de escritores-viajantes, porém esclarecemos que no pensamento francês essas palavras possuem dois sentidos: o primeiro é histórico e positivo (próximo de seu estado original e ingênuo) e o segundo, ético e negativo (Ibid., p. 58). Meyer, por exemplo, qualificou a arquitetura, a música e a dança japonesa como “pueril” por ser, em sua opinião, muito simplórias. Já Layle chamava os samurais hostis aos ocidentais de “selvagens”, em seu sentido ético e negativo, devido à crueldade dos assassinatos e o comportamento degradante dessa classe. Seja como for, ambos os sentidos conotavam que os selvagens ou bárbaros japoneses pertenciam a uma classe inferior e atrasada em relação aos brancos ocidentais, seja pela sua simplicidade, seja pelo seu comportamento agressivo.

Em todos os discursos acima, notamos um reducionismo do caráter do povo nipônico que é representado ora pelo coletivo “eles”, ora pelo singular “ele” (porém como representante de uma coletividade). Parece haver uma tendência para generalizações, tornando os japoneses uma massa homogênea, sem individualidade.

Como vimos antes, nos textos que privilegiam a descrição da natureza, os nativos aparecem sem identificação e caracterização, eles são apenas: o guia, o motorista, o intérprete, o dono da hospedaria. Ou então, quando etnograficamente analisados, os japoneses aparecem dentro de um grupo fechado, uma “raça”, em que todos têm os mesmos caracteres: indolentes, preguiçosos, bizarros, exóticos, etc. Essa prática discursiva coloca no centro das narrativas a figura do viajante europeu, seus valores e juízos morais de homem branco, urbano e burguês (PRATT, 1999, p. 72-73). É relevante assinalar que esse discurso ainda tinha mais uma característica intrínseca: era masculino. Com efeito, constatou-se que a representação da mulher nativa, nas narrativas de viagem ocidentais, sempre apresentou um estudo a parte. Por conseguinte, a mulher japonesa, na visão dos viajantes franceses que dedicaram artigos, capítulos, livros sobre o assunto, era um tópico especial e misterioso.

## 1.8. A condição social da mulher japonesa

No início dos contatos entre Japão e França, encontramos uma visão alegre das mulheres japonesas como a do visconde Alexis de Gabriac (1872 apud BEILLEVAIRE, 2001) <sup>67</sup> que visitou o Japão em 1869 e se encantou com as japonesas, a beleza e a amabilidade delas. Gabriac revela fatos curiosos para os ocidentais como os banhos públicos mistos, e declara a inocência das mulheres japonesas e a perversidade dos europeus com relação à nudez feminina. Porém, o autor ao elogiar a cultura japonesa e criticar a europeia, não deixa de procurar parâmetros de comparação na cultura ocidental ao falar que: **“De même que les Grecs, les Japonais trouvent qu’il y a de l’innocence à se laisser voir ainsi que Dieu vous a fait, et que la perversité des Européens y ajoute seule une idée déshonnête ”** (Ibid., p. 660, grifo nosso).

O autor fala da simplicidade e da graça infantil das japonesas, que não se adornam com jóias ou roupas elegantes, mas que justamente por essa razão revelam a sua beleza pueril (novamente, a ideia de primitivo ligada à origem, ingenuidade, infantil, em contraste com a civilização complexa e artificial da Europa). Outro ponto que revela o etnocentrismo do autor é o seu comentário sobre o som da palavra *mouzomé* (jovem, filha). Na verdade, antes de Pierre Loti introduzir essa palavra no imaginário francês em 1886, Gabriac já havia comentado sobre a sonoridade dessa palavra, tal qual faz Loti, porém o elogio não é direcionado à língua japonesa, mas à língua francesa, pois a palavra: “[...] mouzoumé en japonais, et ce nom est aussi agréable à l’oreille que l’objet qu’il représente est agréable à voir ” (Ibid., p. 661). Ou seja, o som é agradável **aos ouvidos franceses**, portanto é o francês, e somente ele, que teria capacidade de se “deliciar” com a sonoridade desta palavra.

---

<sup>67</sup> GABRIAC, Alexis de. **Course humoristique autour du monde**. Inde, Chine, Japon. Paris: Michel Lévy frères, 1872. 341 p.

Raymond de Dalmas (1885 apud BEILLEVAIRE, 2001) <sup>68</sup> também se encanta com a graça dos quimonos das japonesas, apesar da “bizarrice”. Seus elogios são sempre acompanhados de adversativas, em geral utilizando-se de metáforas de animais: “[...] les Japonais sont toutes très brunes; elles ont de belles chevelures, mais on pourrait peut-être leur faire le reproche de ressembler par trop à une **crinière de cheval [...]**” (Ibid., p. 670, grifo nosso).

Já Cavaglione (1894 apud BEILLEVAIRE, 2001, p. 671, tradução nossa) <sup>69</sup> visita o Japão em 1891 e em sua curta estada afirma que todo viajante que visita o Japão não pode deixar de ter o prazer em falar da mulher japonesa, pois, em sua visão, “[...] a japonesa é o principal bibelôt deste país divertido”. Há certo mistério que rodeia a mulher oriental, por conta de sua discrição e por viverem enclausuradas. O mistério que envolve a mulher japonesa sobressaia também na visão de André Bellessort (1902 op.cit., p.6 77, tradução nossa) que afirma que “o melhor dos japoneses, são as japonesas.”

A única voz feminina, Marguerite du Bourg de Bozas (1903 op.cit., p. 687), também fez questão de teorizar sobre os caracteres físico e psíquicos da mulher asiática. Abaixo Marguerite faz uma classificação da mulher japonesa em comparação com a chinesa e a europeia:

Alors que la Chinoise est lourde, apathique, en somme peu séduisante, la Japonaise est vive, nerveuse; seulement, elle subit dans toute sa rigueur la loi qui fait disparaître de bonne heure la beauté des femmes exotiques; à trente ans, la Japonaise est fanée comme une femme de cinquante ans peut l’être en Europe.

Ou seja, as japonesas em comparação às chinesas são mais vivas e sedutoras, porém em comparação às europeias são inferiores, pois envelhecem mais cedo.

<sup>68</sup> DALMAS, Raymond. **Les Japonais, leur pays et leurs mœurs**. Voyage autour du monde, préface de Henri Duyeyrier. Paris: Plon, Nourrit et Cie, 1885.

<sup>69</sup> CAVAGLIONE, E. **254 jours autour du monde, ouvrage contenant 29 gravures sur bois**. Paris: Librairie Hachette et Cie, 1894. 442 p.

Em meados da década de 1850, a condição feminina começa a ser discutida na França. O primeiro trabalho sobre o estudo dos gêneros foi realizado pelo historiador francês Jules Michelet, autor da obra *Les femmes de la révolution* (1854), que, apesar de mostrar uma preocupação em refletir sobre a relação entre os sexos, mantém o pensamento de dominação masculina da época (DUBY; PERROT et al., 1990). A *Revue des deux mondes* também publica alguns artigos sobre o papel da mulher na década de 1870, como foi o caso de Charles Louandre que falou sobre o papel feminino na história da França na edição de maio-junho de 1873<sup>70</sup> revelando, dessa forma, que pela primeira vez novas acepções acerca do “sexo frágil” estavam sendo discutidas no Velho Continente.

Contudo, os homens ocidentais ainda continuavam envolvidos pelo espírito de galanteria dos romances de cavalaria (as doces donzelas desprotegidas recebiam a corte, o respeito e a proteção dos nobres cavaleiros), e, portanto, descreveram a mulher japonesa dentro dessa concepção. Na verdade, a mulher japonesa, que foi observada e registrada por quase todos os viajantes ocidentais da época, encantava os estrangeiros mais por sua aura exótica e misteriosa do que por sua beleza, propriamente dita. Outras vezes, era a condição de opressão da mulher dentro da sociedade japonesa que ganhava destaque e críticas dos intelectuais brancos e burgueses do Ocidente, como no caso do artigo de Georges Bousquet.

Esse autor francês afirma que a mulher japonesa ocupa uma posição de escrava, enclausurada e muda na sociedade japonesa, sem direito a uma vida social. Bousquet ainda atribui essa situação aos dogmas budistas:

---

<sup>70</sup> LOUANDRE, Charles. Du role des femmes dans l'histoire de France. I e II. In : **Revue des deux mondes**. Octobre 1872, mai-juin 1873.

Hâtons-nous de le dire, quoique étranger et absolument rebelle à notre principe de l'égalité théorique des sexes, le Japon est, de toute l'Asie, le pays où la situation de la femme est la moins odieuse, tout en restant cependant très inférieure. Le dogme bouddhiste lui refuse une âme; elle ne renaîtra qu'à la condition de prendre la forme masculine; elle est dans la métaphysique chinoise, l'incarnation du principe du mal, de l'élément dissolvant et destructeur [...] (Ibid., p. 663).

Quanto aos relacionamentos amorosos dos japoneses, Bousquet se pauta nos valores morais dos romances de cavalaria, como podemos verificar abaixo:

La **galanterie** n'existe pas ici; toute notre phraséologie amoureuse leur fait lever les épaules. L'amour n'est qu'un mouvement violent des sens, et même quand il devient passionné et fait le sujet des romans il commence toujours par où nous le faisons finir. Ce ne sont donc pas les plaisirs délicats et discrets de nos salons qui les attirent. Mais il faut néanmoins de temps à autre une secousse à ces natures apathiques (Ibid., p. 665, grifo nosso).

Todos os autores que tratam sobre esse assunto são unânimes em afirmar a frieza das relações entre o casal, a posição humilhante da mulher, a tirania masculina, o despotismo paternal e a doçura e submissão das japonesas, como podemos observar nos trechos abaixo extraídos de artigos de dois autores franceses da época:

Pauvres petites musumés! Tout d'abord, on les prend comme de jolies chattes, comme d'insignifiantes poupées, comme de gentils oiselets sans cervelle: leur visage fardé et constamment repeint nous semble, sous ses cheveveux vernis, un paysage artificiel où nous ne saurions aimer. [...] La grande merveille, c'est que des moyens abominables aient produit des fins exquises. Toujours soumise, toujours sujette, toujours vassale, toujours opprimée, toujours exposée aux injustices de l'homme, toujours obligée d'obtempérer à des volontés plus fortes que la sienne, la femme japonaise, qui devrait être un monstre de sournoiserie et de ruse, est au contraire un ange de douce [...] La vie galante, la vie sentimentale n'existent pas au Japon. Le Japonais ne fait pas la cour à sa propre femme, parce qu'il la possède, ni à celle de son prochain, parce qu'il ne la voit pas, ni à la geisha parce qu'il la paie. Le chevalier japonais du bon vieux temps, le bushi, n'a jamais combattu pour l'amour de dames.[...] Moins d'intrigues amoureuses qu'en Europe, moins de crises passionnelles, moins de maris torturés par la jalousie[...] Conclure que l'amour n'existe pas, au Japon, serait cependant inexact (NAUDEAU, op.cit., p. 691-692).

La femme reste l'être inférieur, nécessaire simplement à la reproduction et uniquement capable de vous distraire parfois quand l'on n'a rien de mieux à faire (PETTIT, 1905 apud BEILLEVAIRE, 2001, p. 697)<sup>71</sup>.

A maioria dos escritores-viajantes franceses acredita que há uma relação entre o tratamento dado pela sociedade japonesa às mulheres e o “grau de civilização” dos nipônicos, como foi o caso de Jean Dhasp (1893, op.cit., p.797-780) que declara que as causas reais do atraso japonês estão ligadas ao pensamento desse povo em relação à condição feminina dentro da sociedade. A “condição humilhante” da mulher japonesa, de inferioridade, submissão e domínio do homem, era a mesma da mulher europeia, especialmente a do meio rural e da periferia que precisava tolerar agressões físicas, infidelidade, tirania sexual (PERROT, 1987). No interior da França eram comuns tratamentos humilhantes como a venda da esposa, - espécie de divórcio - o espancamento para demonstrar a supremacia masculina e a segregação das mães após o parto, quando eram consideradas impuras. Feitas essas considerações, esclarecemos que, na realidade, havia distinções entre o pensamento rural e urbano na Europa. Os julgamentos morais europeus eram destinados não só ao mundo não europeu, mas também a todos os indivíduos não urbanos, não letrados e não burgueses, ou seja, “na medida em que se aprofundavam as diferenças entre os modos de vida urbano e rural, os camponeses europeus passavam a ser considerados somente um pouco menos primitivos que os habitantes do Amazonas” (PRATT, op.cit., p. 72-73).

Portanto a palavra “civilização” tinha um espectro mais amplo, ou seja, tanto os japoneses como os franceses do campo eram criticados pelo olhar masculino, branco, urbano, letrado e burguês repleto de discurso moral. O fardo desses homens era de levar a civilização, a qual abrangia um sistema de valores e conceitos culturais, a povos selvagens, fossem eles europeus ou não. Naturalmente, as teorias raciais colocam em

---

<sup>71</sup> PETTIT, Charles. **Pays de mousmés, pays de guerre**. Paris : Félix Juven, 1905. VII-291 p.

posição um pouco mais vantajosa os “primitivos” do meio rural europeu, em relação aos “indígenas” de países distantes. Seja como for, graças ao imperialismo, houve uma propagação dessas ideias e conceitos a outras partes do planeta, e o Japão certamente se enquadrava nesse caso; seja pela “condição humilhante da mulher dentro da sociedade japonesa”, seja pelos atos hostis aos estrangeiros, seja pela restrição da língua. O imperialismo, disfarçado em humanitarismo, legitimava os julgamentos de “raça inferior” e assegurava aos homens brancos o direito de “educar” os povos bárbaros (PRATT, 1999).

Entretanto, essa postura imperialista e hegemônica dos europeus passa a ser ameaçada pelos japoneses a partir da década de 1890, quando a França e outros países europeus passaram a focar o “novo Japão”: capitalista, militar, competitivo e perigoso; surgem os ardentes divulgadores do chamado “*péril jaune*”, especialmente após a vitória do Japão contra o império chinês em 1885 e a poderosa Rússia em 1905.

## 1.9. O imperialismo japonês

O correspondente do jornal *Le Temps*, Charles Pettit (1905, op.cit., p.VII-291), que esteve no Japão para cobrir a guerra russo-japonesa, não esconde a sua antipatia pelo país. Ele denuncia o militarismo ambicioso, as práticas de espionagem, as atitudes de passividade inculcadas no povo e o ódio à raça branca por parte dos japoneses. Ele quer que seus leitores tenham outra visão do Japão, visto, até então, como um país doce e cômico das *mussumês*. Na verdade, em sua opinião, o Japão é uma grande potência militar, muito longe das fantasias exóticas dos viajantes estrangeiros.

Outro francês antinipônico foi Henry Dumolard (1903 apud BEILLEVAIRE, 2001)<sup>72</sup> que denominou o sistema político japonês como corrupto, chamou de ridícula a maior parte dos costumes desse povo e, finalmente, questionou a autoridade e a força da figura do Imperador. Para ele, “[...] le Mikado est menacé encore de perdre peu à peu l’autorité quasi sacrée et le prestige mystérieux qu’il a si longtemps conservé aux yeux de ses sujets ” (Ibid., p. 862).

Para o especialista em história política e correspondente do *L’Economiste* e da *Revue des deux mondes*, Pierre Leroy-Beaulieu (1871-1915), o sistema parlamentar japonês do final do século XIX apresentava-se em séria crise por conta da fragilidade de sua representação e problemas financeiros após a guerra contra a China (1900 apud BEILLEVAIRE, 2001)<sup>73</sup>.

Mas uma das maiores preocupações dos franceses, entre outros ocidentais, foi “o perigo socialista”. Félix Martin (1898, op. cit., p. 869-871) denuncia a grave situação dos operários japoneses que sofriam com o arrocho salarial no final da década de 1890,

---

<sup>72</sup> Doutor em Direito, Henry esteve no Japão de 1897 a 1900, onde ensinou Direito Francês na Universidade Imperial de Tóquio.

<sup>73</sup> LEROY-BEAULIEU, Pierre. **La Rénovation de l’Asie**. Paris : Armand Colin, 1900. XXVII-482 p.

e que, conseqüentemente, traria reflexos ao Tratado de Comércio Franco-Japonês. Para Martin, “[...] nos industries auront vraiment à redouter le peril jaune”(Ibid., p. 869). O período e o contexto histórico eram férteis para o surgimento do socialismo no Japão, principalmente porque os japoneses eram fanáticos e desequilibrados, na opinião deste autor. Outras razões eram as crescentes greves, sintoma característico do socialismo, e a criação de associações como o “Partido Socialista Japonês da América”, na região de São Francisco, nos Estados Unidos.

Henry Dumolard (1903 op. cit., p.871-874) compartilhava de igual opinião de Félix Martin, com relação à ameaça socialista no Japão. Para ele, o Japão em sua luta pelo desenvolvimento está a cada dia cavando um fosso profundo entre as classes sociais e:

De tout cela résulte un mécontentement de plus en plus général parmi la masse de la population, et tout naturellement, par la force des choses, par l’imitation des mouvements similaires des peuples étrangers, la nation japonaise se prépare peu à peu à aller chercher dans les doctrines socialistes les remèdes à ses maux (Ibid., p. 872).

Na verdade, apesar das vitórias nas guerras contra a China e a Rússia, o Japão foi obrigado a aceitar os tratados de paz (injustos na visão nipônica) negociados pelas potências ocidentais, fato que levou o país a uma grave crise financeira. À medida que o imperialismo japonês tomava força, a sua imagem internacional perdia o brilho de outrora. Em fevereiro de 1897, o ministro francês Harmand faz duras críticas ao comércio japonês. Segundo ele, o negociante japonês tem uma tendência à fraude e a qualidade dos produtos nipônicos são inferiores; além disso, os operários japoneses: “ne paraissent pas pouvoir astreindre leur faculté et leur force productrice à la continuité de l’effort que nécessite une fabrication soignée [...]” (MARTIN, 1898, op.cit., p. 923). Tais considerações seriam motivos suficientes para Félix Martin acreditar na iminência e na gravidade do “perigo amarelo”. Se no passado, o japonês, nos discursos franceses,

era considerado “superior” ao chinês, no final do século XIX há uma inversão de valores: “[...] c’est que le Céleste possède au plus haut degré toutes les qualités nécessaires : il est honnête dans les transactions économe, ordonné[...].” (Ibid., p. 924).

O ataque aos trabalhadores japoneses não cessa por aí, eles também são caracterizados pelos franceses como maus operários, pouco robustos e pouco trabalhadores, que amam a diversão e colocam o prazer acima do trabalho, por serem irresponsáveis e indisciplinados (DUMOLARD, op.cit.). Para muitos escritores europeus, o grande defeito dos comerciantes japoneses estava na sua falta de moralidade, fato que os distinguia do povo chinês. Além da falta de caráter no campo comercial, os japoneses também foram acusados de xenófobos dissimulados, orgulhosos radicais e sem espírito de iniciativa e invenção. Por outro lado, o poder militar do Japão provocava uma mistura de medo e admiração. Na obra de P. de Lapeyrère, *Le Japon militaire* (1883 apud BEILLEVAIRE, 2001)<sup>74</sup>, o autor exalta o sentimento militar dos japoneses e o culto quase religioso dedicado pelo povo aos heróis de guerra. Entretanto, Lapeyrère esclarece que boa parte do sucesso do sistema militar japonês se deve à França que enviou instrutores ao Japão, em 1866, com o propósito de modernizar as táticas e fortificações que se limitavam, segundo o autor, a velhas obras holandesas traduzidas no período feudal japonês.

O orgulho do soldado nipônico é também um tópico bastante salientado nas várias narrativas ocidentais; para Lapeyrère, por exemplo, até mesmo o teatro japonês contribui para fortificar o orgulho nacional e o espírito guerreiro. Porém, todo esse orgulho acabou sendo ferido pelas intervenções das potências europeias e americana no acordo de paz (humilhante, segundo os japoneses) assinado entre o Japão e a China (Traité de Portsmouth 1895), e, posteriormente, entre o Japão e a Rússia em 1905.

---

<sup>74</sup> LAPEYRÈRE, P. de. **Le Japon militaire**. Paris : E. Plon, Nourrit et Cie, 1883. VI-195 p.

## 1.10. A questão imigratória

A expansão e a dominação do Pacífico pelo Japão assustam o Ocidente, ainda perplexo com as vitórias sucessivas na guerra contra a China e a Rússia. Entretanto, havia ainda uma ameaça maior, na opinião de Léo Byram (1908 apud BEILLEVAIRE, 2001, p. 957)<sup>75</sup>:

[...] il essaime à la ronde des émigrants innombrables qui, peu à peu, lui donneront la suprématie et le commandement effectif sur toutes les rives du vaste océan.[...] C'est ainsi que les Philippines et les îles de la Sonde, certaines régions d'Australie, la Nouvelle-Zélande, les Hawaï, toutes les côtes occidentales des États-Unis menacent d'être submergées un jour par le flot sans cesse croissant de l'émigration japonaise. Les États canadiens eux-mêmes se voient dans l'obligation de prendre d'énergiques mesures pour s'en défendre.

Entre o final do século XIX e começo do século XX, houve um grande alvoroço em torno das discussões sobre a imigração asiática ao redor do mundo, especialmente, no continente americano, onde o fluxo de imigrantes chineses e japoneses foi intenso nesse período. Na visão de Léo Byram, essa infiltração amarela era composta por um bando de miseráveis, de repugnantes e de rudes que se contentava com baixos salários e que formava no país estrangeiro uma nova sociedade que:

[...] garde son homogénéité, son entité propre, parce qu'elle resserre ses liens, se défend des influences ambiantes, vit refermée sur elle dans le conservatisme de ses moeurs, de sa langue et de son esprit, tout en restant en relations constantes avec la mère patrie par des lignes de navigation aussitôt organisées (Ibid., p. 957).

Essa má reputação dos trabalhadores japoneses se deve, principalmente, ao aumento do fluxo de imigrantes nipônicos em vários países ocidentais como Canadá e Estados Unidos, onde foram ostensivamente criticados.

Como pudemos notar no final do século XIX e começo do XX há uma mudança de foco dos escritores-viajantes franceses que passam a focalizar mais intensamente os aspectos militares, imperialistas, colonialistas, políticos e econômicos do Japão, em

<sup>75</sup> BYRAM, Léo. **Petit deviendra grand!** L'expansion japonaise en Extrême-Orient. Paris : Berger-Levrault, 1908. XVIII-398 p.

detrimento dos aspectos culturais e artísticos. Na verdade, muda também o perfil desses escritores que passam a ser, em sua maioria, compostos por jornalistas, militares, geógrafos e economistas. Esse redirecionamento do olhar francês se deve, entre outros fatores, às vitórias dos japoneses sobre a China e, principalmente, contra a Rússia. Os ocidentais são obrigados a despertarem para o perigo de uma dominação amarela econômica e militar.

Romances de guerra como, por exemplo, *L'invasion jaune*, do general Emile Driant (1855-1916), publicado em 1909 foi um grande sucesso na época. Outro romance bélico de repercussão, inspirado na vitória japonesa sobre a Rússia, foi *La Bataille* (1909), de Claude Farrere (1876-1857). A intenção de Farrere era de fazer um retrato fiel do verdadeiro Japão, longe dos mitos do Japonismo e, ao mesmo tempo, recuperar a imagem do velho Japão feudal. Por trás de uma história romântica, Farrere traz informações de “valor documentário” sobre o nacionalismo, a ocidentalização e a vida política japonesa do início do século XX.

Nas décadas seguintes notam-se várias publicações francesas sobre o Japão pontuando questões como: colonialismo, imperialismo e imigração. A obra de Robert Chauvelot (1929), *Le Japon souriant, ses samourais, ses bonzes, ses geishas*, por exemplo, dedica alguns capítulos para falar do sistema de administração colonial japonês, e faz questão de deixar claro que o modelo adotado pelos nipônicos havia sido o sistema colonial francês. O autor relata como os nipônicos vão, aos poucos, expandindo o seu poderio militar e econômico sobre as colônias de Formosa, Pescadores, Bonin-Sima, Coreia, entre outros. Mas, o que é representativo no trabalho de Chauvelot é a mudança da posição hierárquica ocupada pelos japoneses na escala das civilizações. Os japoneses, que até pouco tempo eram vistos como selvagens e bárbaros pelos ocidentais, passam agora para a posição de “civilizadores”.

Retomando a ideia de perigo amarelo, Maurice Percheron (1933), em sua obra *Typhons*, de 1933, mostra-se “ácido”, em suas colocações acerca dos asiáticos, e aterrorizado pela hipótese do despertar da raça amarela. Seu discurso etnocentrista fica evidente em sua obra, como vemos abaixo:

Les Blancs peuvent s’enorgueillir de ce qu’ils ont apporté à l’Asie. On peut hardiment affirmer que tout ce qui a contribué à l’amélioration de la condition de l’homme jaune a dérivé plus ou moins directement de trois siècles d’action civilisatrice (Ibid., p. 29).

E prossegue afirmando que :

[...] des démagogues de tous pays ont crié aux mauvais bergers des peuples asiatiques : « tous les hommes sont égaux ! », négligeant de préciser que l’égalité de droits à la vie, à la santé, à la paix, ne signifie pas qu’un coolie-pousse équivaut à un Mac Donald, à un Einstein, à un Ford, à un Barrès (Ibid., p. 48).

E mais adiante, o autor demonstra sua preocupação com a questão da imigração asiática e o perigo de uma mistura de raças:

Le désir d’expansion des peuples à l’étroit ou malheureux chez eux allait se heurter à un bloc rapidement constitué des races européennes ou américaines. Les Blancs allaient se montrer rebelles à la fois à la concurrence d’une main-d’oeuvre d’immigration – bon marché parce que pauvre et abondante – et à la menace d’un métissage certain (Ibid., p. 50).

O temor de Percheron era que o cruzamento de raças pudesse “poluir a pureza da raça branca” (Ibid., p. 50), e alerta para a ameaça da ascensão da raça amarela sobre a civilização ocidental.

De acordo com Régis Poulet<sup>76</sup>, por volta da década de 1870, a acepção de “animalidade” foi inserida no mito do perigo amarelo. Assim:

---

<sup>76</sup> POULET, Régis. Le péril jaune. In : **La revue des ressources**. Numéro ISSN: 1776-0887. <http://www.larevuedesressources.org/spip.php?article499&PHPSESSID=8f918c636f80bdb7806d09c2c6d711a8> consultado em 18 de novembro de 2008. 01 p. (grifo nosso)

De Vladimir Soloviov, qui évoque **les nuées de sauterelles** pour dénoncer le fléau mongol, au « **culte de la fourmière** » dénoncé par Henri Michaux au Japon, en passant par Claudel et Jünger, le pullulement des Asiatiques est devenu un lieu commun qui trouve son origine au XIXe siècle dans l’imaginaire anthropologique, certes, mais aussi dans l’évolution de l’imaginaire social et qui se manifeste jusqu’à la fin du XXe siècle par les mêmes images.

Tal qual uma praga, os asiáticos são comparados a uma “nuvem de gafanhotos” migratórios que pode causar destruição e prejuízo por onde passar, além de invadir outros territórios e se instalarem nos locais.

Os viajantes franceses traduziram, na verdade, o medo da maior parte dos países ocidentais, com ou sem colônia na Ásia: a ameaça comunista (ou o perigo vermelho) que desestruturaria os lucrativos negócios das potências capitalistas. Já o perigo amarelo igualmente representava um problema, devido ao horror que os ocidentais sentiam por uma suposta troca de papéis, na qual o povo asiático passasse a dominar o Ocidente.

O poderio militar japonês, ao vencer a Rússia em 1905, representou o início da concretização desse pavor sentido pelos europeus e norte-americanos, pois pela primeira vez um país ocidental era dominado por uma nação asiática em tempos modernos. O medo do perigo amarelo acaba ecoando para diversos segmentos e causando a restrição ou proibição da entrada de imigrantes asiáticos em quase todos os países do Ocidente, além da deterioração da imagem dos japoneses e do aumento do preconceito racial contra a raça mongólica.

## **2) O discurso brasileiro sobre o Japão via França. Identidade, imigração e preconceito racial. (1860-1945).**

Examinadas as teses colonialistas e raciais do discurso francês acerca dos japoneses, pode-se tentar agora um confronto analítico com o discurso brasileiro que sofreu grande influência francesa em sua elaboração. Contudo, longe de ser uma reprodução fiel do pensamento francês, o discurso brasileiro sobre o Japão e sua gente foi cuidadosamente elaborado pela elite brasileira que selecionou e adaptou o discurso gálico aos seus interesses, como veremos mais adiante.

Antes de prosseguirmos com a apresentação da análise, esclarecemos que, com o intuito meramente didático, dividimos o discurso brasileiro sobre o Japão em duas fases distintas: a primeira parte corresponde ao período que vai de 1860 até 1908 (entrada dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil); já a segunda foi delimitada de 1908 até 1945.

Essa divisão, em primeira e segunda fase, marca bem dois fatos: a discussão em torno do imigrante japonês, antes e após a sua vinda ao Brasil, e a mudança de opinião sobre o Japão e os japoneses em nosso país, cuja imagem, inicialmente positiva de país pitoresco e povo gentil, passou para imperialista e belicosa, a partir de 1908.

## 2.1. Primeira fase do discurso brasileiro (1860-1908)

Como dissemos anteriormente, as posições ocupadas pelo Brasil e pela França no palco internacional eram diametralmente opostas. A França, centro de irradiação de cultura e civilização do mundo ocidental, exercia uma política etnocentrista, colonialista e imperialista. Ao passo que o Brasil, que inegavelmente seguiu os passos franceses, era um país mestiço, atrasado e que mantinha um sistema semicolonial, de economia complementar da Europa (JAGUARIBE, 1958).

Como se sabe, o Brasil, do final do século XIX e começo do século XX, passava por um período de transição do Império para a República, do trabalho escravo para o trabalho livre. Essas mudanças implicavam no surgimento de vários questionamentos acerca da imigração, do preconceito racial e do futuro da nação por parte dos brasileiros. Na tentativa de tomar parte do sistema capitalista e afastar-se das ameaças do imperialismo europeu, a nação brasileira desenvolveu, mesmo com muito receio, uma política de aproximação com os Estados Unidos, especialmente durante a gestão do barão do Rio Branco (CERVO; BUENO, 2002). Entretanto, o Velho Continente ainda era o grande modelo de civilização, cultura e refinamento<sup>77</sup>, tanto que entre 1898 e 1914 teve-se o auge da *belle époque* carioca (NEEDEL, 1993). A tônica era “civilizar-se” negando o passado colonial e a influência africana, a fim de causar boa imagem aos capitalistas e imigrantes europeus. Contudo, as transformações internas pouco ou quase nada mudaram o nosso cenário econômico, pois o Brasil continuou sendo um país com todos os problemas de uma nação não desenvolvida: sem indústrias, agro-exportadora, com alto índice de analfabetismo e miséria da maioria da população. Assim, o projeto

---

<sup>77</sup> Mesmo durante o período da *belle époque* carioca houve reações contrárias à influência francesa. Rui Barbosa e Silvio Romero são alguns exemplos de intelectuais que defendiam essa causa. (MOISÉS, 2001).

de reabilitar e revitalizar o Rio de Janeiro não passava de um simples plano de “deslocamento” da pobreza dos centros urbanos cariocas para as periferias e “afrancesamento” da cidade (saneando ruas, construindo bibliotecas, teatros, cassinos, clubes, etc), com o propósito de “maquiar” as imperfeições sociais da capital brasileira.

Completamente alheia aos verdadeiros problemas do país, a elite carioca ainda vivia sob os resquícios do romantismo: entusiasmada com o futuro da jovem nação (LEITE, 2002) e interessada nas frivolidades cosmopolitas centradas no modelo parisiense. Entretanto, eram nos bairros elegantes e nos Salões da alta sociedade carioca que se manifestava “a dinâmica da transformação do país” (NEEDEL, 1993). Apesar da futilidade social e literária atestada por muitos críticos do período, como por exemplo, Sílvio Romero, não há como negar que coube a essa elite uma definição do Brasil nos primeiros tempos da República (Ibid., p. 250).

Como todos os países “atrasados” em fase de afirmação do caráter nacional, o Brasil manteve uma política externa ambivalente e cheia de contradições. A importação de modelos e ideias de fora, sobretudo de Paris, lançados num contexto de semicolonialismo era um desses paradoxos que paralisava o nacionalismo brasileiro (JAGUARIBE, 1958). O desejo de se mostrar “civilizado” no palco internacional fazia o Brasil seguir os critérios e os valores dos países desenvolvidos, entretanto o modelo europeu, com frequência, adquiria sentido diverso de seu país de origem em terras tupiniquins.

As obras sobre o Japão, produzidas pelos viajantes europeus, foram responsáveis pela elaboração de estereótipos étnicos (raça amarela é inferior à branca), visões de mundo (exotismo, paisagens pitorescas, condição humilhante da mulher japonesa) e auto-imagem (as potências ocidentais eram infinitamente superiores e por isso

precisavam levar a “civilização” aos povos primitivos da Ásia). A partir dessa visão que a França tinha do Japão, os viajantes brasileiros criaram um discurso sobre os japoneses, ou seja, eles se apropriaram dos estereótipos e visões de mundo da França sobre o Japão, sempre selecionando os ângulos que mais favorecessem a nossa imagem e descartando ou minimizando aquilo que nos era indesejado. O intuito era mostrar que a nação brasileira, apesar de não ser um país desenvolvido, ao menos era “civilizada”, cristã e moralista.

Uma nação civilizada, no olhar europeu do final do século XIX e começo do século XX, podia ser traduzida como um país industrial, alto índice de alfabetização em massa, mulheres emancipadas, poder nas decisões políticas internacionais, ocidentalizado, identidade nacional definida, força militar e, por fim, pertencente à raça branca, considerada superior a todas as outras. É óbvio que se tratava de um discurso imperialista de homem branco, urbano, letrado e burguês, como vimos no capítulo anterior, e, portanto, não seria possível ao Brasil se colocar no mesmo patamar da França no julgamento do Japão. A solução encontrada pelos brasileiros foi, então, reforçar o tom cosmopolita, moralista e cristão; mostrar que a sociedade brasileira (naturalmente remetendo-se apenas à elite) era mais “civilizada” em seus costumes, sua cultura, seus hábitos, sua religião, no tratamento das mulheres e no comportamento ante os estrangeiros, do que a sociedade nipônica. A pose aristocrática de nossos diplomatas frisava bem esse intuito. Tirando vantagens da proximidade cultural que o Brasil sempre teve com a França e Portugal, os viajantes brasileiros a todo o momento fizeram questão de frisar seu refinamento cultural, seu bom gosto e suas boas maneiras em contraste com os “costumes bizarros” e os “hábitos primitivos” dos povos asiáticos.

Partindo desse cenário, é interessante observar como o Brasil, em situação oposta à França, se apropriou do discurso francês sobre o Japão para afirmar a sua

própria identidade; e nesse processo: selecionou, adaptou ou descartou algumas visões francesas que pudessem prejudicar ou desvalorizar a imagem da nação brasileira. A opinião francesa sobre o Extremo Oriente funcionava também, no Brasil, como uma espécie de aval para legitimar os discursos dos estadistas acerca dos temas: imigração, identidade e preconceito racial.

Em linhas gerais, notamos que a primeira fase dos discursos brasileiros sobre o Japão é muito similar aos discursos franceses quanto à temática (as doces *mussumês*, a natureza exuberante, a melancolia das viagens, os bibelôs, os bazares, as curiosidades bizarras) e às opiniões (os japoneses são polidos, gentis e orgulhosos, e o Japão está se civilizando em contato com o Ocidente). Basicamente os brasileiros da primeira fase repetem o discurso francês ao compararem chineses e japoneses num primeiro momento, ao buscarem em terras longínquas um ideal de exotismo, ao procurarem expandir seus interesses econômicos e comerciais, ao assinalarem as qualidades dos nipônicos como bons, inteligentes, polidos, corajosos, limpos, ávidos para assimilarem os modelos ocidentais de civilização e de grande senso estético; e apontarem seus defeitos: dissimulados, orgulhosos e fanáticos. Contudo, veremos mais a frente que esse discurso “apropriado” do francês adquiriu um novo significado em terras brasileiras, com repercussões sociais e políticas profundas na formação da representatividade dos japoneses no Brasil e da própria nação.

Antes de partirmos para a análise das obras dos viajantes brasileiros, gostaríamos de apresentar, primeiramente, os pensamentos de um influente político brasileiro: Tavares Bastos.

Já, há muito tempo, os estadistas brasileiros haviam notado que algo de errado existia no sistema de imigração da nação. A luz das explicações para os nossos problemas, como sempre, veio de fora, e o político alagoano Tavares Bastos foi um dos

maiores exemplos nesse sentido ao tomar como base a visão estrangeira sobre os problemas de imigração do Brasil.

### **2.1.1. Tavares Bastos e a imigração asiática.**

Em 1861, Tavares Bastos (1939) publica *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro* sob o pseudônimo de “Um Excêntrico” e o apresenta na sessão da Câmara dos Deputados, daquele mesmo ano. Posteriormente, em 1939, a Companhia Editora Nacional de São Paulo toma a iniciativa de reeditar a obra, juntamente com outros trabalhos do autor, na série *Brasiliana* da Biblioteca Pedagógica Brasileira. O livro, com as obras completas desse publicista alagoano, reúne, entre outros assuntos políticos, suas reflexões e propostas acerca da questão da imigração ao longo da década de 1860 no Brasil. O seu primeiro projeto para atrair a imigração europeia foi apresentado à Câmara em 9 de abril de 1864. A seu ver, o Brasil precisava adotar algumas medidas preparatórias para a substituição do trabalho escravo pelo livre. Tavares Bastos também acreditava na importância de diagnosticar os males do presente e propor soluções adequadas à situação, na esperança de se construir um futuro melhor para nação. Por fim, o autor comenta alguns pontos do manifesto da Sociedade Internacional de Imigração que se constituiu, em São Paulo, no ano de 1866, e do qual foi membro e um dos seus principais fundadores.

Entretanto, Tavares Bastos, antes de discutir quais eram os problemas nacionais que impediam a imigração europeia espontânea para o Brasil, revela que “a origem dos nossos males não está só nos recentes erros de hontem, como de ordinário se diz,” mas no século XVI, quando imperou o absolutismo mais depravado, que acabou atingindo Portugal e, conseqüentemente, a sua colônia mais rica: o Brasil (Ibid., p.27). Foi daí que resultou o “espírito dos emigrantes”, segundo o autor.

[...] uma sociedade formada por indivíduos, não só de ínfima classe em grande parte condenados, como de ambiciosos de dinheiro ganho sem santificado suor do trabalho, uma sociedade tal considera a indolência felicidade, a rapacidade indústria, o servilismo respeito, a liberdade de espírito um pecado que se expira na fogueira,. E a independência pessoal um crime de lesa-majestade[...] mas, eu não recordei ainda o elemento mais triste que entrou na envenenada composição dessa sociedade, a escravatura, não só a escravatura dos indígenas, como depois a dos africanos importados. Alteração completa da ordem natural do trabalho, e maior corrupção dos costumes, eis os próximos resultados do novo elemento (Ibid., p.30)

Para Tavares Bastos foi o sistema colonial que promoveu “o embrutecimento do Brasil”, pois “[...] fechados os portos aos navegantes do mundo, isolados como no Japão, recebíamos o ar vivificante da Europa através de Portugal empestado.” (Ibid, p.31). Esses foram, na opinião do autor, os males do passado que continuavam assombrando o presente brasileiro. Antes de se promoverem profundas mudanças políticas e sociais no Brasil, Tavares Bastos defende o extermínio dos vícios e dos maus costumes do povo brasileiro que afugentam os imigrantes europeus, os quais preferem emigrar para os Estados Unidos e Austrália. Outro ponto é a escravidão que, de acordo com Bastos, “repelle o imigrante”(Ibid., p. 62) e que tal opinião vinha de “pessoas autorizadas” no assunto.

As “pessoas autorizadas” as quais se refere o autor são os estudiosos norte-americanos e franceses: Jules Duval, *Histoire de l'Emigration au XIX siècle*; Michel Chevalier, *Lettres sur l'Amérique du Nord*; A. Legoyt, *L'émigration européenne*; Molinari, *L'économie politique* e Straten-Ponthoz, *Le budget du Brésil*, que relataram a experiência imigratória dos Estados Unidos na primeira metade do século XIX, e apontaram as falhas do sistema imigratório brasileiro. Percebemos, por conseguinte, que o modelo imigratório norte-americano, que serviu, em alguns pontos, de exemplo para o Brasil, era muitas vezes introduzido em nossa nação por meio do olhar e crivo francês. Tavares Bastos, como muitos intelectuais brasileiros da época, chega a procurar, nos

estudos franceses, explicações sobre os problemas internos da nação brasileira. Esses analistas franceses além de comentarem as causas e apontarem saídas aos problemas brasileiros, serviram também de aval das opiniões de muitos estadistas brasileiros. Reparem como Tavares Bastos se pauta na visão de um autor francês para argumentar e legitimar sua opinião:

Convém recorrer ao systema de recrutamento directo por agentes officiaes? O **Sr. Straten-Ponthoz acredita que** este systema só trará aos portos do Brasil artistas medíocres, mendigos e vagabundos, contra cuja remessa devem vigiar os cônsules do Império. **Tristes acontecimentos confirmam, na verdade, essa opinião.** (Ibid., p. 69, grifo nosso)

Em suma, podemos dizer que o modelo de imigração brasileiro veio, em parte, dos Estados Unidos, porém a divulgação dessas ideias, muitas vezes, foi feita via França que dava o aval necessário para que os brasileiros reproduzissem ou não o modelo norte-americano. Precisávamos da opinião francesa até para compreender os nossos problemas nacionais, como vimos acima.

Também não parecia estranho o Brasil seguir o exemplo do sistema imigratório francês naquela época. Tavares Bastos menciona que um dos maiores obstáculos à imigração espontânea estava no fato de as melhores extensões de terras, as mais vastas e próximas ao mercado e às estradas já serem possuídas pelos grandes proprietários, portanto a solução sugerida pelo autor foi seguir o exemplo francês, que passou pelo mesmo problema, relatado na matéria do *Journal des Économistes*, publicado em novembro de 1865, na qual o autor narra a ideia de Napoleão III de enviar uma carta ao marechal governador da Argélia estabelecendo imposto sobre a propriedade, tomando por base a quantidade de solo. Tavares Bastos, ainda com base na experiência de Napoleão III na Argélia, envia, em conjunto com a diretoria da Sociedade Internacional de Imigração, um ofício dirigido ao Ministro das Obras Públicas com a seguinte deliberação para apreciação do governo:

As distâncias a que ficam todas as actuaes colônias do grande mercado do Rio de Janeiro tornam ahi menos prompto, mais dispendioso e incommodo o estabelecimento dos immigrants. A formação de um núcleo nas visinhanças desta cidade evitará esse principal embaraço (Ibid., p. 93).

A legislação brasileira sobre os contratos de parceria e de locação de serviço de imigrantes foi outro tópico tratado pelo autor que não cansou de ressaltar a importância de novas medidas contra os abusos desses sistemas. Contudo, o autor condenou o radicalismo de alguns brasileiros que acreditavam ser, a proibição dos contratos de parceria, a única saída para o problema, pois para Tavares Bastos:

[...] **escriptores europeus** (Leygot e Duval), que, aliás, assignalam com vigor os abusos que têm acompanhado a taes contractos, reconhecem, porém, o seu verdadeiro caracter econômico e limitam-se a pedir a prevenção dos mesmos abusos [...] (Ibid, p. 98, grifo nosso)

Portanto, mais uma vez, foi baseando-se nas críticas que os franceses fizeram ao sistema de imigração do Brasil, levantando exemplos malogrados do passado, que a Sociedade Internacional de Imigração elaborou sugestões de reformas em algumas disposições das leis com relação aos contratos de parceria e locações de serviços de imigrantes. Dentre as cláusulas, o autor incluiu a seguinte questão: “[...] convirá prohibir a importação de Chins e Índios no Brasil?” (Ibid., p.104). A esse respeito, o autor questiona a lei norte-americana de 4 de julho de 1864 que proíbe o “engajamento de *coolies*”. Na verdade, o questionamento vem do autor francês Jules Duval que relata alguns casos bem-sucedidos de imigrantes chineses em outros países. Tavares Bastos conta que, de acordo com Duval, os próprios ingleses têm engajado os chineses na Ilha Maurícia, onde se tem notado grande prosperidade em sua lavoura, e que outras remessas de imigrantes chineses foram enviadas para a Guiana Inglesa, Trindade, Jamaica, etc. Por fim, cita até os franceses que igualmente têm introduzido *coolies* na Reunião, na Martinica, em Guadalupe, na Guiana Francesa, etc.

Assim, diante do exposto, Tavares Bastos parecia acreditar que estava munido de argumentos “incontestáveis” para deliberar a favor do engajamento de *coolies* no Brasil. Animado com o sucesso inglês e francês, o autor afirma que esses imigrantes podem fazer “[...] frutificar as férteis regiões do norte do Império, para onde não se encaminha a corrente européa” (Ibid., p. 105). O publicista alagoano reforça sua ideia citando mais dois casos retirados, agora, da *Revue des deux mondes*. Segundo Tavares Bastos, no artigo da *revue* de 15 de novembro de 1866, o oficial francês M. du Hailly, em seus “curiosos estudos sobre as coisas da Ásia” aponta o contrato inglês de parcerias e locações como modelo, por suas disposições liberais (Ibid., p. 105). Portanto, de acordo com Tavares Bastos, bastaria as autoridades brasileiras seguirem tal modelo inglês, **apontado como exemplar pelos franceses**. O outro artigo da *revue* (1º de dezembro de 1866) citado por Tavares narra as experiências favoráveis ocorridas com os *chins* nas minas da Califórnia, nas plantações de Java e em várias colônias europeias, e o autor brasileiro atesta que, **de acordo com a visão francesa**, os chineses “[...] tirando defeitos e vícios geralmente conhecidos, não são elles inuteis, nem perniciosos. Sua superioridade como agricultores no campo é incontestável; sua sobriedade, perseverança e aptidão para o commercio são conhecidas [...]” (Ibid., p. 105).

O sucesso econômico dos países imperialistas que utilizavam o braço chinês em suas colônias foi, sem dúvida, um peso importante nas discussões sobre a entrada de asiáticos no Brasil oitocentista. Contudo, o caso brasileiro era um pouco mais complexo, pois, na opinião de muitos brasileiros, a introdução da raça amarela afetaria a formação da identidade nacional brasileira. Naquele tempo, acreditava-se na hereditariedade dos caracteres das “raças”, daí a preocupação dos brasileiros, que já haviam sido africanizados, passarem a ser mongolizados. O próprio Tavares Bastos, que se mostrara a favor da entrada dos chineses no Brasil, na década de 1870, reverte

totalmente a sua opinião e declara-se contra a entrada dos asiáticos que haviam arruinado Portugal, nas décadas seguintes (LESSER, 2001).

Em meio a esse impasse, no ano de 1893, José da Costa Azevedo, barão de Ladário, foi enviado ao Extremo Oriente para avaliar trabalhadores chineses e japoneses, e concluiu que os nipônicos eram os mais adequados ao trabalho da lavoura cafeeira. Assim, em 1895 firma-se um Tratado Comercial entre Brasil e Japão e têm início as primeiras missões diplomáticas brasileiras ao Japão (BUENO, 1995).

### 2.1.2. As primeiras narrativas de viagem

Muito antes da assinatura do Tratado entre o Brasil e o Japão, Francisco Antônio de Almeida (1879), ex-adido do governo imperial, já havia publicado em 1879 a obra *Da França ao Japão. Narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros países da Ásia*. Essa narrativa de viagem relata a experiência do autor que, junto com a comissão francesa, viaja da França para a Ásia a fim de observar a passagem de Vênus pelo País dos Samurais em 1874. Entretanto, ao lado de sua missão “científica”, o autor dedica-se a contar as curiosidades dos países asiáticos que percorre, com especial atenção ao Japão e à China. Não por acaso Almeida dá relevância a esses dois países. O autor deixa claro seu interesse em colher informações acerca desses dois povos que estavam na mira do governo brasileiro como candidatos a trabalhadores imigrantes para a lavoura cafeeira. Ao longo de sua obra, Almeida mostra-se totalmente contra a entrada de chineses no Brasil, chamando-os de raça degenerada, pouco leal e indolente; em contraposição à entrada de japoneses, os quais, em sua opinião, eram amáveis, limpos e, o mais importante, foram os primeiros propagadores do Cristianismo no Oriente.

O ponto de referência para o autor medir o “grau de civilização” dos países asiáticos era, sem dúvida, a França. Em uma passagem de sua obra, por exemplo, Almeida elogia a vestimenta e a polidez das autoridades japonesas que seguiam a risca o protocolo francês; demonstrando, assim, o orgulho do autor brasileiro em se sentir alinhado com os padrões de refinamento e cultura franceses, fato que reforçava a imagem civilizada, cosmopolita e moderna dos representantes brasileiros no exterior.

Parece-nos que Almeida já havia feito algumas leituras sobre o Japão anteriormente à sua viagem, pois, ao narrar a sua visita à cidade japonesa de Tóquio,

revela que finalmente iria conhecer essa imensa capital “[...] tão fallada pelos escritores que tratão do Japão [...]” (Ibid., p.156). Não se sabe exatamente quais foram os escritores consultados por Almeida, mas, seja como for, notamos que tanto Almeida, quanto os franceses haviam chegado à mesma conclusão com relação às qualidades dos japoneses: a limpeza, a cortesia e o senso estético; e ao maior defeito: “[...] o amor próprio nacional sem limites” (Ibid., p. 154) Ao que tudo indica, esse recorte feito pelo autor brasileiro dentro do discurso francês<sup>78</sup> teve como propósito traçar um rápido perfil etnológico dos japoneses; contribuindo assim para dar mais subsídios para a elaboração de um estatuto do povo japonês ao governo brasileiro. Nota-se que “o amor próprio sem limites” foi considerado um dos maiores defeitos pelos franceses porque o orgulho nipônico representaria um obstáculo para os interesses colonialistas da França; enquanto que para os brasileiros, tal comportamento poderia trazer possíveis problemas de assimilação dos imigrantes japoneses.

Uma passagem pouco mencionada pelos franceses, mas largamente exaltada pelos viajantes brasileiros foi o passado lusitano em terras asiáticas. Francisco de Almeida e praticamente todos os viajantes brasileiros que foram ao Japão nessa época fazem menção honrosa ao glorioso passado português em mares asiáticos, ressaltando os grandes heróis lusitanos como: Fernão Mendes Pinto, Camões e Francisco Xavier em terras asiáticas. De certa forma, os viajantes brasileiros, ao contarem a história do “glorioso” passado português em terras orientais, sentiam-se orgulhosos de sua origem e “raça”. Tudo nos leva a crer que os viajantes brasileiros, como forma de compensação de sua história sem cor, resgataram os grandes feitos lusitanos do passado e os posicionaram como uma extensão do passado histórico brasileiro.

---

<sup>78</sup> O senso estético, a limpeza e o orgulho japonês foram características apontadas por inúmeros viajantes franceses dentre eles Claude Emmanuel Henri Pimodan; Georges Bousquet e Pierre Loti, como vimos no capítulo anterior.

Sentimentos dessa natureza levaram o oficial naval José Custódio de Mello (1896), designado para ser o comandante do cruzador Almirante Barroso para uma viagem de vinte e um meses ao redor do mundo em 1888,<sup>79</sup> a também narrar as proezas de Fernão Mendes Pinto e Francisco Xavier no Extremo Oriente. O autor chega a afirmar, provavelmente para ressaltar o brilho e o prestígio do passado lusitano, que nesse período de contato entre portugueses e japoneses foi estabelecida em 1598 uma “colônia” portuguesa no Japão, o que, de fato, nunca ocorrera.

Seguindo a linha de Francisco de Almeida e Custódio de Mello, o diplomata Manuel Jacintho Ferreira da Cunha (1902), enviado ao Japão no final do século XIX na qualidade de cônsul geral, também faz menções à bravura dos heróis portugueses do passado, às aventuras de Camões e à degeneração atual dos chineses, em sua obra sobre o Japão lançada em 1902. A passagem abaixo mostra o horror que o autor sentia pelos piratas chineses e o ato de heroísmo de um português em relação à situação:

[...] como se Satanaz ainda não estivesse satisfeito de destruições e de desgraças aos seus emissários alliaram-se **os malditos chins** que, no meio da confusão, do espanto e do terror daquela horrorosa conflagração dos elementos, começaram a roubar, a saquear e a matar os infelizes que buscavam salvar-se! Foi então que o **Visconde de S. Januário, Governador daquela possessão portugueza, n’um rasgo de sublime heroísmo se poz de peito descoberto a frente de uma pequena legião [...]e travou o mais desigual combate[...] e là no mesmo sítio onde Camões inspirou-se para as mais bellas estancias do seu celebrado poema o Visconde de S. Januário immortalisava-se traçando uma das mais sublimes paginas dos registros da bravura humana** (Ibid., p.13-14, grifo nosso).

A narrativa de Manuel Cunha, descrevendo a coragem dos portugueses frente à barbárie de um povo selvagem como a dos chineses, mostra-nos, acima de tudo, um discurso colonialista e dominador; o que nos faz pensar que esse tipo de abordagem

---

<sup>79</sup> Esse oficial naval faz um rápido relato de suas impressões de viagem, bem ao estilo da seção intitulada: *souvenir de voyage* que frequentemente aparecia nas edições do século XIX da *Revue des deux mondes*. Nessa coluna da revista francesa, o autor costumava relatar as curiosidades de países longínquos e de cultura e costumes pitorescos. A obra de Custódio de Mello, embora seja em grande parte de informações navais técnicas, tem um tom de aventura em terras distantes, cheias de perigo e emoção, além do caráter de original, bizarro e exótico.

dava a esses viajantes brasileiros uma estranha forma de poder e superioridade, mesmo que indireta, sobre os asiáticos.

A aversão aos chineses, nessa primeira fase do discurso brasileiro sobre o Japão, é bastante explícita. As comparações entre chineses e japoneses aparecem com frequência e, ao que parece, elas não são simples curiosidades de viajantes, mas todo um discurso engajado no propósito de escolher o melhor braço asiático para as lavouras cafeeiras do Brasil.

Os depoimentos desses viajantes foram os piores possíveis sobre os chineses, como se pode notar na obra de Francisco de Almeida. O autor ao retratar Macao, por exemplo, mostra verdadeiro horror por aquele local, “[...] onde Camões, o poeta ao mesmo tempo mitológico e cristão, terminou Os Lusíadas [...]” e que, segundo o autor, “[...] é hoje apenas habitada pelos descendentes de uma raça europeia, atrozmente degenerada pelo sangue indiano e chinês” (ALMEIDA, 1879, p. 89). Almeida revela antipatia pelo povo chinês por conta dos crimes bárbaros cometidos pelos piratas chineses contra os europeus; para ele os “chins são pouco leais e muito insolentes” (Ibid, p.89). No entanto, Almeida faz questão de diferenciar os chineses de cada região, como vemos abaixo:

Parecem-nos infundadas as opiniões de muitos dos nossos compatriotas que não confiam nas vantagens da introdução dos coolies no Império, entretanto, se eles visitassem a parte septentrional da China, especialmente Shangai e suas imediações, não encontrariam nenhuma semelhança nem nos tipos, nem nas qualidades, que fazem os homens aptos para o trabalho, entre os habitantes indígenas destas regiões e os malayos que vagam pelas ruas da capital do Império e que, pelos seus vícios, só servem para activar a vigilância da nossa polícia. Os chins ou malayos que aportaram a nossas plagas como imigrantes, soubemos terem sido recrutados nas praias de Macau [...]eram mendigantes, muitos, cobertos de lepra e imundos...e estes inválidos pelas doenças, eivados dos mais degradantes vícios, não podiam satisfazer aos desejos do governo do Brasil quando autorizou esta emigração (Ibid., p.170).

Já a imagem dos japoneses é totalmente oposta a dos chineses, como podemos observar abaixo:

De todos os países da Ásia, é, **na opinião da maior parte dos viajantes**, o Império Japonês que mais interesse apresenta, assim pelos costumes dos seus habitantes, como pelo lugar que em breve ocupará entre as nações mais adiantadas (Ibid., p.105, grifo nosso).

O autor prossegue elogiando os japoneses em detrimento dos chineses:

[...] o Japão é o mais curioso e o mais delicioso paiz do mundo. **Alli não se encontra a indolência e a perversidade do chin**, tudo é animação, alegria, excellent e encantador; o chã, a porcelana, os bellos objectos de charão, a seda, os japonezes e finalmente, até os deoses são risonhos e meiguiceiros (Ibid., p. 157, grifo nosso).

A afirmação acima, na qual o autor diz reproduzir a opinião da maior parte dos viajantes, nos faz deduzir que Almeida certamente colheu, antes de sua viagem, informações sobre o Japão e os japoneses, possivelmente, em Marselha, de onde iniciou sua viagem rumo ao Oriente. Boa parte do texto de Almeida apresenta opiniões extremamente semelhantes aos textos dos primeiros oficiais franceses que estiveram no Japão no final da década de 1850 e meados da década de 1860.

Tal qual os artigos franceses sobre o Japão, Custódio de Mello também quis traçar diferenças entre chineses e japoneses, como podemos observar abaixo:

O japonez é robusto, bravo sem crueldades, affavel e delicado sem astúcia, curioso, deixando-se apaixonar por toda sorte de conhecimentos, trabalhador e industrioso; razão por que vê-se alli tão poucos vagabundos e raros mendigos e bêbedos, **que aliás na China são encontrados em grande cópia**. Quem como nós, houver viajado os paizes da Ásia e Oceania, há de convir em que o japonez é o povo mais amável, hospitaleiro, sympathico e de melhor índole, e sobretudo cortez [...] (MELLO, 1896, p. 161, grifo nosso)

Aliás, Mello ao visitar algumas cidades chinesas volta a afirmar que a China, sob o ponto de vista intelectual e moral, era um dos países mais atrasados do mundo, e que a sua população imunda era toda viciada em ópio. Ao contrário do Japão, que não se

mostrava refratário aos benefícios da ocidentalização, a China continuava presa à sua primitividade.

O diplomata Manuel Cunha, que também repudia os chineses como vimos anteriormente, apresenta, por outro lado, uma boa impressão dos japoneses. O autor explica, em sua obra, que havia sido encarregado pelo governo brasileiro de estudar o caráter, as aptidões e a conduta moral do agricultor e do operário japonês. Manuel Cunha ainda relata que:

A nossa Constituição política e as nossas leis **são as mais liberaes e adiantadas**; o nosso paiz é dos mais favorecidos pela natureza e quase igual em extensão á toda a Europa. **Só nos faltam braços para os serviços da agricultura e para o desenvolvimento de todos as industrias**, e o agricultor e o artista japonez tão laborioso, tão sóbrio, tão modesto e tão respeitoso á ordem, pòde levar-nos o seu valioso concurso para alcançarmos em pouco tempo um dos primeiros postos entre os povos mais industriosos (Ibid., p. 117, grifo nosso).

Aliás, o final do século XIX e começo do século XX, era um período confuso e ambíguo aos brasileiros que mantinham sentimentos de amor e repulsa pelo modelo francês (PERRONE-MOISÉS, 2001). Manuel Cunha é um dos que tenta se afastar da influência gálica ao prometer ao leitor “[...] só dizer verdades, despidas dos artifícios da fértil imaginativa de um **Pierre Loti**, que soube dizer-nos de modo encantador tudo quando vio e não vio no paiz onde nasce o sol [...]” (CUNHA, 1902, p. 10, grifo nosso), entretanto, notamos que seu texto apresenta-se impregnado pelo discurso francês.

A passagem que retrata a melancolia do autor no Japão, presente em inúmeras crônicas de viagem francesas, é uma marca da presença francesa, tão ostensivamente negada por Cunha no início de sua obra. Outra passagem que revela bem o tom romântico do autor e a influência francesa é a descrição do momento de chegada ao porto de Yokohama; o diplomata brasileiro não perde a oportunidade de fazer uma descrição onírica da paisagem, dando relevo ao Monte Fuji, como fizeram outros viajantes franceses, dentre eles George Bousquet e Pierre Loti.

Ainda que as marcas da presença francesa no discurso brasileiro sobre os japoneses sejam muitas, encontramos em grande parte das narrativas de viagem brasileiras um tom moralizante, em defesa dos nipônicos que costumavam sofrer com as discriminações das potências ocidentais. Assim, Manuel Cunha critica os ataques europeus minados de eurocentrismo argumentando que os japoneses possuem um modo de vida e costumes diferentes “dos nossos”, portanto é natural que a moral também divergisse, “[...] sendo assim, como pretender julgar-os, submettendo-os á sanção de uma moral que elles não conhecem, não praticam ou não admitem?” (Ibid., p. 51), questiona o autor.

Diante dessas considerações, podemos dizer que o discurso brasileiro sobre o Japão não foi só apropriado, como também moldado às nossas conveniências, o que às vezes resultou em textos ambíguos, paradoxais, como vimos acima. Sabemos que a visão imperialista e colonialista dos franceses sobre os japoneses não nos caberia, entretanto, isso não nos impediu de exaltar o “heroísmo” dos colonizadores portugueses em terras asiáticas; por outro lado, esses mesmos viajantes brasileiros condenaram a política colonialista das potências europeias no Japão e se colocaram na defesa dos direitos de países vítimas do eurocentrismo.

Enfim, seja como for, mesmo tentando negar a influência do discurso francês em suas obras, os viajantes brasileiros não conseguiram deixar de traçar a imagem dos japoneses seguindo o caminho trilhado pelos viajantes franceses, repetindo temas que remetiam ao amor próprio dos nipônicos, à submissão das mulheres, às diferenças psicológicas, à origem mitológica, à comparação com os chineses, à “simplicidade” da cultura japonesa e à semelhança dos samurais com os cavaleiros da Idade Média. Toda essa repetição de estereótipos franceses sobre o Extremo Oriente prestava-se a assinalar o “grau de civilização” dos brasileiros que, em comparação aos asiáticos, em termos

culturais, morais e religiosos, eram infinitamente superiores ou, ao menos, muito mais próximos dos parâmetros de civilização das potências ocidentais do que os japoneses. Essa ideia de “alinhamento com os pensamentos europeus” fica bem nítida quando Cunha narra a vitória da “civilização” contra o fanatismo dos samurais hostis aos estrangeiros nos primórdios da reabertura dos portos japoneses.

Porém a civilização não havia de triunfar senão depois de uma guerra civil em que o sangue japonês havia de correr a jorros, contribuindo também os seus arautos com grande numero de victimas que seriam sacrificadas nesse tremendo **combate entre o obscurantismo do passado e as luzes do progresso** (Ibid., p. 83, grifo nosso).

Já Aluísio Azevedo em sua obra *Japão* (1984)<sup>80</sup> ao contrário de Cunha, faz clara alusão de suas fontes francesas: Pierre Loti e Georges Bousquet, nos estudos japoneses. Aluísio Azevedo também não foge à tendência de mostrar uma visão ufanista ao contar os feitos de Fernão Mendes Pinto no passado japonês e relatar como o Cristianismo havia sido banido das terras japonesas, mais por força política do que religiosa.

Foi completa a exterminação dos apadrinhados da Cruz, e com o sangue desses mártires secou para sempre na terra do Extremo Oriente a árvore do Cristianismo, já então frondosa e aromática, e à sombra da qual haveria sem dúvida de germinar; e florescer e frutificar com o tempo **o que hoje falta à nação japonesa para ser uma nação perfeita**; malogrados bens, cuja semente todavia fora posta naquela mal-aventurada terra pela **mão piedosa de São Francisco Xavier**, o imortal Apóstolo das Índias (Ibid., p. 75, grifo nosso).<sup>81</sup>

Notem que na opinião de Aluísio, o espírito cristão é a única coisa que “falta à nação japonesa para ser perfeita”, ou melhor, “civilizada”. Aliás, a ideia de julgar os valores morais de uma nação por meio de seus valores religiosos foi muito divulgada pelo jurista francês Georges Bousquet. Como vimos no capítulo anterior, Bousquet acreditava que por meio dos estudos dos dogmas do Budismo e do Xintoísmo poderia se

<sup>80</sup> Essa obra não foi lançada na época, devido aos problemas que o autor enfrentou para sua publicação.

<sup>81</sup> Idem, p. 75. (grifo nosso).

saber os seus efeitos no progresso de uma nação. Por fim, o jurista francês também condenou o misticismo e as superstições japonesas em assuntos políticos.

Esse pensamento também se encontra na obra do monsenhor Vicente Lustoza(1909). Fervoroso católico, que deixa evidentes as marcas do discurso francês sobre o País das Cerejeiras em sua obra *Viagem ao Japão* lançada em 1909, Lustoza faz duras críticas ao Budismo, alinhando-se a Bousquet. Vicente Lustoza foi, provavelmente, um dos autores brasileiros que mais acentuou os preceitos católicos, ao analisar os costumes e o caráter japonês. Chega a mencionar que os “[...] padres europeus levavam vantagem e revelavam um elevado nível intelectual, firmado no prestígio de sua ciência” (Ibid., p. 73) em relação aos bonzos japoneses, e complementa afirmando que o Budismo será futuramente substituído pela religião cristã, “[...] grande factor da civilização do velho e do novo mundo, pois o povo nipônico, tão inteligente e que assimilla com tanta facilidade todos os melhoramentos dos paizes cultos, venha, mais tarde, abrir mão das **velhas praticas e superstições do paganismo** [...]” (Ibid., p. 76-77, grifo nosso).

Novamente encontramos uma apropriação do discurso francês desvirtuada de sua conotação original. Lustoza coloca o fator religioso, no caso o Cristianismo, como a única saída para se alcançar o *status* de “país civilizado”; o que, conseqüentemente, nos leva a concluir que o Brasil, que era católico, já havia atingido esse grau de desenvolvimento, ao menos espiritualmente. Reparem que Lustoza se apropria e adapta a visão do jurista francês Georges Bousquet para enaltecer o povo brasileiro. Em outras palavras, Bousquet ao afirmar que somente por meio dos estudos dos dogmas do Budismo e do Xintoísmo poderia se saber o efeito deles no progresso de uma nação, na verdade, não trouxe uma sentença final sobre o caso, visto que ele não concluiu seus estudos nesse ponto; tampouco afirmou que todos os países cristãos seriam

considerados automaticamente “civilizados” pelas potências ocidentais. Lustoza se apropria apenas de parte da proposição de Bousquet no intuito de adaptá-la, de forma mais conveniente, à auto-estima brasileira.

Outra passagem do texto de Lustoza que revela apropriação e adaptação do discurso francês é o capítulo “Condição da mulher – moralidade desfigurada”. O autor faz uma “meia” paráfrase das ideias de Jean Dhasp como vemos a seguir:

Quando se quer medir o nível social de uma raça ou nação, diz um publicista, um dos melhores meios de apreciação é examinar o que ella tem feito de uma metade, que não é a menos importante, da sua população total, isto é, o que ella tem feito da mulher [...] O Christianismo foi buscar a mulher que jazia no aviltamento e nas humilhações do paganismo e de escrava que era, fez della uma rainha. No Japão a mulher é uma escrava do marido e não sómente do marido, mas também da própria sogra[...] nos paizes onde não se penetrou a civilização cristã, a mulher continua na mesma degradação e no mesmo abatimento primitivos. (Ibid., p. 141-142).

La condition humiliée de la femme dans la société japonaise, sont état de subordination absolue vis-à-vis du mari sont, à mon avis, les causes réelles de l'infériorité de ce peuple comparé aux nations latines et saxonnes. Le progrès l'intéresse; il l'accepte avec empressement et opère d'audacieuses transformations. Il s'est débarrassé, comme d'un manteau trop lourd, de la féodalité militaire; il a relégué au magasin des antiques la plupart des préjugés qui avaient pour se défendre près de vingt siècles de domination. [...] C'est par là surtout qu'il témoigne du caractère superficiel de sa modernisation. Qu'il le veuille ou non, le Japon, en s'opposant à **l'émancipation de la femme** demeure un État arriéré, rétrograde, réfractaire au progrès dans le sens élevé qu'il faut attacher à ce mot [...] (DHASP, op.cit., p. 676-677, grifo nosso).

Reparem que Dhasp critica a condição humilhante da mulher japonesa pautada em ideias de emancipação feminina que era uma das marcas de civilização dos países desenvolvidos da época, relacionando essa ideia ao progresso da nação e à inferioridade do povo nipônico. Já Lustoza dá ênfase ao modelo de mulher cristã e o relaciona com o “nível social de uma raça ou nação” descartando, assim, a questão da emancipação da mulher (realidade inexistente no Brasil). Por conseguinte, o Japão, em nível social, continuava em seu estágio primitivo por estar longe dos preceitos cristãos, pois, segundo Lustoza, graças ao Budismo, a mulher era considerada um ente impuro; ao

passo que para Dhasp, a não aceitação das ideias de civilização do Ocidente, como a emancipação feminina, é que tornava o Japão um país refratário ao progresso e inferior à raça branca.

Para compreendermos melhor as duas posições acima, faz-se necessário esclarecer rapidamente a condição da mulher no final do século XIX e começo do século XX na Europa e no Brasil. A emancipação feminina ainda que muito modesta e restrita às camadas médias e superiores já era uma realidade na Europa e o suficiente para, a partir de 1875, produzir a nova mulher do mundo desenvolvido, “sobre a qual [...] os observadores do sexo masculino teorizaram e discutiram e que foi a protagonista dos escritores progressistas, como Nora, de Henrik Ibsen, e Rebecca West, heroína de Bernard Shaw, ou melhor, anti-heroína” (HOBBSAWN, p. 272). Entretanto, “na Ásia, na África, na América Latina e nas sociedades camponesas do sul e do leste europeu, [...] não havia ainda nenhuma mudança” (Ibid., p. 272).

Em suma, para contornar uma discussão que não fazia parte da realidade brasileira da época, Lustoza (1909), como outros viajantes brasileiros, lança mão de dois recursos: a idealização da mulher (característico do movimento romântico) e a sua divinização, seguindo os preceitos cristãos de moralidade, pureza e fragilidade feminina. Dessa forma, muitos temas do discurso francês sobre o Japão que não tinham paralelo na cultura ou realidade brasileira, em decorrência da posição oposta que ocupavam a França e o Brasil no cenário mundial da época, foram adaptados, minimizados ou, simplesmente, ignorados.

Entretanto, mesmo mantendo um ar de superioridade sobre os asiáticos, os viajantes brasileiros sentiam, no fundo, certo mal-estar quanto ao tema do “grau de adiantamento do Japão”. Os autores brasileiros desejavam imitar o progresso nipônico, porém isso os levaria a um conflito de pensamento: como seria possível admirar uma

raça considerada inferior à branca? O Brasil, ao assumir uma posição abaixo dos japoneses, estaria na verdade assinando sua própria sentença de país primitivo diante das potências ocidentais. Para contornar essa situação, Vicente Lustoza (1909, p. 138-139) resolve a questão afirmando que o Japão não poderia ser considerado um país realmente civilizado, pois:

A história do progresso da civilização segue os do Cristianismo [...] a civilização compreende três aperfeiçoamentos: material, intelectual e moral. Incontestavelmente sob o aspecto material o Japão marcha na vanguarda dos povos mais adiantados do globo [...] sob o aspecto intelectual faz tentativas para nivelar-se a elles[...]em relação aos costumes, sob o aspecto moral, se veem ali cousas que nos fazem lembrar o regimen da barbaria[...]e é o próprio imperador japonês que o diz [...]

O autor brasileiro lança essa ideia para poder afirmar que, do ponto de vista moral, o Japão estava muito distante de atingir o ideal de civilização, o que em outros termos, no contexto do leitor brasileiro poderia ser interpretado como: o Brasil, mesmo “ainda” não tendo alcançado o progresso material, sob os aspectos intelectual e moral, estava em vantagem ao Japão. Cabe mencionar que o jurista francês Georges Bousquet (1877, op.cit., p. 724, grifo nosso), em um artigo de 1875, já havia analisado o povo japonês sob esses três pontos:

De tout le matériel de la civilisation occidentale, ils se rendent maîtres sans peine ; mais quant au **bagage intellectuel et moral** qui fait l’honneur des races aryennes, ils le laissent de côté faute d’un cerveau préparé et d’un langage propre à se l’assimiler.

Lustoza (1909), em seu texto, apresenta o Cristianismo como argumento para a falta de aperfeiçoamento intelectual e moral do povo japonês, ao passo que Bousquet defende a posição de que a língua oriental é imprópria para a compreensão de pensamentos mais complexos e abstratos, daí os nipônicos não terem alcançado o progresso no campo moral e intelectual, tais quais as “raças arianas”. Visto de outro modo, Bousquet, na verdade, procura provar a superioridade da “raça branca” e, para isso, utiliza-se de

argumentos lingüísticos. A adaptação feita por Lustoza da ideia francesa é bem conveniente, pois a defesa de uma teoria racista como a de Bousquet levaria o Brasil, país miscigenado, a ter que admitir que estava também, como o Japão, longe de ser “civilizado.”

A propósito, todo conhecimento de Lustoza sobre civilização é baseado nos pensadores franceses. O autor fala sobre: o sistema de Montesquieu que liga o conceito de civilização ao clima; a teoria dos graus de latitude, de Comte; e a superioridade da raça, de Courtet de Isle e Ernest Renan. É interessante notar como cada viajante brasileiro interpretou o significado da palavra “civilização”. Francisco de Almeida (1879, p. 152, grifo nosso), por exemplo, dá à palavra “civilização” uma conotação de povo “não bárbaro”, como podemos notar na passagem abaixo:

[...] o bello aspecto das costas do Japão, illuminadas durante a noite por numerosos pharóes, o que já nos mostra o **gráo de civilização d’este povo**, que há poucos annos trucidava os indiscretos viajantes ou interesseiros mercadores que aportavão em seo território.

Ou seja, para o autor brasileiro, as luzes dos faróis revelavam que o Japão estava recebendo os benefícios da ocidentalização, ao mesmo tempo em que deixava para trás seu passado de povo selvagem e bárbaro, portanto não civilizado, que costumava trucidar os estrangeiros; logo se subentende que o Brasil poderia ser considerado mais “civilizado” do que o Japão, pois não praticava tal selvageria contra os visitantes de fora.

Já Custódio de Mello, ao visitar o arsenal de Yokosuka, também se mostra impressionado com “o gráo de adiantamento a que chegou o Japão” (1896, p. 157)<sup>82</sup>, entretanto, o autor, tal qual Lustoza, apesar de elogiar o progresso material do povo japonês, faz questão de ressaltar que no sentido religioso e moral, os nipônicos ainda mantinham muitos aspectos incivilizados e que, portanto:

---

<sup>82</sup> MELLO, op.cit., p.157.

[...] cumpre-lhe (o governo japonês) **extirpar outros costumes primitivos** [...] como fizeram os nobres japoneses que ainda há dez annos odiavam cordialmente os estrangeiros, e, no entanto, foram os primeiros a trocar pelas vestes européas suas vestimentas tão pittorescas quão ridículas, bem como quase todos os **costumes indígenas**, pelos da Europa [...] as mulheres vestem-se **à la mode de Paris** (MELLO, 1896, p. 162, grifo nosso).

Por outro lado, mesmo convicto da importância do Japão se “civilizar”, muitos viajantes como Custódio de Mello (Ibid., p. 156, grifo nosso) lamentam a perda da exotividade ocasionada justamente por esse contato com o Ocidente e que o Japão:

[...] abriu os portos ao estrangeiro, o que é sem dúvida um largo passo para o progresso e civilização, **si bem que isso muito concorrerá, a meu aviso, para tirar a esse paiz sua originalidade, seus encantos e attractivos.**

Vale lembrar que muitos franceses, dentre eles o mais famoso: Pierre Loti (1990) também lamentava a “contaminação ocidental” que exterminava o exotismo. Ainda na linha do bizarro e pitoresco, o casamento de um ocidental com uma japonesa, tema de Loti, também era comentado por Mello para atizar o imaginário de seus leitores brasileiros. O comandante revelava que não havia nada mais “comum” do que os casamentos com estrangeiros e nativos, sempre em caráter temporário, dando assim crédito à fantasia exótica criada por Loti.

Ainda na esteira de se promover um Brasil “civilizado” em contraposição a um Japão “exótico”, dois acontecimentos contribuíram para reforçar essa ideia: o lançamento da Revista *Kosmos*<sup>83</sup> (1904-1909), considerada um dos periódicos brasileiros mais sofisticados da época, e o programa de reurbanização e saneamento da cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>83</sup> Considerada uma revista de variedades, *Kosmos* teve grande aceitação, sobretudo junto à burguesia carioca da época. A diagramação diferenciada, o formato grande, o papel *couché* e as inúmeras fotos garantiram à *Kosmos* status de revista internacional. Ao que tudo indica, a tônica do periódico era mostrar um Brasil “civilizado” e moderno no cenário internacional, longe da imagem de barbárie e selvageria de outros tempos.

### 2.1.3. As representações dos japoneses na Revista *Kosmos* (1904-1909)

Fundamental informar que os articulistas de *Kosmos* não se limitaram a escrever sobre suas esperanças quanto ao futuro brasileiro ligadas ao projeto do governo brasileiro de embelezamento da capital; ao que parece, para enaltecerem ainda mais o programa de modernização, lançaram como contraponto artigos discorrendo sobre culturas exóticas e povos selvagens como o Japão. Em outras palavras, as crônicas de viajantes brasileiros sobre o Japão, ao lado dos artigos de entusiasmo pela modernização de nossa capital, trouxeram um contraste entre a imagem de um Brasil “civilizado” em detrimento de um Japão “exótico”.

Foi assim que em março de 1904, *Kosmos* traz a primeira matéria sobre o Japão na seção de Crônicas assinada por Olavo Bilac<sup>84</sup> que mistura três temas diversos a primeira vista, sem qualquer conexão entre elas, em um único texto. Bilac começa falando sobre a necessidade de moralização do Carnaval brasileiro e passa, em seguida, a comentar a respeito da guerra russo-japonesa (1904-1905)<sup>85</sup>; e fecha com o tema da inauguração das obras da Avenida Central. O interessante nesta crônica está no fio condutor que permeia discretamente o texto, ou seja, por trás de uma aparente desconexão entre os temas — carnaval, guerra russo-japonesa e início das obras da Avenida Central — Bilac tem como tema maior que abrange todos os outros: a civilização *versus* barbárie. Ao comentar sobre a vergonha do carnaval de rua do Rio de Janeiro que, mesmo diante de sua modernização, ainda teimava em manter certos costumes e tradições primitivos, Bilac dá um exemplo de “resquício” de cultura “selvagem” dentro de uma sociedade que estava se modernizando; entretanto o exemplo

---

<sup>84</sup> BILAC, Olavo. Crônicas. In: **Revista Kosmos**. Rio de Janeiro, n.3, março, 1904. s/p.

<sup>85</sup> A guerra russo-japonesa (1904-1905) atingiu repercussão internacional, especialmente após a vitória japonesa; fato que marcou o reconhecimento do Japão como potência imperialista. Cabe informar também que a nação nipônica foi o único país asiático de seu tempo a derrotar uma grande potência ocidental. (JUKES, 2001).

maior de “barbárie” vem a seguir ao comentar num tom moralizante, com forte carga emocional, sobre a guerra russo-japonesa, um ato de “selvageria”, na visão do cronista; por fim, Bilac fecha o texto contrastando os exemplos anteriores de “barbárie” com uma ilustração digna de “civilização”: a inauguração do início das obras da Avenida Central que representava, literalmente, a demolição de um passado colonial atrasado e a construção de um futuro higienizado e civilizado, como podemos notar no trecho abaixo:

[...] sociedade humana ainda não se libertou de toda da selvageria, é porque a nossa civilização é ainda apenas aparente.[...] Que quer dizer sobre a guerra entre o Japão e a Rússia? Já tudo se tem dito contra a irremediável e diabólica vezania, que impelle homens contra homens, manchando e profanando o seio da Terra creadora com sangrias abomináveis.[...] Fechemos a chronica com algumas linhas de alegria e de esperança. Há poucos dias, as picaretas [...] iniciaram os trabalhos da construção da AVENIDA CENTRAL.[...]No alluir das paredes [...] havia um longo gemido [...] soturno e lamentoso do Passado, do Atrazo, do Opprobio.(Ibid., s/p)

Certamente, o leitor percebe a relação feita pelo autor que associa a guerra russo-japonesa à barbárie e as obras da Avenida à civilização. Como se vê, portanto, a narração de Bilac marca bem a ideia de sociedade primitiva, presa aos sentimentos sórdidos que servem de argumentos para uma guerra; em contraponto à regeneração do Brasil anunciada pelas picaretas que ao demolirem o atraso da antiga capital, trará, no futuro, um espaço à higiene, ao bom gosto e ao progresso da nação brasileira.

Ainda na mesma edição, outro artigo sobre a guerra russo-japonesa sob o título *O drama do Oriente*<sup>86</sup> traz a notícia em tom de ficção. A indecisão do articulista na hora de traçar a imagem dos japoneses aos leitores brasileiros é bem aparente. Como podemos ver logo abaixo, a representação dos nipônicos aqui é ambígua; uma mistura

---

<sup>86</sup> CARVALHO, J.C. Mariz de. O drama do Oriente. A força do Japão e da Rússia em confronto: guerra russo-japonesa. In: **Revista Kosmos**. Rio de Janeiro, n.3, março, 1904. s/p

de admiração e receio, quando o jornalista expressa sua opinião a respeito do povo japonês:

Começou-se então a admirar, talvez mesmo a receiar, a rara aptidão daquela forte raça para apropriar-se da civilização ocidental que lhe era tão estranha há pouco tempo mais de trinta annos, assimilando-a sem perda do seu character e feição nacionaes. (Ibid., s/p)

Assimilar a civilização ocidental, sem perder o caráter nacional era o grande sonho de unidade da nação brasileira que há muito tempo tentava solucionar seus problemas de identidade. O poderio militar japonês e a sua capacidade de apropriar o progresso material do Ocidente eram questões incômodas ao Brasil que buscava reconhecimento internacional como nação civilizada e moderna, longe da imagem de país atrasado e degenerado pela mestiçagem. Admirar abertamente o triunfo japonês seria colocar-se abaixo de uma raça, considerada pelas potências ocidentais, como inferior. Por conseguinte, num primeiro momento, a imprensa brasileira parece reticente quanto ao assunto; como podemos perceber no desfecho dado à matéria acima dentro da Revista *Kosmos*. Para o jornalista “[...] qualquer que seja o resultado do conflicto actual, a causa da civilisação triumphará por fim” (Ibid., s/p)

Essa indecisão em tomar um posicionamento diante do conflito por parte dos brasileiros reflete bem o sentimento confuso que pairava no ar naquele tempo; o qual Antonio Dimas (op.cit., p. 136) chama de “tempo dilacerado e ambíguo”, ou seja, cheio de contradições em seus princípios e práticas. Por um lado, os colaboradores da Revista contestavam o imperialismo branco das potências ocidentais, mas por outro davam ampla repercussão às presunções de uma classe branca, urbana e que representava uma minoria dentro de uma nação vista lá fora como degenerada pela mestiçagem, pobre e analfabeta.

Oliveira Lima, um dos colaboradores de *Kosmos*, é um exemplo oportuno nesse sentido. Em seus dois artigos intitulados *Vultos Japoneses*<sup>87</sup> e *Rússia e Japão*<sup>88</sup>, publicados, respectivamente, em agosto e outubro de 1904, o autor faz elogios aos diplomatas japoneses que, após assimilarem a civilização ocidental, tornaram-se, nas palavras do autor, “mais progressivos e mais em contacto com a atividade moderna.”<sup>89</sup>

Sua matéria ainda mostra ao leitor brasileiro como a ocidentalização, que havia atingido apenas a casta nobre e oficial japonesa, já trazia uma grande mudança em termos de refinamento e civilização ao povo asiático. Reparem nas fotos do Príncipe e da Princesa do Japão em trajes ocidentais presentes no artigo de Oliveira Lima.



Foto 1 - Príncipe Kwacho. (LIMA, O. *Vultos Japoneses*. In: **Revista Kosmos**, n.8, agosto, 1904, Acervo da Biblioteca Acácio José Santa Rosa – UNESP, Assis.)

<sup>87</sup> LIMA, Oliveira. *Vultos japoneses*. In: **Revista Kosmos**. Rio de Janeiro, n.8, agosto, 1904. s/p.

<sup>88</sup> LIMA, Oliveira. *Rússia e Japão*. In: **Revista Kosmos**. Rio de Janeiro, n. 10, outubro, 1904. s/p.

<sup>89</sup> *Ibid.*, s/p.



Foto 2 - Princesa Kwacho (LIMA, O. op.cit.)

A vestimenta do príncipe (foto1) é um uniforme de gala, seguindo o modelo das potências ocidentais: chapéu grande, banda na casaca do uniforme, sabre, além de outros acessórios militares. A princesa japonesa (foto 2) traja um modelo típico da *Belle Époque*. Seu vestido é decotado, com saia lisa sobre os quadris que se abre em direção ao chão em forma de sino, camadas de renda em todas as partes do vestido, braços completamente cobertos com luvas compridas, cabelos presos no alto da cabeça e acessórios de plumas de avestruz (LAVÉR, 2005).

Essa imagem refinada dos japoneses, embora se restringisse à classe oficial, apresentada por Oliveira Lima, segue a estrutura do discurso de países colonizadores como a França que, como vimos no primeiro capítulo, acreditava ser fundamental que os japoneses assimilassem a cultura, os costumes e os hábitos ocidentais no intuito de se civilizarem. Sem dúvida, o leitor de *Kosmos*, ao apreciar as inúmeras fotos da corte nipônica trajando roupas ocidentais, associava a imagem da aristocracia japonesa à ideia

de maneiras mais suaves, refinamento estético e força moral. Posto em outros termos, tudo indica que a Revista transmitia a ideia de que os japoneses ao se ocidentalizarem estavam também se civilizando.

Ainda na esteira do discurso civilizador, o Brasil, além da reforma urbana, tenta promover também um reforço em sua auto-estima. Com isso, por meio de uma releitura de nossos pontos fracos e engrandecimento de nossas virtudes, a elite brasileira consegue criar um discurso positivo sobre nossa nação. Foi assim que o poderio militar japonês, motivo de “inveja” para os brasileiros<sup>90</sup>, foi transformado no discurso brasileiro em um sentimento mais nobre, o de solidariedade. O Brasil, então, passa a dar total apoio moral ao Japão no conflito contra a Rússia. A vitória japonesa, na verdade, representava uma espécie de desforra para os brasileiros que, no fundo, também se sentiam vítimas do imperialismo e do preconceito racial das potências ocidentais. Portanto essa demonstração de solidariedade à causa dos japoneses tinha dupla função: dar um ar de nobreza e altruísmo aos cidadãos brasileiros, solidários com os “discriminados”, disfarçando, desse modo, o sentimento de inferioridade deles frente aos avanços militares dos japoneses; e, ao mesmo tempo, vingar as humilhações perante as ideias de superioridade dos imperialistas europeus e norte-americanos, como podemos comprovar no discurso de Moreira Guimarães<sup>91</sup>, um adido-militar que viajou pelo Oriente entre 1904 e 1906 juntamente com a legação do Brasil no Japão e, ocasionalmente, enviava notícias e fotos sobre a guerra russo-japonesa à Revista *Kosmos*, além de artigos com curiosidades da cultura japonesa.<sup>92</sup>

---

<sup>90</sup> Na visão de Jeffrey Lesser, o Brasil inveja o poder militar japonês e o seu sentimento era de emulação. (LESSER, op.cit., p. 267.)

<sup>91</sup> GUIMARÃES, Moreira. No Extremo Oriente. (Capítulo de um livro em publicação). Usos e costumes. In: **Revista Kosmos**. Rio de Janeiro, n.4, abril, 1907, s/p.

<sup>92</sup> Moreira Guimarães publicou alguns artigos sobre suas impressões de viagem ao Japão na Revista *Kosmos* na seção Sociologia, além de contribuir ocasionalmente com informações sobre a guerra russo-japonesa. Esses artigos sobre a cultura e a vida japonesa foram posteriormente publicados no livro *No Extremo Oriente*, em 1908.

A vida de mais de um ano e meio do Japão, revelou-me um sem número de quadros, e todos completos de grosseirices, do desdém ou desprezo que voltam a japoneses estes e aqueles representantes da civilização europeia. Esses ocidentais, que falam em nome da moral de Cristo, e vieram de conquista em conquista desde os primeiros tempos até os dias de hoje, se julgam os diretores eternos dos povos do planeta, se imaginam os vencedores poderosos [...] e querem pisar o solo da Ásia com a irritante superioridade de conquistadores deshumanos. E se no Japão os nacionais não lhe seguem os hábitos, riem-se, e fazem motejos desses hábitos [...] Eles (os japoneses) possuem motivos de sobra para legítimo orgulho nacional. A Rússia acaba de ser batida no mar e em terra pelo pequenino Japão. E a Rússia era o gigante que aterrorizava a própria Europa [...]. (Ibid., s/p.).

Moreira Guimarães mostra-se envolvido no clima de euforia da vitória japonesa na guerra contra a Rússia em 1907, e aproveita o ensejo para dar exemplos de “legítimo orgulho nacional” na intenção de contagiar os leitores brasileiros a seguirem a onda de consciência nacional dos japoneses que repudiavam os modelos de fora e não se intimidavam com a “irritante superioridade” das potências ocidentais, como podemos notar na foto 3 abaixo:



Foto 3 - “Recepção de um glorioso soldado” (GUIMARAES, op.cit., s/p)

Com a repercussão da guerra, o Japão se torna alvo da curiosidade do leitor brasileiro. Por conseguinte, Moreira Guimarães aproveita o momento propício para

divulgar o seu livro *No Extremo Oriente* na seção de Publicidade de (lançado em 1908 e reeditado em 1936) *Kosmos* e, ao mesmo tempo, publica alguns capítulos da obra na seção de Sociologia da Revista.

Nessa primeira edição, Moreira Guimarães conta um pouco sobre a dificuldade que encontrou para produzir a obra sobre um país de que tudo já se sabia: “[...] **que livros, à maneira de *Madame Chrysanthème* de Pierre Loti, foram lidos por toda gente**, correram de mãos em mãos, consumindo horas, absorvendo atenções preciosas [...]” (Ibid., p. 159, grifo nosso).

Ao que parece, muito já havia sido publicado a respeito do Extremo Oriente; o próprio autor esclarece que, por essa razão, decidiu calar-se, “trocando as armas do escritor, que ama a publicidade, pelos instrumentos do observador modesto e minimamente discreto. E desse modo o silêncio foi longo” (Ibid., p.158-159). Mas Moreira Guimarães garante que o silêncio valeu a pena, pois lhe proporcionou um conhecimento profundo do Japão e que em sua obra não faltou o “fulgor da verdade” (Ibid., p.15). O autor brasileiro, como muitos outros, ao insistir em dizer que não fantasiou, que foi sincero e imparcial em sua obra sobre o Japão, na verdade, estava tentando desvencilhar-se da imagem de Pierre Loti. Os próprios viajantes franceses no final do século XIX já contestavam a obra de Loti, culpando-o por alastrar uma falsa imagem do povo e da terra japonesa no Ocidente. Seja como for, a obra lotiniana continuou sendo uma presença e referência nas obras brasileiras sobre o Japão, seja no intuito de copiá-la, seja, no de rejeitá-la.

Moreira Guimarães foi um dos autores brasileiros da primeira fase que mais se inspirou nos trabalhos dos viajantes franceses, tanto em sua estrutura como em seu conteúdo. O autor faz menções claras de suas fontes francesas ao longo do texto para explicar aspectos culturais, religiosos e morais dos japoneses. Dentre as obras citadas

por ele estão a de: André Bellessort, *La Société Japonaise*; Henry Dumolard, *Le Japon politique, économique et social*; La Mazelière, *Essai sur l'histoire du Japon*; Gustavo Le Bon, *Lois psychologiques de l'évolution des peuples*; Conde Raymond de Dalmas, *Les Japonais*; Louis Gonse, *L'art Japonais*; Leroy Beaulieu, *La Rénovation de l'Asie*; Henrique Dumolard, Clotilde de Vaux, Comte, etc; além de fazer referência ao jornal francês *Le Temps*, especialmente para comentar sobre o teatro japonês e a famosa atriz japonesa Sada Yacco. Portanto, podemos concluir que, se Moreira Guimarães tentou se afastar da influência lotiniana, com certeza aproximou-se de outros franceses na produção de sua obra sobre o Japão. A narrativa em forma de impressões de viagem lembra muito o formato dos artigos da seção *Souvenir du voyage*, da *Revue des deux mondes*; e a descrição melancólica das cidades japonesas assemelha-se ao tom narrativo de Georges Bousquet.

[...] a impressão da cidade não oferece maravilhas, não encanta, desagrada, melancoliza o espírito do observador [...] há sobre as povoações japonesas, sem a luz do sol, profunda tristeza. E tudo parece um montão de edifícios desmoronados. Tem-se a desagradável sensação de ruínas, quando se atravessa por essas povoações debaixo de chuvaradas impertinentes e periódicas. (Ibid., p. 20)

Quanto a essa descrição, observamos que ela fez parte das crônicas de viagem de Moreira Guimarães publicadas na Revista *Kosmos* e, certamente, essa passagem leva o leitor brasileiro da Revista a comparar a triste capital japonesa com a modernidade ensolarada da cidade do Rio de Janeiro.

Reparem agora no contraste entre as fotos da capital japonesa em 1907 e da capital brasileira, após a inauguração da Avenida Central:



Foto 4 - Rua da capital japonesa em 1907 (GUIMARÃES, op.cit., s/p)



Foto 5 – Avenida Central na época da inauguração. Foto de Augusto César Malta. Arquivo do Museu da Imagem e do Som. <http://www.marcillio.com/rio/enceribr.html>. 21.05.2010.

Sem dúvida, o contraste é grande. As ruas estreitas, não pavimentadas e as casas de madeira lembram muito os tempos da capital brasileira antes da grande reforma urbanística, quando as vielas do Rio eram escuras e esburacadas e os cortiços se

amontoavam no centro da cidade e os hábitos e costumes da população pobre brasileira eram associados à selvageria e ao primitivismo de um país atrasado, incivilizado e “degenerado”.

Notem agora a descrição dada por Mário Pederneiras (1907)<sup>93</sup> sobre a capital brasileira, na edição de novembro de 1907:

O povo sentiu-se desafogado; podia andar desembaraçadamente sem temer o incômodo dos encontrões, nem o ridículo dos tropeços; finalmente, podia respirar, olhar o Céu e receber o Sol com a liberdade necessária ao homem civilizado.(Ibid., s/p)

Em outros artigos, Pederneiras prossegue elogiando o projeto urbano do Rio de Janeiro, os dias ensolarados, os encantos da capital federal e a reação do povo brasileiro frente aos novos tempos. É oportuno lembrar que inúmeras fotos da Avenida e da orla marítima do Rio de Janeiro foram publicadas na *Kosmos* quase que mensalmente, com o intuito de dar aos seus leitores uma exata ideia da transformação carioca em meio aos encantos naturais da cidade.

Outro tema que merece destaque é a admiração de Moreira Guimarães (op.cit., s/p) pelos campos e pelas paisagens do Japão. A natureza selvagem e intocada de países atrasados era um estereótipo europeu para contrapor ao progresso e à complexidade das potências ocidentais. Seguindo esse raciocínio e guardadas as devidas proporções, Moreira Guimarães faz um esforço de adaptação e insere a temática de natureza exuberante do Japão dentro do contexto de uma revista brasileira que tinha como proposta exibir nossa modernidade e cosmopolitismo à elite carioca. Em outras palavras, a descrição da natureza intocada do Japão nas páginas do periódico brasileiro dava a impressão de um Japão exótico e bizarro ao lado da modernidade e

---

<sup>93</sup> PEDERNEIRAS, Mário. A mulher e a rua. In: **Revista Kosmos**. Rio de Janeiro, n.11, novembro de 1907, s/p.

complexidade de nossa sociedade que se encontrava em meio aos projetos urbanísticos da capital brasileira.

E foi nessa linha de raciocínio que em agosto de 1907 *Kosmos* traz uma reportagem sobre a inauguração da Nippaku & Comp., uma loja de artefatos japoneses no Rio de Janeiro. Notem a relação feita pelo narrador entre a inauguração da loja de produtos japoneses e a localização do estabelecimento: na Avenida Central. Para o autor, tal fato era um sintoma claro de que o Brasil não era mais o “exótico” da história, mas aquele que, no papel de nação moderna e civilizada conseguia apreciar o exotismo de uma cultura primitiva nas páginas de uma sofisticada Revista e uma bela Avenida.

O estabelecimento de artefactos japonezes, inaugurado há dias, **num dos mais bellos edificios da AVENIDA CENTRAL** [...] destinada a vender produtos dessa **bizarra e exquisita industria japonesa** [...] é um facto que precisa ser constatado como **syntoma de quanto a formosa cidade do Rio de Janeiro tem progredido nos seus costumes** [...] <sup>94</sup>



Foto 6 - Loja de artigos japoneses Nippaku &Comp. na Avenida Central (O commercio japonéz. Sua expansão mundial. In: **Revista Kosmos**. Rio de Janeiro, n.8, agosto, 1907).

<sup>94</sup> O commercio japonéz. Sua expansão mundial. In: **Revista Kosmos**. Rio de Janeiro, n.8, agosto, 1907, s/p.(grifo nosso)

Moreira Guimarães em abril de 1907 traz uma foto de um vendedor ambulante japonês (ver foto 7), o que nem de relance lembra a majestosa construção da Nippaku brasileira (foto 6). Para o leitor carioca a foto do ambulante japonês era ou uma ilustração de barbárie ou, no mínimo, uma cena pitoresca.



Foto 7 – Vendedor ambulante no Japão. (GUIMARÃES, Moreira. No Extremo Oriente. *Revista Kosmos*, Rio de Janeiro, n.4, abril, 1907)

Embora os viajantes brasileiros tentassem mostrar-se imparciais na criação da imagem do Japão e sua gente, afastando-se, na medida do possível, da influência francesa, constatamos que eles não obtiveram sucesso em tal propósito. Isso porque a nação brasileira, que buscava uma afirmação de sua identidade nacional na época, não conseguia se definir entre: seguir o modelo francês de civilização negando o passado colonial e a influência africana, ou afastar-se do paradigma francês, que acabava causando o complexo de inferioridade. Sabe-se que a estratégia dos países imperialistas era utilizar o preconceito racial como arma ideológica para enfraquecer moralmente os outros povos e justificar a conquista deles (MOREIRA LEITE, 2002). Por longo tempo, a nação brasileira sofreu com essa imagem de povo degenerado pela mestiçagem, e por essa razão que a elite brasileira do final do século XIX e começo do século XX tenta

mudar a imagem do Brasil no Velho Continente revitalizando a capital. Entretanto essa modernização de fachada não se limitou na reforma da cidade, a própria elite carioca representada, sobretudo pelos diplomatas, tentou também projetar uma imagem positiva do povo brasileiro (NEEDEL, 1993), negando qualquer indício de degeneração racial, como podemos observar na pose aristocrática dos diplomatas abaixo:



Foto 8 – Foto tirada em Londres do corpo diplomático brasileiro. Em primeiro plano, no centro, Joaquim Nabuco; à esquerda, Graça Aranha; à direita, Oliveira Lima; e no segundo plano, à esquerda Silvino do Amaral e à direita, Domício da Gama. (In: **Revista Kosmos**. Rio de Janeiro, março de 1904, nº 3).

Notamos na foto acima que o corpo diplomático brasileiro era formado por homens fisicamente de porte, de grande estatura e vigorosos. Sem dúvida, os representantes do Itamarati em nada lembram um mestiço degenerado, ao contrário, eles apresentam um ar refinado, criados e educados em ambiente de cortesia, sociabilidade, elegância, polidez e boas maneiras,<sup>95</sup> dentro de *Kosmos*.

<sup>95</sup> Muito presente no discurso brasileiro sobre o Japão, o refinamento brasileiro foi sempre muito destacado nas narrativas desses viajantes. Reparem na fala do diplomata Manuel Cunha que narra o seu comportamento em uma cerimônia oficial no Japão: [...] *dirigi-me com minha família para o grande e sumptuoso salão das refeições, onde já havia muitas mesas ocupadas por damas e cavalheiros, trajando com a mais rigorosa etiqueta, segundo a pragmática inglesa.* [...] *O traje europeu e o uso do espartilho*

Gostaríamos agora de fazer um breve adendo para retornar e comentar um pouco mais sobre as obras de Francisco de Almeida, Custódio de Mello, Manuel Cunha e Vicente Lustoza, os quais nos mostram que foi no campo cultural, naquele momento de comparação entre a cultura oriental e ocidental, que esses viajantes brasileiros mais se sentiram “europeus”. Teatro, música, arte, arquitetura faziam parte do rol de temas culturais com os quais os brasileiros mais sentiam afinidades, sobretudo com a sua musa inspiradora: Paris. De forma geral, as opiniões brasileiras, tais quais as dos franceses, eram de reprovação e incompreensão da cultura nipônica. O oficial naval Custódio de Mello, por exemplo, faz um comentário levemente negativo sobre a música japonesa<sup>96</sup>; entretanto o senso artístico japonês é elogiado pelo autor, pois, naquele tempo, as xilogravuras japonesas eram famosas na Europa:

[...] não agradou-me a música japoneza; mas, no entanto, nella descobri harmonia, de cuja ausência resente-se absolutamente a musica chinesa, que nem mesmo tal nome merece, e pode-se dizer uma trapalhada de sons, [...] ordinária, estridente e detestável, enquanto a outra, a japoneza, é plangente, uniforme e grave, mas não inteiramente falha de melodia. Comtudo, os japonezes tem mais aptidão para a pintura [...] é um gosto ver trabalhos [...] executados sobre madeira [...] (MELLO, 1896, p.169).

Quanto à arquitetura, tais quais os franceses que costumavam denominar as construções nipônicas de “simples”, os brasileiros adotam a ostentação como critério em seus julgamentos: “[...] não direi ser a casa japonesa desgraciosa. Porém, ela está longe de possuir a **imponência das construções inspiradas na civilização do Ocidente.**” (GUIMARÃES, 1908, p. 23, grifo nosso).

---

*pelas senhoras é obrigatório na corte do Mikado. O exército e a marinha usam o uniforme francez. O nosso modo de vestir vae se generalizando por todas as classes sociais.[...] O governador Ohomori, que fallava regularmente o francez, disse-me então que ouvia com a maior satisfação as minhas palavras sobre o Tratado entre os nossos governos e a expressão dos meus sentimentos que me tornavam credor de muito particular atenção, porque não estava acostumado a ouvir phrases e conceitos tão sympathicos por parte dos Cônsules estrangeiros [...]*(CUNHA, op.cit, p. 34-44, grifo nosso)

<sup>96</sup> O francês Edgar Meyer reduziu a música, a dança e a cultura japonesa em um único comentário: “infantil”, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho.

Por fim, para os viajantes brasileiros, primorosos católicos, um dos aspectos dos costumes japoneses que mais chamou a atenção foi, sem dúvida, o banho coletivo. Sob os preceitos morais cristãos, Francisco de Almeida, Custódio de Mello, Manuel Cunha e Vicente Lustoza mostraram-se moralistas quanto a essa questão, na qual “[...] nem homens, nem mulheres, no Japão, sabem o que seja pudor [...] banham-se nus na mais santa e primitiva promiscuidade; [...] inocência, que recorda a beatífica convivência do paraíso antes das solicitações da serpente [...]” (MELLO, 1896, p. 162). Viajantes franceses também já haviam se posicionado quanto a esse tema. A maioria achava curioso o fato de homens e mulheres banharem-se em conjunto de forma inocente, mas para eles era apenas um costume primitivo.

Reparem que para os brasileiros, a “falta de pudor”, mesmo associada à ideia de “simplicidade dos costumes japoneses,” tinha como conotação mais forte a falta de orientação cristã dos nipônicos (ALMEIDA, 1879, p. 155); já para os franceses, a questão do pudor estava mais relacionada aos costumes primitivos dos japoneses, porque estes ignoravam os preceitos de uma cultura mais civilizada e adiantada, como a europeia.

Retomando os artigos da Revista *Kosmos*, a partir de 1908, notamos que a imagem dos japoneses, retratados como povo primitivo até então, passa a ter uma conotação mais negativa: a de ameaça amarela dentro de *Kosmos*, como podemos constatar no artigo “A Invasão Amarela”, de Celso Vieira<sup>97</sup>. O autor (1908, s/p) declara que “[...] o Japão deixou há muito de ser um exotismo que se cultivava em romances frívolos ou se coleciona em fulgidas laccas”, e mostra-se preocupado com o fato de muitos brasileiros acreditarem que o “carvão africano” converter-se-ia no “diamante amarelo”. Para Celso Vieira, há muitos motivos alarmantes para se temer a entrada dos

---

<sup>97</sup> VIEIRA, Celso. A invasão amarela. *Revista Kosmos*. Rio de Janeiro, n.6, junho, 1908. s/p

nipônicos. O primeiro deles é a diferença religiosa que, na opinião do autor, traria muitos problemas, e o entusiasmo dos cristãos brasileiros não bastaria para compensar os “trezentos mil templos, santuários e capellas em que André Bellessort viu florir o espírito religioso do Japão”, diz o autor. Outro fator seria a unidade do povo japonês que não se desagrega ao emigrar causando empecilhos para a sua assimilação.

Celso Vieira, por outro lado, não nega as qualidades do trabalhador japonês, sua energia e resistência: “[...] elle (o japonês) é o typo ideal do homem que se explora desattentamente e que nunca se queixa, nem se rebella contra a mesquinhez do salário e o peso do fardo” (IBID). Contudo, essa seria justamente a causa de transtornos futuros para o Brasil, diz Vieira, pois, tomando como exemplo o caso da imigração asiática nos Estados Unidos, o lavrador japonês, ao se tornar operário nas cidades, provocaria a revolta dos nacionais e dos imigrantes europeus pela prática de uma concorrência desleal. Em suma, para Celso Vieira a unidade do japonês, as diferenças de crença e os conflitos que o trabalhador japonês resignado causariam nos operários nacionais e europeus, já seriam motivos suficientes para se temer a entrada de japoneses ao Brasil, e arremata afirmando que: “[...] não extrahiremos por certo da raça amarella o brasileiro catholico ou positivista, fiel á bandeira auri-verde e ao pacto de 24 de Fevereiro.”(Ibid). Ainda, segundo Vieira, tudo isso seria agravado pela alta densidade populacional da Ásia que ocasionaria, consequentemente, a introdução de “formigueiros humanos do Extremo Oriente” na América Latina; e é nesse sentido que o autor teme a ameaça do “perigo amarelo”(Ibid)

A análise desses dados foi, na verdade, apresentada pelo professor norte-americano, Archibald Cary Coolidge em seu curso da Sorbonne, e pelo francês (que colaborou com o prefácio), Leroy Beaulieu, na obra *Les Etats Unis – Puissance*

*Mondiale* (1908). O autor brasileiro, Celso Vieira, cita o livro em seu artigo como referência para suas argumentações.

Archibald e Beaulieu apresentam duras críticas à formação da população brasileira e argumentam que esse povo, diante do clima ameno e da exuberância dos recursos minerais da terra, mostra-se “indolente”, característico da “mistura de três raças, a branca, a negra, a vermelha, incapaz de manter nessa ordem de relações a attitude sobranceira do anglo-saxonico”. Celso Vieira, completamente de acordo com a opinião do professor norte-americano, ainda atesta:

Extraordinária a linguagem do sábio, mais amigo da verdade que nosso amigo [...] Mestre Archibald não está discursando no palácio Monroe, a serviço da causa pan-americana, mas leccionando na Sorbonne, onde não foi contratado para nos dizer cousas amáveis. (Ibid., s/p)

Seguindo o raciocínio de Archibald e Beaulieu, Celso Vieira alerta quanto ao perigo de acreditar nos benefícios imediatos da introdução dos japoneses, cuja falsa modéstia, esconde um orgulho insuportável, como ocorreu nos Estados Unidos; e finaliza com um questionamento:

Que sucederá, então, nos países onde os japonezes vão entrar levando a certeza de uma **superioridade incontestável sobre os indígenas?** [...] se o japonês temerário e ambicioso chegou a idealizar sob o prestígio mundial das cores americanas o Shin Nippon (Novo Japão), por que não se entregaria aqui ao sonho de um Japão ainda mais novo e mais plausível, **dadas as nossas condições de inércia e de inferioridade, a juízo dos sábios professores de Harvard**, transplantados carinhosamente para a Sorbonne?(Ibid., s/p, grifo nosso).

Em outras palavras, Vieira concorda com Archibald e Beaulieu quanto à conclusão de que o perigo amarelo representa uma ameaça maior para o Brasil do que para os Estados Unidos, por conta do sentimento de superioridade dos japoneses frente aos “indígenas brasileiros” e “as nossas condições de inércia e inferioridade”. Com essa declaração de Celso Vieira, fica óbvio que o Brasil, mesmo promovendo um discurso

ufanista da modernização de sua capital, continuava mantendo uma visão e uma postura de inferioridade perante a opinião sólida das potências ocidentais colonialistas. Fica claro que ainda não tínhamos condições de caminhar sobre as nossas próprias pernas e que um simples sopro negativo derrubaria anos de tentativas de construção de uma autoestima forte e inabalável.

Diante do exposto, notamos a fragilidade do discurso brasileiro em relação à sua imagem de país “civilizado” dentro da Revista, e que uma pequena intervenção das potências ocidentais era o suficiente para abalar nossa autoconfiança, como vimos no artigo de Celso Vieira. A imagem dos próprios japoneses, que no início foram retratados pelos colaboradores da Revista como primitivos e inferiores aos brasileiros, passa a ser de dominadores frente “às nossas condições de inércia e inferioridade”, como afirma Vieira.

Seja como for, a Revista *Kosmos* não deixou de promover os novos tempos proferindo discursos altamente otimistas sobre as reformas que transformavam o perfil da capital brasileira e, conseqüentemente, o futuro da nação; minimizando os problemas nacionais graves como: miséria, analfabetismo e dependência de capital estrangeiro, e colocando lentes de aumento em algumas “vantagens” pontuais do nosso país; com a preocupação de não macular as esperanças, de seus leitores, de um Brasil moderno, civilizado e “branco”. Não seria demais lembrar que *Kosmos* publicou inúmeras fotos da Avenida Central e das belas praias cariocas a fim de compor um cenário de Paris tropical.

A partir desse balanço da Revista *Kosmos* nota-se que os artigos referentes a culturas distantes como, por exemplo, a do Japão, foram apresentados dentro de uma ótica conveniente aos propósitos da elite brasileira que se pretendia civilizada e moderna. Coincidentemente ou não, a imagem do Japão e dos japoneses, ao longo dos

cinco anos de existência da Revista, traz oposições contrastantes entre as duas culturas, as duas capitais e os dois povos, como vimos neste trabalho; o que nos leva a crer que a imagem “civilizada” da nação brasileira, dentro de *Kosmos*, foi enaltecida em detrimento da imagem japonesa, descrita como “exótica e bizarra”.

Como vimos anteriormente, antes da assinatura do Tratado entre Brasil e Japão, alguns viajantes brasileiros já haviam esboçado suas opiniões a respeito do Japão em suas narrativas de viagem. Pelos relatos acima, pode-se concluir que, em primeiro lugar, os diplomatas brasileiros nessa época tinham como missão, no Extremo Oriente, colher dados e analisar o perfil do futuro imigrante asiático, em segundo, nossos representantes no exterior tinham como preocupação manter o orgulho e a auto-estima do povo brasileiro. Acreditavam que, mesmo em posição de desvantagem com relação ao progresso econômico de um povo de raça amarela, o Brasil tinha todas as condições favoráveis — leis liberais e natureza privilegiada — para alcançar um brilhante futuro, só faltavam braços para o desenvolvimento da nação.

Esses discursos altamente otimistas proferidos pelos diplomatas e outros funcionários do governo brasileiro sobre o futuro de nossa nação, nos fazem perceber a preocupação desses estadistas com a imagem, interna e externa, do Brasil. Os viajantes brasileiros desse período, muitas vezes, minimizavam os problemas nacionais graves como miséria, analfabetismo e dependência de capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que colocavam lentes de aumento em algumas “vantagens” pontuais do nosso país; o que demonstra bem a postura da diplomacia brasileira, denominada por Hélio Jaguaribe (1958), de “ornamental”, em que o mais importante era mostrar-se “civilizado” ao mundo e até, de certo modo, ao próprio povo brasileiro, especialmente, a partir da década de 1920.

Essa releitura do discurso francês se estendeu também ao longo da segunda fase do discurso brasileiro, como veremos mais à frente. Entretanto, cabe aqui uma explicação mais detalhada quanto à questão da pesquisa de fontes nesse período. Ao contrário da primeira fase do discurso brasileiro sobre o Japão na qual, muitas vezes, as fontes francesas eram apresentadas explicitamente, no segundo período encontraremos os elementos estrangeiros já completamente assimilados e recriados pelos autores. Houve também a articulação e a adaptação das fontes francesas dentro de um novo contexto nacional e internacional. Como é sabido, internamente, tivemos a presença efetiva dos japoneses em terras brasileiras a partir de 1908 e, externamente, a Segunda Guerra Mundial. Dois pontos que reforçaram o olhar brasileiro para as questões econômicas e militares do Japão. Seja como for, a França, agora em paralelo aos Estados Unidos, continuou a exercer forte influência sobre o discurso brasileiro, especialmente no tocante aos debates raciais envolvendo uma política imigrante restritiva e suas implicações na formação da nossa identidade e defesa do território nacional.

Mas, antes de iniciarmos a apresentação da segunda fase do discurso brasileiro sobre o Japão, é fundamental observarmos como se procederam as discussões raciais e a fundação e divulgação do movimento eugênico<sup>98</sup> na França, visto que elas influenciaram profundamente os debates brasileiros sobre os imigrantes japoneses e a formação do caráter nacional. De acordo com Nancy Leys Stepan (1989), por uma questão de tradição cultural, os cientistas brasileiros tomaram como fonte os trabalhos científicos franceses e o movimento eugênico não foi uma exceção; o modelo da Sociedade Eugênica Francesa, seu estatuto e organização, foram reproduzidos pelos brasileiros em sua íntegra, em 1919. Muitos brasileiros, como o eugenista Renato Kehl,

---

<sup>98</sup> Eugenia é um termo inventado pelo cientista inglês Francis Galton em 1883 que designa “bem nascido”. Seu foco está no controle social com o intuito de melhorar a qualidade racial futura, tanto mentalmente, quanto fisicamente.

admitem tal fato. Kehl chega a comentar que a eugenia foi um movimento ignorado no Brasil por longo tempo pelo fato de ter sido divulgado, inicialmente, em alemão e inglês.

Assim, sentimos a necessidade de retornar à fonte desses debates raciais, ou seja, apresentar, sem qualquer pretensão de originalidade, um breve capítulo sobre o pensamento racial francês, do qual o Brasil se apropriou e adaptou às suas necessidades e conveniências.

## **2.2. Breve história do pensamento racial francês (1860-1930) e sua releitura brasileira**

Os franceses apresentaram posições divergentes quanto à questão racial, mas, de maneira geral, mostraram uma inclinação maior para o Lamarckismo em oposição ao Darwinismo. O Velho Continente recepcionou a teoria Darwinista com certa resistência se tomarmos como parâmetro, sobretudo, as primeiras críticas da obra de Darwin na França em meados da década de 1860 e 1870. Duas vezes tiveram grande peso nos debates sobre o Darwinismo na França: Auguste Laugel e Paul Janet. O historiador e engenheiro francês Auguste Laugel publicou sua opinião a respeito da obra de Darwin, *Origem das Espécies* (1859), no periódico de grande prestígio na França, a *Revue des deux mondes* (CLARK, 1984). Laugel concorda com Darwin que algumas raças são mais fortes do que outras, mas, para ele, trata-se de algo meramente “adquirido”, não de uma vantagem “natural”.

Já o Darwinismo social, de Spencer, que foi introduzido na França em meados da década de 1870, não teve grande adesão (BERNADINI, 1997) no Velho Continente, isso porque a ideia de luta pela vida e sobrevivência do mais apto conotava perigo à sua nação que havia acabado de ser derrotada na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Vale comentar que Clémence Royer, Georges Vancher Lapouge, Le Bon e Arthur Gobineau foram os darwinistas sociais mais polêmicos da França.

A filósofa Clémence Royer (1830-1902) apresentou uma visão menos negativa do Darwinismo Social em comparação aos seus contemporâneos. Para ela, as ideias de “luta pela vida” e “sobrevivência dos mais aptos” podiam também ser aplicadas nas relações sociais entre nações e raças, mas os homens, com seus recursos intelectuais e morais, apresentavam uma vantagem sobre os animais, o que tornava a competição uma

forma “socialmente mais aceitável”. Royer ainda afirmou que essa “concorrência vital” era natural e saudável, pois dessa forma não se corria o perigo de preservar espécies fracas. Para ele, a evolução de muitos grupos era a comprovação da superioridade orgânica de certas raças. Portanto, em sua opinião, nada mais justo que conferir direitos e benefícios proporcionais aos grupos mais fortes. Royer acreditava na existência da desigualdade humana, entretanto acreditava também nos benefícios do cruzamento de grupos étnicos, no qual uma raça inferior poderia ser absorvida por uma superior. Por fim, Royer analisou as conquistas imperialistas francesas sobre a África e a Ásia como uma “luta pela vida” e como um benefício para os povos inferiores (HARVEY, 1997).

Essa posição darwinista de Royer, para justificar a violência das conquistas imperialistas da França, provocou a indignação de alguns franceses, como o socialista Georges Renard que achava essa visão de uso e abuso da força de Royer muito brutal e incompatível com a imagem “civilizada do cidadão francês” (CLARK, 1984).

Muitos oficiais do governo francês com missões nas colônias apoiaram as ideias do Darwinismo Social. Eles costumavam considerar duas vertentes no tratamento dos povos conquistados: a assimilação e a associação (BETTS, 1961). Os assimilacionistas acreditavam que os grupos nativos tornar-se-iam cidadãos franceses (no sentido cultural) por meio da educação; ao passo que os associacionistas defendiam a tese de que os nativos eram biologicamente diferentes e por isso nunca seriam capazes de se tornarem franceses. O professor de Direito Arthur Girault (1865-1931) frisava que raças inferiores, após contato com raças civilizadas, tendiam a desaparecer, ou seja, a serem assimiladas pela cultura superior, numa espécie de “seleção natural”. Já Jules Harmand era contra a teoria assimilacionista porque acreditava que a natureza e a história diferentes produziam homens diferentes, e que a associação era uma alternativa mais

adequada, pois protegia os interesses imperialistas, ao mesmo tempo em que preservava a tradição de culturas inferiores (CLARK, 1984).

Já no campo acadêmico, visões positivas do Darwinismo Social foram conferidas na *Revue des deux mondes* que durante as décadas de 1870 e 1880 mostrou pequena simpatia pela teoria de Spencer. Contudo, é preciso fazer uma distinção entre a visão positiva de Royer e do antropólogo Paul Broca e a negativa de Lapouge, Le Bon e Gobineau sobre a seleção natural. Na visão mais otimista do Darwinismo Social Broca insistia que a seleção social era mais importante que a seleção natural, em outras palavras, ele acreditava que as qualidades físicas e intelectuais poderiam ser melhoradas a partir do momento em que as pessoas passassem a selecionar seus parceiros seguindo algumas bases biológicas. Por outro lado, os pessimistas acreditavam que a seleção social inibia a seleção natural causando a degeneração racial (Ibid).

A eliminação do degenerado era um dos objetivos do programa de Georges Vancher Lapouge que, em seus cursos livres sobre antropologia e “seleções sociais” nas décadas de 1880 e 1890, promovia a ideia de extermínio do degenerado e o aprimoramento de indivíduos superiores, por meio de métodos exterministas como aborto e infanticídio. Lapouge, em uma classificação polêmica sobre as raças europeias, afirmou que a Inglaterra, os Estados Unidos, a Alemanha, a Holanda e a Escandinávia faziam parte do grupo dos *homo alpinus* que eram superiores ao *homo europaeus* representados pela França, a Suíça, os Balcãs e a Ásia Menor (Ibid., p. 148-149).

As colocações de Lapouge causaram polêmica na França na década de 1890. Novamente, a prestigiada *Revue des deux mondes* serviu de arena para as discussões e publicou em 1895 o artigo de Alfred Fouillée (1838-1912) acusando Lapouge e Le Bon de propagarem teorias germânicas antipatrióticas sobre os direitos dos mais fortes. Fouillée argumenta que a “raça europeia” difere de outras raças não por causa da

hereditariedade, mas por diferenças morais, religiosas e filosóficas (Ibid., p. 151). Para Lapouge a inteligência era determinada pela hereditariedade e não poderia ser adquirida pela instrução. Aliás, seu lema: “determinismo, desigualdade e seleção” demonstra claramente sua crença no Darwinismo Social. Ernest Seillière em seu artigo na *Revue des deux mondes* de 1909 criticou as teorias selecionistas de Lapouge e as chamou de ridículas e rudes, aumentando, assim, o coro de franceses contrários às ideias lapougeanas (Ibid., p. 152).

A resistência por parte da maioria dos cientistas franceses ao Darwinismo Social pode ser compreendida ao analisarmos o período histórico francês. Após ser derrotada pela Prússia em 1871, a França sentiu-se incomodada com a ideia Darwinista Social de serem extintos pela “superioridade da raça germânica”. Daí também a posição antibélica adotada por grande parte dos sociólogos franceses que se mostraram contra a visão de Le Bon para o qual as guerras representavam a “luta pela existência entre as raças”. Jean Lagorgette em seu artigo “Rôle de la guerre” (1906) afirma que a guerra é algo negativo para o progresso e que nem todas as lutas envolvem violência, pois os franceses eram homens “civilizados” que se adaptavam ao meio através da paz, do trabalho e da justiça, em detrimento das tradições militares que apelavam para força. A França, na opinião desse autor, era moralmente superior às brutalidades da Alemanha, e as atitudes bélicas dos franceses eram mais aceitáveis por estarem baseadas em acepções cristãs e jurídicas (Ibid., p 174).

Outros oficiais como os capitães André Constantin e Lieutenant Raymond Peyronnet defenderam a posição de que sem guerra, a humanidade tende a regredir moralmente e que a concorrência vital produz inevitavelmente conflitos, nos quais os fracos acabam sendo extintos. Ele também chamou a atenção dos franceses para não se

enganarem com relação aos sentimentos pacifistas e terem em mente a seleção natural, e o mundo no qual os mais fortes sobrevivem.

Por outro lado, o capitão André Gavet em seu artigo “L’idée de patrie” (1905) publicado na *Revue politique et parlementaire* diz que as guerras “civilizadas”, as consideradas justas e úteis, são de grande valia à humanidade. O autor cita a conquista francesa do Congo e de Madagascar, como exemplos de “guerras justas” (Ibid., p 166). Até antes da Primeira Guerra Mundial, os educadores franceses, embora não incentivassem abertamente os conflitos, eram a favor da chamada “guerra defensiva”, ou seja, as de “legítima defesa” (Ibid., p 168).

Outra questão que preocupava as autoridades francesas foi a “ameaça” de extinção da “raça francesa”, desde o final da guerra contra a Prússia em 1871, quando boa parte da população adota uma filosofia de vida pessimista que ficou conhecida de *fin de siècle* (1877-1905) (SWART, 1964). Nesse período constatou-se um aumento de criminosos, alcóolatrás, tuberculosos e pessoas portadoras de doenças venéreas; além do declínio da qualidade e da quantidade da população francesa que também passou a ser analisada como parte do processo de eliminação do degenerado, do fraco e menos apto na “luta pela sobrevivência” (SCHNEIDER, 2002).

Diante de tal contexto histórico, não foi uma surpresa o Primeiro Congresso Internacional de Eugenia, realizado em Londres em 1912, ter inspirado a fundação da Sociedade Eugênica Francesa no mesmo ano. Boa parte dos seus fundadores e membros eram professores da Faculdade de Medicina de Paris preocupados em aumentar a taxa de natalidade e melhorar a saúde física e mental da população, por meio do incentivo de cruzamento com indivíduos superiores. Eugenistas franceses deram preferência à teoria Neolamarckiana de hereditariedade das características adquiridas em oposição ao Darwinismo e ao Darwinismo Social; daí seus estudos terem sido direcionados para as

questões relativas à influência do meio, à condição social e econômica, à legislação e aos costumes e suas implicações nas habilidades físicas, intelectuais e morais das gerações seguintes (ADAMS, 1989). A teoria Neolamarckiana dava esperança ao senso de decadência dos franceses do final do século XIX, ao afirmar que as próximas gerações poderiam ser melhoradas, se algumas medidas sociais e econômicas fossem adotadas.

O movimento eugênico na França foi, basicamente, fundado por professores da Faculdade de Medicina de Paris que passaram a se preocupar com a saúde e o bem-estar dos recém-nascidos. O obstetra Adolphe Pinard (1844-1934) criou o termo “puericultura”, o qual o médico definia como o conhecimento sobre a reprodução, conservação e melhoramento da espécie humana. Pinard, que se encontrava doente na época, teve seu trabalho apresentado no Primeiro Congresso Internacional de Eugenia em Londres em 1912, sob o título “*Considérations générales sur la puériculture avant la procréation*”(Ibid., p. 73). Foi a partir daí que as discussões acerca das medidas a serem adotadas para melhorar a qualidade e a quantidade das procriações começaram a se propagar.

Pinard foi presidente da Sociedade Eugênica da França até meados de 1921 e, após se aposentar da Faculdade de Medicina, tornou-se deputado na Assembleia Nacional Francesa de 1918-1928. Já o vice-presidente da Sociedade Eugênica foi Charles Richet, psicólogo da Faculdade de Medicina. Richet divulgou o movimento eugênico na França por meio de artigos publicados na *Revue Scientifique* e *Revue des deux mondes*. (Ibid., p. 74).

As reuniões mensais da Sociedade Eugênica Francesa renderam inúmeros trabalhos que foram publicados em seu periódico *Eugénique*. O deputado e eugenista

Adolphe Landry, por exemplo, defendeu o melhoramento das condições de saúde e do meio para preservar e melhorar a raça humana. Já Jean Laumonnier sublinhou a importância do controle da entrada de imigrantes no país, a restrição de casamentos interraciais e a esterilização, em alguns casos (Ibid., p. 75).

As ideias radicais do eugenismo tomam impulso no Segundo Congresso de Eugenia realizado em Nova Iorque em 1921, quando Vancher Lapouge é convidado para proferir uma conferência sobre as populações miscigenadas. O teórico francês prega a importância de uma política selecionista nos Estados Unidos para salvar a população americana de seu extermínio.

Ao longo da década de 1920 a expressão “higiene social” é bastante utilizada pelos eugenistas franceses no sentido de acabar com as “pragas sociais”: alcoolismo, tuberculose, doenças venéreas, etc. Os eugenistas acreditavam na hereditariedade dessas pragas sociais e propuseram várias medidas sanitárias. Eugène Apert em seu trabalho “Eugênia e Saúde Nacional” (1922) fala da necessidade de medidas sanitárias urgentes para eliminarem as pragas sociais e melhorarem a espécie humana. Várias conferências sobre higiene social foram ministradas na Sorbonne nesse período, e em 1926 surge o primeiro projeto de ação legislativa dos eugenistas: o exame pré-nupcial. Os autores do projeto ressaltaram a importância de se pensar não só na quantidade, mas também na qualidade da população, e para isso, segundo eles, era fundamental que os parceiros fossem saudáveis para, assim, conceberem crianças também saudáveis, e o exame médico pré-nupcial seria uma garantia nesse sentido. Entretanto, logo após a depressão de 1929, os eugenistas franceses passam a dar grande ênfase às medidas negativas do eugenismo como a esterilização, a restrição da imigração e o controle de natalidade. A obra *Sélection Humaine*, de Charles Richet, é resgatada e volta a ser muito citada entre os eugenistas da nova geração (Ibid., p. 81-84). Vale lembrar que Richet era totalmente

a favor da seleção social e sugeriu que o Estado eliminasse os fracos. O objetivo da “seleção humana” proposta por Richet era aprimorar a saúde física e a inteligência do povo francês; para isso o médico francês acreditava que era preciso proibir os cruzamentos indesejáveis de mistura de raças, prescrever leis restritivas para melhorar a qualidade racial e barrar a entrada de imigrantes não saudáveis, requerendo deles exames médicos e um certificado de saúde (CLARK, 1984).

A grande preocupação dos eugenistas franceses da década de 1930 foi, sem dúvida, a questão da imigração de trabalhadores e refugiados. Inicialmente, a atenção esteve voltada à condição física desses imigrantes, mas, posteriormente, os eugenistas passaram a focar as condições morais e intelectuais dos estrangeiros, exigindo assim um programa de restrição da entrada de imigrantes, advertindo o governo sobre a degeneração racial dos cruzamentos com raças “incompatíveis” ou inferiores (ADAMS, p. 85).

Pode-se afirmar que a grande Depressão certamente tornou o movimento eugenista na França mais popular e aceitável por parte da população, inclusive pela igreja católica.<sup>99</sup> Tanto que muitos eugenistas franceses concluem que a Depressão foi causada pelo resultado maltusiano entre demografia (superpopulação) e economia (CLARK, 1984). Um exemplo conveniente usado pelos europeus em 1931 foi a invasão pelos japoneses da Manchúria. Autores franceses como Etienne Dennery e Gaston Bouthol publicaram obras com análises e críticas sobre as ações imperialistas do governo japonês que colocou em prática uma política de expansão territorial na Ásia com o intuito de solucionar seu problema interno de alta densidade demográfica.<sup>100</sup>

Já no Brasil, a introdução do movimento eugenista pode ser observada a partir da década de 1910, quando os temas saúde e higiene pública passaram a fazer parte da

---

<sup>99</sup> René Brouillard (1930), por exemplo, declarou que a moral católica não condenava a ciência eugênica.

<sup>100</sup> ADAMS, op.cit., p. 85 e 86

pauta acadêmica e política. O professor Renato Ferraz Kehl organiza em São Paulo, no ano de 1917, a primeira reunião eugenista com médicos e psicólogos para discutirem a nova ciência eugênica e, mais especificamente, a proposta de exames prenupciais. No ano seguinte, em 15 de janeiro de 1918, foi fundada a Sociedade Eugênica de São Paulo da qual Vital Brasil e Arthur Neiva foram membros (ADAMS, 1989). Parecia um paradoxo falar em movimento eugênico dentro de um país considerado “disgênico”<sup>101</sup> lá fora; contudo, a eugenia, na concepção brasileira, surgiu como algo positivo para a formação do nosso caráter nacional. Enquanto os franceses defendiam medidas eugênicas para evitar a degeneração nacional, os brasileiros viam na eugenia uma possibilidade de “regeneração” da população (Ibid., p. 116).

Sem dúvida, a fundação da Sociedade Eugênica Brasileira (que reproduziu em sua íntegra o estatuto da Sociedade Eugênica Francesa) era a prova concreta de o quanto ainda estávamos ligados ao pensamento do Velho Continente. Os temas brasileiros eram exatamente os mesmos da Sociedade Eugênica Francesa: saneamento, puericultura, exame pré-nupcial, casamentos interraciais, doenças venéreas, imigração e higiene social.<sup>102</sup> Entretanto, Garland E. Allen (2002) afirma que o movimento eugênico teve um enfoque ideológico e científico diferente conforme os países. Segundo o autor (Ibid., p. 76, grifo nosso),

---

<sup>101</sup> Contrário à formação de um povo bonito, inteligente e saudável.

<sup>102</sup> Foram publicados inúmeros trabalhos a respeito, como podemos conferir na bibliografia abaixo listada:

ALBUQUERQUE, José de. Doenças familiares e exame pré-nupcial. In: **Boletim de Eugenia** 2, 1930: 20:51-52.

PACHECO E SILVA, A.C. Imigração e higiene mental. In: **Archivos Brasileiros de Higiene Mental** 1, 1925: 27-35.

ALMEIDA, Lino de. **Doenças venéreas e a puericultura pré-natal**. Rio de Janeiro: Typ. Coelho, tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1925.

MOURA, Olegário de. Saneamento do Brasil: Eugeniação no Brasil. In: **Annaes de Eugenia**, 239-240, 1919.

By contrast, American eugenicists were more concerned with the number of “feeble-minded” who filled to overflowing the prisons and insane asylums of the United States (...) with the swamping effect they saw arising from the supposed genetic deficiencies of immigrants. (...) In France, where ideas of inheritance of acquired characteristics (**neo-Lamarckism**) held more sway than in the other countries, eugenicists concentrated their efforts more on environmental and public health reforms than on selective breeding. Since Latin American countries **such as Brazil took their cues more from France** than any other European countries, their eugenics movement likewise focused on public health and nutritional measures more than issues of hard heredity.

Na visão de Garland, portanto, na França e no Brasil, ao contrário dos Estados Unidos e da Inglaterra, muitos médicos se envolveram com o movimento eugenista como forma de melhoramento da saúde pública. Contudo, essas discussões sobre como melhorar as condições físicas e mentais do povo brasileiro, analisando seus elementos eugênicos e disgênicos, foram estendidas às questões imigratórias, especialmente quanto à entrada de asiáticos e negros em nosso território. O médico Miguel Couto levantou inúmeras questões de ordem eugênica relativas à imigração japonesa nas sessões da Academia Nacional de Medicina em 1923 que foram sustentadas por mais de uma década nos palcos acadêmicos e políticos do Brasil.

Por fim, tanto na França quanto no Brasil, o Neolamarckismo, dentro do movimento eugênico, foi mais bem aceito do que o Darwinismo Social porque, no caso brasileiro, deu a possibilidade de regeneração e não entrou em atrito com a nossa tradicional moralidade católica, conservadora e de ideologia familiar. Assim, não raro, os discursos brasileiros sobre os japoneses, nessa segunda fase, apresentam uma fusão de linguagem científica, moral e religiosa, como veremos no capítulo seguinte.

### 2.3. Segunda fase do discurso brasileiro (1908-1945)

O segundo período do discurso brasileiro sobre o Japão apresentou como foco a questão imigrantista e a sua relação com a formação da identidade nacional brasileira, a defesa do território nacional contra o “perigo amarelo” e as teorias raciais.

Veremos, nesse capítulo, que o discurso brasileiro foi profundamente influenciado pelo pensamento racial do Velho Continente, especialmente, com relação à introdução do movimento eugênico no Brasil, o qual levantou novos argumentos contra a entrada dos imigrantes japoneses e suas implicações na formação do caráter nacional.

As narrativas de viagem e os artigos franceses sobre o Japão, produzidos na segunda metade do século XIX e início do século XX, continuaram como fonte e referência para os autores brasileiros. Apesar de os brasileiros, num primeiro momento, terem tentado afastar-se do pensamento francês para, ora retornar às suas origens lusitanas, ora aproximar-se dos Estados Unidos, a França permaneceu como elo entre o pensamento de nossa nação e o dos norte-americanos<sup>103</sup>, e como influência direta nas opiniões, conceitos, estereótipos e visões-de-mundo de nossos intelectuais. Entre aproximações e repulsas, nesse segundo período do discurso brasileiro sobre o Japão, a verdade é que o Brasil sempre contou com a referência francesa.<sup>104</sup>

A intensificação do sentimento antinipônico no Brasil, nessa segunda fase, também exprime a influência gálica que, entre o final do século XIX e começo do século XX, passa a temer o imperialismo japonês e sua força bélica; e é a partir desse ponto que iremos começar esse capítulo.

---

<sup>103</sup> Segundo Leyla Perrone-Moisés, entre o final do século XIX e começo do século XX “[...]o acesso ao modelo americano se efetuava pelo viés da língua francesa, muito mais praticada pelos letrados do que a língua inglesa. Um especialista desse período, Eduardo Frieiro, escreve: “Tudo vinha da França ou por via francesa. A hora da América era-nos dada pelo meridiano de Paris.” (PERRONE-MOISÉS, 2001).

<sup>104</sup> Na verdade, essa atitude de aproximação e recuo do modelo francês pode ser observada desde o período monárquico no Brasil. De acordo com Leyla Perrone-Moisés, a recusa da influência francesa estava ligada à busca de uma identidade nacional, por outro lado era inegável a admiração brasileira pelo modelo de civilização e refinamento da França. *Idem*, p. 41-59.

### **2.3.1. A campanha antinipônica**

A campanha antinipônica, na verdade, já existia em nosso país desde a década de 1880, quando ainda se discutia sobre a entrada de imigrantes asiáticos no Brasil. A primeira postura de resistência contra os nipônicos foi apresentada no Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, que proibia a entrada de imigrantes da “raça” negra e asiática. Entretanto, pouco tempo depois, em 1892, o Senado suspende a proibição e propõe o início de estabelecimento de relações de amizade e comércio com a China e o Japão (LEÃO NETO, 1990). Mesmo após a assinatura, entre Brasil e Japão, do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em 1895, muitos estadistas brasileiros permaneceram receosos com a entrada de japoneses e as discussões prosseguiram, até a chegada da primeira leva de imigrantes japoneses ao Brasil em 1908, quando se abre uma nova questão nas discussões: a presença efetiva de japoneses em terras brasileiras. A partir de então, o discurso brasileiro sobre o Japão e sua gente passa a apresentar dois focos: um voltado às colônias japonesas no Estado de São Paulo e o outro, às narrativas de viagem de brasileiros.

Da década de 1910 a meados de 1920, ocorre uma instabilidade do fluxo imigratório japonês para o Brasil. Nesse período experimental da imigração japonesa, tanto os imigrantes, quanto os fazendeiros sentiram-se decepcionados com a experiência, o que levou o governo brasileiro a suspender a subvenção em 1913, diminuindo assim o fluxo imigratório de japoneses em nosso país. Em meados de 1915, o governo brasileiro, influenciado pelas notícias do perigo amarelo na América do Sul, decide limitar as relações com o Japão. Nessa época, o fluxo de imigrantes japoneses para o Brasil estava completamente suspenso. Mas com a redução da corrente imigratória europeia para o Brasil, por conta dos conflitos mundiais, o governo

brasileiro reinicia o programa de subvenção à imigração japonesa em 1917, e a suspende, novamente, em 1922 (LEÃO NETO, 1990).

Diante do quadro instável, um acontecimento internacional influi na situação da imigração japonesa no Brasil a partir de 1925: a lei norte-americana, sancionada em 1924, que proibia a entrada de japoneses nos Estados Unidos. Tal lei levou o Parlamento japonês a aprovar um plano de emergência no mesmo ano autorizando o governo nipônico a custear as despesas de envio de emigrantes à América do Sul. Com efeito, de 1925 a 1934, o número de imigrantes japoneses que chegam ao Brasil tem um aumento considerável, o que faz aumentar as inquietações dos resistentes à entrada de japoneses.

Como vimos no capítulo anterior, um dos pontos ressaltados pelos eugenistas franceses foi a restrição de imigrantes e a criação de leis contra a miscigenação. No Brasil, essa visão não demorou a ser propagada. Em 1920, o então Deputado Estadual Fidélis Reis se pronuncia contra a abertura dos portos brasileiros aos imigrantes negros e japoneses no Congresso Legislativo de Minas Gerais. Fidélis Reis sustenta sua opinião apontando os problemas e transtornos que os japoneses causariam à nação brasileira com sua língua incompreensível, seus costumes muito diferentes dos nossos, sem falar de seu aspecto físico pouco atraente. O deputado brasileiro advertiu também sobre o perigo dos trabalhadores japoneses que, com sua concorrência barata, costumava prejudicar os nacionais. Contudo, a maior preocupação de Fidélis Reis foi com relação ao cruzamento de raças entre o brasileiro e o japonês que, segundo ele, causaria ao Brasil um “mal irremediável”: o mestiço; por outro lado se não houvesse o cruzamento, teríamos outro inconveniente, os quistos étnicos<sup>105</sup> que seriam uma ameaça para a unidade da nação brasileira.

---

<sup>105</sup> Grupos étnicos que tentam manter sua cultura, sua língua e seus costumes em um país estrangeiro.

Em 1923, agora como Deputado Federal, Fidélis Reis (1924, p. 10) apresenta um novo projeto (da sessão de 22 de outubro) no qual propunha um rigoroso controle sobre a entrada de “elementos nocivos à formação étnica, moral e psíquica da nacionalidade”, além de proibir a entrada de colonos negros e restringir a entrada de amarelos em 5% ao ano.

Fidélis Reis, João Faria, Oliveira Vianna, Carvalho Neto, entre outros políticos brasileiros, tornaram-se defensores da introdução de imigrantes de “raça branca” indo-europeia que, segundo eles, era a mais rica em eugenismo<sup>106</sup>. Esses estadistas foram terminantemente contra a entrada de imigrantes asiáticos e negros no Brasil, considerados inassimiláveis e prejudiciais na formação de nossa raça.

Os brasileiros não aceitaram as críticas francesas quanto à questão de nossa miscigenação, contudo, julgaram os colonos asiáticos sob os mesmos preceitos que os franceses nos julgavam. Gustave Le Bon, Lapouge, Renan e Pierre Denis são citados com frequência nos discursos de Fidélis Reis e seus companheiros sobre os japoneses, no intuito de defender a formação da identidade nacional brasileira constituída por elementos “ricos em eugenismo”. Deste ponto podemos notar a total conveniência do discurso brasileiro que contestou as teorias raciais europeias contra a nossa miscigenação, mas, ao mesmo tempo, revalidou essas mesmas teorias na hora de julgar os imigrantes asiáticos e negros.

Quanto à imagem dos japoneses como um povo “inassimilável” qualificada por Fidélis Reis, é preciso lembrar que antropólogos, jornalistas, viajantes, diplomatas e pensadores franceses já haviam chegado a essa conclusão na segunda metade do século XIX. Raymond Dalmas, André Bellessort, Ludovic Naudeau, Georges Bousquet, entre outros, expressaram, largamente, suas convicções sobre o ostracismo nipônico em

---

<sup>106</sup> Qualidade racial

inúmeros artigos e livros sobre o Extremo Oriente. Todos eles ressaltaram que o elemento japonês era incapaz de assimilar completamente a cultura ocidental e que a modernização ou europeização do Japão se restringia à ala oficial, pois o resto da população vivia ainda em pleno período feudal mantendo seus costumes “primitivos e rituais de fanatismo e misticismo”.

A partir do século XX a influência norte-americana em nosso país passou a se fortalecer, tornando-se também uma referência ao Brasil, especialmente com relação ao problema imigratório; contudo, os incidentes que ocorriam nos Estados Unidos, muitas vezes, chegavam ao Brasil via França. Em outras palavras, os brasileiros continuavam mantendo um grande respeito e credibilidade pela opinião francesa, como veremos mais adiante no caso da obra de Miguel Couto.

### 2.3.2. Em defesa dos japoneses

O político Waldir Niemeyer (1925, p. 5-6), assumindo a postura do novo nacionalismo que buscava as explicações para os problemas nacionais em termos brasileiros, tenta dissipar a prevenção contra o japonês fazendo a seguinte afirmação:

[...] não estudemos mais o japonês nos Estados Unidos da América do Norte, queremos aplicar, aqui, as conclusões [...] comparamos de que, nem todos os métodos usados pelos americanos do norte ou pelos europeus, nos estudos de suas questões e de seus problemas, têm justa aplicação no Brasil.

Na visão de Niemeyer, os japoneses, em São Paulo, não trouxeram nenhum tipo de perturbação como classe trabalhadora, com sua concorrência barata, ao contrário do que costumavam alegar os invocadores de “exemplos” norte-americanos.<sup>107</sup> Para ele, as principais vantagens que a imigração japonesa traria para o Brasil seriam a intensificação das relações comerciais com o “poderoso império asiático” e a solução para o problema de falta de mão-de-obra. Quanto à questão da formação da identidade nacional brasileira, Niemeyer afirma que o Brasil precisa encarar a sua realidade e não pode “[...] acariciar a ideia de ser futuramente um país de gente loura[...]” (Ibid., p. 20), e que só quem ainda vive “[...] às voltas com o **gobineano e Lapouge** é que pode acariciar tais sonhos (de ter um só tipo no Brasil)[...]” (Ibid., p. 31-32, grifo nosso). Para Niemeyer, o caso americano é diferente do nosso, pois está mais do que provado, segundo o autor, que o “[...] japonês se identifica em nosso meio [...]” (Ibid., p. 32); outro fator de diferenciação entre o Brasil e os Estados Unidos na questão imigrantista é que “[...] o **preconceito de raça, entre nós, não existe**. O negro vai se diluindo através dos anos no lento, mas decisivo, caldeamento [...]” (Ibid., p. 21, grifo nosso) e que,

<sup>107</sup> Essa ideia de concorrência desleal e trabalhadores asiáticos abnegados já havia sido divulgada pelos franceses no final do século XIX no artigo da *Revue des deux mondes*. “L’Émigration Chinoise et les Relations Internationales”. 1889, p. 650-688.

portanto, com o japonês ocorrerá o mesmo, argumenta Niemeyer. O cruzamento de raças, se houver, irá formar “bons brasileiros”, de raça aprimorada. Essa opinião de Niemeyer lembra bem a visão positiva que boa parte dos antropólogos franceses, como Paul Broca e Royer, tinham do cruzamento de uma raça inferior com uma superior: a ideia de aperfeiçoamento da inferior.

No tocante à afirmação de inexistência de preconceito racial no Brasil, defendida por Niemeyer, na verdade, essa ideia já havia sido colocada por um influente médico francês, Louis Couty,<sup>108</sup> que esteve no Brasil no final do século XIX, como podemos observar abaixo:

No Brasil não só **o preconceito de raça não existe** e as uniões freqüentes entre cores têm formado uma população mestiça numerosa e importante, como estes negros alforriados, estes **mestiços, estão inteiramente misturados com a população branca**: eles têm com esta última relações íntimas e quotidianas e lutam pela sobrevivência nas mesmas condições. (1884 apud PETRUCCELLI, 1994, p. 136)<sup>109</sup>

Obviamente que Couty, ao contrário de Niemeyer, ao afirmar que “no Brasil o preconceito de raças não existe”, não estava fazendo alusão à nobreza de sentimentos do povo brasileiro, mas à completa falta de “higiene social” que levava a população branca a se misturar com elementos de outras raças.

Passemos, agora, para um outro defensor da entrada dos japoneses no Brasil, Nestor Ascoli que reúne em sua obra *A Imigração Japonesa para a Baixada do Estado do Rio de Janeiro* (1924) vários artigos de jornais, conferências e entrevistas de brasileiros que também eram a favor da utilização do braço nipônico. Ascoli, como boa parte dos brasileiros pró-nipônicos, tinha como foco o progresso econômico, assim o

<sup>108</sup> O professor de medicina Louis Couty se instalou no Brasil em 1878 para ocupar a cadeira no curso de Biologia Aplicada da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde ministrou as aulas e realizou pesquisas sobre a miscigenação no Brasil.

<sup>109</sup> Couty, Louis. *L'Esclavage au Brésil*. Paris: Librairie de Guillaumin et Cie., 1884.

autor fez questão de listar quadros com altos índices de produção agrícola dos imigrantes japoneses nas colônias de todo o Brasil, melhorias públicas realizadas pelos próprios colonos nas áreas rurais e grau de assimilação da cultura brasileira por parte dos japoneses. O interesse puramente econômico (custo-benefício) fica claro no trecho em que o autor elogia a energia dos nipônicos nos trabalhos rurais, “[...] de produção contínua, abundante e crescente por **exiguo preço [...]**” (ASCOLI, 1924, p. 20, grifo nosso). Ascoli insere também o depoimento do Ministro no Japão e na China, Gonçalves Pereira, que afirma que o Extremo Oriente seria “[...] um grande consumidor de café, bem como da maioria dos nossos productos” (Ibid., p. 65). Esse era outro argumento levantado pelos pró-nipônicos a favor da entrada dos imigrantes japoneses ao Brasil. Para eles, a corrente imigratória japonesa não só traria benefícios para a nossa produção, com custos baratos e grande produtividade, como também abriria o mercado japonês para o consumo de nossos produtos como café, açúcar e algodão.

Ascoli ainda afirma que sob um ponto de vista prático, a imigração asiática era a melhor opção custo-benefício para o Brasil, e que o medo de “uma possível degeneração da raça brasileira” por conta do cruzamento com os japoneses era completamente infundado.

Essas adaptações brasileiras das teorias raciais vindas de fora na verdade foram ocasionadas, como podemos notar, por uma questão muito séria que envolveu a nossa nação: o sentimento de inferioridade. As discussões na Europa em torno da questão racial taxaram de degeneradas as populações miscigenadas, como foi o caso do Brasil. Sabe-se que o desenvolvimento tecnológico conferiu poder e superioridade à “raça indo-europeia”, e a ideia de nacionalismo passou a ser ligada à homogeneidade da nação, não só física, mas moral, intelectual e espiritual, e que essas características eram geneticamente transmitidas. Como consequência, a diversidade humana foi classificada

e a ideia de que se uma nação ou “raça” era incapaz de defender ou usufruir da potencialidade de seus recursos naturais, então, não há nada mais legítimo do que o mais “apto e forte” o faça por ela. A partir dessa premissa, os países imperialistas do Ocidente partem para a conquista e dominação da África, Ásia e América Latina, rotulando-as de degeneradas, inferiores e fracas. Diante do contexto histórico acima descrito, podemos entender o sentimento de inferioridade que tomou conta da nação brasileira por longo período.

### 2.3.3. O surgimento de um novo nacionalismo no Brasil

O médico, sociólogo, psicólogo e historiador, Manoel Bomfim (1935, p. 331-332, grifo nosso) criticou o povo brasileiro justamente por essa fácil aceitação de conceitos e juízos dados de fora. Para ele, esse “vazio da inteligência” brasileira que absorve tudo que lhe é dito traz graves conseqüências como:

[...] o empenho com que appellam para a **immigração, o valor que lhe dão as estultices que repetem**, quanto á significação histórica do **clima brasileiro**, e, sobretudo, a empáfia bestial e antibrasileira com que **repetem os interesseiros falsos e ferozes conceitos, argüidos pela falsa sciencia, a serviço do colonialismo, contra os fracos escravizados de hontem, dominados e explorados hoje, em nome de uma pretensa superioridade de raças** [...] baba de cobiça do trabalho alheio, ou como a inveja da prosperidade estrangeira.

Para o autor, o Brasil precisava, em primeiro lugar, se livrar dessa mentalidade errônea e de seu complexo de inferioridade (incultidos pelas potências imperialistas) que, em conjunto com a ganância de certos fazendeiros interessados apenas no labor alheio, acabava pressionando o governo a aceitar o desembarque das “[...] **levas de resignados à miséria [...] refugos de chineses, hindus, japonezes**” (Ibid., p. 335, grifo nosso). Entretanto, Manoel Bomfim não consegue se livrar totalmente dos conceitos raciais de sua época ao defender a ideia de nacionalismo ligada à homogeneidade da nação. Segundo o autor, o governo brasileiro precisava de uma política imigrantista restritiva, pois se até os Estados Unidos, mais preparados para receberem os imigrantes, não conseguiram dar **homogeneidade nacional** e sentiram-se ameaçados por esses “imigrantes desprezíveis”, no Brasil a catástrofe seria muito maior.

Entretanto, a partir da década de 1920 um novo nacionalismo otimista passa a dominar o pensamento de nossa elite baseado no desejo de projetar uma imagem positiva e “civilizada” do Brasil lá fora, de mostrar-se “independente” das opiniões

européias; de definir a sua realidade e buscar suas próprias soluções em termos brasileiros. A expansão da economia aumentou a autoconfiança do brasileiro que começou a rejeitar a imitação e reprodução de valores e pensamentos franceses, ter uma visão mais otimista da nação e, principalmente, fazer uma releitura de nosso clima e de nossa raça.

A conferência intitulada “O Brasil e a Raça”, do professor Baptista Pereira (1928), proferida em 19 de junho de 1928, na Faculdade de Direito de São Paulo, é um exemplo elucidativo desse novo nacionalismo brasileiro.

Baptista criticou a falta de “espírito nacional” que faz o Brasil não crer em si próprio e não enfrentar as acusações de inferioridade que lhe fazem. O autor ataca os pensadores racistas franceses, ao mesmo tempo em que cita a França como modelo no que diz respeito à mobilização espiritual de uma nação, conforme a fala abaixo:

Sobrepassando às suas dissensões internas, a França pode improvisar as maravilhas da sua resistência, porque cada coração francez, bonapartista, orleanista, socialista, comunista ou radical, na hora das grandes reivindicações, se sentia ligado ao seu adversário de ontem por uma afinidade inacessível a velhos rancores (PEREIRA, 1928, p. 13).

Apesar da admiração do autor pelo modelo francês de nacionalismo, Baptista Pereira julga que, em termos raciais, a França tem cometido inúmeras injustiças e análises equivocadas. O primeiro da lista a ser atacado pelo autor foi Gobineau que propagou uma imagem negativa do Brasil e não poupou, igualmente, a “raça amarela” de suas críticas preconceituosas. É justamente nesse ponto que iremos analisar como Baptista Pereira se apropriou e adaptou o discurso francês sobre o Japão com o intuito de diminuir o nosso complexo de inferioridade.

Segundo o autor brasileiro, Gobineau desconhece a história do Japão, por essa razão faz afirmações absurdas sobre os “pequeninos guerreiros orientais”, tachando-os de degenerados, sem honra e com o coeficiente moral e intelectual muito abaixo da

Europa (Ibid., p. 21). Notem que a visão que Gobineau tem sobre os amarelos é exatamente a mesma que tem dos mestiços brasileiros, daí o fervor de Baptista Pereira em tentar acabar com a credibilidade de Gobineau, atacando suas teorias, visões-de-mundo e estereótipos sobre o Oriente. Dessa forma, ao desmoralizar o diplomata francês, indiretamente estaria enfraquecendo suas teorias raciais contra a miscigenação brasileira.

Um trecho muito interessante do texto de Baptista Pereira é com relação à condição feminina na França. Vale lembrar que os franceses criticaram ostensivamente o papel social da mulher japonesa e postularam a tese de que a condição feminina de uma nação estava atrelada ao seu grau de desenvolvimento e civilização. Reparem abaixo que Baptista apropria-se dessa premissa francesa e a utiliza contra a própria França. O autor começa com o seguinte pressuposto (que é exatamente o mesmo usado pelos franceses ao falarem das mulheres japonesas):

Durante séculos a cultura ocidental não teve outro escopo sinão a divinização feminina [...] Por **essa ascensão pôde-se medir a curva da civilização**. As nações que faziam da mulher a escrava estacionaram ou regrediram. Só as que aceitaram a sua soberania progrediram (Ibid., p. 62, grifo nosso).

A partir daí o autor argumenta que “[...] a Europa de hoje é um triste espectáculo de decadência. A intelligencia, a abnegação, o bom gosto, o senso artístico desapareceram. [...]” e o “Brasil precisa defender-se do contagio europeu, [...] da degradação moral das mulheres europeias (dancings, prostitutas)” (Ibid., p. 62). Portanto, por meio da própria ideia francesa sobre a condição feminina no Japão que Baptista articula seu ataque à Europa afirmando que “[...] enganavam-se os srs Buckle, Gobineau e Lapouge quando affirmavam a nossa inferioridade de intelligencia e character [...] a Europa é que está em muitos sentidos decadente (por conta da degradação moral das mulheres europeias). Nós progredimos” (Ibid., p. 62).

Baptista Pereira, na verdade, se aproveita de um período de vulnerabilidade da França que vivia o seu mais negro momento da história, o qual ficou conhecido como *fin de siècle*, quando a população francesa se viu entregue a uma filosofia pessimista de vida e, principalmente, sentiu-se ameaçada em perder o título de “a grande nação”, após ser derrotada na guerra franco-prussiana (1870-1871).

Com relação à questão de nossa miscigenação, Baptista concorda com os franceses de que os negros pertencem a uma classe inferior a dos brancos, porém, segundo ele, graças às qualidades eugênicas de primeira ordem **do português**, nos cruzamentos com outras raças, o elemento lusitano foi o que predominou, ou seja, foi o fator de fixação e finaliza afirmando que a raça de que o Brasil descende, portanto, não tem nada de inferior a outras e “[...] é ella uma raça superior; nem há nenhuma mais nobre.” (Ibid., p. 130). Baptista atribui à ascendência portuguesa a salvação da “raça brasileira”, pois foi ela que predominou e diluiu os elementos inferiores como do índio e do negro; e que isso só foi possível porque a “raça portuguesa” tem características superiores às demais nações de raças brancas. Logo, seguindo o raciocínio do autor, a “raça branca” proveniente de Portugal era uma das melhores, em termos de qualidade eugênica, devido à sua predominância no cruzamento com outras raças “inferiores”. Dessa forma, Baptista tenta contestar a tese de Gobineau sobre a infecundidade do mestiço e a desaparecimento da população brasileira em alguns anos; refuta também a visão de outros teóricos franceses que viam o Brasil como um país degenerado pela mestiçagem, com uma natureza incompatível à civilização, composto por um povo de coeficiente moral e intelectual baixo e, como uma “África Sul-Americana”.

Reparem que Baptista tenta explicar a realidade brasileira criando sua própria tese ou, ao menos, adaptando as teorias de fora às nossas conveniências. Por fim, o autor afirma que o Brasil tem tudo para ser uma grande nação, “menos a alma”, e

justamente por não acreditar nele mesmo, é que deixa o estrangeiro lhe impor a imagem que querem os de fora. Entretanto, segundo Pereira, o brasileiro não deve curvar a cabeça diante das acusações de mestiçagem, pois:

[...] mestiça, e das mais mestiças, **é toda a França** [...] **Lapouge** que profetizava a africanização do Brasil, pelo cruzamento, ignorava o processo deste no Brasil [...] em suma na raça brasileira, o factor de fixidez é o elemento branco [...] as nossas raízes ethnicas mergulham no solo lusitano. Somos especificamente latinos. [...] No Brasil, deuse o contrário. O elemento português predominou, absorvendo as outras raças. Dahi a nossa unidade ethnica que pequenas variantes não conseguem descaracterizar. (Ibid., p. 92-104, grifo nosso).

Notem o ataque frontal do autor à visão Darwinista Social de Lapouge. Baptista Pereira inverte a acusação de mestiçagem ao afirmar que o francês, ao contrário do português, não possui qualidades eugênicas de primeira ordem, por isso no cruzamento com outras raças, a “raça francesa” acaba se “contaminando” com as raças inferiores; ao passo que o brasileiro, que possui suas raízes étnicas no solo lusitano, consegue absorver as outras raças e fazer predominar a raça branca.

Baptista finaliza sua apresentação dizendo que não há raças puras superiores, só as mestiças. Porém, dentre as mestiças, o Brasil é a superior, e que coube a Portugal “o papel de salvador da raça branca” (Ibid., p. 108) devido às suas qualidades eugênicas.

O professor Baptista, como muitos brasileiros daquele tempo que procuravam explicações “científicas” que diminuíssem o nosso complexo de inferioridade, mirava o exemplo de sucesso econômico norte-americano que era também uma nação jovem e constituída de imigrantes. Boa parte dos intelectuais brasileiros, como Baptista Pereira, parecia acreditar realmente que o Brasil fazia parte do poderio dos Estados Unidos e discursava sobre a “americanização do mundo”, como se a América Latina também fizesse parte dos sucessos da América do Norte. Baptista Pereira demonstra seu orgulho e sua convicção de ser “cidadão americano” e não dar o direito aos europeus de desprezarem o Brasil por conta de sua miscigenação. Pereira, em suas colocações sobre

essa questão, rebate os ataques do Velho Continente e responde que, nos Estados Unidos, o europeu é considerado um tipo intermediário entre o negro e o asiático, e prossegue tentando desmoralizar o imperialismo europeu relatando que “[...] foi hontem que o mytho da superioridade branca se dissipou como os muros de uma fortaleza de preconceitos aos clarões dos canhões nipponicos, em Tsushima” (Ibid., p. 79).

A intenção do professor brasileiro foi de recuperar a auto-estima da nação brasileira, mas para isso precisou, novamente, recorrer aos exemplos de fora, destacando o sucesso econômico dos Estados Unidos e o militar do Japão. Ambos eram os grandes concorrentes da hegemonia europeia. Baptista, obviamente, sabia que o Brasil ainda estava longe de caminhar sobre suas próprias pernas e que sozinho não teria condições de responder à altura ao domínio e desprezo europeu; dessa forma estruturou seus argumentos colocando o Brasil como proveniente de uma raça superior, a lusitana, (acreditando assim que estaria resolvendo a questão da miscigenação); e como nação nobre de espírito que **não prega teorias racistas** e imperialistas contra os amarelos ou negros.

Por conseguinte, na nova visão ufanista da elite brasileira, a nossa nação era um “gigante” com todas as qualidades necessárias para se tornar uma potência, pois dispunha de recursos naturais e de uma população mestiça de “qualidade”. O clima e a mestiçagem não eram mais os grandes vilões de nosso atraso econômico e social, o problema estava agora na falta de espírito nacional do povo.

Mas foram dois acontecimentos que de fato marcaram os debates raciais no Brasil e suas implicações com a questão imigratória. O primeiro foi o pronunciamento de Miguel Couto (1929, p. 7) feito no dia 30 de junho de 1928, durante as comemorações do 99º aniversário da Academia Nacional, quando declarou que:

Salta aos olhos a importância do problema immigratório, capaz só elle de frustrar por contaminação todas as conquistas obtidas pelo esforço e a sciencia em prol da raça que habitará o nosso sólo; e os brasileiros que cultivam estas cousas de alta biologia, não podem fugir com sua lição no aneio senão na esperança de fazer a pátria mais forte, mais útil e mais bella.

O segundo foi a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em julho de 1929. Miguel Couto, na qualidade de fundador do evento, recebeu as honras e as palavras de admiração dos participantes. Seguindo os moldes da Conferência Internacional de Eugenia, o Congresso Brasileiro teve a intenção de discutir os problemas eugênicos de controle social de imigrantes, a qualidade racial das futuras gerações do povo brasileiro, entre outros temas, como veremos no capítulo seguinte.

### 2.3.4. O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia

Durante o Congresso, um dos participantes, o Dr. Oscar Fontanelle inicia um debate destacando a orientação que os Estados Unidos têm dado ao perigo da imigração japonesa e negra na questão eugênica. O congressista Fernando Magalhães rebate tal posição afirmando que:

Eugenia não exclue humanidades. As restrições impostas às correntes imigrantes importam numa injustiça e num suicídio. Demais, os pigmentos não excluem qualidades. Há uma injustiça porque todo nosso passado se funda no mestiço e há suicídio, porque todos somos mestiços e assim nos excluimos (Ibid., p. 20-21).

Por sua vez, Xavier de Oliveira discorda de Fernando Magalhães quanto à questão da miscigenação, e mostra-se incisivo em sua posição contra a entrada de “tipos inferiores no país”. Xavier de Oliveira apresenta um raciocínio curioso sobre o mestiço brasileiro. Segundo ele, no cruzamento do nordestino brasileiro com o imigrante alemão teve-se como resultado crianças muito bem constituídas, o que prova o predomínio da raça “superior”. A partir dessa premissa, Xavier de Oliveira propõe que o governo brasileiro encaminhe os imigrantes europeus para o Nordeste do Brasil a fim de promover um aprimoramento dos tipos inferiores brasileiros; e, ao mesmo tempo, restrinja a ida de asiáticos para aquela região (Ibid., p. 22). A proposta de Xavier de Oliveira recebe apoio de Geraldo de Andrade (representante de um estado do Nordeste) que também concorda com a restrição da entrada de elementos que prejudiquem racialmente o nordestino (Ibid., p. 23).

Já Mello Leitão, outro congressista presente, contesta a proibição e restrição de imigrantes japoneses. Para ele, o Brasil estaria impedindo a entrada de uma fonte de progresso, devido às qualidades dos japoneses que eram considerados bons trabalhadores, e que o mais importante, portanto, seria realizar uma seleção individual.

Em meio a toda essa discussão, a palestra do Dr Azevedo Amaral intitulada: “O Problema Eugênico da Imigração” parece ter sido a de maior repercussão e elogios durante o Congresso. Para Azevedo Amaral, o problema do Brasil não é a de seleção de grupos étnicos, mas a formação de uma raça nacional, ou seja, “[...] a criação de um *typo ethnico novo* por meio da seleção *systemática* dos elementos de elite encontrados na própria população nacional e dos que forem importados de outras terras” (Ibid., p. 329-330). Por essa razão, Azevedo Amaral acentuou o papel que a imigração pode exercer como fator **eugênico ou disgênico** nesse processo. Numa visão bastante determinista, Azevedo Amaral afirma ser o meio físico, moral ou econômico algo que pode modificar o indivíduo, porém não altera “os atributos hereditários”, conseqüentemente, a cada nova geração seria necessário repetir o trabalho educativo de melhoramento da raça. Portanto, a solução, na opinião de Azevedo Amaral, seria focar-se na escolha dos elementos alienígenas que contribuíssem para elevar o nível dos caracteres superiores da raça e, ao mesmo tempo, proibir a entrada de indivíduos cuja influência disgênica seja reconhecida (Ibid., p. 333). Azevedo Amaral sugere também que a seleção dos imigrantes tenha como critério os atributos intelectuais, ao invés de robustez física, pois sem capacidade mental, argumenta o autor, o imigrante não terá condições de assimilar e desenvolver aspectos culturais, os quais são fundamentais no desenvolvimento e progresso material de uma nação (Ibid., p. 333). Partidário da seleção individual, pois, segundo ele, mesmo em povos superiores podem-se encontrar tipos sem valor, fala ainda da necessidade de se excluir os imigrantes criminosos e os que tiverem tendências “[...] anti-sociais de caracter político” (Ibid., p. 17).

Azevedo Amaral, ao colocar os atributos intelectuais como critério básico na seleção de imigrantes, indiretamente mostra sua resistência à entrada dos asiáticos, por eles serem tradicionalmente considerados pelo Ocidente como inassimiláveis, de baixa

intelectualidade, com tendências socialistas e com características psicológicas diferentes dos ocidentais.

Vale mencionar que o viajante francês Ludovic Naudeau (1909 op.cit) publicou, em 1905, um artigo que apontava justamente a pouca profundidade intelectual do japonês e sua relação com a capacidade de assimilação. Para o autor, isso se deve ao fato de os japoneses possuírem características psicológicas raciais moralmente diferentes dos ocidentais. Segundo o autor francês, o japonês é uma raça presa ao atavismo e que está aberta apenas aos produtos materiais da Europa, mas fechada espiritualmente. Essa colocação de Naudeau, segundo a qual o povo japonês, por conta de sua suposta baixa capacidade intelectual, não teria condições de assimilar a cultura ocidental e muito menos de promover o desenvolvimento espiritual e moral, era unânime entre os viajantes franceses do século XIX e começo do século XX.

Quanto à preocupação de Amaral em excluir os imigrantes de tendências socialistas, pode-se dizer que os japoneses já eram vistos no começo do século XX como perigosos nesse campo. Félix Martin (1898 op.cit) em seu artigo intitulado *Le danger socialiste* (1897) dizia que os industriais franceses temiam o perigo amarelo e vermelho por conta da discrepância entre os salários dos operários japoneses e os dos franceses, as constantes greves no Japão e o aumento do preço do arroz (base da alimentação japonesa). O autor ainda afirma que, além desses fatores externos, o povo japonês, em sua alma, era fanático, abnegado, anárquico e desequilibrado; ou seja, possuidor de “germes de fraqueza”, portanto uma vítima potencial do socialismo. Félix Martin alerta o Ocidente argumentando que o perigo da ameaça vermelha já estava atingindo países livres e democráticos como os Estados Unidos, onde os imigrantes japoneses fundaram uma base de operação em São Francisco chamada: “Partido socialista japonês da América”.

Diante do exposto, não nos espantam os receios dos políticos brasileiros quanto à entrada de imigrantes japoneses no Brasil, pois, tradicionalmente, nossos intelectuais sempre se mantiveram conectados com o pensamento francês que já propagava tal imagem negativa dos japoneses desde o final do século XIX.

O antropólogo Roquette-Pinto (1933), que participou do congresso na qualidade de Presidente, deu parecer favorável às opiniões dos colegas no tocante ao perigo da imigração “promíscua” sob o ângulo racial e de defesa nacional. Para Roquette-Pinto, se o Brasil não tiver uma boa lei de imigração, pautada em preceitos antropológicos e eugênicos, o futuro insólito de nossa nação não será de responsabilidade do Congresso de Eugenia. Como se pode depreender, os debates pró e contra os imigrantes japoneses durante as sessões no Congresso de Eugenia deixam claro que os congressistas a favor visavam os benefícios econômicos, enquanto que os contrários mostravam-se preocupados com a formação da identidade nacional brasileira.

Ainda segundo Roquette-Pinto, em sua obra *Ensaio de antropologia brasileira*, publicada em 1933, (Ibid., p. 38, grifo nosso) ele explica que “[...] **com base nos estudos antropológicos realizados pelo Instituto Internacional de Paris [...]**”, a problemática imigratória no Brasil enfrentaria dois problemas na importação de braços estrangeiros, mesmo de qualidade eugênica superior: a aclimação da raça branca nos climas quentes e a constituição de tipos étnicos diferenciados pela mestiçagem. Portanto, segundo Roquette-Pinto, a solução estaria no melhor aproveitamento do braço nacional.

Se o sul precisa de “braços” e o norte tem “braços” sem trabalho, só nos cabe procurar o meio de adaptar a um o que o outro lhe oferece. Gasta-se, anualmente, uma soma respeitável, para importar dos países de emigração os taes “braços” que faltam (Ibid., p. 20).

Outra sugestão do autor foi a criação de institutos ou escolas agrícolas para preparar e organizar as colônias e os trabalhadores nacionais, pois, segundo ele, bem

administradas, as fazendas seriam autosustentáveis, sem pesar no orçamento da União ou dos Estados. Na visão desse antopólogo, os problemas da terra estariam quase todos solucionados no Brasil, restariam agora os problemas da gente, raça e educação.

Essa sugestão de aproveitamento do braço nacional e construção de escolas agrícolas era uma ideia que aparecia com freqüência nos artigos franceses do século XIX. No contexto japonês, tivemos a visão de Georges Appert que fez uma análise da colonização Yezo (Norte do Japão) e criticou a falta de organização nacional e de incentivo do governo japonês em estruturar e fortalecer as escolas agrícolas preparatórias. O problema japonês era, exatamente, o oposto do caso brasileiro: falta de terras e excesso de trabalhadores, entretanto a solução apontada tanto por Roquette-Pinto quanto por Appert foi a mesma: criação de centros preparatórios e maior investimento político para adaptar os trabalhadores vindos de outras regiões. Outros dois franceses, André Bellessort e Georges Bousquet, também discutiram, no final do século XIX, a questão da colonização do Norte do Japão e a discriminação da população do Sul do Japão com relação à do Norte, em especial, os *ainus* (aborígenes que habitam a região norte do Japão), fato semelhante descrito por Roquette-Pinto sobre os nordestinos brasileiros rejeitados pelos meridionais. O que nos chama a atenção nos discursos sobre a colonização e emigração de Roquette-Pinto e dos franceses é a coincidência das problemáticas levantadas: problemas de adaptação dos emigrantes de outras regiões e discriminação; e as soluções apontadas por eles: maior incentivo político na questão da organização nacional e criação de escolas agrícolas preparatórias.

Entretanto, o que realmente confirma a presença francesa nos discursos roquetianos sobre o Japão é o capítulo em que o autor comenta sobre os estudos antropológicos realizados nas universidades japonesas. Apesar de fazer elogios aos

antropólogos nipônicos, o autor (Ibid., p.174) comenta que “as primeiras observações a respeito dos caracteres raciais dos nipões são devidas ao francês Leon de Rosny.”

Em suma, Roquette-Pinto se opunha à entrada de imigrantes, tanto europeus quanto asiáticos e negros, no Brasil por acreditar que havia uma má utilização do braço nacional, além dos problemas de aclimação da raça branca ao nosso meio. Portanto, para ele, a solução era educar os nacionais. Entretanto, no caso da imigração japonesa, o autor (Ibid., p. 180, grifo nosso) faz questão de esclarecer sua posição:

Quero repetir, para terminar, o que disse a respeito há muito tempo: pode haver motivos que desaconselham a livre recepção de japonezes sadios e educados neste paiz. Serão motivos de **ordem social, política, religiosa, estética...ou esotérica**. Razões eugênicas e anthropologicas...não.

Roquette-Pinto repete a opinião do eugenista francês Fouillée que afirmou que a “raça” europeia difere de outras “raças”, não por questões hereditárias, mas por conta das diferenças moral, religiosa e filosófica.

Outro receio dos eugenistas brasileiros foi com relação ao chamado “perigo amarelo”, ou seja, a ameaça do Brasil ser dominado pelo imperialismo japonês. Em 1927 e 1928, o governo japonês já havia feito várias tentativas de aquisição de terras no Paraná e no norte do Brasil para formação de colônias japonesas. O medo de grandes agrupamentos de japoneses em nosso país fez com que o próprio Presidente da República, Washington Luiz, adotasse medidas de reserva e cautela (LEÃO NETO, 1990). Em suma, foi no interior dessas discussões ocorridas especialmente no Congresso Brasileiro de Eugenia que podemos entender a campanha antinipônica que tomou força na Assembleia Nacional Constituinte entre 1933 e 1934. No momento em que a entrada de imigrantes japoneses alcançava o seu auge no Brasil, os debates políticos, defendendo a restrição da entrada de asiáticos, se acirravam e dividiam a opinião pública brasileira.

### 2.3.5. Os debates na Assembleia Nacional Constituinte

Fazendo uma rápida sinopse do contexto histórico internacional na década de 1930 podemos compreender quais foram os fatores agravantes que causaram essa resistência à entrada de imigrantes japoneses no Brasil.

Segundo Valdemar Carneiro Leão (Ibid., p. 51), a Revolução de 1930 teve reflexos na questão imigratória por ter acabado com os poderes regionais. Sem supremacia política, os grandes Estados, voltados à economia cafeeira, perderam autonomia e, conseqüentemente, foram obrigados a aceitarem novas determinações como o Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930, que alterou as condições de entrada de imigrantes no intuito de solucionar a crise de desemprego urbano e conter a entrada desordenada de estrangeiros.

No Japão, por outro lado, a alternativa para a crise era a expansão territorial e o incentivo à emigração<sup>110</sup>. Além do crescimento populacional, o governo japonês enfrentava problemas no comércio internacional de seus produtos manufaturados, o que resultou em medidas drásticas como contenção de custos da produção e desvalorização do iene. O desemprego em massa promoveu o surgimento de facções ultranacionalistas que exigiram a restauração de valores tradicionais, o combate ao Capitalismo e o fortalecimento da figura do Imperador (Ibid., p. 51).

As posturas radicais do governo brasileiro (querendo conter a entrada de estrangeiros) e do governo japonês (incentivando a saída de seu excedente populacional e iniciando uma campanha expansionista na Ásia) entram em choque de interesses e confirmam a apreensão sentida já desde o começo do século XX pelos resistentes

---

<sup>110</sup> Esse plano do governo japonês para solucionar seu problema de superpopulação era visto com receio pelas potências ocidentais que temiam as invasões e a imigração desordenada de populações pobres e famintas.

brasileiros sobre o “perigo amarelo” e “perigo vermelho”. Os planos militares dos japoneses tomam destaque internacional, aumentando ainda mais as discussões a respeito da ameaça amarela.

Foi nessa atmosfera de medo e ameaças, que a campanha antinipônica se iniciou na Assembleia Nacional Constituinte na década de 1930. Na linha de frente estavam os constituintes e professores de medicina Miguel Couto (deputado federal do Rio de Janeiro) e Xavier Oliveira (deputado federal do Ceará); em contrapartida, o constituinte e advogado da Sociedade Colonizadora do Brasil Limitada Morais de Andrade, tido como um dos defensores da entrada de imigrantes japoneses.

Uma novidade na área política no Brasil foi a presença, cada vez maior, de profissionais da área médica. Segundo Micael Herschmann (1996), muitos desses intelectuais cientistas acreditavam que eram os únicos capazes de “salvar” o Brasil, por possuírem conhecimento científico e intelectual, apontando “condutas sadias” e “caminhos regenerativos” para o progresso da nação. Essa presença de médicos em atividades políticas também foi uma tendência francesa copiada no Brasil. Durante o período da Terceira República (1870-1914), a França presenciou o aumento de médicos que se tornaram legisladores, como explica Jack D. Ellis (1990) em sua obra *The Physician-Legislators of France: Medicine and Politics in the Early Third Republic, 1870-1914*. O prestígio desses médicos-políticos podia ser constatado de diversas maneiras, segundo o autor. Num nível local, os médicos-legisladores começaram a suplantar o *status* e a influência dos padres; já a nível nacional passaram a ocupar cada vez mais um maior número de cadeiras no Parlamento. No papel de higienistas sociais, estes médicos frisaram que somente a medicina preventiva era capaz de melhorar a qualidade de vida da população. Todos os membros fundadores da Sociedade Eugênica Francesa eram médicos e professores da Faculdade de Medicina; boa parte deles entrou

para a vida política, posteriormente, com o propósito de efetuar reformas sociais na área da saúde pública. Mirando o exemplo francês de médicos bem-sucedidos e respeitados na área política, muitos médicos brasileiros também decidem seguir uma carreira similar durante a primeira metade do século XX. Miguel Couto, Xavier de Oliveira, entre outros foram professores da Faculdade de Medicina que se embrenharam como médico-legisladores na Assembleia Nacional Constituinte na década de 1930.

Miguel de Oliveira Couto (1865-1934) talvez seja o maior exemplo de médico-político ou médico-legislador (formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, instituição de tradição clínica e influência francesa) (HERSCHMANN, 1996) que teve grande atuação na área política debatendo os problemas nacionais que ele considerava urgentes: educação, saúde e defesa nacional contra o imperialismo japonês. Entre 1924 e 1925, o autor (1942, p.8) publicou uma série de artigos, posteriormente reunidos em um livro intitulado *Seleção Social*, alertando a população brasileira quanto à “terrível intenção” do império japonês de criar, para os seus súditos, uma nova nação, o *Shin Nihon* – ou Novo Japão - na América do Sul, daí sua preocupação com a entrada de imigrantes japoneses, os quais ele chamava de “gente imperialista e belicosa.”

Miguel Couto (Ibid., p 84, grifo nosso) reafirmava a importância da seleção rigorosa dos elementos imigratórios como meio de defesa de nossa raça, e entendia que saúde e força física do imigrante não bastavam para nos convencer sobre seus caracteres eugênicos, sendo necessária a apreciação de suas “[...] qualidades **mentais e morais** [...]” e, portanto, do seu valor como elemento racial. Em outra obra *Nações que Emergem e Nações que Imergem* (1925), alertava para a possibilidade de o Brasil imergir sob influência asiática, e acreditava que esse era um problema puramente biológico, de eugenesse e de higiene social. A partir desse pressuposto, o autor defendia

a importância dos cientistas na questão imigratória, os quais seriam os únicos capazes de realizarem a “seleção” dos imigrantes que entravam no Brasil.

Outro temor de Miguel Couto (1942, p. 13) era que a entrada de imigrantes japoneses transformasse o Brasil em um “cadinho da fusão das raças.” Na verdade, essa imagem da nossa nação ocupada por elementos de várias “raças” já havia sido “profetizada” pelo naturalista francês Geoffroy de Saint Hilaire, na primeira metade do século XIX durante sua viagem pelo Brasil. Segundo Hilaire, nosso país estava destinado a ser o encontro de todos os povos, graças à imensidão e à riqueza dos recursos naturais de nossa terra que acabava atraindo essas pessoas (MOREIRA, 1935).

Como boa parte dos intelectuais brasileiros da época, Miguel Couto (1942) apóia-se na visão que vem de fora sobre o nosso país para reforçar o teor de credibilidade de seus argumentos. A obra *Américains et Japonais, l'émigration japonaise aux Hawaï, en Californie, au Canada et dans l'Amérique du Sud, le conflit économique, social et politique, les États-Unis, le Japon et les puissances* (1908), apresentada dentro do livro, *Seleção Social*, revela bem essa tendência brasileira. A obra, de autoria do francês Louis Aubert, discute e analisa os problemas imigratórios dos Estados Unidos, Canadá e América do Sul. Logo, o autor brasileiro, ao mencionar os preceitos de Louis Aubert, dava ao seu discurso uma espécie de “garantia de qualidade francesa”. Miguel Couto faz questão de citar, na íntegra, um trecho da opinião de Aubert sobre a fragilidade do governo sul-americano com relação à sua política imigratória:

La débilite de ces gouvernements sud-américains, la mollesse de ces populations hybrides, les journaux japonais les ont déjà signalées comme des garanties de réussite pour le mouvement d'émigration et de colonisation qu'ils prônent. Que pourra bien faire un de ces États contre une mise en demeure du Japon, à la suite de mesures ou de mouvements antijaponais analogues à ceux de S. Francisco ou de Vancouver? Ce que le Japon n'a pas toléré d'un pays de 85 millions d'habitants, il le tolérera encore moins du Péru ou du Chili (Ibid., p.16).

Para Couto, o problema não estava na qualidade da mão-de-obra do japonês (honesto, trabalhador e barato), mas no caráter do nipônico: ambicioso, guerreiro, místico, soberbo, patriótico e obediente ao seu Imperador. Miguel Couto faz menção ao trabalho de outro estrangeiro, Maurice Muret, e seu livro *Le crépuscule des nations blanches*, no qual o autor mostra toda sua prudência quando o assunto é o imigrante japonês, e aconselha os povos ocidentais a manterem vigilância no combate aos asiáticos. Miguel Couto lamenta que, no caso do Brasil, a escolha tenha sido a da resignação.

Descontente e preocupado com os rumos da política imigratória brasileira, Miguel Couto, juntamente, com outros políticos, Antonio Xavier de Oliveira, Arthur Neiva, Monteiro de Barros Filho, Antonio Carlos Pacheco e Silva e Edgard Teixeira Leite, toma a frente da campanha antinipônica que teve como palco a Assembleia Nacional Constituinte na década de 1930.

Em 30 de novembro de 1933, Miguel Couto apresenta um projeto de emenda proibindo a imigração africana e restringindo a asiática em 5% anualmente no território nacional (LEÃO NETO, op.cit., p.84). Algumas semanas mais tarde, em 22 de dezembro do mesmo ano, outro constituinte, o Deputado Federal do Ceará e também médico, Xavier de Oliveira (1942, p. 25) apresenta outro projeto de emenda aprovada por Miguel Couto, Arthur Neiva, Teixeira Leite, Monteiro de Barros e Pacheco e Silva, no qual exigia a redução para 2% o limite de entrada de imigrantes japoneses ao Brasil e vedava a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território nacional.

Essas medidas restritivas, na verdade, faziam parte de uma onda mundial contra a entrada livre de imigrantes trabalhadores e refugiados. Em 1931 a França, por exemplo, contava com 2 milhões de imigrantes (FAUSTO, 2006, p. 107), o que levou o

governo francês a tomar providências severas para conter o aumento demográfico de estrangeiros no país. Após a grande Depressão, a Europa passa a ressaltar a problemática imigratória relacionando-a com a lei de Malthus<sup>111</sup>, acreditava-se que não haveria alimentos suficientes para todos. O Japão era o país com problemas demográficos mais sérios. Eram comuns expressões como “formigueiro asiático” referindo-se às superpopulações do Extremo Oriente. Por conta disso, o governo japonês iniciou um programa militar de expansão territorial no Pacífico o que aumentou o medo que europeus e norte-americanos sentiam de uma invasão amarela no Ocidente, fato que atingiu em cheio o Brasil, um dos maiores receptores mundiais de imigrantes japoneses.

Não por acaso os constituintes Xavier de Oliveira (1942, p. VII) e Miguel Couto visaram três objetivos na campanha nacionalista, os quais, segundo eles, eram:

[...] revisão de nossas criminosas concessões territoriais; a orientação branca, cristã e nacionalista de nossa imigração, visando imprimir esses três sentidos – racial, religioso e social – à constituição biopsicológica do nosso povo, ora, ainda, em evolução inicial; a dissolução dos quistos raciais nipônicos e germânicos, de há muito, militarmente, organizados entre nós, contra o Brasil e contra a América.

Com claras intenções de causar alarde sobre a ameaça de niponização do Brasil, esses constituintes falam sobre o plano de conquista territorial de forças militares japonesas e germânicas que estavam se organizando dentro de nossa pátria, e que estavam estrategicamente distribuídas em inúmeros quistos raciais. Para eles, os imigrantes japoneses eram na verdade uma espécie de espões, súditos do Imperador nipônico, disfarçados de colonos em nossas terras com seus sorrisos amáveis, e que

---

<sup>111</sup> A Lei de Malthus ou Malthusianismo, criada no final do século XVIII pelo pastor anglicano Thomas Malthus, defendia a ideia de que a existência de miséria no mundo se devia ao descompasso entre a capacidade de produção de alimentos, que se dava numa progressão aritmética, em relação ao crescimento populacional que se dava numa progressão geométrica.

almejavam expandir o imperialismo japonês para a América. Xavier de Oliveira (Ibid., p. 128) relata que:

Vai para trinta anos, em 1907, o então chefe do governo de Tóquio considerava o território do Chile um asilo maravilhoso para o excesso de população nipônica, que, já então, angustiava o território japonês. E acrescentava traduzindo aí seu verdadeiro pensamento que, também, a extensa Costa chilena era um pouso magnífico para a esquadra nipônica!

E finaliza com uma frase que demonstrava claramente o medo do autor de ter a nação brasileira dominada pelo imperialismo nipônico: “[...] a Câmara não permitirá, jamais, que o Brasil possa vir a ser, de futuro, a Mandchuria da América.” (Ibid, p. 130).

Miguel Couto (1942, p. 49, grifo nosso) também acreditava que o Brasil, em pouco tempo, seria uma possessão japonesa se não se acautelasse, mas fazia questão de esclarecer que essa preocupação com a defesa nacional nada tinha a ver com preconceito racial, como podemos observar em seu discurso de 16 de fevereiro de 1934:

**Não tenho preconceitos** – repito – **contra o estrangeiro, como não os tenho aos homens de cor.** Ora conhecida a fertilidade da raça negra, muito maior que a da branca, imaginem os senhores constituintes como está misturado o nosso sangue com o dessa raça. Por isso mesmo, podemos dizer que, se **já prestamos um tão grande serviço à humanidade na mestiçagem do preto, é o bastante.** Não nos peçam outras, tanto mais quanto ainda não completamos a primeira. A do amarelo, a outrem deve competir.

Numa declaração, no mínimo, paradoxal, Miguel Couto se diz isento de preconceitos raciais, contudo, apresenta-se totalmente contra a mistura de “raças”. Essa posição fica evidente em seu discurso do dia 25 de maio de 1934, quando Miguel Couto (Ibid., p. 81) salienta o dever do governo brasileiro em conservar a nossa “raça”, pois é o “[...] amor à sua raça que irá determinar a grandeza ou decadência das nações”.

Para este constituinte, o Brasil corria o risco de ser eliminado pelos japoneses, e precisávamos nos conscientizar das estratégias desse povo que, apesar de sua aparência frágil, havia derrubado o gigante russo, como ocorreu na guerra russo-japonesa.

Na batalha de Mukden, os russos passaram por uma zona palustre e foram dizimados pela malária, ao atravessarem a mesma zona, **conforme li num boletim da Academia de Medicina de Paris**, os japoneses ficaram incólumes, porque vinham munidos de suas luvas, das suas máscaras, tomando a sua dose de quinina profilática (Ibid., p. 52, grifo nosso).

Ou seja, o povo japonês, na opinião de Couto, sabia como vencer uma guerra, mesmo aparentando fraqueza física em comparação ao ocidental.

Outro ponto bastante levantado pelos resistentes foi o discurso em defesa pelos trabalhadores nacionais. Na opinião de Miguel Couto (Ibid., p.79), o Brasil tinha o dever de defender e proteger os seus trabalhadores. Xavier de Oliveira (1942) complementa o pensamento de Couto alertando que o Brasil permanecia ainda na fase pré-econômica da imigração, enquanto que o mundo já havia alcançado a fase eugenética. É peculiar observar que tanto Miguel Couto, quanto Xavier de Oliveira alternavam os papéis de político e médico numa fusão curiosa que resultava em justificativas pautadas de comprovação “científica e clínica”. Como foi dito, anteriormente, esses profissionais da saúde acreditavam piamente que eles eram os únicos com competência para pensarem na formação da identidade nacional brasileira. Sob um ponto de vista clínico e antropológico, Xavier de Oliveira (Ibid., p. 59, grifo nosso) argumenta que os japoneses possuíam uma **“constituição psíquica diferente dos ocidentais”**, e que uma das qualidades intrínsecas mais notáveis era o **“misticismo religioso mesclado ao fanatismo patriótico”**, e que por essa razão, por essa psicologia distanciada, pelas crenças, costumes e moral, não haveria possibilidade de assimilação dos nipônicos em uma terra de cristãos.

Todas essas diferenças culturais, psicológicas e religiosas entre ocidentais e japoneses apontadas por Couto e Xavier já haviam sido apresentadas anteriormente pelos viajantes franceses no século XIX, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho. Mesmo estando visivelmente atrelados à política norte-americana, como no

caso de Xavier de Oliveira (1942, p. 177), que chega a afirmar que o Brasil só pode ter uma política internacional: a política americana, no sentido da verdadeira doutrina de Monroe, e que “[...] quanto mais perto do Japão, mais longe (o Brasil estaria) dos Estados Unidos”; os constituintes brasileiros não escondem as marcas da presença francesa em suas opiniões e visões de mundo.

Por outro lado, os constituintes pró-nipônicos também tomavam como base as teorias francesas para explicar o problema de enquistamento de imigrantes japoneses em território americano. Na sessão de janeiro de 1934, Morais de Andrade toma a palavra para discordar das posições de seus colegas frente à imigração japonesa no Brasil. Além de ocupar um cargo político, Morais de Andrade também era advogado da Sociedade Colonizadora do Brasil Limitada, proprietária das fazendas de Bastos, Aliança e Tietê, no interior do Estado de São Paulo, tendo, assim, um interesse econômico na questão. Morais cita artigos de personalidades respeitadas como a dos antropólogos Roquette-Pinto e Alfredo Ellis Júnior, no intuito de dar consistência aos seus argumentos, sobretudo no tocante ao cruzamento de raças, o enquistamento e a impossibilidade de assimilação dos japoneses. Assim, tomando o exemplo clássico norte-americano, Morais de Andrade munido de visão assimilacionista explica que nos Estados Unidos devido às diferenças de meio que em nada se assemelham ao do Brasil, o imigrante japonês foi forçado a se isolar e enquistar, pois os americanos não permitiram o cruzamento de raças. Morais de Andrade ainda comenta o que aconteceu com o negro e o índio nos Estados Unidos, insinuando que fora o preconceito racial existente naquele país que provocou a não assimilação dos imigrantes asiáticos e negros. Por conseguinte, Morais critica a política associacionista dos norte-americanos que segregavam os imigrantes asiáticos e negros do resto da população. Sua teoria pendia para o assimilacionismo, pois se acreditava que os grupos estrangeiros de raças inferiores ao

serem assimilados étnica e culturalmente por povos superiores, com o passar das gerações seriam aprimorados (LEÃO NETO, 1990).

Xavier de Oliveira, por sua vez, discorda da colocação do colega e tenta mostrar que o problema imigratório não estava só na questão da assimilação, mas nos tipos que existiam dentro dos grupos inferiores. Para ele, era essencial a obrigatoriedade de exame de sanidade física e mental para todos os estrangeiros e imigrantes, justificando que por conta de uma imigração desordenada, o Brasil continuava a receber africanos, asiáticos e **outros degenerados**, “inclusive psicopatas, de todas as partes do mundo,” (1942, p.23) e que, por isso, era preciso um controle maior em defesa da raça brasileira, ou jamais o Brasil seria uma grande nação. Xavier mostra-se seguidor do pensamento francês, já que exigia a obrigatoriedade dos exames de sanidade física e mental dos imigrantes e estrangeiros desde o começo do século XX.

Paralelamente, no entanto, outro professor de medicina, Bruno Lobo (1926), surge como um dos maiores defensores da entrada de imigrantes japoneses ao Brasil. Seu trabalho é considerado inovador nesse campo por ele ter apresentado a imagem dos japoneses, não só no Japão, como também nas colônias do Estado de São Paulo, como revela o próprio título de sua obra *Japonezes: No Japão, no Brasil*.

O professor Lobo (Ibid., p.7), baseando-se na obra *La vie sociale au Japon* (1923) de autoria de seu amigo, o médico japonês Mikinosuke Miyajima, fala, inicialmente, sobre as afinidades entre o interior do Japão e o interior do Brasil, e aponta a falsa imagem que circula sobre o Japão e seu povo num país como o Brasil que, segundo o autor, “[...] também é vítima no estrangeiro da falta de conhecimento da sua real condição [...]”. Segundo Lobo (Ibid., p. 6), apesar de o Japão ter conquistado glórias no conflito contra a Rússia em 1905, a nação permaneceu para o Ocidente como “[...] o país de Pierre Loti ou de Mme. Butterfly”, portanto seu objetivo era acabar com

essa fantasia sobre o Japão criada pela visão romântica dos escritores do passado, desmistificar estereótipos e conceitos cristalizados em nosso imaginário. Por conseguinte, podemos dizer que Bruno Lobo inaugura uma nova fase do discurso brasileiro sobre o Japão: a de contestação da imagem dos nipônicos divulgada por estrangeiros, sobretudo os franceses, e a análise dos imigrantes japoneses nas colônias em São Paulo. Em paralelo, o autor resgata os feitos de Fernão Mendes Pinto e Francisco Xavier no Extremo Oriente, dando brilho ao passado e às origens da nação brasileira, a fim de erguer a nossa auto-estima diante da arrogância das grandes potências ocidentais que, na visão de Bruno Lobo (Ibid., p. 9), costumavam manipular e distorcer a verdade:

É necessário sempre ter em mente, dada a competência e rivalidades internacionais, o inevitável choque de interesses, as paixões patrióticas de momento, que muitos países são apresentados, simulando-se descrição e apreciação franca e leal, com aspectos menos verdadeiros, visando o escritor, sobretudo, as intrigas internacionais.

Bruno Lobo começa seu trabalho refutando a imagem criada pelo Ocidente sobre o caráter japonês. Para isso, com um tom científico, apresenta as opiniões de especialistas como a do zoólogo Miranda Ribeiro, que dá explicações sobre os “caracteres morpho-biologicos dos japoneses”, no intuito de juntar dados “empíricos e científicos” para demonstrar a grande vantagem da imigração japonesa para o Brasil. De acordo com o autor (Ibid., p. 50), a imagem de “inassimiláveis” dos japoneses é uma invenção ocidental, tal qual a do “perigo amarelo”; para ele, não há fundamento para falar de imperialismo, pois os japoneses “[...] foram forçados a emigrar por necessidade física”, portanto não representam uma ameaça expansionista. Na verdade, trata-se de “[...] phantasias mais ou menos coloridas pelas belas frases dos literatos e romancistas”, argumenta Lobo (Ibid., p. 40). Quanto aos ataques de serem um povo fanático, orgulhoso e ultranacionalista, Lobo atesta que os japoneses são realmente

muito orgulhosos de si mesmo e do seu país “com razão”, por conta de todos os seus feitos conquistados em tão pouco tempo. Em contrapartida, o autor alega que são também saudáveis, felizes e com alto grau de escolaridade, e que o nosso governo só precisará orientar os imigrantes japoneses para que estes se transformem em cidadãos “brasileiros.”

Uma passagem muito interessante do texto de Bruno Lobo é com relação à mulher japonesa. Como vimos anteriormente, os brasileiros se apropriaram do discurso francês sobre a mulher japonesa e fizeram suas adaptações conforme suas conveniências. Bruno Lobo também se apropria do discurso francês sobre a condição feminina no Japão e o transforma em uma visão positiva do povo nipônico. A premissa usada pelo autor é exatamente a mesma dos franceses e brasileiros que criticaram o Japão sobre esse ponto. Para Lobo (Ibid., p. 59): “póde ser julgada a civilização de um povo pelo papel desempenhado na sociedade pela mulher, sobretudo avaliando-se e bem considerando sua força e seus direitos”. A mulher japonesa, segundo Bruno Lobo, é dedicada e tenaz, exercendo assim um papel importante dentro da sociedade nipônica; conseqüentemente, a nação japonesa, que dá destaque à figura feminina e respeita os direitos do sexo frágil, pode ser considerada “civilizada” e desenvolvida. Temos, novamente, um exemplo de apropriação e adaptação do discurso francês sobre o Japão aos propósitos e interesses dos brasileiros. Por conseguinte, constatamos que um mesmo discurso teve diversas interpretações sempre de acordo com as conveniências de cada um e do momento histórico do Brasil.

Quanto ao problema racial apontado pelos eugenistas, Bruno Lobo (Ibid., p. 107) argumenta afirmando que o “único empecilho para bons resultados (da imigração japonesa no Brasil) é o preconceito das raças.” Mas, segundo o autor, ao contrário dos Estados Unidos, no Brasil não existe o racismo, logo não teríamos problemas com os

imigrantes japoneses. Além disso, para esse médico brasileiro, tempo e meio serão os responsáveis de completar o trabalho de assimilação do elemento japonês.

O professor Bruno Lobo (Ibid., p. 152) fala também da origem amarela de nossos nativos e comenta que “[...] vendo os nossos índios e caboclos do Amazonas, os japonezes pensam que são seus patrícios.” Justamente por acreditar que o “meio” representa o fator preponderante na constituição dos diversos tipos raciais, o professor Lobo aponta a região do Norte do Brasil, em especial o Amazonas, como local propício e que mais convém para a aclimação dos japoneses. No tocante ao cruzamento de raças, o autor também vê vantagens como o “aprimoramento” da raça, ou seja, haverá sempre a predominância do elemento branco que irá “melhorar” a raça inferior, atribuindo mais vigor e beleza.

Já em sua segunda obra, *De japonês a brasileiro. (Adaptação e nacionalização do imigrante)* (1932), Bruno Lobo mostra o processo de adaptação e nacionalização do imigrante japonês no Brasil apresentando dados, estatísticas de alta produção agrícola das colônias japonesas no Estado de São Paulo, fotos de instalações de fazendas, escolas, igrejas e hospitais (provando que os imigrantes já estavam adaptados e nacionalizados), a importante atuação das companhias de emigração japonesa e a colaboração das colônias japonesas na introdução e aprimoramento de certas culturas no Brasil como: as árvores de charão, lótus, a plantação de chá, melão japonês, abóbora, bambu, pepino, batata-doce, entre outros produtos.

O autor faz questão de salientar que os imigrantes japoneses, sob o ponto de vista clínico, passam por rigorosos exames de saúde, rebatendo as críticas da época quanto à integridade física e mental dos estrangeiros que desembarcavam em nosso porto.

Bruno Lobo concorda com os antinipônicos que é preciso controlar e orientar os imigrantes para os locais incultos e é também a favor da imigração dos “bons elementos étnicos”, daí sua persistência em “orientar” os imigrantes japoneses a ficarem somente nas regiões rurais do Brasil (onde há escassez de mão-de-obra), evitando assim a concorrência com os trabalhadores nacionais nas áreas urbanas. Aludiu ao controvertido exemplo norte-americano, no qual muitos brasileiros se espelhavam, atestando que no Brasil a imigração é controlada e orientada; ao passo que nos Estados Unidos, não, por essa razão a imigração japonesa fracassou naquele país.

Em sua terceira obra, *Esquecendo os antepassados, combatendo os estrangeiros* (1935), Bruno Lobo atacou a falta de patriotismo de certos brasileiros que, por preconceito de raça, esquecem de suas origens ao hostilizarem os imigrantes. Além disso, assinalou sua oposição à atitude dos constituintes de 1933-34 que eram contra a entrada de imigrantes japoneses. Para Lobo, eles criariam uma situação de isolamento para o Brasil ao demonstrarem insensibilidade moral diante das dificuldades de outros países e preconceito racial. E lança um questionamento aos brasileiros: “[...] quem não tem sangue estrangeiro no mosaico da nossa nacionalidade?” (Ibid., p.16). Na verdade, a pergunta estava sendo lançada diretamente aos membros da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34 que afirmavam que a imigração japonesa não nos convinha. Sobre esse aspecto, Lobo lembrou que as despesas com os imigrantes japoneses eram feitas por eles, que, graças à ação das companhias de emigração e colonização japonesa, havia uma criteriosa seleção dos japoneses que entravam no país, e que os imigrantes japoneses “[...] são habitantes do campo e não vêm fazer concorrência aos sem trabalho das cidades.” (Ibid., p. 22) Mais a frente, o autor, em tom irônico, apresenta sua justificativa assinalando que:

Os imigrantes japoneses não nos convêm, na opinião dos inimigos desta corrente imigratória porque são escolhidos, preparados, transportados, recebidos, localizados, adaptados e nacionalizados. Não nos convêm porque podem fazer muito pelo nosso país. Não nos convêm porque não são catholicos ou porque ficam catholicos rapidamente (Ibid., p. 23-24)

Ainda fazendo alusões aos ataques dos constituintes que também acusaram os japoneses de não se fixarem e formarem “quistos”, Lobo (Ibid., p. 35) retruca dizendo que “[...] no Brasil, não havendo preconceitos de raças, não é possível o enkystamento de imigrantes.” e que aqui não é como nos Estados Unidos onde existem preconceitos e ódios raciais.

As ideias aparentemente liberais e de justiça contra o preconceito de raças de Bruno Lobo, na verdade, apresentam algumas condições e restrições. Em primeiro lugar, o pró-nipônico é a favor da entrada de imigrantes japoneses no Brasil, contanto que eles se dirijam e se fixem apenas na zona rural, portanto a imigração agrícola é a única conveniente. Em segundo, o professor brasileiro considera o japonês o “[...] tipo ideal para a colonização do immenso Valle do Amazonas” (Ibid., p. 29). É oportuno lembrar que o Norte do Brasil era um local inóspito, para onde os imigrantes europeus não queriam ir. Bruno Lobo se justifica afirmando que, sempre seguindo os princípios modernos que a ciência impõe, chegou à conclusão de que o Amazonas era o local ideal para aclimantar os japoneses devido a vários fatores: identificação racial dos japoneses com os índios da Amazônia, abundância de peixe (principal alimento dos japoneses), o arroz seria facilmente cultivável (outro importante alimento na dieta dos nipônicos) e, finalmente, a beleza da natureza (cabe lembrar que os viajantes franceses do século XIX não se cansaram de elogiar a beleza e os encantos das paisagens e da natureza do interior do Japão).

Sobre a adaptação e nacionalização dos imigrantes japoneses, Bruno Lobo (Ibid., p. 29) contesta a posição de Arthur Neiva que tacha os nipônicos de

inassimiláveis, sobretudo com relação à religião católica. Bruno Lobo enfatiza que os japoneses depois de certo tempo adotam a religião católica, e retruca em tom irônico a acusação de Neiva afirmando que: “estamos certos que em nossa casa e do prezado amigo Arthur Neiva, existem mais Buddhas do que em toda a colônia japonesa que habita o Brasil!”

Miguel Couto, que era contra a entrada de imigrantes japoneses no Brasil por repudiar o cruzamento de raças e por acreditar que os japoneses representavam uma ameaça à segurança nacional, também foi criticado por Bruno Lobo que atesta ser o argumento do constituinte muito fraco. Em sua justificativa, Lobo cita Sylvio Romero, Alberto Torres, Gilberto Freire e Roquette-Pinto que foram contra as teorias negativas sobre a nossa mestiçagem; e alerta para os perigos e prevenções raciais dos constituintes brasileiros num país como o Brasil, “à teoria Darwinista Social, à qual se refere indiretamente como “fantasias e mythos pseudo-scientíficos”, e tenta convencer a opinião pública de que os japoneses ao se cruzarem com os brasileiros “[...] se modificam sob o ponto de vista **morpho-biológico**” e se apresentam “[...] **um pouco mais desenvolvidos que seus ancestrais [...] com as características anthropologicas da raça amarella, em resumo mais suavizadas**”. (Ibid., p. 146, grifo nosso)

Prossegue seu raciocínio mostrando pesquisas que, em sua opinião, apresentam resultados favoráveis ao cruzamento de brasileiros e nipônicos (visão neo-lamarckiana):

Meninos e meninas, bem equilibrados sob o aspecto morpho-biologico, contudo, já deixam claro perceber a robustez que terão quando adultos, com elegância e agilidade accentuadas, a par da **indiscutível beleza physica**. (Ibid., p. 156, grifo nosso).

Portanto, para Lobo, além do clima e dos hábitos brasileiros, fatores genéticos também contribuem para o resultado favorável do cruzamento entre brasileiros e japoneses. Apesar dos ataques ao movimento racista dos constituintes, o professor

Bruno Lobo, no fundo, também nutria sentimentos de preconceito racial ao defender a ideia de que nos cruzamentos entre brasileiros e japoneses, as características antropológicas da raça amarela **eram suavizadas**, daí o resultado favorável de crianças bem-constituídas e muito mais bonitas. Em outras palavras, o que predomina nesses cruzamentos, segundo Lobo, são os elementos morfológicos do brasileiro que, com o passar das gerações, vão “diluindo” as características da raça amarela, ocorrendo assim um processo de “melhoramento” da raça.

### 2.3.6. As narrativas de viagem

Não podemos deixar de mencionar o papel das narrativas de viagem ao Japão produzidas por professores, diplomatas e jornalistas brasileiros que também contribuíram de forma significativa na construção da imagem dos japoneses no Brasil. A citação abaixo é uma amostra do pensamento nacional da época quanto à literatura de viagem:

Não há em todo mundo uma só criatura inteligente e culta que não deseje viajar. As viagens instruem, são o sol da alma, são para o espírito o que o exercício physico é para o corpo. Quem não pode viajar deve ler bons livros; ver atravez de outros olhos e outras almas todos os panoramas da terra. Quem já viajou também deve ler bons livros para comparar as suas impressões e observações com as dos grandes escriptores. (BAHIANA, 1937, s/p)

Essa era a chamada da Companhia Editora Nacional presente na orelha do livro *O Japão que eu vi*, de Henrique Paulo Bahiana. Como podemos notar, os livros de viagem e as próprias viagens representavam muito mais que turismo e diversão naquela época, eram indícios de que quem lia narrativas de viagem ou viajava pertencia a um seleto grupo de pessoas cultas, inteligentes e cosmopolitas. Nossos viajantes, ao narrarem outras culturas e “raças”, se preocuparam também em divulgar uma imagem civilizada do Brasil e dos brasileiros lá fora. Os escritores-viajantes brasileiros fizeram questão de mostrar seus bons modos, sua fluência em francês e seus trajes refinados que contrastavam, muitas vezes, com as bizarrices da cultura alheia. É frequente encontrarmos, nas produções de diplomatas brasileiros que viajaram para o Extremo Oriente, essa pose aristocrática, esse complexo de refinamento e esse gosto pela ostentação que eram, nas palavras de Gilberto Freire, as principais características psicológicas do brasileiro dessa época (LEITE, 2002).

No tocante aos temas, as narrativas de viagem ao Japão produzidas pelos brasileiros nesse segundo período, de uma maneira geral, repetem os estereótipos dos viajantes franceses do século XIX e começo do século XX: “comida intragável” dos japoneses, encantos das paisagens, majestoso monte Fuji, simpatia risonha dos nipônicos, limpeza, orgulho nacional, lindas *mussumês*, fanatismo religioso e falta de capacidade dos japoneses para pensamentos abstratos. No entanto, dois temas ganham destaque nessa segunda fase: a imigração japonesa para o Brasil e o perigo amarelo, os quais foram os divisores de opiniões entre os viajantes brasileiros pró e antinipônicos.

Na ala dos pró-nipônicos tivemos a opinião de um respeitado sociólogo, etnógrafo, historiador e psicólogo, Juliano Moreira que foi também um dos fundadores dos Arquivos Brasileiros de Psiquiatria; além de vice-presidente da Academia Nacional de Medicina; correspondente, no Brasil, da congênere francesa: *Société de Médecine; Société de Psychiatrie, da Société Clinique; Société Médico-Psychologique de Paris e Société de Pathologie Exotique* (PASSOS, 1975).

Juliano Moreira (1935) foi ao Japão no ano de 1928, e durante sua curta estada de quatro meses, colhe informações e faz observações sobre o modo de vida, o pensamento e a realidade japonesa. Seus apontamentos se transformaram no livro: *Impressões de uma Viagem ao Japão em 1928*, publicado postumamente em 1935.

Em sua obra, Juliano Moreira defende a imigração japonesa para o Brasil e diz ser ela conveniente ao nosso país, devido às “afinidades étnicas” entre o povo japonês e os índios do Amazonas; daí sua orientação em enviar os imigrantes para aquela região.

Não vejo inconveniente na localização dos japoneses no Valle do Amazonas [...] o essencial será o desbravamento daquelle valle e a sua competente integração no resto do Brasil [...] tornando dentro em pouco mais habitáveis aquellas regiões que actualmente tanto amedrontam operários e trabalhadores de toda espécie e de todas as origens (Ibid., p. 112).

Apesar de não dizer explicitamente, Juliano Moreira, ao sugerir que os imigrantes japoneses fossem para o Amazonas e realizassem um trabalho ingrato e desdenhado por todos, estava na verdade repetindo o discurso etnocentrista europeu, no qual as raças superiores, por serem dotadas de maior capacidade, devem subjugar as inferiores obrigando-as a aceitarem os trabalhos grosseiros (LEITE, 2002).

Outro motivo em defesa dos japoneses, na opinião do autor, era que, dentre os povos do Oriente, o Japão havia sido o que melhor havia se adaptado aos “progressos do Ocidente” (MOREIRA, op.cit., p. 111). Juliano Moreira produziu um texto etnográfico que era reflexo das convenções do pensamento dos países desenvolvidos daquela época, contudo o autor parece não se dar conta que estava repetindo o discurso colonialista que costumava inferiorizar tanto a nossa etnicidade, quanto os nossos costumes, considerado por eles como “bárbaros”. O mesmo ocorre quando o autor fala sobre o imperialismo japonês na Coreia. Juliano justifica a atuação do Japão que, em sua opinião, estava levando o progresso e a civilização “[...] aquele recanto da Ásia, cujo atraso era enorme” (Ibid., p 115). O Brasil condenava o conquistador europeu e norte-americano, entretanto, no julgamento de povos “atrasados” não conseguia sustentar sua posição e era obrigado a reproduzir o discurso dos países imperialistas.

Quanto ao cruzamento do japonês com o nacional, Juliano Moreira atesta conhecer vários casos de casamentos raciais entre nipônicos e brasileiros e que os “[...] productos destes casamentos são do ponto de vista occidental, incontestavelmente mais bellos que o commum do typo japonéz”, diz o autor (Ibid., p.112); e garante que não haverá problemas de assimilação, pois o japonês da segunda geração, sob o ponto de vista biológico e social, apresenta-se afastado do original. Há uma clara visão neo-Lamarckiana de Juliano Moreira que acredita no “aprimoramento” da raça amarela ao se

cruzar com um nacional. O Brasil, que sempre fora condenado pela sua mestiçagem, aplica sobre os amarelos as mesmas leis das quais foi vítima.

É importante colocar que, segundo o antropólogo brasileiro Arthur Ramos (1951), o Brasil sempre seguiu as tradições francesas no campo da antropologia. Por essa razão, não é de se estranhar que Juliano Moreira, entre outros estudiosos brasileiros, tenha seguido os estudos franceses nas discussões etnológicas sobre o japonês; tanto é que em suas colocações científicas e sociológicas dentro de sua obra sobre o Japão, esse psicólogo brasileiro mostra que se pautou em estudiosos franceses como o fisiologista, Claude Bernard; o naturalista, Geoffroy de Saint Hilaire e o viajante, Jacolliot e sua obra *Voyage au pays de la Liberté*.

Visão semelhante apresentava o diplomata brasileiro Henrique Paulo Bahiana (1937) em sua obra *O Japão que eu vi*, produzida na década de 1930. De acordo com o autor, o clima era de total cordialidade, ao menos, nos palcos oficiais, pois o Brasil admirava o rápido sucesso econômico e industrial japonês, a sua coesão patriótica, a organização dos seus serviços públicos, o alto índice de alfabetização, as suas *lindas musumês* cheias de mimo lembrando *bonecas de bazar*, a sua identidade nacional definida. Do outro lado, segundo Henrique Paulo Bahiana, o Japão fazia de tudo para agradar o Brasil, único país que não havia fechado as suas portas para a entrada de imigrantes japoneses. O autor relata as suas observações e experiências no Extremo Oriente de uma posição confortável de funcionário de alto escalão do governo brasileiro em convívio com o melhor da nata da sociedade nipônica.

Bahiana foi recepcionado por embaixadores, delegados, barões e prefeitos japoneses, hospedou-se nos melhores hotéis, participou de inúmeros banquetes, realizou viagens culturais em locais históricos e “pitorescos” e visitou importantes segmentos da indústria, comércio e educação do Japão. Toda essa recepção calorosa e em grande

estilo fazia parte da estratégia do governo japonês para transmitir uma imagem positiva de sua nação e de seu povo e convencer a nossa nação a manter as portas abertas aos seus emigrantes.

Na verdade, tanto japoneses quanto brasileiros tinham seus interesses nas questões migratórias. Por parte do Brasil a presença de imigrantes japoneses iria suprir a falta de mão-de-obra em zonas rurais e na imensa selva amazônica:

A verdade manda dizer que não há ninguém em melhores condições do que eles (os japoneses) para emprender a ingente tarefa que se propuzeram, qual a de desbravar e valorizar as terras virgens da Amazônia. (BAHIANA, 1937, p. 37).

Já por parte do Japão, os esforços para impressionar os brasileiros não se limitavam às cerimônias de honra ou banquetes de recepção. O governo japonês fundou, em 1930 nos arredores de Tóquio, o Instituto Amazônia. Num primeiro momento, muitos brasileiros, dentre eles Bahiana, ficaram impressionados com o projeto nipônico, e mostraram-se entusiasmados com a possibilidade de imigração de elementos cultos e instruídos (algo raro) do Japão que, após sua formação técnica no Instituto, embarcariam para o Brasil. Esse projeto não chegou a ser executado em sua integridade, entretanto levantou muita apreensão nos antinipônicos que interpretaram essa iniciativa como ameaça japonesa de dominação e conquista do território nacional brasileiro.

No tocante à presença francesa, a obra de Bahiana está repleta de considerações e conclusões que foram apresentadas pelos viajantes franceses no século XIX. O tema da mulher japonesa, o qual é quase que obrigatório em todos os livros de viagem ocidentais, é um exemplo. Bahiana cita os dizeres do francês Ludovic Naudeau ao descrever a mulher japonesa:

Thesouro de preciosas virtudes, a mulher japoneza é extraordinariamente meiga, dócil, affectiva, bondosa, paciente, resignada, dedicada e leal ao marido. Não tem ralhas, nem zangas, nem queixas, nem exigências e tudo n'ella denota uma alma infantil, toda chimeras, amorosa de proteção, gozando em saber-se pequenina ao lado da vontade que a dirige. A sua obediência, no dizer de Ludovic Naudeau, é feita de sorrisos e não de suspiros. (Ibid., p. 177).

Quanto à condição de submissão e escravidão da mulher japonesa, Bahiana (Ibid., p. 191) alega que essa situação sofreu algumas modificações graças aos contatos com a civilização ocidental e que “[...] a mulher japoneza quebrou as algemas que a prendiam e descuidou-se de seguir os severos preceitos moralistas”, afirma o autor.

Bahiana, tais quais os viajantes franceses, também apresenta um discurso humanitário defendendo melhorias na condição da mulher japonesa. Essa visão de “evolução” no tratamento feminino que se deu graças ao contato benéfico com o Ocidente prova o quanto os nossos viajantes brasileiros já haviam assimilado a postura e o pensamento europeu, em particular o francês; tanto que em muitos casos, mesmo não cabendo aos nossos intelectuais avaliar o grau de civilização do Outro, por apresentar internamente uma situação semelhante ou pior, era comum encontrarmos viajantes brasileiros criticando o “atraso” de países asiáticos e africanos,

Outra análise francesa retomada por Bahiana é a da falta de capacidade dos nipônicos em formular ideias abstratas:

É verdade que o japonês não é muito levado às especulações philosophicas e às hypotheses scientificas. O seu julgamento é vagaroso. O silogismo lhe escapa. Fraquejam n'elle as faculdades de deducção e de intuição. (Ibid., p. 165).

Para Bahiana, o japonês não tem imaginação criadora e vivacidade de inteligência **como os ocidentais** porque sempre viveu dentro das convenções e das tradições; mas que isso não significa que os japoneses são meros imitadores, mas sim, bons assimiladores. Nesse ponto, Bahiana parece advogar a nossa imagem ao defender os japoneses, pois

como é sabido, os brasileiros eram igualmente tachados de “imitadores”, contudo para não correremos o risco de sermos enquadrados no mesmo caso dos “assimiladores” japoneses, o autor deixa claro que a questão está na diferença de inteligência entre ocidentais e orientais.

Pode-se afirmar que o texto de Bahiana, como o de todos os viajantes brasileiros da época, é no mínimo paradoxal, pois ora lança críticas pautadas nas ideias imperialistas das potências ocidentais, ora defende os japoneses enquadrando-os como vítimas da política colonialista. Dessa forma, observamos que os brasileiros construíram a representação dos japoneses, recorrendo ao discurso francês quando não feria sua própria imagem e rejeitando-o quando não lhes convinha.

Podemos apontar, como exemplo dessa postura, um trecho no qual Bahiana sai em defesa dos nipônicos, os quais haviam sido criticados de vaidosos pelos franceses.

Para o autor, tal acusação não procede, pois, segundo ele:

Vaidoso de seu paiz, elle o é de certo, e com sobeja razão. Vaidoso de si, não. Pelo contrário, demonstra sempre exagerada impersonalidade, desfaz-se de qualquer mérito que possa ter, vive se desculpando de faltas involuntárias, depreciando sempre o que é d'elle e exaltando o que é dos outros. (Ibid., p. 163)

O autor parece solidarizar-se com a situação japonesa nos palcos internacionais, onde o Brasil também não tinha vez. Bahiana, assim como muitos outros viajantes, percebeu que ao agir, algumas vezes, em defesa dos nipônicos, além de lustrar o “espírito de nobreza” dos brasileiros, estaria também “dando o troco” aos pretensiosos imperialistas europeus que sempre julgaram e estereotiparam o nosso povo, o nosso clima, a nossa nação. Segundo ele, a desconfiança do japonês é até certo ponto justificável, pela própria experiência passada com os estrangeiros que os exploraram e os traíram.<sup>112</sup>

---

<sup>112</sup> O orgulho e a vaidade japonesa foram exaustivamente criticados pelos franceses no século XIX e começo do século XX; como pudemos notar nos artigos: *Um pays trop vanté* (1900), de Henri Turot;

Outro viajante brasileiro que merece destaque foi o diplomata Nelson Tabajara Oliveira (1933) que esteve no Oriente nas décadas de 1920 e 1930. A sua obra *Japão* foi publicada em 1934 durante uma rápida visita de duas semanas ao País das Cerejeiras. Seu intuito era simplesmente de saborear o passeio, sem qualquer pretensão ou missão diplomática. O próprio autor admite certa “[...] temeridade em escrever um livro sobre o Japão em duas semanas de turismo apressado” (Ibid., p.15), no entanto Tabajara garante ter usado “fontes respeitáveis” e disse que essa viagem acabou ratificando suas impressões a respeito do que havia lido e ouvido falar do Japão.

Nelson Tabajara (Ibid., p. 16, grifo nosso) fez questão de conhecer o Japão por dois motivos: por sua tradição e pelo seu progresso, dois fatores que revelam a preocupação do autor com a nossa identidade nacional e situação econômica.

De nenhuma maneira me conformava com a hipótese de ir ao Extremo Oriente e voltar sem ver o tradicional País do Sol Levante, **não só pela sua tradição lendária, como pela posição histórica que ocupa no panorama político moderno.**

Ao longo de sua obra, Nelson Tabajara relata sua viagem de navio, os contatos com estrangeiros, as impressões que teve do povo e de algumas cidades japonesas. Apesar de muito próximo dos primeiros relatos de diplomatas brasileiros que estiveram no Japão, Tabajara (Ibid., p. 10) inova inserindo fontes bibliográficas japonesas, afastando-se, assim, do antigo padrão brasileiro de discutir nossas questões ou a de outros países passando sempre por um filtro europeu, como afirma em seu prefácio:

Temos o habito de discutir os países estrangeiros mesmo sem nunca visita-los. [...] Desde a infância aprendemos a estudar o Brasil comparativamente aos países da Europa, e da mania de conhecer o mundo através da geografia telepática resultam os espantos deslumbrados dos nossos turistas, sempre que descobrem que, além do continente europeu, há outros lugares onde o padrão de vida atingiu uma altura igual ou superior ao do Brasil.

Fica claro aqui que Tabajara tem como um dos alvos de crítica os diplomatas-viajantes do começo do século XX que, apesar da experiência *in loco*, não conseguiram afastar-se da sombra do eurocentrismo, mais especificamente, do modelo de civilização francês. Dessa forma, Tabajara, vai a cada capítulo desconstruindo a imagem dos japoneses feita pelos viajantes anteriores, relatando, principalmente, o preconceito dos europeus e americanos contra a raça amarela. Apesar de tentar passar um discurso “imparcial”, afirmando que (Ibid., p.35-36, grifo nosso):

A imigração amarela tem sido estudada por pessoas autorizadas em matéria de colonização, e os seus benefícios ou inconvenientes agitam os debates, mesmo da própria Assembleia Nacional Constituinte. Não seria eu, assim, que pretendesse dar a ultima palavra em assunto de tamanha repercussão. Não escondo que sou **favorável à vinda de estrangeiros de qualquer procedência, raça ou cor. Tenho a impressão de que todos que chegam ao Brasil ficam reduzidos a um denominador comum impossível de ser achado em outros lugares [...]** por toda parte onde ando, com todas as pessoas com quem converso a respeito do japonês, só ouço elogios à atividade dessa gente nascida com uma compreensão tal de disciplina e amor ao trabalho, que dificilmente poderíamos desejar para a agricultura no Brasil outro braço mais apropriado.

Tabajara, mais a frente, faz algumas restrições sobre esse assunto. Na passagem acima, o autor declara ser o Brasil uma espécie de “paraíso racial”, onde não existem preconceitos ao braço estrangeiro e todos ficam reduzidos a um denominador comum, ou seja, todos são tratados de forma igual. Entretanto, em outra passagem, o autor postula que os imigrantes asiáticos deveriam ser direcionados apenas para o trabalho na lavoura cafeeira e para a ocupação de áreas selvagens como a Amazônia ou a região do Nordeste, portanto eles não seriam um elemento para compor a sociedade brasileira. Em sua teoria, o imigrante japonês, enquanto se mantiver nas afastadas zonas rurais ou no meio da selva Amazônica, não representará nenhum perigo à sociedade brasileira:

[...] posto logo em contacto com a selva do Amazonas [...] deve necessariamente mudar de mentalidade. Ele deixa para uma época mais remota a conquista do mundo, pois antes de vencer os homens precisa vencer a natureza. Habitado às pequenas áreas cultiváveis do Japão e jogado nos descampados sem limites do Brasil, o nipônico vê que a terra é muito maior do que ele imaginava e compreende que para domina-la não se usam apenas as armas da tradição histórica ou filosófica. (Ibid., p.143).

Assim sendo, as empresas colonizadoras japonesas, na opinião do autor, deviam evitar que os japoneses fossem desviados da lavoura e se transferissem para as cidades, tornando-se “[...] parasitas da sociedade, os quais oferecem um resultado negativo no balanço da sua atividade social” (Ibid., p. 130).

Tabajara, no fundo, também temia o imperialismo japonês e a ameaça do perigo amarelo, porém seu discurso era convenientemente adaptado aos interesses econômicos do Brasil, o qual necessitava da mão-de-obra nipônica em suas lavouras e nas vastas selvas amazônicas, locais onde nem brasileiros, nem imigrantes europeus conseguiam ou mesmo pretendiam se fixar.

Voltando ao desejo do autor de inovar a imagem dos japoneses, observamos que Tabajara procura dar voz ao Outro inserindo a fala do diplomata japonês Suyematsu em seu texto. No capítulo: “O caráter japonês” Tabajara apresenta uma adaptação para o português de a uma conferência pronunciada pelo diplomata japonês na Ethnological Society, de Londres, na qual Suyematsu rebate e desconstrói os estereótipos criados pelos ocidentais sobre o caráter japonês. Na verdade, Tabajara também se via como parte da grande massa de brasileiros que havia sido moldada a acreditar nas impressões passadas pelos europeus. Como vimos anteriormente nos discursos franceses sobre o Japão e também nos discursos de brasileiros do início do século, grosso modo, os japoneses eram vistos como: grandes imitadores, pitorescos, fanáticos, bárbaros, corajosos, simples, “frios” e dissimulados. Cada item, que foi detalhadamente rebatido pelo diplomata japonês, é reproduzido dentro da obra de Tabajara que pretendia acabar

com alguns estereótipos famosos propagados pelos viajantes ocidentais. Por exemplo, a fama de bons imitadores dos japoneses é contestada por Suyematsu. Para ele, não se tratava de uma mera imitação subserviente, mas de uma imitação criadora. Já sobre as críticas à ocidentalização da cultura nipônica, Suyematsu também revida afirmando que: “[...] nós não podíamos permanecer onde estávamos, impedindo o progresso do povo e evitando trilhar o único caminho que nos garantia a paz com o mundo, somente para não decepcionar os turistas que correm o mundo em busca do pitoresco” (Ibid., p. 42). Quanto à questão da simplicidade de sua arte (que não eleva a alma, como afirmou Georges Bousquet) e da arquitetura, o diplomata japonês diz não compreender porque os ocidentais dizem que “[...] o japonês é um povo grande em pequenas coisas” (Ibid., p. 44).<sup>113</sup> Prossegue mais adiante afirmando que:

O japonês em regra prefere a simplicidade à espetaculosidade [...] quem conhece essas caixinhas de laca feitas por artistas japoneses, pode observar que a parte interna da caixa é ainda mais caprichada que o lado externo, provando que também nos trabalhos intrínsecos de arte o aspecto mais delicado deve ficar escondido (Ibid., p.51-52).

Outra observação interessante é com relação aos estereótipos de bárbaros e fanáticos do povo japonês, aos quais Suyematsu responde que:

“o japonês é bravo, resoluto, leal e patriótico, quando na defesa da pátria, é engano pensar-se que individualmente ele seja belicoso e pugnaz [...]entre nós, diferentemente de outras nações, o gosto artístico é geral, podendo ser observado dos palácios às casas mais modestas de camponeses. O espírito bárbaro e a arte são irreconciliáveis e quem ama assim o artístico não pode ser um bruto, um selvagem”( Ibid., p. 43-45).

Certamente Tabajara teve como intenção, ao apresentar esse depoimento, rebater tudo aquilo que já havia sido dito, escrito e consagrado pelos viajantes anteriores acerca do caráter japonês. Portanto, ao contrariar os estereótipos, Tabajara estava produzindo

---

<sup>113</sup>Referindo-se aos bibelôs que se tornaram um modismo na Europa no final do século XIX, e também à obsessão dos viajantes ocidentais em descrever o Japão e os seus habitantes de forma liliputiana, onde tudo e todos eram pequenos, minúsculos, baixos.

uma obra inovadora e original e, ao mesmo tempo, refutando a visão oposicionista dos antinipônicos e protegendo os interesses econômicos do Brasil.

Do exposto até aqui, observa-se que não houve grandes inovações com relação aos temas tratados nas narrativas de viagem nesse segundo período do discurso brasileiro, contudo duas obras merecem destaque por focalizarem, particularmente, a questão do perigo amarelo. A primeira é de autoria do jornalista e historiador brasileiro Alexandre Konder (1933) que buscou a verdade sobre o famigerado “perigo amarelo”, em seu livro *Imperialismo ou legítima defesa?* Na visão de Konder, o perigo amarelo deveria ser traduzido como ameaça à hegemonia do imperialismo europeu. Sua posição é totalmente a favor dos japoneses durante a invasão na Manchúria, ação criticada pelas potências ocidentais. Já a outra obra, *Um Brasileiro no Japão em Guerra*, de autoria de Mário Botelho de Miranda (1944)<sup>114</sup>, teve como intuito conhecer a verdadeira “alma japonesa” e mostrar a ameaça que os nipônicos representavam para o mundo ocidental.

Como se vê, são duas posições antagônicas que refletem bem a realidade do discurso brasileiro sobre o Japão nesse período, quando tivemos segmentos a favor e contra os japoneses. Vamos, a seguir, examinar de perto essas duas visões.

No final da década de 1920, o Japão ganhava destaque internacional devido ao incidente sino-japonês, e muitas nações do Ocidente passaram a criticar as atitudes e decisões militares japonesas, temendo que o expansionismo nipônico afetasse também seus interesses. Entretanto, na visão do historiador brasileiro Alexandre Konder:

[...] o Japão não só praticou um gesto de **legítima defeza**, como livrou o Extremo Oriente do maior cataclysmo que o ameaçava: a invasão do credo vermelho e prossegue alegando que Tóquio acolheu com muita paciência todas as “novidades desagradáveis vindas do ex-império celestial”, como foi o caso do boicote aos produtos ingleses, franceses, americanos e japoneses sancionado pelos chineses, fato que provocou a invasão japonesa em 1928 (Ibid., p. 73, grifo nosso)

---

<sup>114</sup> Professor de Direito da Universidade de São Paulo. Morou por dois anos no Japão durante o período de guerra, entre 1939-1941.

Seguindo o raciocínio de Konder, o Japão estava tentando apenas conter essas ideias comunistas no lado asiático, além de levar o progresso e a civilização às “[...] nações em desagregação como a China, onde o espírito de civismo apenas existe como literatura [...]” (Ibid., p. 20). Ao longo do livro, Konder vai apontando todos os desvios de caráter dos governantes chineses, os quais, segundo ele, não cumpriam as obrigações internacionais. Esses fatores, aliados ao banditismo, ao xenofobismo e ao vandalismo, levaram a China à sua decadência moral e material.

Utilizando-se de discurso colonialista, Konder afirma que a China está fora da civilização e que Tóquio, “[...] em fazendo progredir a Manchúria, engrandeceu a raça amarella” (Ibid., p. 72), em outras palavras, o Japão resgatou a Manchúria da miséria e do analfabetismo criando uma “authentic Canaan moderna” (Ibid., p. 83), levando melhorias do mundo civilizado e tornando aquela “[...] vasta faixa de terra, [...] sem maiores significações na balança commercial do mundo” (Ibid., p. 81) uma área produtiva. Portanto, isso posto, para Konder, ao contrário do que muitos afirmam, o Japão não detém “[...] nenhum propósito imperialista, nem na Manchúria, nem em parte alguma do Pacífico” (Ibid., p. 106), pois o governo nipônico não dispunha de outros meios, além das armas, para restabelecer a ordem e a civilização no continente. Essa atitude fora mal-interpretada pelas potências ocidentais que, na visão de Konder, apontaram injustamente o Japão como imperialista. Para o autor (Ibid., p. 312):

As grandes potências, porém, nunca estão dispostas a reconhecer a justiça das causas alheias [...] e se isto é hábito entre as potências, é um princípio básico no orgulho da raça branca, que nunca esteve, nem está, nem estará jamais, inclinada a curvar-se ante a justiça das causas das outras raças [...] A China não desperta nem ciúmes, nem invejas a ninguém. Ao passo que o Japão.

Konder, como todo intelectual brasileiro da década de 1930, compreendia muito bem a situação de um país discriminado pela cor da pele de seu povo, pois o Brasil também fazia parte do bloco dos “degenerados” e “inferiores”, fadado ao “clima” e à

“raça”. Além disso, no plano político, o Brasil nunca hesitou em apoiar as conquistas japonesas no palco internacional, já que o Brasil não disputava colônias com os imperialistas. Note-se que o jornalista brasileiro, ao defender o Japão das acusações de imperialista, parecia estar, no fundo, colocando para fora todos os ressentimentos de cada cidadão brasileiro menosprezado pela sua mestiçagem e que, por conta disso, desde a época da guerra do Japão contra a Rússia (1905), já torcia pelo império do Sol Nascente. Era como um tapa com luvas de pelica às teorias raciais criadas pelos “brancos”, os quais sempre praticaram o imperialismo e a política colonialista apoiados em uma justificativa altruísta de “levar a civilização aos povos primitivos”. O mais irônico é que o autor, por trás desse discurso em defesa dos “não-brancos” e das nações em desenvolvimento, parece não perceber que também se utiliza dos mesmos argumentos das potências ocidentais para justificar a “legítima defesa” do Japão. A conveniência combina-se à hipocrisia resultando num discurso altamente imperialista e racista por parte de Konder, que apenas aplica a mesma fórmula dos imperialistas brancos ao caso japonês, reproduzindo assim o resultado por ele mesmo combatido, ao mudar apenas os protagonistas da história. Finalmente, há dois trechos de sua obra que interessam comentar:

E assim **temos sido nós, os brancos**, de sobre os píncaros do nosso orgulho [...] até que um dia, como nas páginas da Bíblia, da mesma maneira como aconteceu com aqueles famosos anjos, Deus entre em santa ira, e nos castigue com o destino reservado aos cegos voluntários da Vaidade [...](Ibid., p. 312, grifo nosso)

O mundo tem por um fio os seus destinos. **Hitler e Japão são os fiéis da balança da civilização**. Qualquer um dos dois que fracasse, com elle terá fracassado a gloria do século, chamado “das maravilhas (Ibid., p. 327, grifo nosso)

Na primeira citação, observamos que Konder faz questão de frisar que faz parte da “ala branca”, e utiliza-se dos preceitos contidos na Bíblia para criar um discurso dramático

de autopunição e exame de consciência. Entretanto, mais a frente, Konder demonstra o seu pessimismo com relação ao destino da civilização, seja ele de dominação branca ou amarela. Interessante que, implicitamente, Konder parece querer afirmar com isso que, em ambos os casos, o Brasil miscigenado estaria fora.

Por último, é importante mencionar que Konder, no final do livro, apresenta uma relação de obras por ele consultadas, na qual a grande maioria era francesa, como observamos abaixo:

- 1) J.C. Ballet. “La Mandchurie”.
- 2) E. de Vêvre. “La reconnaissance de jure de la régence de Mandchurie.”
- 3) Georges Maspero. “La Chine”.
- 4) Jean Rodes. “La fin de Mandchous.”
- 5) Jean Escarra. “La Chine et le Droit International.”
- 6) Herbert Bocher. “Chinois, japonais et Brigands.”
- 7) A.F. Legendre. “L’Asie contre l’Europe.”
- 8) M. Monchauville. “Le Japon d’outre-mer”. 1931.

Em contraposição à opinião pró-nipônica de Alexandre Konder, tivemos muitos discursos brasileiros, ao longo dos anos de 1930 e 1940, desfavoráveis aos japoneses. Pode-se dizer que a obra do advogado e professor de Direito, Mario Botelho de Miranda é o exemplo máximo de sentimento antinipônico em período de guerra. Em março de 1940, Botelho de Miranda organizou uma caravana para levar estudantes de Direito e de Medicina da Universidade de São Paulo a uma missão cultural ao Japão. Após cumprir a programação de viagem com os estudantes brasileiros, Miranda prolonga a sua estada por mais dois anos no Japão, em um período bastante conturbado por conta dos conflitos mundiais. Mesmo assim, resolve viver essa experiência no intuito de escrever

um livro “verdadeiro” sobre o já famigerado tema: a alma japonesa. Como tantos outros brasileiros e estrangeiros que escreveram sobre o Japão, Miranda quis dar a sua versão, entretanto, o autor revela ter um trunfo que o deixava em posição de vantagem em relação a todos os outros escritores anteriores: o conhecimento da língua japonesa. O autor tenta refutar os livros de Nelson Tabajara e Henrique Paulo Bahiana, seus contemporâneos, afirmando que seus trabalhos eram frutos de um “turismo apressado”. Não sabemos ao certo se Miranda foi um falante fluente que também dominava a escrita japonesa, de qualquer forma o autor atacou os escritores que publicaram obras sobre o Japão sem o conhecimento da língua japonesa, o qual, em sua opinião, tornar-se-ia um obstáculo para a “[...] íntima convivência com o povo japonês e uma natural e maior compreensividade a respeito do país” (1944, p. 15). Miranda alega que ele seria um dos poucos brasileiros habilitado a compreender melhor os acontecimentos políticos dos quais foi testemunha no Japão, justamente pelo seu conhecimento da língua japonesa, colocando-se assim como mediador entre as duas culturas.

Miranda afirma categoricamente que conhece o Japão real, a verdadeira alma do nipônico que outrora fora enfeitada por *kimonos*, cerejeiras e *musumês*. Sem dúvida, Miranda, ao conviver de perto com a rotina dos japoneses, longe do *glamour*, dos banquetes, dos roteiros turísticos oferecidos pelas solenidades oficiais, pôde observar a vida prosaica e dura do povo japonês em época de guerra. Sua obra se aproxima do gênero romanesco, pois narra as aventuras que o autor, como protagonista, teve que enfrentar no dia-a-dia em Tóquio em um período conturbado, tornando-se quase um herói por enfrentar tantos perigos em terras inimigas. As discriminações, a xenofobia, o fanatismo, a falta de acomodação confortável, o orçamento apertado para realizar tal empreitada, entre outras coisas, formaram o cenário propício para o autor se posicionar no papel de vítima em uma terra hostil aos ocidentais.

Seu discurso historiográfico quer parecer imparcial fazendo referências aos artigos de jornais locais e às entrevistas com japoneses que foram testemunhas oculares de acontecimentos históricos importantes do passado, mas seu olhar sugere superioridade ocidental e suas comparações e julgamentos são expressos do ponto de vista cristão, nacionalista e etnocentrista. Apesar de Miranda afirmar ao leitor que escrevera de forma neutra, em toda extensão de sua obra notamos marcas profundas de seus conceitos, preconceitos e visões imbuídas em teorias raciais e imagens do Japão e dos japoneses construídas pelos ocidentais. Seu padrão de “civilidade” e seus valores são claramente expostos em uma passagem onde faz elogios a um professor japonês que, ao contrário da maioria, era:

[...] culto, **católico, muito viajado, e que estivera há pouco tempo no Brasil, não tendo se esquecido ainda do português** regular que falava [...] apresentara-me êle aos diversos colegas seus, cultores do Direito, **falando todos o idioma francês**, num contraste com o nipônico medíocre que sempre está de posse de um pequeno vocabulário em inglês (Ibid., p.169, grifo nosso).

A narrativa de cunho intimista e pessoal lembra um diário, no qual o autor vai contando todos os acontecimentos que ocorreram durante sua viagem, desde a sua partida até o seu retorno ao Brasil. Mesmo antes de chegar ao Japão, ainda no navio, Miranda já foi dando mostras de sua parcialidade com suas inúmeras comparações entre Brasil e Japão, como vemos abaixo:

Essa pianista japonesa, que obteve certo sucesso em nosso país, fez seus estudos na Europa [...] não desmerecendo sua técnica, parece que a crítica brasileira foi um pouco exagerada ao lhe tecer tantos elogios. Olharam talvez, mais para a pianista, para a oriental (que é original e moderna...) do que para seu dedilhar que não justifica tamanho eco, **frente às melhores virtuosos do piano brasileiro**. (Ibid., p. 33, grifo nosso).

Tem havido exhibições de **filmes e representações teatrais japonesas [...] monótonos** ao ocidental inquieto. Organizamos, então, com os “músicos” de bordo, serenatas e concertos que chamam a atenção dos demais passageiros. A Caravana já arranhou, como sempre, o seu **“chorinho” que delicia com sua barulhenta técnica e alegres canções brasileiras, os fleumáticos passageiros de bordo.** (Ibid., p. 46, grifo nosso).

Em todas as comparações que faz entre japoneses e ocidentais, sempre afirma a superioridade do Brasil ou do Ocidente:

Quanto à beleza natural, ao aspecto dos banhistas e dos barracões das praias japonesas, nada há para se elogiar. **Nem se queira comparar com as de Santos e muito menos com a linda Copacabana, [...]** (Ibid., p. 65-66, grifo nosso).

As comparações não param por aí, o autor prossegue ao longo da obra reclamando de tudo e de todos, chega ao cúmulo de reclamar a falta de um bom café no Japão, “[...] seguindo o hábito e o vício, como queiram, de sorver em deliciosos goles uma chícara contendo a preciosa rubiácea [...]” em contraste com o costume dos nipônicos que tem que “engulir [...] uma chávena de chá verde e ralo, sem açúcar, e que nem ao menos é servido com uma bomba para imitar um chimarrão” (Ibid., p. 81). Na verdade, Botelho quer, com isso, contestar os argumentos dos pró-nipônicos que acreditavam que o Japão seria um fabuloso mercado consumidor de seus produtos primários como o café, o algodão e o açúcar.

Botelho Miranda tem um tom forte de acusação e um olhar determinado a ver todas as falhas existentes no tão admirado sistema japonês. Muitas vezes, em uma posição onisciente, ataca todos os pontos positivos que viajantes brasileiros costumavam exaltar sobre os japoneses como, por exemplo, o alto índice de alfabetização. Para o autor, o Brasil não precisava se sentir inferiorizado com o “alto grau de instrução dos japoneses”, pois os estudantes brasileiros eram muito mais capazes e superiores em conhecimento: “Um rapaz de curso secundário no Ocidente, em especial no Brasil, pode, por certo, discutir e ministrar, com grande superioridade,

ensinamentos geopolíticos e históricos a um universitário, a um adulto japonês” (Ibid., p. 158).

Como podemos notar acima, Miranda utiliza-se dessa voz onisciente ao descrever, comparar e criticar os japoneses ao longo de seu texto, muitas vezes sem sequer mencionar fontes ou metodologias utilizadas, o que nos faz supor que suas considerações eram coloridas por sua imaginação parcial.

Seu texto está repleto de marcas textuais de preconceito. Não é raro o autor usar termos como “brasileiramente”, advérbio adaptado por Miranda com o sinônimo de respeitosa, educadamente, civilizadamente; em oposição a “niponicamente”, no sentido de dissimuladamente, falsamente, algum gesto ou atitude que faz parte dos costumes dos japoneses.

Já pelos Estados Unidos e pela cultura americana, Miranda demonstra grande fascínio. Ele faz inúmeros elogios ao povo americano que, em sua opinião, são os mais felizes do mundo. É curioso que o autor, em muitos trechos da obra cita a cultura brasileira dentro de um contexto maior, ou seja, pertencente ao continente americano. “[...] raros os europeus que, no Japão, merecem tamanha aproximação mútua, entre eles e **nós americanos**” (Ibid., p. 252, grifo nosso).

Com exceção do sistema de correios japonês, Miranda em tudo criticou o Japão, e os raros elogios envolviam sempre a assimilação e a influência ocidental, como vemos nos trechos abaixo, quando o autor recebeu pesadas críticas da colônia japonesa no Brasil por conta da publicação de seu livro:

Com exceção de dois ou três **nipônicos, aqui residentes, já mentalmente ocidentalizados, com sua liberdade de pensamento,** e que acharam natural brasileira e franca, as entrevistas por mim concedidas [...] (Ibid., p. 20, grifo nosso).

Enfim tudo que havia recebido a influência ocidental fora elogiado pelo autor, desde os banhos ocidentalizados (apresentavam mais pudor), a construção do banco Mitsubishi que seguia os padrões ocidentais de conforto e elegância, o bom gosto das mulheres japonesas que se vestem como “[...] as nossas, talvez por folhear figurinos que já rodaram o mundo há muitos anos” (Ibid., p.75) entre outras coisas. Contudo, Miranda também comenta as tentativas mal-feitas de ocidentalização nos campos da música, dos esportes e do cinema. Houve, porém, segundo o autor, uma revolução de mentalidade da nova geração japonesa que aprecia as novidades ocidentais e que:

[...] tem uma vontade latente de se assimilar e gostar de nossas coisas, mas que devido à guerra, ocorreu um retrocesso dessa transição, e os mandantes do país proíbem, pouco a pouco, tudo o que seja do Ocidente [...] lembrando-se dos tempos feudais, do Jipango geográfica e culturalmente insulado em sua apatia orgulhosa (Ibid., p. 94).

Na verdade, a obra de Miranda repete as observações feitas pelos discursos franceses sobre o Japão e os japoneses. O autor descreve os japoneses como povo dissimulado, fanático, que não reclama diante das adversidades, hostil ao estrangeiro, orgulhoso, não assimilável, violento, xenófobo e cego em seu ostracismo. Seus comentários sobre o cotidiano nipônico também reiteram o discurso francês que costumava falar sobre o Japão depravado dos bares e prostitutas, a imitação mal-feita da civilização ocidental, a falta de pudor dos banhos públicos, a necessidade de se transportar para o interior caso queira conhecer o verdadeiro Japão, a falta de grandes nomes na literatura e na filosofia japonesa, a natureza nipônica liliputiana, o perigo do imperialismo amarelo e, por último, a situação de submissão e obediência da mulher japonesa. A referência francesa fica explícita quando Miranda recorda, em muitas passagens de sua experiência, “o Japão de Pierre Loti e as Madames Butterflies”<sup>115</sup>

---

<sup>115</sup> Idem, p. 98

“O gaijin (estrangeiro), sabe japonês”, - escuto dizerem. [...] e todos, patrões e fregueses, olham para mim. Quando os fito, sorriem. E eu aí vou me recordando, nitidamente, do Japão de Pierre Loti – corria o século XIX. (Ibid., p. 67).

Miranda, tal qual os viajantes franceses, também criticou o isolamento japonês frente aos benefícios da civilização ocidental e ressaltou a superioridade ocidental, como podemos constatar no trecho abaixo:

Que o japonês, com seus hábitos, costumes e proceder, seja, para nós, exótico [...] é natural. O que não se concebe, porém, é o fato de que o Japão, além dos seus usos e costumes a que quer ter direito, como país independente, conserve e pratique hábitos que [...] se contrapõem às regras comezinhas de civilidade de qualquer outro país considerado culto, civilizado. Ora, o Japão, por mais que queira, em represália crítica, achar defeitos no Ocidente está em minoria, porquanto nós, a maioria dos países completamente civilizados, modernos, nada mais fazemos do que seguir, junto com o tempo e necessidades, o mundo em que vivemos.[...] Não é menos verdade que o Japão possui sua cultura e civilização. Mas, podem estas ser comparadas com as da Europa, da América? Civilização antiga, feudal, era a do Japão e continua a ser a mesma quase “in totum”. Cultura interessante, por ser original, a japonesa não pode, porém, nivelar-se com a do Ocidente (Ibid., p. 122-123).

Com relação ao imperialismo nipônico o autor faz duros comentários, e fala do perigo de um povo xenófobo, hostil ao estrangeiro, ao contrário dos brasileiros que sempre foram hospitaleiros e davam aos imigrantes japoneses bons tratamentos. Para Miranda o povo nipônico:

[...] se orgulha, mostra-se em sua realidade, num espasmo doentio, num gozo maquiavélico querendo impor a força de seu imperialismo para sufocar, com sua maldade asiática, a sagrada boa fé das nações democráticas. [...] É o Nippon que se insula novamente, completamente, do resto do mundo, recordando-se do Jinpago dos tempos medievais em que a civilização e o progresso do Ocidente um dia se implantariam, e conseguiram tira-lo da apatia bárbara do feudalismo. Percebe-se, mesmo nas fisionomias rudes e arrogantes dos nazi-fascistas residentes no Japão, o desassossego natural pondo em inquietação todos os ocidentais porventura ainda desconhecedores das reais intenções e desespero fanático de um país lutando contra a natureza [...]. (Ibid., p. 260).

Não restam dúvidas de que Miranda realmente teve um péssimo conceito do Japão em guerra e que suas observações, mesmo retratando alguns quadros provavelmente reais foram julgados por uma mentalidade etnocêntrica. A grande contribuição de Miranda não está nos fatos históricos narrados por ele, é provável que não haja veracidade em boa parte de seu relato concernente às evidências históricas, mas no registro do clima político no Brasil, onde a população ainda se encontrava dividida entre pró e antinipônicos.

### 2.3.7. A presença francesa na imagem bélica do Japão

As impressões de viagem de Botelho Miranda possuem muitas semelhanças e particularidades com os relatos de viajantes franceses da época. Dentre as inúmeras narrativas de viagem ao Japão publicadas na França, escolhemos a obra de Henri Michaux: *Um Bárbaro na Ásia* (1994), publicado em 1931, apenas a título de ilustração da imagem japonesa propagada no Velho Continente em épocas de pré-guerra, e que certamente influenciaram o pensamento brasileiro.

Henri Michaux (1899-1984) nasceu na Bélgica e morreu em Paris. Mudou-se para França em 1921, quando se tornou marinheiro. A obra *Um Bárbaro na Ásia* foi inspirada em sua viagem pelo Oriente em 1931. No trecho em que narra as suas impressões sobre o Japão, Michaux descreve a paisagem em tom obscuro “[...] casas cinza, de cômodos vazios e gelados, traçados e medidos segundo uma ordem dura e intransigente. [...] Cidades iguais, e sem expressão, terrivelmente barulhentas” (Ibid., p. 152). Quanto à cultura e ao caráter japonês, Michaux (Ibid., p. 152) se mantém arredio:

Uma mentalidade de ilhéu, fechada e orgulhosa. Uma língua que soa fraca e insignificante, à flor da pele. Uma religião de insetos, o culto do formigueiro. País onde tudo é aberto, onde não se pode fechar nenhuma porta, onde se descobre um espião mesmo no banho, perfeitamente nu, mas ainda assim espião (por todo lugar nos fazem companhia).

Tanto Michaux, quanto Botelho exageram na carga de dramatização, tentando chocar os seus leitores. Ambos têm como alvo um público “inocente” e “ludibriado” pelos relatos românticos de antigos viajantes que descreveram as belezas e o exotismo das gueixas e das paisagens nipônicas. Ambos querem mostrar uma atitude imparcial e objetiva do cientista retratando a realidade e a do jornalista em busca da verdade, para isso mergulham na cultura oriental e se “misturam” ao povo nipônico para conhecê-los melhor; entretanto, cientista e objeto de estudo tornam-se tão íntimos que tanto

Michaux, quanto Botelho não percebem que são tomados de emotividade, o que os levam a praticarem um discurso tendencioso. Ambos se colocam como vítimas o que aumenta a função apelativa, dando curso livre à subjetividade e ao discurso persuasivo e polêmico. Ambos revelam-se maniqueístas. O Ocidente se localiza no lado do bem, salvando o mundo das ameaças de um colapso econômico e político causado pela ambição desmedida do Japão, figura do mal, que intenciona dominar o povo branco e aniquilar a civilização por meio da barbárie, do fanatismo e da xenofobia. Michaux (Ibid., p.155) deixa esse pensamento claro na passagem abaixo:

Deem-nos a Manchúria, derrotemos a Rússia e os Estados Unidos, e então ficaremos tranqüilos. Essa declaração de um japonês realmente me impressionou, esse desejo de limpar. O Japão tem mania de limpeza. Ora, uma faxina, assim como a guerra, tem algo de pueril, porque pouco depois é preciso fazer outra.

Por fim, Botelho e Michaux concluem que o Japão, infelizmente, assimilou a ciência e o desenvolvimento tecnológico ocidental para fins “anticivilizatórios”, daí a necessidade urgente de combatê-lo e detê-lo. O “perigo amarelo” e o sentimento antinipônico são pautas conhecidas na França desde o final do século XIX. Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, os franceses já vinham alertando o mundo ocidental sobre as ambições imperialistas dos japoneses, portanto quando Botelho Miranda lançou seu livro, suas ideias sobre o Extremo Oriente já haviam sido consagradas por décadas no Velho Continente.

Um outro exemplo nesse sentido é a obra de Carlos de Souza Moraes (1942), claramente inspirada no livro *Perigo Amarelo*, de William Brown (1936), que por sua vez remonta às observações do viajante francês Leo Byram em seu livro *Petit Jap* (1908 apud BEILLEVAIRE, 2001)<sup>116</sup>. É preciso esclarecer que a nossa intenção, ao realizar um paralelo entre as observações de Léo Byram e Carlos de Souza Moraes, é mostrar

---

<sup>116</sup> BYRAM, L., op.cit. p.955-961

que muito antes dos brasileiros (e até norte-americanos) levantarem certas problemáticas sobre o povo japonês, os franceses, no século XIX e começo do XX, já haviam discutido e refletido a respeito dos mesmos temas.

Byram visitou o Japão no início do século XX, mais precisamente entre 1905 e 1906, logo após o fim da guerra do Império do Sol Nascente contra a Rússia (1904-1905) e usou um tom de denúncia, tal qual Brown e Moraes, com relação à ameaça amarela não somente no campo militar, onde os nipônicos não poupavam sacrifícios, nem a própria vida em nome de um nacionalismo exacerbado, mas também no campo econômico, em função da concorrência asiática de produtos baratos, obtidos pelo regime trabalhista de semi-escravidão, sem paralelo no mundo ocidental. Byram apontou a ofensiva japonesa comercial, de concorrência desonesta, na qual o Japão prejudicava o mercado internacional com mão-de-obra barata e abundante.

Byram narra os motivos do ódio nipônico pelos ocidentais e seu desejo de vingança após o governo do Japão ser obrigado a assinar um tratado de paz considerado pela nação japonesa como humilhante e injusta. Byram ainda fala sobre a intervenção nefasta da Europa no caso e prevê um futuro de ofensivas por parte dos japoneses contra os países ocidentais. Com relação à ideia de dominação japonesa, ou “perigo amarelo”, Byram insere em sua obra trechos, retirados por C. Lemoine, de artigos de jornais e revistas japoneses datados de abril de 1905, que revelam o pensamento de superioridade dos japoneses sobre todas as outras raças e sobre a missão do povo nipônico de conduzir e dominar os povos “inferiores” por meio de seus emigrantes.<sup>117</sup>

---

<sup>117</sup>Byram alerta contra o perigo dos nipônicos avançarem nas possessões francesas da Indochina e inglesas da Índia.

Sans relâche, incessamment, de ces îles débordantes de vie et d'activité, il essaime à la ronde des émigrants innombrables qui, peu à peu, lui donneront la suprématie et le commandement effectif sur toutes les rives du vaste océan. C'est ainsi que les Philippines et îles de la Sonde, certaines régions d'Australie, la Nouvelle-Zélande, les Hawaï, toutes les cotes occidentales des États-Unis d'être submergées un jour par le flot sans cesse croissant de l'émigration japonaise. Les États canadiens eux-mêmes se voient dans l'obligation de prendre d'énergiques mesures pour s'en défendre. (Ibid., p. 957).

Byram também adverte o mundo contra a infiltração fatal e inevitável de *coolies*, miseráveis e outros trabalhadores asiáticos repugnantes e rudes que se contentam com ínfimos salários, e que estão dispostos a fundarem o *Shin Nihon* ou o “Novo Japão” (Miguel Couto também fala sobre essa intenção dos japoneses) em terras estrangeiras.

Segundo o autor francês:

Cette société nouvelle garde son homogénéité, son entité propre, parce qu'elle resserre ses liens, se défend des influences ambiantes, vit refermée sur elle dans le conservatisme de ses moeurs, de sa langue et son esprit [...] cet élément japonais, “incorruptible et indéformable”, ne pouvait s'américaniser [...] (Ibid., p. 957).

Reparem, agora, como o autor brasileiro, Carlos Moraes se utiliza dos mesmos argumentos de Byram para alertar o leitor brasileiro sobre os planos japoneses de dominação do mundo e as intenções “malévolas da colonização japonesa no Brasil”. O autor resolve reproduzir a fala do general Araki para demonstrar as necessidades belicosas e expansionistas do Japão:

Somos a primeira potência da Ásia e cabe-nos a direção das nações asiáticas. Devemos nos preparar para uma luta desesperada, em que talvez tenhamos de despende até a última parcela das nossas forças. Os brancos oprimiram por demais as nações asiáticas. O Japão Imperial não pode nem deve consentir que eles prossigam, sem castigo, na sua excessiva impudência. E todos os japoneses devem estar prontos para auxiliarem a grande causa, mesmo se for preciso recorrer às armas. (1942, p. 23).

Para o autor, a ideia do governo japonês era transplantar “pedaços do Japão” em terras brasileiras por meio de seus súditos fanáticos e belicosos (ou seja, os imigrantes)

com **sede de vingança dos “bárbaros brancos”**, os quais formariam quistos nocivos e perigosos a serviço de “futuras atividades do Império do Sol Nascente” (Ibid., p. 93).

Carlos de Souza Moraes que reuniu as ideias de Miguel Couto, Xavier de Oliveira e William Brown, em sua obra *A Ofensiva Japonesa no Brasil*, critica a falta de uma verdadeira política imigratória no Brasil, onde, na opinião do autor, há muito tempo se tornara o “receptáculo de todas as etnias”. Essa ideia de ser o cadinho de todas as raças não é nova, como também não são inovadoras as observações do autor quanto: ao complexo de inferioridade do brasileiro, ao problema da construção da identidade nacional, à crítica à ganância dos agricultores brasileiros que só pensam no momento atual, ao não aproveitamento do “nosso homem” e aos problemas de caldeamento e assimilação.

Já sobre a ofensiva comercial japonesa, Moraes conta que o imigrante japonês tem deslocado o trabalhador branco em todos os países e que ele:

Satisfazendo-se com salários vis, verdadeiros salários de miséria, inferiores ao padrão de vida mínimo do branco, o japonês promove uma concorrência mortífera ao operário nacional dos países onde é admitido e lança germes de gravíssimos problemas sociais, formadores de situações difíceis de desequilíbrio do trabalho. (Ibid., p. 27).

Além disso, esses imigrantes nipônicos, ainda segundo Moraes, não se abasileiram, a assimilação seria um mito criado por jornalistas pagos pelas colônias nipônicas no Brasil que mantêm seus costumes, sua língua e cultura.

O apregoado desejo de tornar-se bom brasileiro é um mito. O japonês, com seu eterno sorriso, é capaz de confessar que é mais brasileiro do que qualquer outro cidadão aqui nascido e perfeitamente ambientado [...] (Ibid., p. 107-108).

Por fim, há um outro ponto em comum entre *Le Petit Jap* e *A Ofensiva Japonesa no Brasil*: a questão dos latifúndios sob domínio dos imigrantes japoneses. Byram cita o caso do Havaí, onde os imigrantes japoneses transformaram as terras americanas em

extensas colônias japonesas. Já Moraes fala das inúmeras colônias de propriedade de colonos japoneses no Estado de São Paulo e do perigo militar em entregar a Amazônia aos nipônicos.

Naturalmente, Byram estava preocupado com as possessões francesas na Indochina, defendendo, portanto, a hegemonia do imperialismo europeu contra o expansionismo nipônico no Pacífico, ao passo que Moraes encarava a questão do imperialismo japonês sob o prisma de defesa nacional contra uma possível dominação da raça amarela em nosso território. De todo jeito, o que podemos perceber são ideias e visões de mundo criadas “lá fora” e inseridas e adaptadas em nosso contexto.

Para finalizar, concluímos que o discurso brasileiro sobre os japoneses nessa segunda fase não apresenta, muitas vezes, suas fontes, isso porque após décadas de discussões sobre a imagem dos japoneses no Brasil, os elementos estrangeiros já haviam sido assimilados, articulados e recriados para o nosso contexto. Não é de se estranhar que muitos intelectuais brasileiros, que sempre acompanharam de perto o pensamento francês, digerindo seus conhecimentos e suas opiniões por anos, apresentassem em meados do século XX uma visão de mundo e um conceito social e político com fortes inclinações francesas. A questão agora não é mais individual, ou seja, a influência direta de um autor francês sobre um brasileiro nos discursos sobre os japoneses, mas uma concepção mais ampla de um grupo e de tendências que prevaleceram.

Como vimos, os constituintes brasileiros antinipônicos chamaram a atenção da nação para a ameaça da invasão amarela; eles temiam, mais precisamente, o “Novo Japão”, longe das frivolidades exóticas de outrora, e bem perto do terror militarista sobre os países do Ocidente. Entretanto, o Japão militar, capitalista e perigoso já era uma realidade para a França desde o final do século XIX, quando jornalistas, viajantes e militares franceses passaram a denunciar as práticas de espionagem e as ambições

militares do povo japonês. O autor francês Maurice Percheron, por exemplo, temia pela hipótese do “despertar da raça amarela” e falou também de sua preocupação com a questão da imigração asiática e o perigo de uma mistura de raças. Entretanto, seu maior medo era a ascensão da raça amarela sobre a civilização ocidental ou, em outros termos, “branca”.

Foi exatamente essa imagem dos japoneses, num período de fragilidade econômica e política na Europa (especialmente durante a primeira metade do século XX), que prevaleceu no mundo ocidental. O medo de perder a hegemonia de suas conquistas para o imperialismo japonês foi um dos fatores que motivaram muitos escritores a lançarem livros como *L'invasion jaune* (1909) de autoria do general Emile Driant, o qual atribuía os males do planeta aos ingleses, alemães, amarelos e negros (KAWAKAMI, 2005).

Não resta dúvida que Miguel Couto e outros constituintes contrários à entrada de imigrantes japoneses estavam mergulhados nesse clima internacional de medo e ameaça dos nipônicos. Outro aspecto que deve ser levado em consideração são os antigos estereótipos (orgulhosos, bélicos, perigosos, místicos e fanáticos) que os viajantes franceses criaram no século XIX sobre os japoneses, e que acabaram sendo assimilados e adaptados pelos brasileiros no século XX, pela exaustão com o qual esses temas haviam sido repetidos e frisados.

Não podemos nos esquecer também do novo nacionalismo brasileiro que entra em cena nesse período a fim de promover a auto-estima da nação. Pode-se dizer que ele buscou novas formas de se manifestar sem, contudo, conseguir se desligar totalmente do peso consagrado que o pensamento francês impunha a ele. Baptista Pereira, Waldir Niemeyer, entre outros, procuraram desvincular-se das teorias que vinham de fora e

apontar soluções para os nossos problemas, em termos brasileiros; entretanto muitas vezes tiveram que buscar lá fora os argumentos que dessem sustentação à tese deles.

## Considerações finais

Entre meados do século XIX e começo do século XX dois fatos eram inegáveis no Brasil: a influência francesa e o desejo de nossa elite mostrar-se civilizada e moderna no seio internacional. O programa do governo “Rio Civiliza-se”, amplamente divulgado pela Revista carioca *Kosmos* (1904-1909), é um exemplo nesse sentido. Contudo, a “maquiagem” externa remodelando a nossa capital, na época o Rio de Janeiro, não foi suficiente para convencer o Velho Continente, tampouco os próprios brasileiros de sua modernidade e progresso. Outro problema incômodo era a falta de unidade racial de nossa nação vista, lá fora, como degenerada pela miscigenação.

Desse contexto histórico, podemos compreender as dissensões que ocorreram entre nossos estadistas em torno da permissão da entrada de imigrantes asiáticos em terras brasileiras. Enquanto alguns invocavam argumentos econômicos, outros apontavam para o perigo de novos cruzamentos raciais indesejáveis. Do ponto de vista pragmático, as questões que se colocavam eram: como sanar o problema econômico de falta de mão-de-obra, que estagnava a nossa economia, sem afetar a formação da nossa identidade? Como permitir a entrada da “raça” amarela no Brasil, considerada inferior à branca? Como defender o nosso território do imperialismo nipônico? Assim, de maneira sucinta, podemos dizer que os debates sobre esses tópicos ocorreram em exaustão e se sustentaram por quase um século no Brasil.

Entre 1860 e 1908, nossos estadistas focaram suas discussões em torno da introdução ou não do elemento asiático no Brasil para substituição da mão-de-obra escrava. Havia muitas dúvidas também com relação às diferenças entre o imigrante japonês e o chinês, não se sabia qual deles seria o mais conveniente, daí as comparações entre os dois povos aparecerem com frequência nos debates políticos e nas narrativas de

viagem. Como se sabe, até 1908, o Brasil não contava com a presença de japoneses *in loco*, e todas as informações vinham de fora, especialmente dos escritos franceses como: as narrativas de viagem, a *Revue des deux mondes*, *Le Temps*, os romances de Pierre Loti, entre outros. Mesmo as narrativas de viagem, produzidas por diplomatas brasileiros que estiveram na Terra do Sol Nascente nessa época, também tomaram como fonte as publicações francesas. A partir da segunda fase do discurso brasileiro sobre os japoneses (1908-1945), quando tivemos a presença efetiva de japoneses em terras brasileiras, a imagem do japonês começou a ser analisada dentro de um novo contexto: o das colônias japonesas. Passou-se a questionar o seu comportamento, a sua adaptação à nossa cultura e o perigo étnico e militar que o elemento amarelo poderia representar à nação brasileira. As respostas a estas perguntas não foram unânimes. Os debates na Assembleia Nacional Constituinte, na década de 1930, revelaram bem o clima político de discórdia entre nossos parlamentares, em torno da questão imigratória que se dividiu em pró e antinipônicos.

Lembramos ainda que as narrativas de viagem sobre o Japão continuaram sendo produzidas nessa segunda fase, contudo, os diplomatas e oficiais da marinha não eram mais os únicos com exclusividade para relatarem suas impressões; médicos, antropólogos, militares e jornalistas também realizam viagens ao País dos Samurais munidos, desta vez, de visão “científica”, deixando para trás o romantismo dos viajantes brasileiros da primeira fase. Convém destacar que, além dessas narrativas de viagem, tivemos também a produção de obras brasileiras que analisaram e descreveram a situação das colônias e dos imigrantes japoneses em nosso país.

Não obstante essas obras tentarem reafirmar a nossa auto-estima ressaltando, de forma comparativa, a superioridade cultural brasileira em detrimento das “bizarrices” nipônicas, havia um contrasenso nessa visão brasileira: nossa elite admirava e invejava

o rápido progresso econômico, o prestígio militar, o alto índice de alfabetização e o orgulho nacional dos japoneses. No período de transição dos primeiros tempos da República, os brasileiros tentaram alcançar o progresso e construir uma identidade nacional. Daí a admiração brasileira pela nação japonesa que havia conseguido resolver tal façanha, ou seja, o Japão imitou o modelo de civilização ocidental sem perder a sua identidade, como atestou Sylvio Romero que apontou o sistema japonês como exemplo de um dos caminhos que o Brasil deveria seguir, mas para isso nossa nação precisaria apresentar uma base mais solidificada.<sup>118</sup>Podemos dizer que, de maneira geral, a maioria dos autores brasileiros reafirmou, com certo receio, a admiração que sentia pela ação extraordinária conquistada pelo povo japonês que soube alcançar o progresso, sem perder a identidade.

O paradoxo começava aí. Os brasileiros admiravam e desejavam o rápido progresso japonês, o seu passado histórico, a sua cultura milenar, a sua identidade solidificada, a sua força bélica e política; por outro lado, defendiam um discurso de orientação branca, nacionalista e cristã, calcada em nossa formação europeia, sobretudo francesa.

Como se vê, apesar da admiração pelo progresso japonês, o Brasil relutava em permitir a entrada dos imigrantes nipônicos, devido à preocupação com sua imagem de país degenerado pela mestiçagem que, conseqüentemente, ocasionava problemas no seu desejo de unidade nacional; entretanto, dentro de seu contexto econômico de país atrasado, a nação brasileira tinha na importação do braço estrangeiro sua única saída para a expansão da economia. Tem-se o dilema: como alcançar o progresso econômico e construir uma identidade nacional, permitindo a entrada de imigrantes asiáticos?

---

<sup>118</sup>[...]É o systema dos japonezes. Este admirável povo, sem pedir immigrants, sem se misturar com estrangeiros, povos de qualidades moraes superiores, senhor de uma alta cultura, entendeu de a modernizar no sentido europeu, adoptando os proventos materiaes da civilisação occidental. Fé-lo com uma segurança, um atilamento sem equal. É hoje uma das primeiras potencias do mundo. O Brasil não se acha absolutamente em eguaes condições. (ROMÉRO, 1910. p. 116-117).

Como era possível admirar os feitos japoneses nas áreas econômica e educacional, considerando-os uma raça inferior?

Sobre esse aspecto étnico, é curioso notar como cada nação encontrou uma saída bem conveniente aos seus interesses. A França pregou a superioridade da “raça branca”, portanto isso lhe dava o direito de dominar as outras raças ditas inferiores e, conseqüentemente, restringir a entrada de imigrantes amarelos e negros. O Japão, por sua vez, desenvolveu seu próprio mecanismo de defesa fortalecendo o orgulho nacional e a xenofobia da população que se mostrava hostil aos estrangeiros. Já o Brasil apresentava um caso mais complicado, pois, na condição de país mestiço, era visto como nação degenerada. O medo de ter sua imagem ainda mais degradada tornou-se maior com a possibilidade de o Brasil receber imigrantes asiáticos, ocasionando assim novos cruzamentos com “raças inferiores”. Entretanto, posteriormente, em meados da década de 1920, passou-se a propagar a ideia da valorização do tipo brasileiro: o mestiço. Ao mesmo tempo, defendeu-se a tese de que não existam “raças puras”. Criar uma imagem cosmopolita e civilizada de nossos representantes lá fora, ou seja, praticar uma “diplomacia ornamental” (JAGUARIBE, 1958) também foi outra estratégia brasileira para atenuar o nosso complexo de inferioridade. Por último, inúmeras campanhas foram realizadas para fortalecer o orgulho nacional, visto como a pedra-de-toque para a construção de um futuro brilhante de nossa nação.

Na verdade, há muito tempo, o Brasil guardava certa mágoa contra o imperialismo ocidental, o qual costumava inferiorizar o nosso povo e a nossa nação. Esse sentimento foi exposto de forma clara no conflito russo-japonês (1904-1905), no qual boa parte da elite brasileira torceu pelo lado nipônico durante a guerra. A vitória esmagadora do povo japonês sobre o império russo lavou a alma de muitos brasileiros que, no fundo, se identificavam com o desejo japonês de se orgulhar de sua pátria e de

seu povo, medir forças com as potências e acabar de vez com o complexo de inferioridade frente aos países desenvolvidos.

Enfim, foi em meio a tantos pontos de vista conflitantes que a imagem dos japoneses foi produzida pela elite brasileira. Lembramos mais uma vez que o mais relevante para o nosso estudo aqui é que tanto na primeira, como na segunda fase do discurso brasileiro sobre os japoneses, a presença francesa foi uma constante. Entretanto, a influência gálica aqui não se apresentou como uma simples cópia, ao contrário, num processo muito mais complexo, a nossa elite realizou uma releitura do discurso francês sobre os japoneses; selecionando, apropriando, adaptando e descartando o que não lhe interessava.

Como vimos, na primeira fase do discurso brasileiro, nossos estadistas e intelectuais basearam-se nas obras e artigos de viajantes franceses, os quais estavam a procura de exotismo e de oficiais do governo interessados em ampliar seus interesses comerciais; e uma das maiores fontes francesas dos brasileiros sobre o Japão e o seu povo foi a *Revue des deux mondes*.

Entretanto, como dissemos anteriormente, o discurso brasileiro sobre o Japão via França não representou uma simples cópia. Vimos que os brasileiros, ao se apropriarem do discurso francês, acabavam realizando uma triagem e releitura dos textos gálicos, tentando produzir dessa forma um discurso favorável e conveniente à nossa nação. Os temas: exotismo, costumes bizarros, condição social da mulher japonesa e paganismo japonês, os quais representavam, no caso francês, uma visão colonialista de dominação, para os brasileiros eram um meio de mostrar, para o mundo e para nós mesmos, como o nosso país se assemelhava ao modelo de civilização parisiense, em contraposição às bizarrices japonesas. Além disso, o discurso brasileiro procurou exaltar esses aspectos, pois do ponto de vista militar, econômico e político, o

Japão, que se apresentava muito mais adiantado nesses campos, acabava causando certo mal-estar ao Brasil. Assim, o discurso moral, religioso e cultural era uma forma de compensação de nossa falta de progresso material.

Outro ponto interessante, ainda na linha da apropriação, foi com relação à questão da “assimilação”. No discurso francês, a disposição dos japoneses em assimilarem a cultura e o pensamento ocidental conotava maior abertura nipônica ao comércio estrangeiro. Já para os brasileiros, a questão da assimilação ganhou outra dimensão. Preocupados com a formação da identidade nacional, os brasileiros questionaram a capacidade dos imigrantes japoneses de assimilarem a cultura brasileira, evitando assim o perigo de quistos em nosso território; mas, ao mesmo tempo, a assimilação do japonês representava outro problema: a miscigenação<sup>119</sup>.

Em linhas gerais, constatamos que o discurso colonialista francês teve como propósito inferiorizar o “Outro” para, então, dominá-lo. O julgamento dos valores morais dos japoneses foi uma constante na fala dos viajantes franceses, ou melhor, eles consideravam seus valores como absolutos e universais e os levaram para além das fronteiras, o que era uma atitude típica dos países colonialistas. Na versão brasileira, selecionada e adaptada à cor local, notamos que as críticas aos japoneses foram parecidas às dos franceses, porém a meta era outra; o objetivo era sentir-se alinhado ao seu grande modelo de civilização: a França. Não nos surpreende que as obras brasileiras sobre o Japão colocassem lentes de aumento nos temas como arquitetura, arte, cultura, religião, costumes e lingüística, pois estes eram justamente os nossos pontos em comum com a França e a parte destoante do Japão. Na verdade, a cultura “bizarra” do Japão proporcionava aos brasileiros um sentimento de adequação e os levavam a acreditar que

---

<sup>119</sup> Sabemos que no século XIX, a doutrina científica toma força para legitimar todos os discursos étnicos. A literatura de viagem não cansou de “bater na tecla” da diferença cultural e da diversidade humana, atribuindo um caráter de estranho ao Outro.

seu atraso econômico poderia ser compensado por sua pretensa superioridade cultural e pelo refinamento de seus hábitos, maneiras e costumes.

Posteriormente, já na segunda fase do discurso brasileiro, as discussões mudaram de foco e passaram a ser em torno das características eugênicas e disgênicas da “raça” amarela e do perigo imperialista que os japoneses representavam. Novamente, nossa elite busca no pensamento francês um suporte para sustentação de seus argumentos em torno da questão imigratória.

As ameaças imperialistas dos japoneses representavam para os franceses o medo que eles e o mundo ocidental sentiam de perderem a hegemonia branca. Nos primeiros artigos franceses, logo após a assinatura do Tratado Comercial entre França e Japão, em 1858, vimos que os japoneses eram considerados, pelos franceses, superiores aos chineses, além de gentis, nobres e inteligentes. No entanto, no final do século XIX, os franceses invertem suas opiniões e passam a elogiar os chineses, como honestos e trabalhadores, em detrimento da imagem dos japoneses: preguiçosos e indolentes. Esse relativismo de opinião está ligado ao interesse francês que, nas décadas de 1890 e 1900, viu a ameaça do crescente poderio militar japonês. Entretanto, no discurso brasileiro o “perigo amarelo” foi interpretado, por alguns antinipônicos, como uma ameaça à nossa defesa nacional e territorial, ou seja, o Brasil corria o grave risco de ser colonizado pelos japoneses e, o pior, causar um grande dano à nossa constituição biopsicológica, envolvendo características disgênicas dos orientais.

A propósito, o eugenismo no Brasil seguiu o modelo eugênico francês, no qual as ideias neolamarckianas predominaram, frisando a importância de reformas sanitárias; ao passo que os eugenistas norte-americanos estavam mais preocupados tão-só com os métodos de esterilização de débeis mentais e desajustados sociais (alcóolotras, prostitutas, deficientes físicos).

Ante a tais fatos, podemos concluir que tanto na primeira, quanto na segunda fase do discurso brasileiro sobre o Japão, notamos a presença francesa. Nesse sentido, é oportuno comentar que a historiografia aponta os Estados Unidos, Portugal e China<sup>120</sup> como os principais agentes ativos na construção da imagem dos imigrantes japoneses no Brasil, entretanto, neste trabalho, tentamos demonstrar que a França também foi uma referência muito forte e que sua presença foi uma constante.

É verdade que a nossa aproximação com os Estados Unidos foi crescendo a partir do século XX, especialmente após a Primeira Guerra Mundial, quando aumentaram os nossos vínculos de dependência econômica com a América do Norte. Contudo, culturalmente, a elite brasileira ainda considerava a França infinitamente superior aos Estados Unidos; não era raro ver a opinião francesa funcionar como aval do pensamento *yankee* em nosso meio intelectual.

Por fim, mais significativo dentro desse estudo foi a descoberta de uma vasta documentação ainda inédita<sup>121</sup> nas pesquisas brasileiras, a qual nos permitiu refletir sobre suas implicações na formação da representação social do japonês em território brasileiro e apresentar mais uma referência aos estudos historiográficos que tratam desse tema.

---

<sup>120</sup> (CARNEIRO LEÃO, 1990; LESSER, 2001; DEZEM, 2005)

<sup>121</sup> Artigos franceses da *Revue des deux mondes* sobre o Japão e os japoneses publicados no século XIX.

## BIBLIOGRAFIA

ADLER, Laure. **Os bordéis franceses**. 1830-1930. Tradução Kátia Maria Orberg; Eliane Fitippaldi Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, Círculo do livro, 1991.

ALLEN, Garland E. The changing image of biology in the twentieth century. In: STAMHUIS, Ida H. et al. **The changing image of the sciences**. Dordrecht, Boston, London: Kluwer Academic Publishers, 2002. 43-84 p.

BERNADINI, Jean-Marc. **Le Darwinisme social en France**. Fascination et rejet d'une idéologie. Paris: Editions du CNRS, 1997.

BETTS, Raymond F. Assimilation and association. In: **French colonial theory, 1890-1914**. New York: Columbia University Press, 1961.

BRUIT, Hector H. **O imperialismo**. 4. ed. Campinas: Atual editora, 1988.

BUENO, Clodoaldo. **A República e sua política exterior**. (1889 a 1902). Brasília, Distrito Federal: Editora UNESP, Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.

CAMARGO, Kátia Aily Franco de. **A Revue des deux mondes**. Intermediário entre dois mundos. Natal: Editora da UFRN, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.

CLARK, Linda L. "Social darwinism". In: **France**. Alabama: The University of Alabama Press, 1984.

DÉGERANDO, Joseph-Marie. **The observation of savage people**. Tradução F.C. T. Moore. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1969.

DEZEM, Rogério. **Matizes do "amarelo"**. A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

DIMAS, A. **Tempos eufóricos**. (Análise da Revista Kosmos: 1904-1909). São Paulo: Editora Ática, 1983.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Tradução Ruy Jungmann. Revisão e apresentação Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELLIS, Jack D. **The physician-legislators of France**. Medicine and politics in the early third Republic. 1870-1914. New York, Port Chester, Melbourne and Sydney: Cambridge University Press, 1990.

FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**. Sociedade e instituições (1889-1930). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HANDA, Tomoo. **Memórias de um imigrante japonês no Brasil**. Tradução Antonio Nojiri. V.03. São Paulo: T. A. Queiroz editor, Centro de estudos nipo-brasileiros, 1980. (Coleção coroa vermelha: estudos brasileiros).

HARVEY, Joy Dorothea. **Almost a man of genius: Clemence Royer, and nineteenth-century science**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997.

HERSCHMANN, M; KROPF, S; NUNES, C. **Missionários do progresso**. Médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro. 1870-1937. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

HOBBSBAWN, Eric J. **A era dos impérios**. 1875-1914. 8. ed. Tradução Sieni Maria Campos; Yolanda de Toledo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 2003.

HOBBSBAWN, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Programa, mito e realidade. Tradução Maria Célia Paoli; Anna Maria Quirino. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

HSIEH, Yvonne Ying. **From occupation to revolution**. China through the eyes of Loti, Claudel, Segalen, and Malraux (1895-1933). New York: Twayne publisher, 1996.

JAGUARIBE, Hélio. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

JUKES, G. ; SIMKINS, P. ; HICKEY, M. **The first world war**. The war to end all wars. Melbourne : Osprey, 2001.

KAWAKAMI, Akane. **Travellers' visions.** French literary encounters with Japan, 1881-2004. Cambridge: Liverpool University Press, 2005.

KUNIYOSHI, Celina. **Imagens do Japão.** Uma utopia de viajantes. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

LAVER, James. **A roupa e a moda:** uma história concisa. Tradução Glória Maria de Mello Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LEÃO NETO, Valdemar Carneiro. **A Crise da imigração japonesa no Brasil.** (1930-1934). Contornos diplomáticos. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1990.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro:** história de uma ideologia. 6ª. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis:** uma reflexão em busca de auto-estima. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

LESSER, J. **A negociação da identidade nacional.** Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. Tradução Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora UNESP, 2001

LUIZETTO, Flávio Venâncio. **Os constituintes em face da imigração.** 1975. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

MARIANI, Bethânia. **Colonização linguística.** Língua, política e religião no Brasil (Séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (Século XVIII). Campinas: Pontes, 2004

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista:** Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo, (1890-1922). São Paulo: Edusp, 2001.

MOURA, Jean-Marc. **La littérature des lointains.** Histoire de l'exotisme européen au XX siècle. Paris : Honoré Champion Éditeur, 1998.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque tropical**. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. Tradução Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)**. São Paulo: USP – Instituto de Estudos Brasileiros, 1973.

OKAMOTO, Monica Setuyo. **França e Japão: literatura e arte no período Meiji (1868-1912)**. 2001. 207 p. Dissertação (Mestrado em Letras). UNESP, Assis, 2001.

PASSOS, Alexandre. **Juliano Moreira** (vida e obra). Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975.

PERRAULT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. (Seleção de textos e introdução de Stella Bresciani). Tradução Denise Bottmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. “Galofilia e galofobia na cultura brasileira.” In: **Revista Gragoatá**. Niterói, n 11, p. 41-59, 2 sem. 2001.

PERROT, Michelle (org). **História da vida privada**. Da revolução francesa à primeira guerra. Volume 4. Tradução Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**. Relatos de viagem e transculturação. Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru/ São Paulo: EDUSC, 1999, (Coleção Ciências Sociais).

SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes. São Paulo: Edusp, 1973

SCHNEIDER, William H. **Quality and quantity: the quest for biological regeneration in twentieth**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4. ed. São Paulo: editora brasiliense, 1983.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco.** (Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro). 2. ed. Tradução Raul de Sá Barbosa. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

STEPHAN, Nancy Leys. Eugenics in Brazil. 1917-1940. In: ADAM, Mark. **The wellborn science: eugenics in Germany, France, Brazil, and Russia.** New York: Oxford University Press, 1989. 111-151 p.

SWART, K. **The sense of decadence in nineteenth-century France.** Martinus Nijhoff: Hague, 1964

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros.** A reflexão francesa sobre a diversidade humana. Volume 1, Tradução: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

TODOROV, Tzvetan. **Nous et les autres.** La réflexion française sur la diversité humaine. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

YAMASHIRO, José. **História do Japão.** Passado e presente. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

## FONTE BRASILEIRA

ALMEIDA, Francisco Antonio de. **Da França ao Japão**. Narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China, do Japão e de outros países da Ásia. Rio de Janeiro: Typ. Do Apostolo e Imperial Lithographia de A. Speltz, 1879.

ASCOLI, Nestor. **A imigração japoneza para a baixada do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revista de Língua Portuguesa, 1924.

AZEVEDO, Aluísio. **O Japão**. (Apresentação e comentário por Luiz Dantas). São Paulo: Roswitha Kempf Editores, 1984.

BAHIANA, Henrique Paulo. **O Japão que eu vi**. Prefácios de Napoleão Reys (enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário. Ex-Ministro residente do Brasil no Japão) e do General Moreira Guimarães (Ex-addido militar do Brasil no Japão, Presidente da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro). 2. ed. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1937.

BASTOS, A.C. Tavares. **Os Males do presente e as esperanças do futuro**. (estudos brasileiros). São Paulo – Rio – Recife – Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939. (Série 5ª, Brasiliana, vol. 151, Biblioteca pedagógica brasileira).

BILAC, Olavo. Crônicas. In: **Revista Kosmos**. Rio de Janeiro, n.3, março, 1904. s/p.

BOMFIM, Manoel. **O Brasil**.(Com uma nota explicativa de Carlos Maul). São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935.

BROWN, William. **O perigo amarelo**. Tradução Joaquim Morais. Lisboa: Agencia Editorial Brasileira, 1936.

COUTO, Miguel. **Nações que emergem e nações que imergem**. São Paulo: Editora CMG, 1925.

COUTO, Miguel. **Seleção social**. Campanha antinipônica. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1942.

CUNHA, Manuel Jacintho Ferreira da. **Memórias de um cônsul no Japão**. Napoli: Tipo-Lithographia Artística Industrial, 1902.

GUIMARÃES, Moreira. No Extremo Oriente. (Capítulo de um livro em publicação). Usos e costumes. In: **Revista Kosmos**. Rio de Janeiro, n.4, abril, 1907, s/p.  
KONDER, Alexandre. **Imperialismo ou legítima defeza?**(O incidente sino-japonez visto através dos seus detalhes). 2. ed. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1933.

LOBO, Bruno. **De japonês a brasileiro**. (Adaptação e nacionalização do imigrante). Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Estatística, 1932.

LOBO, Bruno. **Esquecendo os antepassados, combatendo os estrangeiros**. Vol. II, Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho editor, 1935.

LOBO, Bruno. **Japonezes: No Japão, no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

LUSTOZA, Monsenhor Vicente. (do IHGB). **Viagem ao Japão**. Circumnavegando o globo. Rio de Janeiro – Paris: H. Garnier, livreiro-editor, 1909.

MELLO, José Custódio de. **Vinte e um meses ao redor do planeta**. (Descrição da viagem de circunavegação do Cruzador “Almirante Barroso”). Rio de Janeiro: Cunha & Irmão editores, livraria Francisco Alves, 1896.

MIRANDA, Mario Botelho de. **Um brasileiro no Japão em guerra**. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1944.

MORAES, Carlos de Souza. **A ofensiva japonesa no Brasil**. Aspecto social, econômico e político da colonização nipônica. 2. ed. Porto Alegre: Edição da Livraria da Globo, 1942.

MOREIRA, Juliano. **Impressões de uma viagem ao Japão em 1928**. Volume Primeiro. Rio de Janeiro: Biblioteca “Juliano Moreira”, 1935.

NIEMEYER, Waldir. **O Japonês no Brasil**. (Uma face do nosso problema imigratório). Rio de Janeiro: Editora Brasileira “lux”, 1925.

OLIVEIRA, Nelson Tabajara. **Japão**. Reportagens do Oriente. São Paulo- Rio de Janeiro – Baía – Lisboa: Companhia Editora Nacional, 1933.

OLIVEIRA, Xavier. **O problema imigratório na América Latina**. (O sentido político-militar da colonização japonesa nos países do novo mundo). 2. ed. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho editor, 1942.

PEREIRA, Baptista. **O Brasil e a raça.** (Conferência feita na Faculdade de Direito de São Paulo a 19 de junho de 1928). São Paulo: Rossetti, 1928.

**Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia.** Actas e trabalhos. Volume 1. Rio de Janeiro, 1929.

RAMOS, Arthur. **Introdução à antropologia brasileira.** As culturas não-europeias. 1º volume. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria editora da casa do estudante do Brasil, 1951. (Coleção estudos brasileiros).

REIS, Fidélis; FARIA, João. **O problema imigratório.** Rio de Janeiro: Typographia, 1924. (Revista dos Tribunais, Carmo 55).

ROMERO, Sylvio. **Ethnografia brasileira.** (Estudos críticos sobre Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Theophilo Braga e Ladisláo Neto). Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & Companhia, 1888.

\_\_\_\_\_. **Provocações e Debates.** (Contribuições para o estudo do Brazil social). Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1910.

ROQUETTE-PINTO, E. **Ensaio de antropologia brasiliana.** Vol. XXII. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, série V. Brasiliana).

## FONTE FRANCESA

APPERT, Georges. L'île d'Yeso. Un essai de colonisation japonaise. In : **Revue de géographie**, XXV, juillet-décembre, 1889.

\_\_\_\_\_. Un coin du Japon. La province de Hida. In: **Revue de géographie**, XXVII, juillet-décembre, 1890.

BEILLEVAIRE, Patrick. **Le voyage au Japon**. Anthologie de textes français. 1858-1908. Paris: Éditions Robert Laffont, 2001.

BELLESORT, André. Impersonnalité de l'imagination Japonaise (1898). In : BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 804-805 p.

\_\_\_\_\_. Absence de croyance en l'identité consciente de la personne humaine. La notion de giri (1898). In : BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 801-804 p.

\_\_\_\_\_. La femme chez un peuple femme (1898). In : BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 677-680 p.

\_\_\_\_\_. Le musée ainu et l'école d'agriculture de Sapporo. Bilan de trente années de colonisation. (1898) . In: BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 632-634 p.

\_\_\_\_\_. **Les journées et les nuits japonaises**. Paris: Librairie académique Didier Perrin et Cie, 1906.

\_\_\_\_\_. **Voyage au Japon**. La société japonaise. Paris: Librairie académique Didier Perrin et Cie, 1902.

BERQUE, Augustin. "French japonology as an objective contribution to a post-modern paradigm." In: BEFU, Harumi; KREINER, Joseph (eds). **Othernesses of Japan**. historical and cultural influences on Japanese Studies in ten countries. Germany, Monographien aus dem Deutschen Institut für Japan Studien der Philipp-Franz-von-Siebold-Stiftung, 1992.

BOUSQUET, Georges. La condition d'esclave de la femme et sa conséquence, l'absence de vie sociale (1872-1876). In : BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 663-665 p.

\_\_\_\_\_. La ligne de chemin de fer Tokyo-Yokohama. In : BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 142-144 p.

\_\_\_\_\_. La religion au Japon. In: *Revue des deux mondes*. Mars-Avril, 1876.

\_\_\_\_\_. La vie européenne dans le settlement de Yokohama au début des années 1870. In : BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 131-137 p.

\_\_\_\_\_. Un voyage dans l'intérieur du Japon. In: *Revue des deux mondes*. Janvier, 1874.

\_\_\_\_\_. Une langue impropre à l'abstraction intellectuelle et morale (1875). In: BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 723-726 p.

\_\_\_\_\_. **Le Japon de nos jours et les échelles de l'Extrême-Orient**. Vol. 2, Paris: Hachette, 1877.

\_\_\_\_\_. Le Japon Contemporain : récents progrès. In: *Revue des deux mondes*. September, 1876.

\_\_\_\_\_. L'Art Japonais, ses origines et ses caractères distinctifs. In : *Revue des deux mondes*. Mai, 1877.

\_\_\_\_\_. L'hiver au Japon, une excursion à Nikko. In : *Revue des deux mondes*. Avril, 1874.

\_\_\_\_\_. Le volcan Asama, la filature de Tomioka, la rivière Kiso. In : BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 322 p.

\_\_\_\_\_. Les moeurs, le droit public et privé du Japon. In : *Revue des deux mondes*. Juillet, 1875.

\_\_\_\_\_. Le théâtre au Japon, le drame et la comédie. In : *Revue des deux mondes*. Octobre, 1875.

\_\_\_\_\_. De Yédo à Paris. In : *Revue des deux mondes*. Décembre, Février, 1877.

\_\_\_\_\_. Le Japon littéraire. In : **Revue des deux mondes**. Octobre, 1876.

BYRAM, Léo. Une page qui s'ouvre. L'ascension glorieuse du Japon. Étonnements et désastres à venir (1906). In : BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 955-961 p.

CAVAGLION. E . La nipponne, principal bibelot de ce joli pays. In : BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 671-674 p.

CHAILLEU, Luc. Léon de Rosny et la connaissance du Japon en France. (Éléments d'une archéologie du "savoir japonologique" français). In : **L'Ethnographie**. L'abord de l'alterité japonaise en France, à la fin du XIX et au début du XX siècle (18<sup>e</sup>. Revue Société d'ethnographie de Paris(fondée en 1859). Paris : Tome LXXXVI, 2, numéro 108, 1990. 85-105 p.

CHASSIRON, Charles de. Nagasaki : Le comptoir hollandais, la prostitution au Japon, promenade dans la ville, absence de ferveur religieuse chez le peuple. In : BEILLEVAIRE, *op. cit.*, 29-33 p.

CHAUVELOT, Robert. **Le Japon souriant**. Ses samourais, ses bonzes, ses geishas. Paris: Berger-Levrault, 1929.

COUTY, Louis. **L'Esclavage au Brésil**. Paris: Librairie de Guillaumin et Cie, 1884.

DALMAS, Raymond de. Le costume, la coiffure et le physique des Japonaises (1882). In : BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 669-671 p.

\_\_\_\_\_. Le Japonais paresseux, jouisseur et malicieux (1882). In : BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 797-798 p.

DHASP, Jean. Promiscuité familiale et vulgarité. La condition humiliée de la femme, cause de l'infériorité du peuple japonais (1891). In : BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 676-677p.

\_\_\_\_\_. Rage d'imitation, absence de création (1891). In : BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 798-799 p.

\_\_\_\_\_. **Le Japon contemporain**. (Notes et impressions). Paris: Librairies-imprimeries réunies, 1893.

BOZAS, Marguerite du Bourg de. Impudiques mais élégantes poupées (1901). In : BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 686-687 p.

\_\_\_\_\_. Le nouveau théâtre de Tôkyô et le célèbre acteur Danjûro. In : BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 168-171p.

DUMOLARD, Henry. La sacralité de l'empereur à l'épreuve du politique. La Chambre basse. La corruption. In : BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 861-864 p.

\_\_\_\_\_. Maladresse et irresponsabilité des ouvries., médiocrité des produits. Contraste avec la Chine (1900). In : BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 924-926 p.

\_\_\_\_\_. Mécontentement populaire. Les corporations ouvrières (1900). In : BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 871-874 p.

DURET, Théodore. Le Japon japonais s'en va (1872). In : BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 845-847 p.

FARRERE, Claude. **La bataille**. Paris: Flammarion, 1921.

GABRIAC, Alexis de. Les plus jolies femmes de l'Asie (1869). In : BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 659-662 p.

GUERVILLE, Amédée B. Yoshiwara, quartier de plaisir. In: BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 213-216 p.

HOUETTE, Alfred. Ascension du mont Fuji. In : BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 260-276 p.

LAPEYRÈRE, P de. Vigueur de l'esprit militaire. Le culte des héros (1881). In : BEILLEVAIRE, *op.cit.*, 947-949 p.

LAYRLE, Charles Jules. Le Japon en 1867. La Vie Japonaise, les Villes et les Habitans. In : **Revue des deux mondes**. Paris: Janvier, Février, 1868.

\_\_\_\_\_. Le Japon en 1867. Le régime politique et l'établissement des européens. In : **Revue des deux mondes**. Paris: Janvier, Février, 1868.

LEROY-BEAULIEU, Pierre. Fragilité du système représentatif. L'oligarchie des hommes de Satsuma et de Chôshû (1899). In : BEILLEVAIRE, op.cit., 865-869 p.

LINDAU, Rodolphe. Edo en 1860 et en 1862. Description de Yédo. Lettre d'un voyageur. In : BEILLEVAIRE, op.cit., 53-62 p.

\_\_\_\_\_. Un voyage autour du Japon. Souvenirs et récits. In : **Revue des deux mondes**. Paris : Septembre, Octobre, 1863.

\_\_\_\_\_. La Chine et le Japon à l'exposition universelle. In : **Revue des deux mondes**. Paris : Août, 1864.

\_\_\_\_\_. Simidso Sedji. Récit Japonais. In : **Revue des deux mondes**. Paris: Mai, Juin, 870.

\_\_\_\_\_. Un voyage à l'intérieur du Japon. In : **Revue des deux mondes**. Paris : Janvier, 1874.

\_\_\_\_\_. Une excursion dans le nord du Japon. In : **Revue des deux mondes**. Paris : Janvier, 1875.

\_\_\_\_\_. Le commerce de la Chine et du Japon. In : **Revue des deux mondes**. Paris : Juillet, 1878.

\_\_\_\_\_. Les relations extérieures, la situation politique et sociale. In : **Revue des deux mondes**. Paris : Octobre, 1878.

LOONEN, Charles. **Le Japon moderne**. Paris: E. Plon, Nourrit et Cie, 1894.

LOTI, Pierre. Le Monastère de Shiba, les tombeaux des quarante-sept rônin et la colline d'Atago. In : BEILLEVAIRE, op.cit.,183-187 p.

\_\_\_\_\_. **Madame Chrysanthème**. Paris : GF-Flammarion, 1990.

LOUANDRE, Charles. Du rôle des femmes dans l'histoire de France. I e II. In : **Revue des deux mondes**. Paris : Octobre, 1872 , Juin 1873.

MARTIN, Félix. Infériorité de la langue et de l'écriture japonaises (1897). In : BEILLEVAIRE, op.cit., 729 p.

\_\_\_\_\_. Le danger socialiste (1897). In : BEILLEVAIRE, op.cit., 869.-871 p.

\_\_\_\_\_. Manque de proibité des commerçants japonais et marasme économique. Le modèle chinois (1897). In : BEILLEVAIRE, op.cit., 923-924 p.

MEYER, Edgar. Simplicité des moeurs, simplicité des arts (1902). In : BEILLEVAIRE, op.cit., 823-825 p.

MICHAUX, Henri. **Um bárbaro na Ásia**. Tradução Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

MOGES, Alfred. L'Ambassade du baron Gros et le premier traité entre la France et le Japon. Comparaison entre Japonais et Chinois. In : **Revue des deux mondes**. Annuaire des deux mondes. Histoire générale des divers états. (1858-1859). Paris, Volume IX. Mai, 1860.

MONNIER, Marcel. Leçons Tirées d'un Voyage sur le Nakasendô. In : BEILLEVAIRE, op.cit., 341-345 p.

NAUDEAU, Ludovic. Européens et Japonaises. Les attrait ambigus de la soumission (1905). In : BEILLEVAIRE, op.cit., 691-692 p.

\_\_\_\_\_.Tori no ichi, ou la fête des marchands à Asakusa et à Yoshiwaha. In : BEILLEVAIRE, op.cit., 207-212 p.

\_\_\_\_\_. **Le Japon moderne**. Son évolution. Paris : Ernest Flammarion, 1909.

\_\_\_\_\_. Un pays trop vanté (1900). In : BEILLEVAIRE, op.cit., 809-813 p.

PERCHERON, Maurice. **Typhons**. Préface du general Brissaud-Desmillet ancien attaché militaire en Chine et en Corée. Paris : Société d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales, 1933.

PETTIT, Charles. La réputation usurpée des femmes japonaises (1904). In : BEILLEVAIRE, op.cit., 695-705 p.

\_\_\_\_\_. Une visite au Palais de Justice de Tôkyô (1904). In : BEILLEVAIRE, op.cit., 887-889 p.

PIMODAN, Claude Emmanuel Henri. Difficultés de compréhension entre Européens et Japonais (1896) . In : BEILLEVAIRE, op.cit., 799-801 p.

\_\_\_\_\_. Sapporo trente ans après sa création (1897). In : BEILLEVAIRE, op.cit., 631-632 p.

REVUE DES DEUX MONDES. L'Émigration Chinoise et les relations internationales. Paris : 1889.

REVUE DES DEUX MONDES. Le Japon depuis l'abolition du Taicounat. Paris : 1873.

ROCHES, Leon. Le massacre des marins français à Sakai et ses conséquences. 1868. In : BEILLEVAIRE, op.cit., 101-106 p..

ROSNY, Leon. Note sur l'ethnographie du Japon. In : **Actes de la société d'éthographie américaine et orientale**. Paris : 1862.

ROUSSIN, Alfred. Considérations sur l'évolution politique du Japon en octobre 1865. In : BEILLEVAIRE, op.cit., 86-89 p.

\_\_\_\_\_. Un drame japonais. Les quarante-sept lonines. In : **Revue des deux mondes**. Paris: 1873.

\_\_\_\_\_. Les Événements de 1863-1864. In : BEILLEVAIRE, op.cit., 65-66 p.

\_\_\_\_\_. **Une campagne sur les côtes du Japon**. Paris : Ch. Lahure, 1866.

\_\_\_\_\_. Une Révolution au Japon. In : **Revue des deux mondes**. Paris : Mars, 1869.

SEGALEN, Victor. **Essai sur l'exotisme**. Une esthétique du divers et textes sur Gauguin et l'Océanie. Paris : Fata Morgana, 1986. (Livre de poche, collect. biblioclassiques)

VIDAL, Jean. D'Araya à Tsugawa, la mine de cuivre de Sagura. In : BEILLEVAIRE, op.cit., 522-525 p.

## ÍNDICE DE AUTORES FRANCESES

APPERT, Georges 41, 42, 44, 166  
 BELLESORT, André 44  
 BOUSQUET, Georges 25, 26, 28, 30, 31, 36, 37, 38, 39, 65, 75, 76, 103, 105, 106, 107, 109, 110, 150, 166 e 195.  
 BOZAS, Marguerite du Bourg de 32, 74  
 BYRAM, Léo 82, 207, 208, 209 e 211  
 CAVAGLION, E 74  
 CHAILLEU, Luc 17  
 CHASSIRON, Charles de 16  
 CHAUVELOT, Robert 67, 83  
 COUTY, Louis 152  
 DALMAS, Raymond de 34, 59, 60, 74, 121 e 150  
 DHASP, Jean 63,64,77,107 e 108  
 DUMOLARD, Henry 79, 80, 81, 121  
 DURET, Theodore 24  
 FARRERE, Claude 83  
 GABRIAC, Alexis de 73  
 GUERVILLE, Amédée B 33  
 HOUETTE, Alfred 37, 41  
 LAPEYRÈRE, P de 81  
 LAYRLE, Charles Jules 23  
 LEROY-BEAULIEU, Pierre 79  
 LINDAU, Rodolphe 19, 20, 21 e 22  
 LOONEN, Charles 34  
 LOTI, Pierre 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 69, 73, 103, 105, 111, 120, 121, 177, 204 e 215  
 LOUANDRE, Charles 75  
 MARTIN, Félix 66, 79, 80 e 164  
 MEYER, Edgar 31, 71  
 MICHAUX, Henri. 85, 206 e 207  
 MOGES, Alfred de 14, 15, 18  
 MONNIER, Marcel 27, 28  
 NAUDEAU, Ludovic 32, 63, 69, 70, 76, 150, 164, 189 e 190  
 PERCHERON, Maurice 84,212  
 PETTIT, Charles 77,79  
 PIMODAN, Claude Emmanuel Henri. 44, 61, 62  
 ROCHES, Leon 23  
 ROSNY, Leon de 17, 18 e 167  
 ROUSSIN, Alfred 19, 22  
 SEGALLEN, Victor 55,56,57  
 VIDAL, Jean. 36

**ÍNDICE DE AUTORES BRASILEIROS**

ALMEIDA, Francisco Antonio de. 3, 4, 98, 99, 100, 101, 102, 110, 127, 128  
ASCOLI, Nestor 152, 153  
AZEVEDO, Aluísio 105  
BAHIANA, Henrique Paulo 184, 185, 188, 189, 190, 191, 200  
BASTOS, A.C. Tavares 90, 92, 93, 94, 95, 96, 176  
BILAC, Olavo 113, 114  
BOMFIM, Manoel 155  
COUTO, Miguel 144, 150, 160, 161, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 183, 209, 210, 212  
CUNHA, Manuel Jacintho Ferreira da 100, 103, 104, 105, 127, 128  
GUIMARÃES, Moreira 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 127  
KONDER, Alexandre 196, 197, 198, 199  
LOBO, Bruno 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183  
LUSTOZA, Monsenhor Vicente 106, 107, 108, 109, 110, 111, 127, 128  
MELLO, José Custodio de 03, 100, 102, 111, 127, 128  
MIRANDA, Mario Botelho de 196, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207  
MORAES, Carlos de Souza 207, 208, 210  
MOREIRA, Juliano 186, 187, 188  
NIEMEYER, Waldir 151, 152, 213  
OLIVEIRA, Nelson Tabajara 191, 192, 193, 194, 195, 200  
OLIVEIRA, Xavier 162, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 210  
PEREIRA, Baptista 156, 157, 158, 159, 160, 213  
RAMOS, Arthur 188  
REIS, Fidélis 148, 149  
FARIA, João 148  
ROMERO, Sylvio 88, 183, 216  
ROQUETTE-PINTO, E 165, 166, 167, 176, 183